

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES

AS CASAS & AS COISAS:
Um estudo sobre Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850

Belém
2006

LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES

AS CASAS & AS COISAS:

Um estudo sobre Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA).

Belém

2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Guimarães, Luiz Antonio Valente

As casas & as coisas: um estudo sobre vida material e domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850/ Luiz Antonio Valente Guimarães; orientador, Antonio Otaviano Vieira Júnior. - 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Belém (PA) - História - Séc. XIX. 2. história da habitação - Belém (PA). 3. vida material - Belém (PA). Usos e Costumes- Séc. XIX. I. Título.

CDD - 20. ed. 981.15

LUIZ ANTONIO VALENTE GUIMARÃES

AS CASAS & AS COISAS:

Um estudo sobre Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientador: Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: / /2006

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (Orientador)

_____ (Suplente)

Dedicado

*À Maria e Raimundo, meus pais, pelo
exemplo de vida que me têm passado.*

*À Edna, Lena, Mariana e Luiz, minha bela
família.*

AGRADECIMENTOS

O esforço empreendido na execução de uma tarefa como esta não seria possível sem a ajuda de tantas pessoas que direta e indiretamente contribuem para a elaboração da pesquisa. Gostaria de destacar algumas das quais foram imprescindíveis durante esta jornada.

Ao meu orientador Antonio Otaviano Vieira Júnior, que pacientemente, sempre de forma simples e objetiva, desde os primeiros dias do Curso de mestrado me ajudou a percorrer este caminho, apontando leituras e o acesso às fontes e fundamentalmente passando-me segurança nos momentos em que eu mais precisei, sou profundamente grato as suas palavras e gestos.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia, em particular aqueles ligados a linha Cultura e Etnicidade, com os quais tive maior contato, especialmente, Nazaré Sarges, Magda Ricci, Edilza Fontes e Pere Petit, que me ajudaram com suas atentas leituras a refletir sobre a minha pesquisa.

Aos colegas do Curso que durante os seminários de pesquisa, serviram de leitores imediatos e, por vezes fizeram importantes destaques, agradeço a todos, em especial a colega Conceição Almeida, companheira de orientação e dos laboriosos dias de pesquisa nos arquivos de Belém.

Agradeço a gentileza com que fui atendido pelos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, Biblioteca do Grêmio Recreativo Literário Português, Arquivo Geral do Poder Judiciário do Pará, e da Biblioteca Pública Arthur Vianna particularmente as seções de microfilmagem e obras raras do Pará, que permitiram o acesso às fontes de pesquisas e as leituras necessárias ao meu trabalho.

Aos colegas de trabalho das Escolas de Barcarena, onde pude trocar idéias e receber forças que me ajudaram a vencer as barreiras peculiares do estudante-trabalhador que tem que ser capaz de conciliar as necessidades imediatas do ofício com a labuta, nem sempre previsível do pesquisador.

Para além do espaço acadêmico há um grupo de pessoas que apóiam de forma irrestrita, entre estes estão: Edna, minha companheira, e meus filhos Lena, Mariana e Luiz,

que chegou durante o Curso. Meus irmãos, Cláudio, Regina, Manoel que mesmo de longe torceram por mim. Ao Raimundo Nonato (Dunga) e Dalva com que pude dividir os momentos angustiantes e satisfatórios da pesquisa. Ao Rubens e a Cristina que atentamente leram o texto, me ajudaram aprimorá-lo.

Aos meus pais Raimundo e Maria que sempre me permitiram com seu incentivo e motivação percorrer novos caminhos, compartilhando alegrias e dificuldades ao meu lado.

Sinceramente, agradeço a todos!

RESUMO

Esta dissertação tem a preocupação em estudar as moradias urbanas de Belém na primeira metade do século XIX. Identificar as relações sociais construídas nestes ambientes domésticos, investigados através do uso e consumo de objetos encontrados nos inventários *post mortem*, jornais, relatos de viajantes e outras documentações. Apontar a trajetória das influências que sofreram os ambientes domésticos, incorporando ou produzindo suas próprias relações com o espaço de habitação é uma tarefa que procuro discutir. Os sentidos de domesticidade permeados pela relativa noção de privacidade e ao limitado acesso ao consumo de bens materiais são possibilidades que emergem ao longo do estudo. É neste conjunto que investigo o significado que as noções de conforto, praticidade são projetados nos mobiliários domésticos, e com isto, ler como o habitante urbano representava essas sensibilidades diante do local de residência nesta capital paraense em meados do século XIX.

Palavras-chaves: Belém- séc. XIX, cultura material, história da habitação, usos e costumes.

ABSTRACT

This dissertation has the concern in studying the urban homes of Belém in the first half of the century XIX. To identify the social relationships built in these domestic atmospheres, investigated through the use and consumption of objects found in the inventories post mortem, newspapers, travelers' reports and other documentations. To point the path of the influences that suffered the domestic atmospheres, incorporating or producing their own relationships with the house space is a task that I try to discuss. The domesticidade senses permeated by the relative notion of privacy and to the limited access to the consumption of goods materials are possibilities that emerge along the study. It is in this group that I investigate the meaning that the comfort notions, praticidade are projected in the domestic furnitures, and with this to read as the urban inhabitant represented those sensibilities before the residence place in this capital paraense in the middle of the century XIX.

Key-words: Belém - century XIX, material culture, history of the house, uses and habits.

ABREVIATURAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará.
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Belém.
ATJEP	Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

1. Planta da Cidade de Belém (ângulos das ruas), instalação urbana do século XVII, (ARAÚJO, Renata M. 1998) 32
2. Planta da Cidade de Belém (distribuição dos prédios) instalação urbana do século XVII, (ARAÚJO, Renata M. 1998) 33
3. Planta da Cidade do Pará 1780. (G. Gronsfeld) In REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. 34
4. Mapa da cidade de Belém – 1773. In REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999. 40
5. Plano Geral da Cidade do Pará – 1791. In. REIS FILHO, N. Goulart, CD-ROM, *Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial*. 1999. 42
6. Plano Geral da Cidade do Pará – 1791 Theodósio Constantino de Chermont In. Álbum de Belém do Pará, Alunorte, 1995 44
7. Planta da Cidade do Pará – 1771. (G. Gronsfeld) 46
8. Plano do Pará (Belém após o aterramento do Piri) In. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. 1999. 52
9. Vista Panorâmica de Belém, por Spix e Martius. In. REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. 1999. 74
10. Capela de Nazaré as proximidades de Belém do Pará. In. Wallace. Alfred R. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro 114
11. Capa do livro *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna de autoria de Teodoro de Almeida* séc. XVIII 148

LISTA DE TABELAS.

1. Números da Cabanagem	45
2. Imóveis de Aluguel de propriedade da Santa Casa de Misericórdia	88
3. Quadro de famílias dos inventariados	136
4. Quadro de investimento em móveis e objetos domésticos	140
5. quadro de produtos que circulavam no porto de Belém	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. ENTRE A MORADA E A CIDADE	29
1.1. O URBANISMO COLONIAL: BELÉM NOS FINS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX.	30
1.2. OLHARES ESTRANGEIROS E O EXTERIOR DAS CASAS	73
1.3. MORADIAS NA CIDADE TIPOS E SEUS USOS	85
II. SOCIABILIDADES DOMÉSTICAS: OS INTERIORES DAS CASAS	99
2.1. LIMITES DA PESQUISA SOBRE A VIDA DOMÉSTICA	100
2.2. SOCIABILIDADES DOMÉSTICAS: O USO SOCIAL DAS CASAS	113
2.3. QUARTOS E COZINHAS: EM BUSCA DA PRIVACIDADE	121
III. AS COISAS DA CASA: POR UMA HISTÓRIA DA VIDA MATERIAL	131
3.1. A DIMENSÃO SOCIAL DOS OBJETOS	132
3.2. ENTRE A VIDA DOMÉSTICA E A VIDA DO TRABALHO	155
3.3. SENSIBILIDADES DOMÉSTICAS ATRAVÉS DOS UTENSÍLIOS	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	185

INTRODUÇÃO

A casa revela a constituição da família que a habita. No exterior, como no recinto desta, despida de qualquer conforto, sem os objetos indispensáveis a gente civilizada, faltam os aconchegos da vida da família regularmente organizada.

José Veríssimo¹.

A relação entre o aspecto da casa e a ausência dos *objetos indispensáveis à gente civilizada*, constitui elementos que combinados permitem ao escritor José Veríssimo, no seu artigo *usos e costumes* de 1880, produzir uma leitura sobre as formas de morar das famílias tapuias. As condições físicas das habitações e os interiores destituídos de objetos materiais foram significativos para que Veríssimo pudesse atribuir à falta de conforto e, por conseguinte julgar que aquela era uma família que desconhecia os refinamentos da gente civilizada.

Este pontual trecho da obra de Veríssimo me conduz para o cerne das questões que nortearam o estudo da pesquisa que propus desenvolver sobre a vida material nos domicílio de Belém na primeira metade do século XIX. O esforço empreendido nesta investigação reside na capacidade de articular os diversos registros dos objetos materiais encontrados nos domicílios de Belém e a própria estrutura das moradas para tentar entender como os moradores da capital paraense produziam as suas condições de vida em meados do século XIX, a relação com o consumo, conforto, privacidade foram guias para a construção do texto da minha dissertação.

O presente estudo nasceu do desdobramento, de um projeto de pesquisa apresentado junto a este programa de pós-graduação, que provisoriamente tinha por título *Posturas e Costumes: discursos e atitudes diante das políticas de civilidade em Belém 1850-1920*. A trajetória desta idéia logo se mostrou inviável no formato que pretendia o projeto, dada às limitações que o tema apontava para a leitura dos costumes a partir de uma legislação urbana, que eram as posturas municipais. Entretanto, a proposta não seria de todo desprezada, ela ganharia novos contornos ao longo das leituras e discussões do curso do mestrado, especialmente durante a disciplina História da Cultura Material onde pude encontrar solo fértil para as idéias iniciais sobre o estudo da vida urbana em Belém, agora de uma outra perspectiva, o domicílio e os objetos da vida material.

¹ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa ganhava novas perspectivas metodológicas, fui tentado a fazer um recuo na temporalidade do estudo, ao invés do final do século XIX, a idéia era estudar as moradas belemenses na primeira metade daquele século. Isto foi um desafio que implicava numa revisão das fontes e de leituras, mas que proporcionaram um encontro com um momento pouco investigado do espaço urbano de Belém.

A leitura dos viajantes naturalistas que visitaram Belém nos primeiros cinquenta anos do século XIX me possibilitou as primeiras impressões da cidade daqueles tempos. Contudo, foi o árduo trabalho no Arquivo Público do Estado do Pará, que me fez entrar em contato com os inventários *post mortem* que constituíram uma documentação capital para a leitura da vida material nos domicílios belemenses. A investigação dos inventários me levou para o Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, onde além dos inventários registrados no Juizado Órfãos da capital, que se encontram no APEP, pude consultar os inventários do Juizado Municipal guardados no ATJEPa. Estes documentos foram importantes para a construção de um corpo documental da pesquisa.

A investigação dos Jornais que circulavam na cidade de Belém neste período foi muito importante para ter uma percepção dos produtos que abasteciam os comércios da capital ou entravam e saíam pelos portos. Esta tarefa foi efetuada na leitura dos microfilmes dos periódicos do CENTUR e particularmente daqueles pertencentes à biblioteca Grêmio Literário Português que reúne um precioso acervo de jornais que circularam a partir da década de 1840 em Belém.

A investigação destas fontes e as leituras sobre a vida material e problemas teóricos-metodológicos me permitiram direcionar esforços no sentido de produzir um diálogo entre o domicílio e vida material nos primeiros anos do século XIX.

O tempo e o espaço da pesquisa.

A vida na cidade de Belém nos primeiros anos de 1800, especialmente nos cinquenta anos iniciais foi bastante dinâmica. A província do Grão-Pará era o ponto de referência do Estado português no norte do país, situada no delta do *grande rio Amazonas*, a Província mantinha um contato muito estreito com a metrópole portuguesa e isto tornava este local da colônia muito sensível aos acontecimentos metropolitanos. Esta condição de Belém pode ser

constatada pelos episódios que marcaram os anos iniciais do século XIX, entre estes a tomada de Caiena, os movimentos pela Independência no Pará e a Cabanagem.

Quando os franceses invadiram Portugal em 1808 a corte portuguesa se obrigou a fugir para o Brasil se estabelecendo no Rio de Janeiro, uma das reações imediatas do rei de Portugal foi autorizar a tomada de Caiena, uma colônia francesa que fazia fronteira com as terras da província do Grão-Pará, de onde partiram sob o comando do tenente-coronel Manoel Marques d'Elvas um destacamento inicial de 600 homens que compunham o *Corpo de Voluntários Paraenses*, que receberam a cooperação dos comerciantes da praça belemenses². Em 1809, Caiena foi tomada pelas tropas paraenses em nome de Portugal, permanecendo sob o domínio destes até 1817, quando retornou ao comando da França.

Nos anos de 1820, outros episódios, abalaram a capital paraense, eram as discussões em torno do processo de independência do Brasil de Portugal. Nesta província os acontecimentos foram vividos de forma intensa. A Revolução Constitucional e Liberal Portuguesa de 1820, que estendia os direitos dos *portugueses europeus aos portugueses americanos*, também favoreceu as condições para a implantação da imprensa³ e a circulação de livros, que frutificaram em debates que opunham os defensores das idéias do controle metropolitano àqueles que defendiam a ruptura com a ordem colonial. Mesmo com a tardia adesão do Pará à independência em 1823, as disputas entre os interesses nacionais e a forte presença portuguesa nos comandos da política e da economia local se mostravam aceras, o que levaria, entre outros motivos, a culminar no simbólico movimento popular do período Regencial no Pará, a Cabanagem.

Em 1835, Belém foi tomada pelos cabanos que chegaram a constituir governos revolucionários para o comando da Província, porém sem forças para enfrentar as tropas do governo central foram destituídos do poder, presos e perseguidos implacavelmente até os anos de 1840, quando ainda se ocupavam os presidentes da província do Pará em pacificar os últimos focos de resistência dos revoltosos que se espalhavam pela região amazônica⁴.

² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Síntese de História do Pará*, Belém-Pará: AMADA, 1972. p.73-74.

³ COELHO, Geraldo Mártires. *Letras & Baionetas*; novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém-Pará: Cejup, 1989; COELHO, *Anarquistas, Dissidentes e Demagogos*: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém-Pará: Cejup, 1993.

⁴ RICCI, Magda. História Amotinada: Memórias da Cabanagem. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p. 13-28, jan.-dez. 1993.

A última década da primeira metade do século XIX foi marcada por ações políticas que visavam restaurar a ordem pública. Isto se mostrou como uma preocupação do Estado em apagar os rastros deixados pelos cabanos ao mesmo tempo em que se evidenciava o papel desempenhado pelos *mártires* pacificadores da província do Pará. A restauração da ordem implicou também numa maior ação do governo na vida da cidade, seja através de obras públicas, seja na instauração de uma legislação vigilante, que passava a policiar a vida urbana.

Reconhecer os acontecimentos políticos ou populares que marcaram a vida da capital paraense nos primeiros decênios do século XIX nos permite visualizar no curto tempo⁵, as intervenções que sofreram os moradores de Belém neste período. No entanto, a análise sobre a vida na cidade e as formas de morar, se relaciona às estruturas do cotidiano, fazendo uma alusão às idéias de Braudel, pois a *casa seja qual for, dura e não pára de testemunhar a lentidão das civilizações, de culturas obstinadas em conservar, manter, repetir*⁶. Estes espaços de moradia estavam ligados a uma dinâmica mais longa, que extrapola o episódio. Isto não quer dizer que os acontecimentos políticos não contribuíram para as mudanças de atitudes na vida urbana, porém as respostas para este universo são muito mais lentas do que o tempo do acontecimento.

Diante desta configuração política que Belém assistiu na primeira metade do século XIX, a perspectiva econômica da capital paraense foi caracterizada como uma fase de decadência⁷, devido os limites da exportação do cacau, que representava desde o final do século XVIII um importante produto da economia local, mas que logo na primeira década dos oitocentos seria abalado por uma crise pela retomada das exportações pelo seu concorrente venezuelano. Neste sentido, a historiografia aponta três momentos distintos na economia da capital paraense primeira metade do século XIX. Num primeiro momento, a circulação de mercadorias e produtos tropicais se manteve forte entre os mercados internacionais até por volta dos anos de 1820, tendendo, num segundo momento, a uma gradativa queda tanto nas exportações como na entrada de produtos importados na capital, tendência que se acentuou

⁵ Os episódios fazem parte, segundo Braudel, do tempo curto mais suscetível a mudanças em oposição a longa duração que está ligada ao tempo das estruturas. Num de seus trabalhos *A Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*, o historiador francês dedica um volume dos três desta coletânea para discutir as Estruturas do Cotidiano, que somente muito lentamente sofrem mudanças, nelas estavam relacionadas as habitações como parte destas estruturas cotidianas.

⁶ BRAUDEL, Fernand. *A Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV-XVIII*. v.1, Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.238.

⁷ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

durante os conflitos da Cabanagem. E finalmente retornaria a crescer a partir dos anos 1840, agora já assistindo os prenúncios da economia da borracha.

Ainda que estas *tendências* do mercado tenham orientado a compreensão histórica do período em causa, considero apenas referencial para analisar os temas sobre a vida material e o sentido do consumo de objetos no mercado de Belém. Pois, a dinâmica da vida econômica, por vezes, pode ser percebida pelas relações de trocas e circulação de produtos que se efetuam distantes das médias econômicas do grande mercado externo, ocorrendo numa economia endógena⁸, através de um mercado local que estabelecia seus tentáculos entre os diversos arredores da cidade, abastecendo de produtos que se mostrariam nas residências urbanas de Belém.

Portanto, é em meio a estas condições socioeconômicas que nos aventuramos em analisar a vida nos domicílios de Belém.

Em torno de alguns conceitos.

Uma história da cultura material nas casas de morada em Belém constitui uma possibilidade nova de investigação, seja por se tratar de um método/objeto pela qual prima, qual seja uma *história das coisas*⁹, seja porque extrapola os níveis de análise do espaço urbano, passando das soleiras das habitações urbanas, articulando uma análise *porta adentro*¹⁰, tarefa não muito simples, porém reveladora, pois através das mobílias e dos objetos de usos doméstico o cotidiano e as relações sociais ganham perspectivas bastante significativas frente aquelas consideradas públicas.

A historiografia regional possui poucos estudos que se dedicam a esta temática, neles as moradias urbanas de Belém neste período foram estudadas levando em consideração a sua morfologia e em alguns casos as técnicas construtivas. Entre estes estudos destaco o trabalho

⁸ FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁹ O uso do termo história das coisas se faz a partir das noções propostas por ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*, o nascimento do consumo séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 e do estudo de REDE, Marcelo. História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material; In. *Anais do Museu Paulista*, nova série V. 4. 1996.

¹⁰ A expressão porta adentro é utilizada por MATOS, Maria Izilda. *Cultura e Cotidiano: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002, onde autora discute os vários ofícios executados pelas mulheres nos domicílios de São Paulo no final do século XIX.

do cronista Ladislau Baena *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*¹¹, onde a preocupação em registrar um panorama geral da província do Pará, abarca aspectos sobre as construções urbanas, com destaque para os prédios das Igrejas e aqueles pertencentes ao governo.

Seguindo esta linha, porém de forma mais pontual estão *Edificações de Belém*¹² e *Das casas da Câmara ao Palácio Antonio Lemos*¹³, ambos os estudos do historiador Ernesto Cruz. Neste último o autor se preocupou em contar a trajetória do prédio da Câmara, onde hoje está o Palácio Antonio Lemos. Já na obra *edificações de Belém*, Cruz faz uma compilação das narrativas de cronistas e viajantes que descreveram algumas habitações de Belém, tecendo comentários acerca do *processo evolutivo* que estas construções sofreram ao longo do tempo. São *recortes* nos escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira¹⁴; Hercules Florence¹⁵; Antonio Ladislau Monteiro Baena¹⁶; Henry Bates¹⁷; Alfred Russel Wallace¹⁸. Os rastros da percepção dos viajantes são seus limites de análise, o aspecto físico e as características exteriores são os elementos mais destacados, o texto pára na *soleira da porta* das moradas.

No âmbito mais geral a pesquisa da história da vida material, não se constitui um tema tão novo, e muito menos de domínio da pesquisa histórica. Jean-Marie Pesez localiza em 1919 durante em plena guerra civil, quando Lênin assina o decreto que institui a Academia de História da Cultura Material da URSS¹⁹, a emergência deste organismo dava claras demonstrações de relação com o materialismo histórico, assim como vinculava uma Comissão Arqueológica as atribuições de investigação sobre a cultura material.

Embora não seja intenção localizar uma *certidão de nascimento da história da cultura material*, convêm assinalar através desta iniciativa que havia uma preocupação em estabelecer um método, assim como um objeto de estudo para o que passaria a se chamar de cultura

¹¹ BAENA, Antonio L. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

¹² CRUZ, Ernesto. *Edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

¹³ CRUZ, Ernesto. *Das Casas da Câmara ao Palácio Antonio Lemos*. Belém-Pará: Grafisa, 1973.

¹⁴ FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado) faz parte do acervo de obras raras do CENTUR, Belém-Pará.

¹⁵ FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1977.

¹⁶ BAENA, Antonio L. 2004 op. cit.

¹⁷ BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1985.

¹⁸ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pela Amazônia e Rio Negro*. Brasília: Edições do Senado Federal, Vol. 17, 2004.

¹⁹ PESEZ, Jean-Marie. *História da Cultura Material*. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. pp. 177-213.

material. Foram os arqueólogos e não os historiadores que estabeleceram o domínio neste campo. As produções arqueológicas *baseavam-se essencialmente, nos vestígios concretos*²⁰, aspectos a serem estudados, o que representava limites que somente seriam superados com a renovação das ciências humanas.

Os estudos de cultura material e a relação com os domicílios receberam grande contribuição a partir da publicação de *Civilização Material, Economia e Capitalismo – século XV-XVIII*, do historiador francês Fernand Braudel²¹, lançada em 1979, composta em três volumes: 1. As estruturas do cotidiano; 2. Os jogos de trocas e 3. O tempo e o mundo. O primeiro deste volumes, *Estruturas do Cotidiano*, merece destaque especial pelo estudo da produção e consumo de alimentos, mas particularmente por um de seus capítulos, *O supérfluo e o costumeiro: o habitat, o vestuário e a moda*, que particularmente me interessa. Nesta obra o autor demonstra as mudanças e as permanências ocorridas nas habitações, não apenas no seu aspecto exterior, mas também na sua estrutura interna, no uso social dos cômodos, assim como, na produção técnica das mobílias. Este trabalho recebeu inúmeras críticas, segundo Pesez, o arqueólogo italiano Andrea Carandini censurou Fernand Braudel *por não definir a noção que é o objeto do seu livro, ou defini-la apenas por metáfora ou imagens literárias*²².

A obra de Braudel, permeada pela discussão do tempo histórico, apresentaria várias perspectivas para o estudo da vida material. A amplitude de seu trabalho não se fez sem o recurso a uma variedade de fontes para a pesquisa, tais como documentação iconográfica, os objetos na *sua concretude*, porém, as fontes cartoriais, inventários *post mortem*, narrativas de viajantes seriam entre outras as possibilidades que o historiador da vida material poderia lançar mão.

Considerando a ampliação das perspectivas das fontes para o estudo da vida material é importante destacar os balanços teórico-metodológicos apresentados pelos estudiosos Marcelo Rede²³ e Ulpiano de Meneses²⁴, que se ocuparam em analisar o processo de desenvolvimento

²⁰ *Idem.*

²¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*. As Estruturas do Cotidiano, o possível e o impossível. Vol. 1, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

²² PESEZ, Jean. op.cit. p. 184.

²³ REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Série. v.4 p.265-82 jan./dez. 1996.

²⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In. *Revista de Estudos Históricos*, São Paulo: CPDOC/FGV- IEB/USP/SP, 1997. Disponível no site <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>.

das pesquisas sobre a vida material, assim como as tendências recentes para esta linha de estudo.

Em busca de uma história a partir das coisas, em dois artigos, pelos menos, publicados pelos Anais do Museu Paulista, Rede faz um balanço dos debates propostos para o estudo da Cultura Material. O primeiro deles *História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material* apresentam as perspectivas da pesquisa sobre cultura material resultante de um congresso promovido pelo Smithsonian Intituiton, denominado *History from things: the use of objects in understanding the past*. Ao passo que analisa as discussões correntes particularmente nos Estados Unidos, Rede aponta para o historiador uma perspectiva interdisciplinar do estudo das coisas materiais, já que entre os estudiosos que apresentaram suas pesquisas poucos vinham de uma formação histórica, eram: tecnólogos das humanidades; psicólogos; museólogos; geógrafo e apenas dois historiadores da Arte e das tecnologias.

Alguns aspectos relevantes apresentado neste balanço, diz respeito ao diálogo estreito entre os objetos e o contexto social em que este se insere, pois, a materialidade dos objetos se faz no convívio em sociedade. Diz Rede *é uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória*²⁵. São as intervenções na forma do objeto, mas principalmente no uso social que este sofre ao longo do tempo em sociedades que definem e o redefinem.

Considerando este aspecto, Tânia Lima que estudou as louças domésticas no Rio de Janeiro no século XIX, alertava que *estes artefatos domésticos não deveriam ser entendidos apenas em seu sentido funcional, mas também simbólico*²⁶, ou seja, na representação cultural que estes objetos materiais exercem no seio da sociedade.

Num outro estudo intitulado *Estudos de cultura material: uma vertente francesa*, Rede analisa as contribuições dos estudiosos franceses para a pesquisa da vida material. Entre os quais destaca as iniciativas em semiologia de Jean Baudrillard²⁷, particularmente através da sua obra *Os sistemas dos Objetos*, cuja preocupação reside em perceber a função sígnica dos objetos. Nota que as muitas pesquisas nas França por volta do final da década de 1970, ainda

²⁵ Idem.

²⁶ ANDRADE LIMA, Tânia. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Série. v.3. p.129-191 jan./dez. 1995.

²⁷ BAUDRILLARD, Jean. *Os Sistemas dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

tomavam a *sugestão de inserir no horizonte de uma história econômico-social a dimensão palpável da “civilização material”*²⁸. Trabalho que sofreu críticas, amplamente expostas por Pesez, em artigo já citado.

Porém seriam através dos estudos monográficos investidos pela “nova história”, que se destacariam pesquisas importantes, como as formas modernas de consumo a partir do século XVII estudadas por Roche²⁹, cujo trabalho mobiliza intensamente a pesquisa da história material, dedicando a análise da casa, as estruturas da iluminação, aquecimento e abastecimento de água, os móveis e objetos, as vestes e os alimentos. Este trabalho, guardadas as proporções históricas, serviu para refletir as possibilidades da cultura material doméstica, pois demonstra de que forma as mudanças nas estruturas urbanas, a partir de suas habitações implicam em necessidades de consumos de objetos e serviços que, por sua vez, está diretamente relacionada com a vida na doméstica.

Entretanto, a questão fundamental deste artigo de Rede é possibilidade de demarcar uma tendência francesa, *que procura se enraizar em uma tradição antropológica*, diferentemente dos estudos anglo-americano. Um dos representantes desta corrente francesa trata-se de Jean-Pierre Warmier, onde a ênfase de suas idéias reside na articulação entre o corpo e a cultura material. Para Warmier, *a cultura material participa de uma síntese que, longe de ser estática, implica interação dinâmica entre os elementos em jogo: corpo, objeto, espaço. Assim o foco da análise será concentrada sobre o processo de incorporação, isto é, a apropriação do universo físico mediada pelo corpo*³⁰.

Tomando o corpo como *parte* desta articulação da vida material, esta idéia vem reforçar a interação do objeto com a sociedade, estabelecendo uma perspectiva mais individualista, segundo o qual a materialidade do objeto *é percebida de forma singularizada, pelo qual o sujeito se apropria das diversas variantes e reproduz, à sua maneira, a existência*³¹. A análise das perspectivas apontadas por esta vertente francesa, soma-se as reflexões feitas anteriormente por Rede no sentido de apontar um caminho interdisciplinar para o estudo da cultura material, demonstrando as possibilidades de análises dos objetos e sua relação com a sociedade e, mais especificamente com os indivíduos.

²⁸ REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Série. v.8.9. p.281-291 (2001-2002) editado em 2003.

²⁹ ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

³⁰ REDE, M. op.cit. p.284.

³¹ Ibidem.

Procurando analisar o deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o público e as implicações que isto representa para a pesquisa histórica³², Ulpiano Meneses, aponta também uma revisão dos usos da história da vida material e a produção histórica. Uma característica que acompanha o estudo da cultura material é o sentido de complementaridade da documentação escrita ou materialização de uma história sócio-econômica, esta situação teria relegado os objetos materiais submissa das palavras. Meneses aponta para uma *dimensão corporal da memória*³³. A este respeito o autor, vem reforçar a premissa de que os objetos não possuem sentido em si mesmo, pois isto conduziria a uma desistoricização das coisas, reafirmando o fetiche. Os objetos *são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido*³⁴. As possibilidades de reflexão histórica sobre a pesquisa histórica a partir das coisas são discutidas em temas que refletem sobre *objeto histórico/documento histórico*, apontando o sentido *polissêmico da cultura material*, pois ela assume sentido de objeto e método de análise. A *dimensão pessoal do objeto*, apontando para as singularidades dos indivíduos que os fazem, mas principalmente daqueles que os usam.

As contribuições de Rede e Ulpiano Meneses, assim como Roche, Braudel e Pesez, para falar somente destes, nos serviram para demonstrar de que forma a pesquisa da História da Cultura Material, constitui um campo de estudo que vem se formando de longa data e é trespassado por várias perspectivas de análises, que cruzam os instrumentos da arqueologia, da antropologia, da semiótica, da sociologia, da arquitetura, de vários campos do saber, além da história. Estas leituras foram fundamentais para pensar o andamento das pesquisas.

No Brasil os estudos do espaço doméstico e da vida material, não constituem uma novidade como temáticas de investigação, para exemplificar, citemos apenas dois trabalhos referenciais: são as obras de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*³⁵ e *Sobrados e Mucambos*³⁶, que tem no estudo da família patriarcal estabelecidas dentro de um espaço de domesticidade, representado pela casa grande e pelos sobrados seu foco da narrativa. Estes trabalhos percorrem com um vigor uma vasta documentação e palmilhando as relações cotidianas deste ambientes. Uma outra obra que se destaca pela primazia no uso de fontes cartoriais, em particular os inventários *post mortem* é a obra de Alcântara Machado, *Vida e*

³² MENESES, Ulpiano T. Bezerra.op.cit.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

³⁶ FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

morte do bandeirante 1929, onde autor percorre a vida material das famílias dos bandeirantes a partir dos registros de bens informados nos Cartórios de Órfão por ele pesquisado.

Entretanto, nenhuma destas pesquisas se utiliza das *ferramentas metodológicas* da História da Cultura Material, por isto são trabalhos que discutem a temática destituídas de um amparo teórico-metodológico da cultura material.

Bem diferente se mostraram os estudos que recentemente foram produzidos na historiografia brasileira. Entre os quais é importante destacar o projeto editorial dos volumes da *História da Vida Privada no Brasil*, como exemplo de pesquisas que valorizaram o estudo da vida material. Semelhante ao projeto editorial francês que lhe forneceu inspiração, sua preocupação era atender o grande público onde a narrativa histórica apresenta várias ilustrações, formando “textos” paralelos, sem ser explorado como um potencial dialógico, e na sua maioria sem conexão explicativa da narrativa. *Assim, a riqueza documental que o projeto produziu, em vez de estimular os autores a absorvê-la como matéria-prima de suas reflexões, acabou por estrangê-las a comentários atomizados nas legendas*³⁷. Nesta coleção o espaço da residência torna-se ao longo dos quatro volumes o local preferencial para as *tramas da vida privada*, e em certa medida oposto de vida pública. O uso de fontes cartoriais, processos crimes, diários pessoais, cartas, fotografia, revistas, objetos materiais na *sua concretude*, são entre os outros recursos que dispuseram os estudiosos que fizeram parte deste projeto.

Porém são os trabalhos monográficos, alguns dos quais já ganharam o mercado editorial, que se destacam nos finais dos anos 90 do século XX e particularmente nos anos iniciais deste século, dentre estes estão, os estudos de Symanski³⁸, Faria³⁹, Vieira Jr.⁴⁰, Nazzari⁴¹, estes já publicados e outros em formato impresso são as pesquisas de Carvalho⁴² e

³⁷ CARVALHO, Vânia Carneiro. Gênero e cultura material: uma introdução bibliográfica. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Série. v.8.9. p.293-323 (2000-2001). Editado em 2003. p.310.

³⁸ SYMANSKI, Luis Cláudio P. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

³⁹ FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁰ VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780 -1850)*, Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004.

⁴¹ NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras 2001.

⁴² CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*, (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

Silva⁴³, para citar somente estes. As primeiras se debruçam sobre temáticas que cruzam análises com vida material nos domicílios, particularmente, os trabalhos de Sheila Faria onde dedicou parte do seu trabalho para estudar as Casas de moradas no Campo dos Goitacazes, pesquisa esta que teve seu primeiro formato com o título *Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre as casas de moradia nos Campos dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX*. Não muito diferente no sentido de uma pesquisa da vida material foi dedicada a primeira parte do trabalho de Vieira Jr., denominado *Família e domicílio: estrutura material e uso social do espaço*. Estas pesquisas são pontuais em recorrer às fontes e métodos de pesquisa da vida material, onde a análise dos *discursos* sobre objetos são balizas que norteiam à compreensão da dinâmica social, econômica, política, as relações de consumo, conforto e privacidade nas habitações. Os autores rastreiam a vida material das famílias urbanas e rurais durante o período colonial, se atendo particularmente a fontes escritas, o que implica num esforço imaginativo, através de análises *sugestivas* para as possibilidades de usos dos objetos, num momento onde o investimento em bens de uso doméstico não são tão vultosos.

Nesta perspectiva, porém numa temporalidade onde o domínio da vida burguesa se apresenta mais definida temos os trabalhos de Carvalho⁴⁴ e Silva⁴⁵. Ambos se dedicam ao estudo da vida doméstica no final do século XIX e início do século XX. Nestes trabalhos o recurso das fontes materiais impressas, que sugerem um discurso sobre o objeto, dialogam com o objeto em si, ou a sua representação através de fotografias, anúncios de jornais, pinturas de ambientes domésticos. Vânia Carvalho estudou *Gênero e artefato*, a moradia ganhando contornos masculinizados e femininos segundo seu uso e configuração material, nesta pesquisa as noções de conforto, consumo, intimidade, prazer, lazer são entre outros fenômenos correntes na vida doméstica burguesa.

Preocupado em analisar os impactos causados pela introdução do gás e da eletricidade na casa paulistana, Silva aponta as transformações materiais causadas pela entrada destas tecnologias na interior da vida doméstica, implicando na substituição de materiais e utensílios domésticos por outros que inspiram conceitos de higiene, praticidade e uma maior ampliação do consumo de objetos materiais domésticos em consonância com um novo modelo de vida burguesa.

⁴³ DA SILVA, João Luiz Máximo. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930*. (Mestrado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

⁴⁴ CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato*. op. cit.

⁴⁵ SILVA, João Luiz Máximo, *O impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana*. op.cit.

Ambos os estudos tiveram a orientação de Ulpiano Meneses, fazendo parte da linha *Estudos de cultura material no espaço doméstico*, da Universidade de São Paulo o que unifica uma perspectiva de investigação.

De modo relevante para o estudo da cultura material, podemos situar as publicações dos Anais do Museu Paulista, particularmente nos volumes da Nova Série, que desde 1993 ganhou um subtítulo *História e Cultura Material*. As publicações deste periódico concentram, hoje, significativos ensaios de pesquisas sobre a vida material no Brasil, com destaque para experiências de estudos que tomam como referencial o domicílio e a vida material doméstica. A casa de morada se apresenta como um campo fértil para a investigação da vida material, são textos que discutem o espaço de moradia e o desenvolvimento de seus espaços interiores, da mesma forma como o uso social destes cômodos. As experiências de pesquisas congregam tendências diversas de estudiosos que se aplicam vários tipos de instrumental de investigação. São trabalhos de arqueólogos, museólogos, arquitetos, e tantos outros estudiosos da cultura material, particularmente os historiadores. O recurso às fontes materiais, em pesquisas arqueológicas ou a análise do aspecto arquitetônico, não precede de outras fontes de orientação. Destaco, pesquisas como *Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista*⁴⁶, que discute as relações internas das moradias através de fontes cartoriais, particularmente os inventários *post mortem*, cuja análise combinada a outros meios de pesquisa apresenta possibilidades de pesquisa com história material.

A Legislação urbana, como os livros de cobrança da décima dos prédios urbano são fontes que fornecem perspectivas para o estudo da configuração do mercado imobiliário e da distribuição das moradias urbanas⁴⁷. Ainda pesquisas sobre o uso de objetos materiais nas moradias, como *Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX*⁴⁸, se apresenta com uma investigação sobre a introdução e o uso social de utensílios domésticos que apresentam significativas análises sobre a relação dos objetos e distinção social, assim como a representação cultural que estas coisas podem revelar.

A trajetória das pesquisas sobre a vida material apresentadas até aqui foram de fundamental importância para o aprofundamento das perspectivas metodológicas do uso das

⁴⁶ ARAÚJO, M. Lúcia V. op.cit.

⁴⁷ BUENO, Beatriz P. Siqueira. Tecido urbano e Mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. In. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Série. v.13. p.59-97 jan./jun. 2005.

⁴⁸ ANDRADE LIMA, Tânia. op.cit.

fontes de pesquisa, assim como as tendências teóricas que orientam estes estudos para a pesquisa que ora desenvolvemos sobre a vida material nas moradias urbanas em Belém entre 1800 e 1850.

A respeito da estrutura da dissertação

A fim de demonstrar a composição textual de como foi estruturado a dissertação para perseguir o nosso objetivo, o corpo do trabalho foi dividido em três capítulos principais.

O primeiro, intitulado *Entre a Morada e a Cidade: o desenvolvimento urbano de Belém em meados do século XIX* faz um percurso mais amplo procurando situar as formas de morar no espaço amplo da vida numa cidade colonial nortista. A perspectiva da discussão remonta o planejamento urbano que era executado nas vilas e cidades coloniais e relação com a instituição o *locus* de habitação. O processo de edificação, as tipologias das moradias urbanas de Belém, assim como as discussões em torno de uma legislação urbana para o domicílio serão temas que nortearam, este primeiro momento do estudo.

O segundo momento do texto *Sociabilidades domésticas e os interiores das casas*, se apresenta como um esforço de discutir as relações sociais e uso do espaço do domicílio *porta adentro*. Ultrapassar os limites da vida urbana do que comumente se chama vida pública da cidade e visualizar o campo de relações interiores que se mostram no espaço da vida doméstica, as transformações das sensibilidades diante do uso social dos cômodos do domicílio, são temas que fazem parte desta etapa do texto.

E finalmente a relação dos indivíduos e as coisas⁴⁹ domésticas será o foco de análise no terceiro capítulo chamado *As coisas da casa: por uma história da vida material*. Os objetos materiais localizados no interior dos domicílios, particularmente através dos inventários *post mortem*, é o fio condutor da narrativa para discutir a interação do espaço doméstico com a dinâmica da sociedade mais ampla. Nesta etapa o consumo, a mobilidade e a permanência, o refinamento dos móveis e os usos sociais dos objetos domésticos foram aspectos importantes no estudo das condições de vida dos moradores belemenses.

Por fim, a pesquisa que desenvolvemos sobre as habitações belemenses nos primeiros decênios do século XIX é um convite para perceber como funcionava a vida urbana da capital

⁴⁹ Expressão usada por Marcelo Rede para tratar da história Material como uma história da relação dos homens com os objetos materiais.

nortista numa época demarcada pelas estratégias coloniais de ocupação permeadas das políticas de desenvolvimento urbanista. É um momento em que a noção de morar está passando por um processo de transformação, onde terra e casa passam a ter um sentido mercantil e valorização do espaço da moradia cada vez mais vai se fazendo pelo estilo e o investimento nos objetos domésticos. Para vislumbrar esta etapa da história de Belém é só abrir a porta que a casa está aberta, pode entrar.

Capitulo 1

ENTRE A MORADA E A CIDADE.

1.1. O URBANISMO COLONIAL: Belém nos fins do século XVIII e início do século XIX.

A cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará seria fundada estrategicamente na porta de entrada do rio Amazonas, *para servir de sinal de posse da imensidão amazônica contra os estrangeiros*⁵⁰. Esta característica de uma cidade-fortaleza se mostra fisicamente no local escolhido pelos colonizadores para iniciar o núcleo de povoamento português nesta região. Seguindo às determinações dos tratados de engenharia militar, o sítio escolhido para a construção da cidade seria uma *faixa de terra confinada de um lado pelo rio e de outro por um grande pântano chamado pelos nativos de Piry*⁵¹.

Por muito tempo se acreditou que as vilas e cidades construídas no período colonial no Brasil eram frutos do imprevisto e da espontaneidade dos conquistadores portugueses. Em estudos recentes⁵² esta idéia tem ficado cada vez mais destituída de valor diante de tantas evidências de um planejamento urbano e militar que norteava a construção destes núcleos de povoamento deste lado do Atlântico. Elementos como a escolha do terreno, o traçado das vias e a disposição das edificações eram entre outros objetos indispensáveis para a efetivação da ocupação nas terras coloniais.

Os estudos sobre a gênese da cidade de Belém têm demonstrado que estes elementos foram imprescindíveis na estratégia para delineamento da urbe nortista. A faixa de terra escolhida para o assento do Forte do Presépio, ponto referencial de onde partiu a edificação da cidade constituía o local mais elevado do terreno o que *facilitava o sistema defensivo e o controle mais eficiente das vias de comunicação*⁵³ – neste caso o Rio Amazonas. Embora tenha sido considerado inadequado para comodidade dos habitantes e a expansão do povoado

⁵⁰ MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Fundação e história. Belém: Grafisa, 1976.

⁵¹ DUARTE, Cristóvão F. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período Filipino. In. *Revista Oceanos*. Portugal: v. 41, p. 152-170. Jan.-Mar. 2000.

⁵² Há uma série de pesquisas que discutem o planejamento das cidades coloniais. Aqui destacamos o estudo de ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998; SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001; COIMBRA, Osvaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002; COIMBRA, Osvaldo. *Engenharia Militar na Amazônia do século XVIII. As três décadas de Landi no Grão-Pará*. (uma pesquisa jornalística). Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2003; BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999. REIS FILHO, Nestor. *Imagens de vila e cidades do Brasil Colonial*. CD-ROM, São Paulo: 1999.

⁵³ COIMBRA, Osvaldo. *A saga dos primeiros construtores de Belém*. op.cit. p.88.

devido o sítio ser cercado pela parte da terra pelo alagado do Piri⁵⁴, o que teria despertado a pretensão de levar o povoado para a Ilha do Sol (Colares), contudo este local se prestava habilmente aos esquemas dos engenheiros militares e o formato de uma cidade-fortaleza.

Assim, a sombra do Forte do Presépio, partiria o traçado urbano de Belém, semelhante a tantas outras cidades coloniais portuguesas deste lado do Atlântico, como na Ásia ou mesmo na África. Renata Araújo, estudando as cidades coloniais amazônicas percebeu a *circularidade* de técnicas e técnicos que eram destacados para o vasto império português com a tarefa de executar o *riscado* urbano das vilas e povoados lusos. Os engenheiros militares constituíram-se, portanto, em funcionários do urbanismo, encarregados do desenho de fortificações e de mapas, eram também os técnicos requisitados para o desenho das formações urbanas⁵⁵.

O primeiro traçado urbano de Belém possivelmente foi orientado pelo *riscado* do engenheiro Francisco Frias de Mesquita, o mesmo responsável pelo planejamento de São Luís no Maranhão. Embora tenha sido executado pelo conquistador Francisco Caldeira Castelo Branco, acredita-se que este tenha penas seguido as *orientações deixadas por Frias de Mesquita*. A este respeito Araújo destaca:

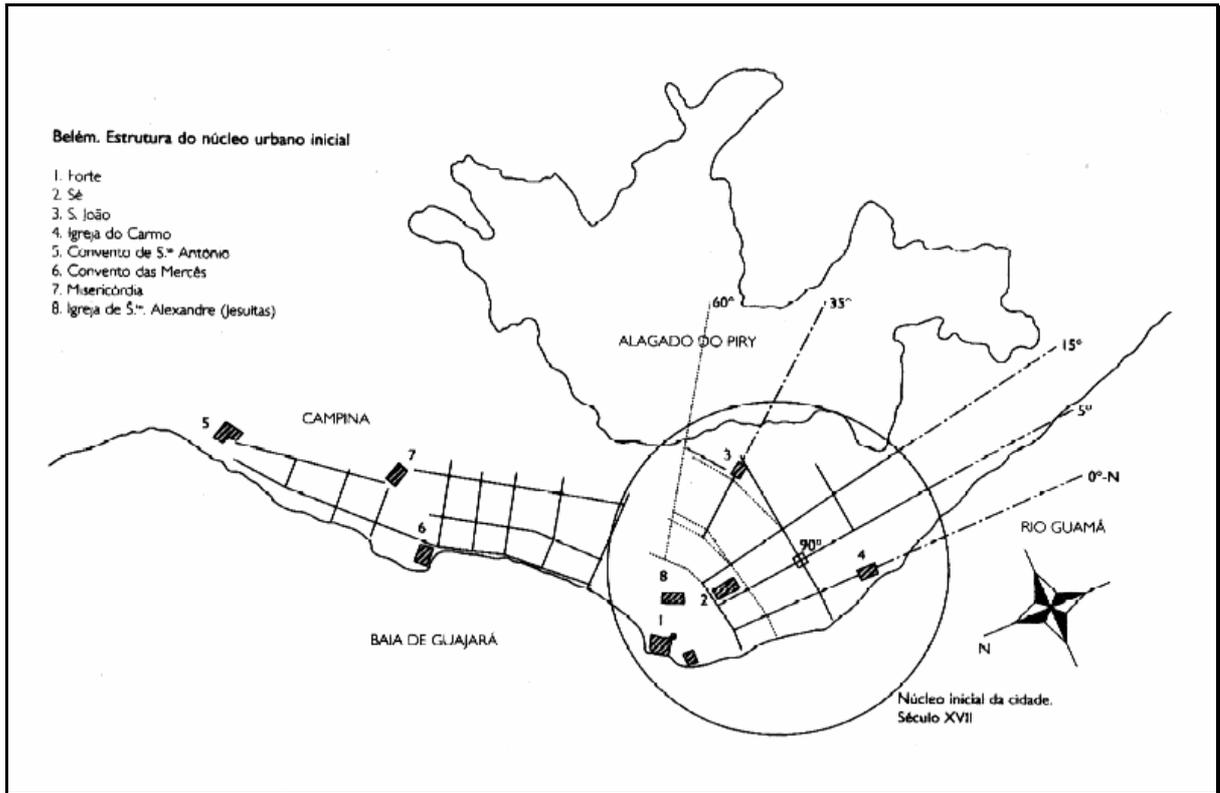
Uma das possibilidades é a anteriormente exposta de que Francisco Frias de Mesquita tenha dado orientações a Castelo Branco e que este tenha deixado as directrizes básicas definidas para que depois fossem seguidas pelos administradores subseqüentes. Outra hipótese a considerar é que o próprio Castelo Branco possa ter assumido o arruamento no conjunto da execução da fortaleza, ou utilizado algum dos componentes da expedição para realizar tal tarefa. De qualquer dos modos, nada leva a crer que a arruação não tivesse sido motivo de consideração senão de alguém de efectiva competência – um engenheiro – ou ao menos de uma pessoa esclarecida – um militar ou piloto que soubesse tirar o rumo e cordear as ruas – pois a forma *urbis* de Belém não admite a hipótese de uma formação aleatória⁵⁶.

Para demonstrar que o traçado urbano de Belém no século XVII seguiu um planejamento executado por pessoas conhecedoras de técnicas urbanísticas Renata Araújo reforça suas evidências apresentando desenhos que sugerem a forma com foi pensada a *urbis*.

⁵⁴ O Piri era um terreno de aluvião muito baixo, inteiramente horizontal, em que duas vezes por dia penetram livremente as águas na preamar. Cf. BAENA, Ladislau. *Compêndio das Eras da Província do Grão Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. p.254. MOREIRA, Eidorf. *Obras Reunidas*. Informa que o espaço da cidade era formado por dois acidentes hidrográficos, o igapó e o igarapé do Piri, que embora distintos formavam uma unidade ou conjunto geográfico dentro do quadro urbano. Pela sua extensão e largura, eles dividiam a urbe em duas, tornando os bairros (da Cidade e da Campina) como suas cidades à parte.

⁵⁵ ARAUJO, Renata Malcher. Op. cit. p.28.

⁵⁶ Idem. p.81.

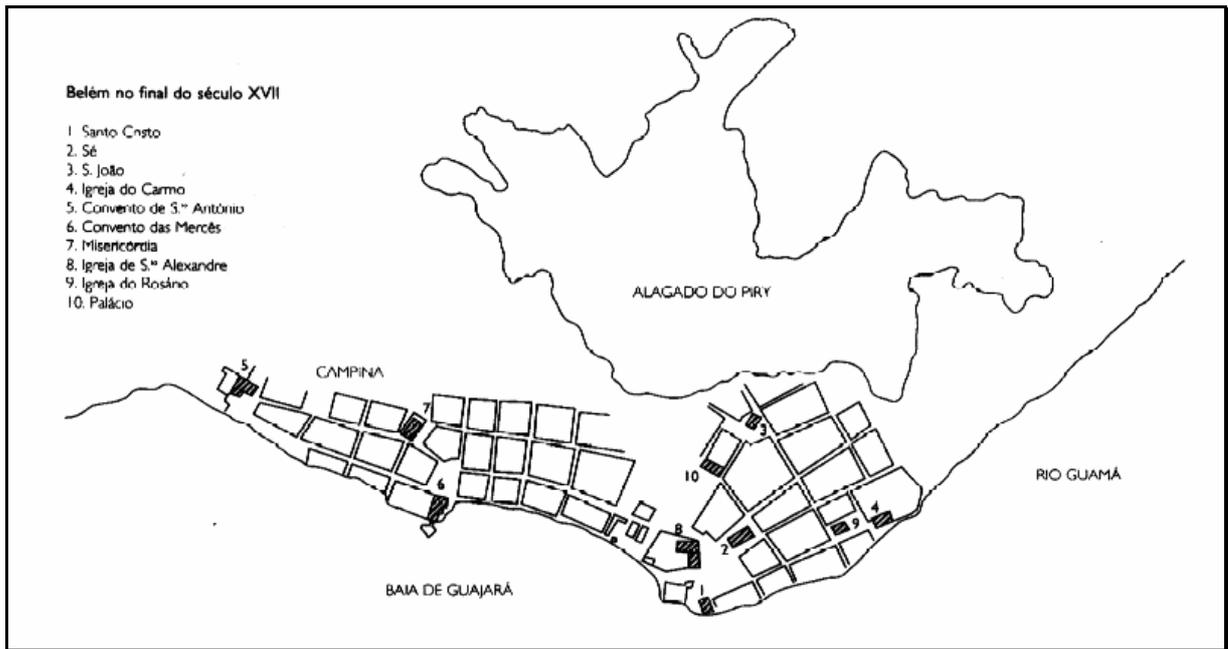


(Fig. 1). Planta da cidade de Belém, instalação urbana do século XVII, (ARAÚJO, Renata M. 1998).

Assim como o local escolhido se ajustava a predisposições técnicas requeridas pelos funcionários urbanistas portugueses, o traçado das ruas não foi menos importante na edificação da cidade. A forma radiocêntrica das ruas do que viria a ser o bairro da Cidade Velha, tem como referencial o Forte do Presépio (fig. 1). Seguindo orientações cardeais – norte-sul, seriam traçadas as vias da cidade, note-se que a primeira Rua de Belém chamava-se Rua do Norte, (hoje Siqueira Mendes), as demais, segundo Araújo, *correspondem a leves inflexões, uma com inclinação de 5° e as outras duas de 15° e 35°*. O cruzamento de tais ruas radiais é feito por transversais, que cruzam octogonalmente a rua central⁵⁷. A preocupação com o ordenamento urbano da cidade fica demonstrado quando 1676 a Câmara designa ao Arrumador (da cidade) *que ao lado oriental da Travessa da Misericórdia o sítio que paralelamente a Rua dos Mártires se deva marcar campo para os domicílios de cinquenta casais de colonos açorianos, que somavam 234 pessoas de ambos os sexos, que viram transformada a sua fortuna com a perda de seus lares convertidos em borralho e cinzas pelas vivas chamas de um furibundo arrojo volcanico, que abalou esta gente Parochiana da Feiteira na Ilha de Faial. A rua construída em Belém seria denominada de São Vicente, primeiro dos dois mencionados no Martirologio*⁵⁸.

⁵⁷ Idem. p.81.

⁵⁸ BAENA, Antonio Ladislau M. 1969 op.cit. p.103-104.



(Fig. 2). Planta da cidade de Belém, instalação urbana do século XVII, (ARAÚJO, Op. cit.).

A orientação para a disposição dos primeiros prédios da cidade, segundo Araújo, obedeciam este método radiocêntrico. Assim foram construídas, por exemplo, a *primitiva Capela de São João, situada na confluência do quarto eixo radial com a direção leste-oeste*. Sobre esta predisposição das edificações no espaço urbano, ainda assinala a mesma autora que *Belém no século XVII desenvolveu um processo não aleatório, mas norteado se não por um plano formal preestabelecido, certamente por uma idéia de urbano nitidamente concebido*⁵⁹.

Contudo o aspecto mais geral da cidade com suas moradas não era dos melhores, como notava o ilustre padre Antonio Vieira ao chegar em Belém 1653, que *não se surpreendeu de certo a miséria evidente do povoado, nem as ruas lamacentas ensopadas pelas chuvas quotidianas; as casas cobertas de palha, entre as quaes as edificações consagradas ao culto se distinguiam, por uma aspecto relativamente grandioso, da mesquinhez geral*⁶⁰.

Ao final do século XVII, Belém já contava com dois distritos. O primeiro o da Cidade correspondia ao centro irradiador da *urbis* onde se situava o Forte do Presépio. O outro, o segundo distrito, formava o bairro da Campina, onde desde 1626 foi construído o primitivo Convento dos Frades Capuchos da província de Santo Antonio de Lisboa. *A fundação do convento franciscano da Campina estabelece um paralelo com a instalação, feita no mesmo*

⁵⁹ ARAÚJO, Op.cit. p.83.

⁶⁰ AZEVEDO, João Lúcio d'. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: Secult, 1999. p.54.

ano, da casa dos carmelitas na 'cidade', demarcando ambos os limites da urbe, os quais se manterão até o século XVIII⁶¹.

Até meados do século XVIII o aspecto urbano de Belém pouco se modificara, o limite do espaço habitado pouco se dilatara, seja em largura ou em profundidade, pois ao fundo da cidade estava o pântano do Piri.



(Fig.3) "PLANTA DA CIDADE DO PARÁ". Autor: Gaspar João Geraldo de Gronsfeld. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Esse desenho, de 1780, foi também elaborado por Gronsfeld. A planta é quase idêntica à de 1761 e, provavelmente, aproveitou o levantamento de 1753. Demarca claramente as terras alagadas do Pântano do Piri, que nessa época provavelmente começava a ter as suas formas fixadas em caráter mais permanente. In REIS FILHO, N. Goulart. CD-ROM, *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, 1999.

Neste mapa da cidade de Belém de 1771 (fig. 3) de autoria do engenheiro militar Gaspar de Gronsfeld, podemos verificar a disposição dos bairros assim como os limites enfrentados para o crescimento urbano, sujeição natural imposta pelo alagadiço do Piri, que constituiria uma barreira a ser ultrapassada neste último quartel do século XVIII. As ações políticas e as intervenções que foram executadas neste final deste período serão importantes para compreender não somente a configuração espacial de Belém, mas a também o avanço da área urbanizada da cidade, ampliando o espaço da moradia, fenômeno que será iniciado na primeira metade do século XIX.

⁶¹ ARAÚJO, op.cit. p.85.

A vida urbana com sua dinâmica material que chegará aos decênios iniciais do século XIX em Belém tem sua trajetória ligada aos acontecimentos que seguiram ao final do século anterior, as políticas empreendidas pelos últimos governadores indicados pelos reis portugueses e se estenderam ao longo dos cinquenta anos de 1800. São medidas econômicas, técnicas-científicas, estruturais e políticas que a capital do norte passou conhecer neste período. Aprofundar a análise desta dinâmica nos ajudará a compreender o grau de inserção da capital paraense nas relações econômicas deste período.

A segunda metade do século XVIII chegaria promovendo mudanças que interfeririam na situação, política, econômica e estrutural de Belém. A primeira delas diz respeito à gestão do Estado, Marquês de Pombal, ministro de D. José I promoveria em 1751 a mudança na sede do governo do Estado do Norte, *em vez de Estado do Maranhão e Grão-Pará, passou a chamar-se Grão-Pará e Maranhão, a capital transferindo-se para Belém*⁶². Anos mais tarde, em 1772 haveria uma nova cisão, ficando apenas Estado do Grão-Pará e Rio Negro, separando-se de Maranhão. Esta capitania funcionaria *sem sujeição de qualquer natureza do Vice-Rei do Brasil, prendia-se diretamente a Lisboa*⁶³. Este fator será decisivo na configuração de um *comércio de grosso trato*⁶⁴ nos primeiros decênios dos oitocentos, inicialmente vinculado à Portugal e após 1810 aberto a outras nações.

Ao se tornar o centro administrativo do norte, Belém passaria a sofrer maior intervenção da metrópole portuguesa. Isto é observado através da nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado irmão do Marquês de Pombal, então ministro de D. José I. Mendonça Furtado seria responsável por implementar a política pombalina na Amazônia, que implicava entre outras medidas, a destituição do poder da Igreja sobre a tutela dos índios, que figuram no Diretório pombalino. Para além de uma análise do projeto Pombalino, já bastante estudado, nos interessa perceber como a cidade de Belém foi alvo a partir de então dessas reformas.

Nestes tempos do *racionalismo* da política intervencionista do Estado pombalino representado por uma burocracia formada pela Intendência Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas, o Juizado de Fora de Belém, e uma Junta da Fazenda, que substituiu a Provedoria dos Contos⁶⁵. A política econômica do Estado do ministro de D. José I iniciada no

⁶² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secult. 1993. p.28.

⁶³ Idem.

⁶⁴ FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura*. op.cit.

⁶⁵ REIS, Arthur C. Ferreira. op.cit. 1972.

final do século XVIII, pela controvertida Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão tendeu a inserir Belém nas relações econômicas internacionais, ainda que de forma debilitada se comparada com outros mercados, porém muito significativa para o norte do Brasil, especialmente por ter um franco acesso aos mercados europeu e norte americano, como se verá na circulação de mercadorias na capital paraense, ainda na primeira metade do século XIX.

A produção e a circulação da riqueza material dos habitantes de Belém está ligada inicialmente às medidas *protetoras de Mendonça Furtado e seus sucessores, até o fim do período colonial, incrementaram o desenvolvimento de todos os elementos da riqueza regional*.⁶⁶ A extração do cacau se tornaria um importante produto comercial que chegaria a alcançar altos níveis na balança de exportação até as primeiras décadas do século XIX, semelhante situação foi possível perceber em outras atividades extrativistas, como assinala Reis:

A lavoura do cacau foi incentivada. O mesmo ocorreu com a do café, algodão, anil, tabaco, todas as variadíssimas espécies vegetais amazônicas. A colheita das drogas não cessou, é certo, mas a cultura dos tipos nativos que a constituíam se fez com rigor e intensidade, numa experiência que, finalmente, nos princípios do século XIX, apresentava índices verdadeiramente admiráveis. Transformava-se, assim, a economia, de apropriativa, destrutiva, em economia orientada, trabalhada por incentivos, favores de mil espécies⁶⁷.

Estas medidas econômicas de base extrativistas se mostraram frágeis para fincar assento no mercado internacional, com será visto com a exportação do cacau, que *chegou a ser o principal produto exportável da economia regional*⁶⁸ desde meados do século XVIII, mas que sofreria oscilação no preço da arroba nos portos internacionais, como em Amsterdã, que a partir da década de 1805, era cotada em 3.100 réis a arroba, declinando para 1.200 réis em 1813, e 2.000 réis em 1816. Santos observa que *em Amsterdã, no período de 1800 a 1813 é de ascensão (1799: 1,05 florins por libra-peso; 1813: 2,08 florins), só então se inicia o declínio, reprimindo o preço até 0,78 por libra, em 1818*⁶⁹. Entretanto, neste período o Grão Pará, em função do declínio das exportações venezuelanas, outro grande produtor de cacau, chegou a se tornar de longe o maior produtor de cacau do país⁷⁰.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ *Idem*.

⁶⁸ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia*, op. cit. p.28.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem*.

Além do cacau outros produtos também figuravam na lista de exportação paraense, entre estes estavam: o café, o arroz e o algodão. Quanto à borracha, esta já apareceria entre os produtos comercializáveis, porém sem grandes destaques, pois o aperfeiçoamento técnico que facultou a necessidade deste produto no mercado internacional seria desenvolvido somente ao longo desta primeira metade do século XIX, como os processos desenvolvidos por Macintosh (1823) e Goodyear (1839).

Convivendo com a atividade econômica cultivada ou colhida o Pará também exportava, *açúcar, aguardente, cravo fino e grosso, canela, salsaparrilha, puchiri, toros e pranchas de madeiras diversas, couros secos, salgados e curtidos, anil, óleo de copaíba e de andiroba, urucu, algodão em fio, samaúma, mel, tapioca, castanha do pará, sebo em pão, guaraná, manteiga de tartaruga, goma, breu, chocolate etc*⁷¹.

Com o objetivo de *assistir aos agricultores com sementes e mudas*, o capitão-general D. Francisco de Souza Coutinho estabeleceu em Belém, um grande horto, que recebeu o pomposo título de *Jardim Botânico*⁷². A criação do Jardim Botânico em Belém em 1796, durante o reinado de D. Maria I, que foi inicialmente dirigido pelo francês refugiado de Caiena Michel de Grenoullier⁷³ versado nos assuntos de botânica, deveria *não apenas servir como centro para aclimação, domesticação e distribuição de plantas de potencial para o comércio, mas também como ponto de apoio para a introdução em terras portuguesas de espécies contrabandeadas da Guiana Francesa, principalmente de La Gabriele*⁷⁴. O horto botânico, como seria chamado, para além das suas intenções, constituiria um espaço que promoveria forte influência no ordenamento das vias públicas assim como favoreceria o cultivo de espécies de plantas exóticas nas casas de moradores de Belém, conforme veremos adiante.

Porém seria com as ações empreendidas em Belém desde meados do século XVIII, que o espaço urbano da cidade chegaria aos anos iniciais da primeira metade do século XIX, com a configuração urbana mais imponente. Toda esta concepção urbana não estava deslocada do projeto reformista do ministro de D. José I. Com Pombal a cidade acentua a sua característica ilustrada, racional que fisicamente deve expressar o poder do Estado, esta

⁷¹ BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

⁷² REIS, Arthur C. F. *op. cit.* 1993. p.94.

⁷³ TOCANTINS, Leandro. *Amazônia – Homem, Natureza e Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.55.

⁷⁴ SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará, 1796-1873*. (Mestrado em Geociências). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2001.

intenção era materializada no predisposto de *monumentalizar*⁷⁵ a cidade. A viabilidade deste ideal ganharia forma através dos serviços técnicos dos membros das Comissões Demarcadoras de Limites⁷⁶.

A primeira chegaria à Belém 1753 permanecendo por vários anos na capital do Grão-Pará os quais deixaram importantes contribuições para a fisionomia urbana de Belém. Entre estes estavam: padre Ignácio Szentmarony, astrônomo; João Ângelo Brunelli, matemático; Sebastião José da Silva, sargento-mor engenheiro; João André Schewebel, capitão-mor engenheiro; Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e Gregório Rebello Ribeiro Camacho, também capitães engenheiros; Henrique Antonio Galuzzi, Adam Leopold de Breuning e Philippe Sturm, ajudantes de engenheiros; Manuel Gotz, tenente, e José Antonio Landi, que foi designado como desenhador⁷⁷. Da segunda Comissão Demarcadora, prevista pelo Tratado de Santo Idelfonso 1777, destaca-se tenente-coronel Theodosio Constantino Chermont.

Para além dos serviços demarcatórios os técnicos das Comissões foram *aproveitados* pelo governo colonial em diversos ofícios, entre os quais o de retratar as povoações como fez Schewebel; Brunelli e Sambucetti foram responsáveis por observar o eclipse da Lua, este último também executaria o projeto de Mazagão. Porém destes destacamos o papel desempenhado pelo engenheiro alemão Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, por seus projetos de reforma urbana de Belém e as contribuições do tenente-coronel Theodosio Constantino Chermont. Estes tanto quanto outros, ao retratarem a cidade dentro de um plano ideal, acabaram por revelar a situação em que se encontrava o espaço urbano.

A presença destes engenheiros militares e artistas foram marcantes para a cidade de Belém nesta virada de século, foram estes funcionários do governo português que deixaram importantes registros a respeito do aspecto da capital paraense. Através da elaboração de projetos urbanos, prospectos ou mesmo relatos, estes técnicos estrangeiros nos deixaram as impressões de uma cidade onde as estratégias militares se confundiam com o ideal de uma *urbe* racional. Os estudos das vilas e cidades coloniais⁷⁸ se valeram destas pranchas, mapas e

⁷⁵ ARAÚJO, Op. cit. p

⁷⁶ Trata-se da redefinição do limites das conquista portuguesas e espanholas que ficaram pouco precisos desde a União das Coroas, e que para isso foram efetuados dois tratados o de Madri 1750 e o de Santo Idelfonso de 1777 para estabelecer limites territoriais portugueses de espanhóis, as duas comissões acabaram por ter em Belém como ponto de partida dos seus trabalhos.

⁷⁷ ARAUJO, Op.cit. p.109.

⁷⁸ Entre os estudos sobre imagens coloniais que tive oportunidade de consultar estão: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. Em formato de CD-ROM, produzido por vários pesquisadores estudiosos do urbanismo colonial 1999; ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no*

prospectos, o que tem se revelado em fonte importante para estudar o desenvolvimento urbano das cidades coloniais, são perspectivas ampliadas de núcleos de povoamento segundo o ideal e os interesses dos colonizadores, porém instrumentos significativos para a investigação da representação destes espaços coloniais.

O engenheiro militar alemão Gaspar João Geraldo de Gronsfeld, era membro participante da Primeira Comissão Demarcadora criada em 1753 pelo Tratado de Madri, a sua permanência em Belém seria mais notável pelos seus projetos urbanísticos do que pelo seu envolvimento com o Tribunal da Santa Inquisição⁷⁹. A este engenheiro militar muito *estimado* pelo governador, constam várias pranchas que retratam o espaço urbano de Belém. Destes merece destaque a sua proposta para reordenamento da cidade se utilizando dos condicionamentos naturais que implicava no aproveitamento das águas que constantemente alagavam as partes baixas da cidade figurada na área pantanosa da cidade chamada Piri.

A presença do alagadiço do Piri acompanharia todo o processo de edificação da cidade durante o século XVII e XVIII⁸⁰, ora limitando as áreas de dominação, ora, e isto no mais das vezes, se constituindo tema que levaria o governo colonial a propor medidas que pudesse equacionar os problemas gerados pela vasta região pantanosa que cercava os espaços habitados de Belém. Na segunda metade do século XVIII destaca-se o projeto elaborado pelo o engenheiro-militar Gaspar Gerardo de Gronsfeld. Em 1777, o engenheiro alemão proporia um plano *urbanístico ousado para solucionar o grave problema dos terrenos alagados, os quais, com seus 1320 metros de largura por 660 metros de comprimento, atormentavam os belemenses desde a fundação da cidade*⁸¹. Segundo Baena, foi apresentado ao governador João Pereira Caldas

um plano bem inferido na localidade do Piri, pântano e terreno de aluvião inteiramente horizontal conjuncto a cidade na banda Sul. Elle ajuizou que em vez de empregar trabalhos hydraulicos para obter a sua exsicação era melhor seguir o mandava a natureza, e aperfeiçoar o bosquejo da sua obra fazendo um lagamar, que naturalmente ocupassem as águas da undação do rio, e as ascendentes do fluxo do mar (...)

século XVIII, Belém, Macapá e Mazagão, op. cit.; SANTOS, Paulo. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. Outras pesquisas locais já haviam utilizado destes recursos, porém de forma *ilustrativa* e não com objeto de estudo específico, entre estes está: MEIRA FILHO, Augusto Meira. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Vol. II Fundação e História, Belém: Grafisa, 1976.

⁷⁹ COIMBRA, Osvaldo. *Engenharia Militar no século XVIII, As três décadas de Landi no Grão Pará*, uma pesquisa jornalística. Belém: Prefeitura Municipal de Belém: 2003. p.89.

⁸⁰ No campo da geografia há estudos que tem se preocupado em discutir a ocupação do solo de Belém, entre os quais se destaca: PENTEADO 1968; MOREIRA, Eidorfe. Belém e sua expressão geográfica. In *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989 v.I; TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro da. *Produção do Espaço e uso do solo Urbano em Belém*, Belém: UFPa/NAEA/PLADES, 1997, entre outros estudos.

⁸¹ COIMBRA, Osvaldo. *Op.cit.* 2003. p.89.

assegurava o engenheiro alemão que se esta obra se executar ele assegura que a Cidade de Belém do Pará ficará sendo mais bela que a Adriatica Veneza tão celebrada⁸².



(Fig. 4) Mapa da cidade de Belém – 1773. In REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, CD-ROM. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

O projeto de Gronsfeld de aproveitar o curso natural das águas em Belém não foi implementado como pretendia o engenheiro, embora se tenha notícias de que anos mais tarde outros governadores tenham tentado *ressuscitar* parte da proposta de Gronsfeld, como fez o presidente da província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho, que, em seu discurso na Assembléia Legislativa em 1841 retomou o tema do engenheiro alemão para o uso do fosso aquático, transformando Belém, ilhada e murada⁸³.

Porém o que torna revelador deste projeto é a demonstração de que a cidade compreendia um grande espaço infiltrado por canais que ao longo do ano era penetrado pelas

⁸² BAENA, Antonio Ladislau M. *op.cit.*, p-184-85.

⁸³ PARA, Presidente da Província, JERÔNIMO FRANCISCO COELHO. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de Outubro de 1848*. Belém: Typ. de Santos e Filhos, 1848, p.82-83.

marés, além das chuvas tão freqüentes na capital paraense, o que tornava o que espaço urbano uma área fortemente alagada, sendo o pântano do Piri uma das grandes preocupações para as autoridades, situação que seria tratada logo no primeiro decênio do século XIX.

Ao lado de Gronsfeld, um outro engenheiro militar deixaria uma importante contribuição para a cidade de Belém, trata-se Theodósio Constantino Chermont, membro da segunda Comissão Demarcadora. Chermont deixaria em 1791 dois significativos trabalhos sobre a capital paraense, um dos quais foi considerado por Meira Filho como *o mais precioso levantamento da cidade, efetuado no século XVIII*⁸⁴ devido à minúcia com que retratou o espaço urbano de Belém. Numa primeira destas plantas de Belém, chamada de *Plano Geral da Cidade do Pará*, encomendada pelo governado Francisco de Souza Coutinho, veremos uma demonstração do projeto de arruamento da cidade.

O detalhamento do projeto é bastante significativo, pois nos bairros já efetivados, o da Cidade e o da Campina o engenheiro destaca as condições de pavimentação das ruas, onde explica que *as Ruas e Caminhos lavados de carmim são calçados de pedra; as Ruas e Caminhos lavados de tinta da china são terrenos*. Embora não seja possível verificar as condições de pavimentação das vias pela distinção das cores informadas pelo autor, nos reportamos ao naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira que esteve em Belém sete anos antes, quando deixaria suas impressões sobre a cidade registrada em sua *Miscelânea Histórica, para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará (1784)*. Considerando o aspecto das ruas de Belém informaria o naturalista, *a cidade em si he plana, as ruas mais estreitas do que largas, pela maior parte irregulares todas por calçar, e com o seu fundo de tijuco, com as águas do inverno fica todo um pantanal*⁸⁵. Ainda atento a situação das vias, assinala:

A rua mais larga é a da Cadeia no bairro da Campina, mas essa mesma não é tirada à cordão desde o Largo do Palácio, até o das Mercês, predomina neste bairro a areia, por isso não é tão pantanosa como o da Cidade. Alguns declives têm, porém pouco sensíveis, só a rua que chamam **Paixão**⁸⁶ é calçada, porém calçada de modo, que antes não o fora, pela mortificação que sentem nos pés, os que a passeiam. Pedra não há centro da cidade, para se calçarem as ruas e levantarem-se os edifícios, mas há perto dela uma pedreira de pedra areenta mineralizada de ferro, que transportam nas canoas para as obras das casas que fazem⁸⁷.

⁸⁴ MEIRA FILHO, Augusto. op. cit. 803.

⁸⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado) faz parte do acervo de obras raras do CENTUR, Belém-Pará.

⁸⁶ A Rua chamado do Paixão, depois foi denominada Formosa e atualmente chama-se Treze de Maio. Ver. CRUZ, Ernesto. *Edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971. p.12.

⁸⁷ FERREIRA, A. Rodrigues, op.cit.



(Fig. 5) PLANO GERAL DO PARÁ: REIS FILHO, N. Goulart, CD-ROM, *Imagens de Cidades e Vilas do Brasil Colonial*, 1999. fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Confrontando as informações de Ferreira com aquelas sugeridas pelo engenheiro militar a respeito das ruas de Belém, é possível apontar que bem poucas vias eram beneficiadas pela pavimentação com pedra, pois alertava o naturalista para o difícil acesso a matéria prima básica para tal serviço, além dos precários serviços executados na *rua que chamam Paixão* (que) *é calçada, porém calçada de modo que antes não o fora, pela mortificação que sentem nos pés, os que a passeiam*⁸⁸.

Ainda no Plano Geral da Cidade do Pará, o engenheiro militar Theodósio Chermont, faz um detalhamento a respeito das edificações urbanas muito significativas, pois fornece informações valiosas sobre os tipos de habitações e os materiais com os quais foram construídas, além de distinguir as obras recém construídas daquelas já pré-existentes, assim

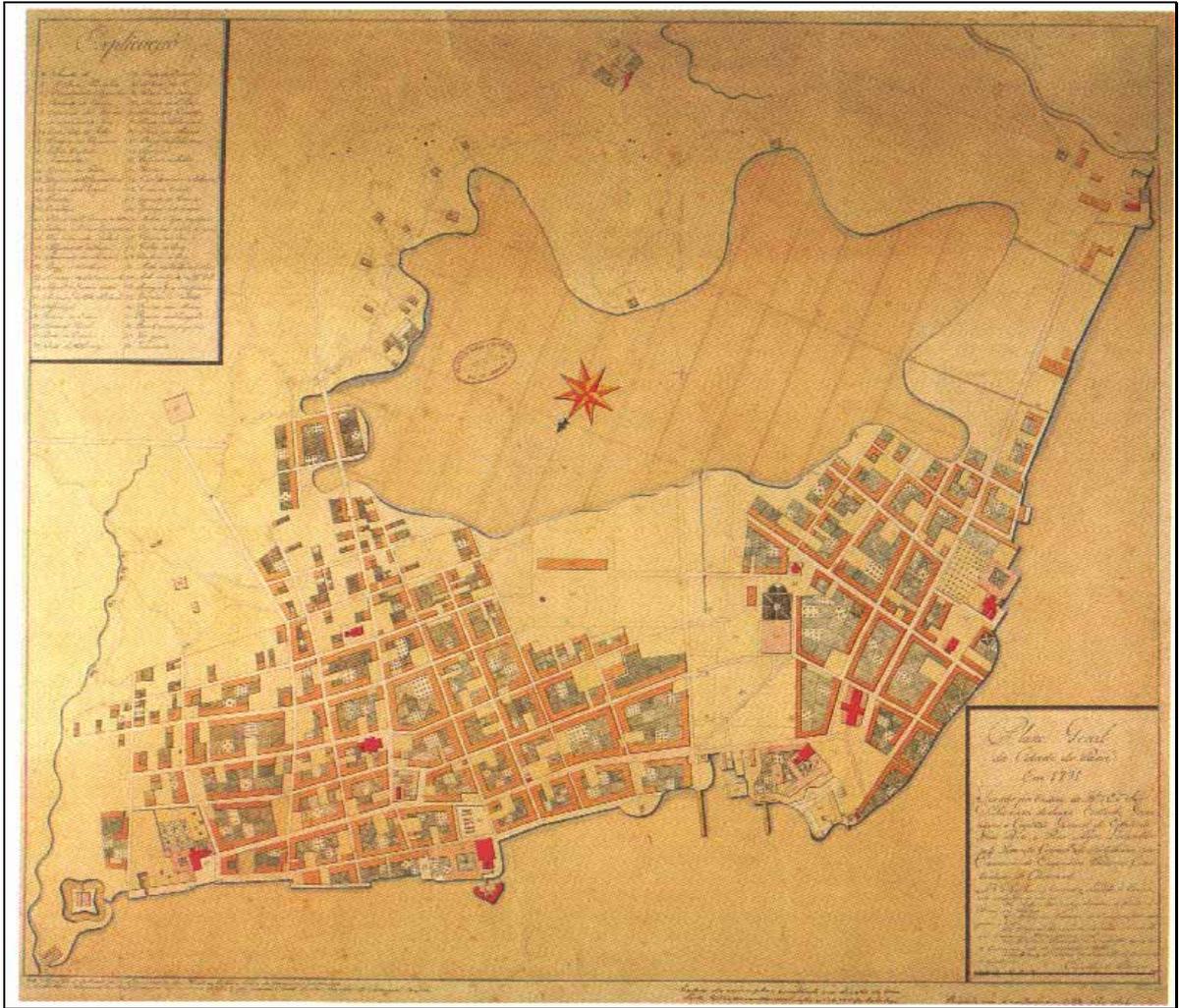
⁸⁸ idem

descreveu os prédios de Belém: *os edifícios lavados de carmim forte são de pedra e cal; os edifícios lavados de carmim e amarelo, são de madeira, terra, pedra e cal; os edifícios lavados amarelo de sombreados de carmim, são de madeira e terra; as obras lavadas de amarelo são puramente de madeira; os corpos ponteados são de novo projetados*⁸⁹.

Devido à coloração do documento que nos chega para análise, tornou-se arriscado auferir o contraste das cores indicadas pelo engenheiro militar, identificando com maior precisão *os tons de cores* dos edifícios urbanos por ele relacionados de acordo com os tipos de materiais que foram construídos, particularmente aquelas habitações que foram assinaladas pela cor *amarela*, que tenderam a ser absorvida pelo tom do documento envelhecido, o que não invalida as explicações apontadas no quadro do mapa de Belém. Aqueles *edifícios lavados de carmim forte*, que eram edificadas de *pedra e cal*, com uma margem de erro, é possível, apontar as seguintes construções indicadas no quadro explicativo pelos números; 1 Santa Sé; 2 Santa Anna da Parochia; 3 Convento dos Capuchinhos; 4 Convento do Carmo; 5 Convento das Mercês; 6 Santo Cristo Novo; 8 (Igreja do) Rosário dos Brancos; 9 São João Batista, esta se mostra pontuada, indicando ter recebido um novo projeto certamente do arquiteto José Antonio Landi; 22 Armazém da Pólvora Velha.

Possivelmente outros prédios poderiam ter sido construídos com estes materiais, embora não tenham sido assinalados pelo engenheiro militar, entretanto o que torna relevante esta distinção das edificações urbanas pelo tipo de material com que foram edificadas, pois demonstra que existia em Belém em fins do século XVIII uma diversidade de habitações a princípio construídas, em menor escala com pedra e cal, outras com o uso de madeira, pedra, terra e cal e possivelmente uma grande maioria das construções era apenas de madeira e terra. Mais adiante nos deteremos neste tema.

⁸⁹ Quadro Explicativo do *Plano Geral da Cidade do Pará*, de Theodósio Constantino Chermont, 1791.



(Fig.6) MAPA DA CIDADE DO PARÁ de autoria de Theodósio Constantino de Chermont In. Álbum de Belém do Pará, Alunorte, 1995. Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Em outra planta da cidade não menos detalhada, elaborada no mesmo ano de 1791, Theodósio Chermont, apresenta a cidade *colorida*, reproduzindo os dois bairros de Belém, com o traçado das vias bastante definidos, inclusive se estendendo para além das áreas habitadas. Segundo Reis Filho *o desenho indica o modo pelo qual se previa a urbanização da área do Piri, em continuidade ao arruamento já existente, com ruas retas, mas sem a forma de tabuleiro de xadrez*⁹⁰, este traçado fica mais claro na prancha anterior. Uma outra característica do *Plano Geral da Cidade do Pará* de Chermont é a identificação quadra por quadra, representando os lotes ocupados e mesmo aqueles onde não havia residência. Renata Araújo analisando as plantas de Belém elaboradas por Schewebel de 1753, notava que este engenheiro militar também demarcava *as frentes edificadas e as zonas de quintal*⁹¹.

⁹⁰ REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM, 1999, op.cit.

⁹¹ ARAÚJO, op.cit. p.225.

As moradias e o espaço urbano.

Os dois principais bairros de Belém contavam até o terceiro decênio do século XIX com 699 domicílios estabelecidos na freguesia da Cidade, e no outro bairro, o da Campina com cerca de comportava 1.236 casas⁹². A população da capital registrada no censo de 1823 era contabilizada em torno de girava em torno de 12.467 moradores, *que estavam distribuídos em dois bairros principais da Capital. Na freguesia da Sé, contava 2.574 brancos, 450 indianos, pretos e mestiços e 2.942 escravos, o que somava 5.966; e na freguesia da Campina era formada por 3.069 brancos, 659 indianos, pretos e mestiços, e 2.773 escravos totalizando esta freguesia 6.501*⁹³.

Estes números sobre o total de habitantes de Belém foram apresentados de forma divergente para esta época. Os naturalistas Spix e Martius⁹⁴ consideraram para Belém em 1820 a população de 24.500 almas. Já o presidente da província João Antonio de Miranda apontava para 1825 13.240 chegando em 1830 a 13.460 habitantes⁹⁵. Os naturalistas Bates⁹⁶ e Wallace⁹⁷ identificaram a cifra de 15.000 almas no ano de 1848.

Embora não tenhamos a intenção de elucidar estas divergências numéricas é importante ressaltar que Belém na primeira metade do século XIX, possuía uma significativa população que morava na cidade, e que iria sofrer avanços e recuos nesta contabilidade populacional, principalmente por conta das incontáveis vítimas da Cabanagem que sacudiu a capital paraense entre 1835 se prorrogando até os anos 1840. Onde muitos foram mortos, outros fugiram e uma grande maioria fora presa e deportada.

Números da Cabanagem
2085 Pronunciados (excluídos os que estavam a simples livramento)
1000 Remetidos para o Sul
206 Presos
504 Falecidos (incluídos só os reconhecidos e pronunciados)
4000 Falecidos (desconhecidos e não-pronunciados)
8000 Falecidos (nos navios de guerra, hospitais e prisões)

(Tabela. 1) Fonte: Cabanagem: A Revolução Popular da Amazônia. DI PAOLO, Pasquale.

⁹² BAENA, Antonio L. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p.184.

⁹³ Idem.

⁹⁴ SPIX, J. B. von, e MARTIUS, C. F. Von. *Viagem pelo Brasil*, 3 vols. Ed. Melhoramentos, 2ª Ed. São Paulo, 1961.

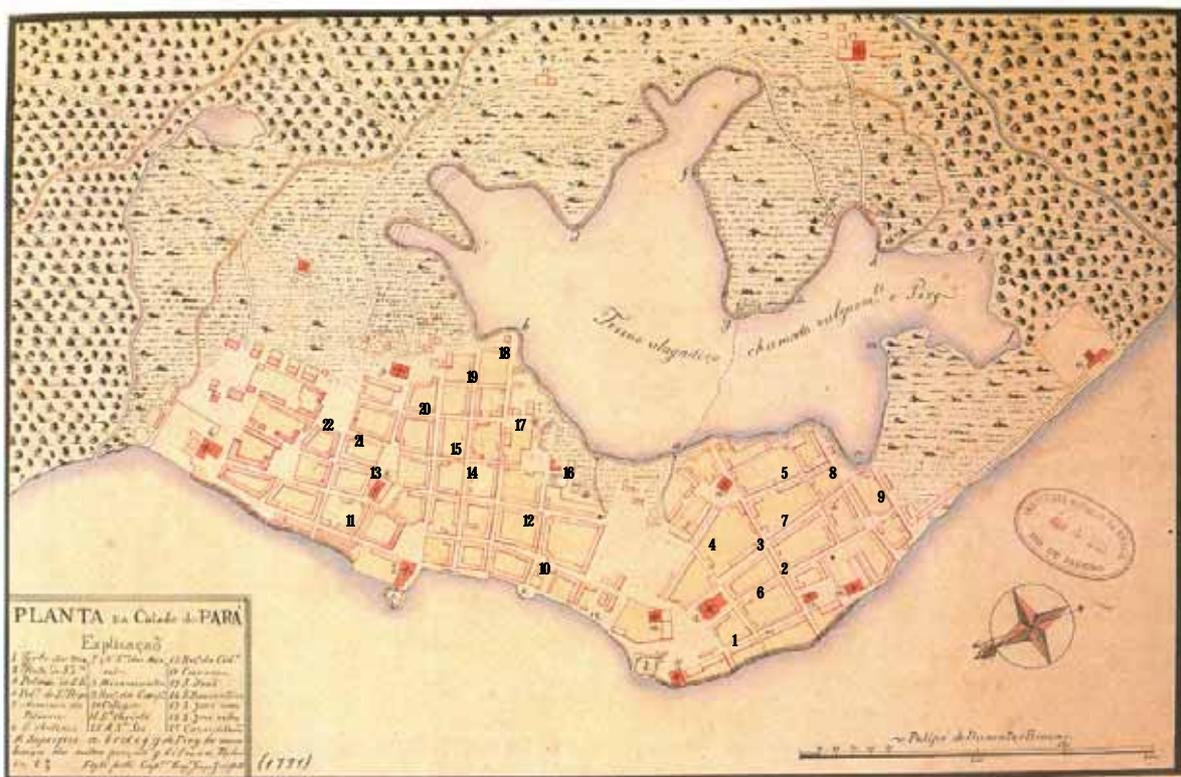
⁹⁵ PARÁ, Presidência da Província, Discurso recitado pelo Presidente da Província João Antonio de Miranda na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de Agosto de 1840, Belém: Typ. Santos, 1840. Documento digitalizado pela Universidade de Chicago – EUA, do programa [Brazilian Government Document Digitization Project](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm), disponível no site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

⁹⁶ BATES, op. cit., p.21.

⁹⁷ WALLACE, op.cit.,36.

Assim se apresentava a cidade de Belém nos primeiros decênios do século XIX, com fisionomia colonial dividida em duas freguesias com uma representativa população cidadina, que, entretanto, conviveria em situações urbanas de contraste, posto que, ainda sob o domínio português conheceu iniciativas de reformas que no espaço da cidade que ampliavam o seu crescimento para interior, enquanto por outro lado, seria impactada pelas mudanças que estavam por ocorrer na Europa e na colônia, com a fuga da Corte para o Brasil. No campo local a economia amazônica e belemense conviveriam até os anos de 1820 embalados pela exploração e exportação do cacau o que fomentava o comércio e vida local, se mostrando como uma cidade que atrativa, depois deste período.

Comparando os mapas de Belém do final do século XVIII e as informações descritas pelos cronistas e viajantes, perceberemos como foi significativa a importância da drenagem do alagado do Piri para o crescimento urbano de Belém rumo ao interior do continente, alargando o espaço habitável. Renata Araújo demonstra como estavam distribuídas as principais vias de circulação de Belém no final do século XVIII:



(Fig.7) Planta da “cidade de Belém”, feita pelo Engenheiro Gaspar Gronsfeld, de 1771.

Belém, toponímia século XVIII. – Bairro da Cidade: 1. Rua do Norte (atual Siqueira Mendes); 2. Rua do Espírito Santo (atual Dr. Assis); 3. Rua dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher); 4. Rua de São João; 5. Rua do Aljube (atual Rodrigues Santos); 6. Tv. da Residência (atual Tv. da Vigia); 7. Tv. da Atalaia (atual Joaquim Távora); 8. Tv. da Água das Flores (atual Cap. Gen. Pedro de Albuquerque); 9. Tv. da Barroca (atual Tv. Gurupá). – Bairro da Campina: 10. Rua da Praia (atual 15 de Novembro); 11. Rua do Açougue (atual Gaspar Vianna); 12. Rua da Cadeia; 13. Rua de St^o. Antonio; 14. Rua da Paixão; 15. Rua de S. Vicente; 16. Tv. do Pelourinho; 17. Tv. de S. Matheus; 18. Tv. do Passinho, 19. Tv. das Mercês; 20. Tv. da Misericórdia; 21. Tv. das Gaivotas; 22. Tv. dos Mirandas⁹⁸.

Baena apresenta uma configuração urbana mais ampliada da cidade em meados do século XIX. Eram 35 ruas, algumas possuíam *largura conveniente, e minguadas em outras; dez das quais eram meros caminhos recém-abertos*⁹⁹ que eram as seguintes: *Rua do Açougue; da Boa Vista: do Norte; de São Boaventura; estas três estão na frente marítima; Rua do Espírito Santo; dos Cavaleiros; do Aljube; da Atalaia; Longa; de Alfama; da Barroca; dos Ferreiros; de Santo Amaro; do Bom Jardim; Nova do Piri; de São José; dos Mercadores; Formosa; de Santa Anna; das Flores: do Bailique; da Cruz das Almas; dos Quarenta e oito; de Belém: esta rua está em projeto; Rua de Santo Antonio; das Mercês; de São Vicente; do Pão d'água; de São Vicente de Fora; Nova do Príncipe; Nova da Glória; Nova da Princesa; dos Mártires.*¹⁰⁰

Havia ainda 31 travessas nas duas freguesias, das quais *18 eram contornadas de casas*, entre elas estavam: *Travessa da Residência; de S. João; de Água de Flor; dos Cavaleiros; da Vala; da Praça; da Queimada; das Caneleiras; do Arsenal; do Pelourinho; do Bailique; de Caetano Rufino; do Espírito Santo; de Santo Antonio; dos Mirandas; das Gaivotas; do Açougue; da Misericórdia; do Passinho; da Piedade; das Eleições; dos Carros; da Pedreira;*

⁹⁸ ARAÚJO, op.cit. p.225.

⁹⁹ BAENA. Op.cit, p.184.

¹⁰⁰ CRUZ, Ernesto. *As Ruas de Belém: significado histórico e suas denominações*. Belém: Conselho de Cultura, 1970. De acordo com o autor estes são alguns nomes atuais destas ruas: Rua do Açougue (atual Gaspara Viana); da Boa Vista (atual 15 de Novembro); do Norte (Siqueira Mendes); de São Boaventura (sem modificação); estas três estão na frente marítima; Rua do Espírito Santo (atual Dr. Assis); dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher); do Aljube (atual Rodrigues dos Santos); da Atalaia (atual Joaquim Távora); Longa (atual Ângelo Custódio); de Alfama (atual Cameté); da Barroca (atual Travessa Gurupá) ; dos Ferreiros; de Santo Amaro (atual Veiga Cabral) ; do Bom Jardim; Nova do Piri; de São José (atual 16 de Novembro); dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo); Formosa (atual 13 de maio); de Santa Anna (atual Senador Manuel Barata) ; das Flores (atual Lauro Sodré); do Bailique; da Cruz das Almas (atual Arcipreste Manoel Teodoro); dos Quarenta e oito; de Belém: esta rua está em projeto; Rua de Santo Antonio; das Mercês (atual Frutuoso Guimarães); de São Vicente (atual Paes de Carvalho); do Pão d'água (atual Gov. José Malcher); de São Vicente de Fora (atual Serzedelo Corrêa); Nova do Príncipe; Nova da Glória; Nova da Princesa; dos Mártires (atual 28 de Setembro).

*dos Inocentes; das Flores; de São Vicente; da Olaria; da Glória; da Praia; da Estrela e de São Matheus, na qual se extremam as duas Freguesias, principiando a da campina, do lado oriental, e do lado ocidental a da Sé*¹⁰¹.

Alem destas ruas e travessas Belém possuía ainda 12 largos, conforme o cronista, *estes são o de Santo Antonio, o de Santa Anna, o das Mercês, o da Trindade, o do Rosário, o de São João, o do Carmo e aqueles são o da Pólvora, o dos Quartéis, o de Palácio, o da Sé e o de São José, entre os quais o da Pólvora é o maior, e depois deste o de Palácio, cuja área foi determinada pelo General José da Serra, o qual para esse fim comprou o alagadiço por onde corria um esteiro ou pequeno Igarapé, que do mar entrava no Piri pelo sítio, em que hoje está a Casa do haver do peso. Ele tem 60 braças de largura e 85 de comprimento*¹⁰².

O crescimento urbano de Belém neste intervalo de tempo se deve, sobretudo, a drenagem do alagado do pântano do Piri, que permitiu no início do século XIX uma ampliação das fronteiras urbanas da cidade, redefinindo as áreas de habitação. Estas medidas saneadoras que tiveram início no século XIX se arrastariam ao longo deste século, porém seriam fundamentais para o crescimento da cidade Belém neste período.

A Drenagem do Piri.

A preocupação com o pântano do Piri, conforme já vimos, tinha levado as autoridades e os engenheiros militares, que buscavam soluções para o aproveitamento dos cursos naturais das águas que inundavam a capital da província, como o projeto de Gronsfeld sugeriu ao governador Ataíde Teive em 1771, sem sucesso. Porém seria durante o século XIX e em especial no seu início que o alagadiço do Piri receberia importante atenção das políticas urbanas da cidade. Em 1803 D. Marcos de Noronha e Brito o Conde dos Arcos vigésimo sexto governador e capitão general do Grão-Pará e Rio Negro, empreenderia uma reforma da cidade iniciando o aterramento do alagado do Piri, segundo Baena, os trabalhos ficariam a

¹⁰¹ Ainda o mesmo autor atualiza os nomes das travessas de Belém. Travessa da Residência (; de S. João; de Água de Flor; dos Cavaleiros; da Vala; da Praça; da Queimada; das Caneleiras; do Arsenal; do Pelourinho; do Bailique; de Caetano Rufino; do Espírito Santo; de Santo Antonio; dos Mirandas; das Gaivotas; do Açougue; da Misericórdia; do Passinho; da Piedade; das Eleições; dos Carros; da Pedreira; dos Inocentes; das Flores; de São Vicente; da Olaria; da Glória; da Praia; da Estrela e de São Matheus, na qual se extremam as duas Freguesias, principiando a da campina, do lado oriental, e do lado ocidental a da Sé.

¹⁰² BAENA. Op. cit., 184.

cargo do capitão Engenheiro Ajudante de Ordens do governo João Rafael Nogueira e do capitão de ligeiros Domingos José Frazão¹⁰³.

Esta obra que se iniciou no começo do século XIX se arrastaria por mais de um século¹⁰⁴ nos ajuda inicialmente a analisar as mudanças porque passou o espaço urbano de Belém, redefinindo e ampliando as vias de circulação da cidade, assim como ampliando os locais de moradia, ao mesmo tempo em que, nos leva a apreciar o significado que este lugar representou para aqueles que viveram ou simplesmente passaram pela cidade de Belém durante a primeira metade do século XIX.

A drenagem do Piri, antes de ser uma medida urbanizadora da cidade era uma ação que refletia uma preocupação latente em relação ao perigo de doenças que grassavam na cidade indefesa, já que aquele alagado se tornava alvo fácil para estes problemas de saúde. Isto é possível perceber nos argumentos utilizados para executar os serviços no alagado, pois no cerne do seu discurso, era também, a preocupação com o saneamento da cidade, conforme fica descrito numa carta enviada pelo governador no dia seis de outubro de 1803 *aos encarregados da gerência e administração dos negócios do Município da Capital*, que foi registrada por Baena onde constava o seguinte:

Piri, terreno de aluvião muito baixo inteiramente horizontal, em duas vezes por dia penetram livremente as águas da preamar: e sobre a inanição, em que matam as rezes transportada da ilha de Joanes para o nutrimento dos moradores por falta de pastio, aonde o gado inove as forças quebrantadas pela demora inevitável, e pelo mau trato na sua condução. E ordena que sem detença alguma passe a designar nos arredores da cidade o pastio, e efetuar o ensecamento do Piri para que desapareça este produtor de insetos de toda espécie, e jamais por ele seja o ar impregnado de vapores pestíferos, que enervam o corpo, produzem contagioens perigosas, e as mais das vezes mortíferas, e que originam senzões e outras enfermidades endêmicas, e que abreviam a vida dos habitantes¹⁰⁵.

A riqueza de informações registrada nesta carta reforça a necessidade do saneamento do pântano do Piri. Em primeiro lugar, por ser uma área baixa que facilitava a entrada do curso das marés constantemente na cidade tornando-a lodosa, somando-se a isto o fato do terreno alagado servir de pasto para os gados que seriam consumidos na cidade, o que possivelmente tornava o local empestado de resíduos fecais deixado pelos animais, fazendo com que o governador *ordene que sem detença alguma se passe a designar nos arredores da*

¹⁰³ BAENA, Op. cit. p-255.

¹⁰⁴ TRINDADE Jr. Saint-Clair.Op.cit., p-35.

¹⁰⁵ BAENA, Op. cit. p-254.

cidade pastio para os gados. E de forma mais enfática determine o *ensecamento* do alagado considerando os problemas graves infecções causado por ele, dentre os quais: o fato de ser o pântano um gerador de insetos, embora não se atribua a estes as causa das doenças, e sim aos *vapores pestíferos*, o causador dos males que enervam o Corpo, razão dos contágios e outras enfermidades que abreviam a vida dos habitantes.

Surtos de febre amarela, cólera¹⁰⁶ e varíola eram doenças que não eram estranhas à realidade de Belém daquele início de século. Essas doenças, junto com a Cabanagem seriam responsáveis por abater sintomaticamente a população indígena da Amazônia, e particular nos arredores da cidade¹⁰⁷, conforme nos indica Moreira Neto.

Dados demográficos de meados do século XIX mostram que a população da Amazônia talvez não chegasse a igualar o número de habitantes de cem anos antes, tão graves foram os efeitos cumulativos das perdas humanas por efeito das ações militares, da escravidão de indígenas, das epidemias e outros processos biológicos e sociais, acelerando-se o ritmo do esvaziamento demográfico durante e após a Cabanagem¹⁰⁸.

Durante o governo de D. Francisco de Souza Coutinho, 1790 e 1803, uma epidemia de varíola traria a tona os problemas gerados pelo Piri, e sobre o abastecimento rudimentar feita em poços espalhados pela cidade, e sobre a inexistência de uma vigilância de eficaz para navios que chegavam trazendo cargas e passageiros¹⁰⁹. Entre as medidas saneadoras promovidas nesta época estava a *primeira circunvalação de Belém*, que consistia em mandar limpar os canais naturais e abrir novos escoadouros para o pântano do Piri, medida que possivelmente, trouxe poucos benefícios, pois ainda em 1803, os problemas de saúde e higiene urbana eram reivindicadas.

Os problemas de saúde da população derivavam segundo Baena das condições climáticas da cidade, o que vem reforçar os argumentos da carta do governador.

A localidade desta capital, sendo baixa e abobadada, de uma atmosfera ora enclimada ora sortida em umidade e em vapores nitrosos, promove a breve corrupção nas carnes dos animais mortos e induz na constituição física do homem uma debilidade e uma disposição mais pronta para pôr em desarranjo o exercício regular das faculdades físicas, em virtude das quais ele vive e conserva-se. E por isso neste país observam-se

¹⁰⁶ BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004; BELTRÃO, Jane Felipe. Belém de outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores. In. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, v. 3. 215-241, 1997.

¹⁰⁷ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia*, de maioria a minoria (1750-1850). Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 1988.

¹⁰⁸ Idem. p.20.

¹⁰⁹ SANJAD, op. cit. p.70.

numerosas e várias enfermidades, as quais insultam com mais intensidade, e reincidentem muito pela má higiene que guarda a grande parte dos moradores. São extremamente poucos os que ainda no estado de saúde usam um regime dietético análogo ao seu ingênito temperamento¹¹⁰.

O que torna revelador os argumentos que se seguiram ao aterramento do Piri, junto com a reforma na estrutura urbana da cidade, são as motivações alegadas para executar tal empreitada, revelando uma preocupação com tema bastante “estranho” para as *idades coloniais*, a saber: higiene e salubridade do espaço urbano. Embora, nos tenha advertido Reis¹¹¹ para o fato de que esquecemos a vitalidade da vida urbana da cidade colonial, e que isto representa um *vazio* na produção historiográfica que merece ser investigado. Esta assertiva nos impulsiona a pensar a cidade antes do domínio da ciência e a relação destes espaços com as noções de higiene e saúde, é bem possível que a investigação destas possibilidades de estudos.

Assim, em torno destas justificativas seria implementado o aterramento do alagado, para o qual o engenheiro *fez sair três longas e largas estradas de passeio*¹¹² agradável e orladas renques de árvores de mongubeiras, taperebazeiros e laranjeiras cingidos de valas de esgoto, segundo Baena, *facilmente aglomeravam água junto a Travessa do Rufino em uma só corrente, que passa por baixo da estrada do Arsenal da Marinha, e sai ao mar pela calha de um (sic) eclusa fabricada perto a preamar*¹¹³. Ainda, destaca o cronista, os materiais que foram utilizados para a construção das estradas, diz ele: *foram construídas de terras semelhantes a cascalho transportadas da vizinhança, calçadas e afeiçoadas em uma convexidade doce e independente de ser empedrada para ter estabilidade*¹¹⁴.

¹¹⁰ BAENA, 1838, op.cit. p.31.

¹¹¹ REIS FILHO, Nestor Goulart, *As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial*. In revista *Oceanos*, Portugal: v. 41, p.60-69, jan.-mar. 2000.

¹¹² Desta obra surgiram três vias Estradas das Mongubeiras (atual Avenida Almirante Tamandaré), Estrada de São Matheus (atual Travessa Padre Eutíquio) e Estrada de São José (atual Avenida 16 de Novembro), conforme nos informa Saint-Clair Trindade Jr., Op.cit. p-35.

¹¹³ BAENA, Op. cit. 255.

¹¹⁴ Idem.



(Fig.8) "PLANO DO PARÁ". autor: Cópia a lápis de cor, baseada no desenho do engenheiro Hugo de Fournier. In. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. 1999.

Este mapa é um dos poucos registros da cidade de Belém após o aterramento do Piri. Nele já é possível ver a expansão das estradas dilatando o espaço urbano. Comentando este trabalho assim se pronunciava Meira Filho: *Já nesta última (imagem) destaca com precisão e largueza a expansão de Belém nos caminhos de sua primeira légua patrimonial. Na mata fechada e colorida de um verde espesso, amazônico, exuberante no próprio desenho, o autor destaca em traços róseos: o eixo Nazareth – Independência anotando nesse desenvolvimento os lugares de Memória, Nazareth, Parijó, Conceição, Cancelas, Ignácio e Queluz, ao fim; para a lateral dessa linha-tronco, no sentido Guamá: Tucunduba e Pedreira; para a esquerda: Estradas do Maranhão e do Forte da Barra, São João e São Pedro (centro). Finalmente, na face do Guajará ou suas proximidades: Ambrósio, Igarapé das almas e Igarapé do Una*¹¹⁵.

Ainda destacando as propriedades deste processo de alargamento, Baena, observava que existiam três caminhos principais que se estendiam para a periferia da cidade, *o primeiro caminho do lado direito vulgarmente chamado da Pedreira guia para a Rocinha denominada Carrapicheiro; o segundo caminho do mesmo lado direito guia a várias rocinhas, e comunica*

¹¹⁵ MEIRA FILHO, op. cit. p.803-804.

com o da Pedreira e o terceiro caminho também do lado direito é de serventia da Rocinha de Queluz, propriedade do Seminário do Bispado, e atualmente sem meneio algum¹¹⁶. Nestes caminhos estavam alguns engenhos, um deles ficava no sitio da Pedreira, que era movido por cavalos; os hospitais de lazarentos também foram construídos para fora da cidade; e muitas olarias ficavam nestas estradas, uma delas pertencia a Confraria da Misericórdia. O mercado oleiro era bastante intenso em Belém nesta época, pois além desta pertencente à Santa Casa de Misericórdia, Baena localizou no *rosto da cidade*, até a Barra, várias rocinhas que produziam ou ficavam localizadas próximo a estas olarias.

Uma rocinha chamada Olaria (possivelmente produzia cerâmica ou já havia sido local de produção de tal gênero); a rocinha da viúva do desembargador Pombo, (Ambrósio Henriques Silva Pombo), que defronta com a Olaria do Comendador Rozo (possivelmente coronel José de Araújo Rozo); o sitio de Penacova, primeiro local dos religiosos de Santo Antonio, hoje (1827) ali se patenteia uma Olaria e quatro casas palhoças de indianos descendentes dos primordiais habitantes deste ponto; o sítio Tapanã, onde há uma olaria pequena, cujas terras terminam no igarapé Paracuri¹¹⁷.

Este aterramento do pântano do Piri, que ganhou ares de reforma urbana em Belém na primeira década do século XIX, proporcionou, de certa forma, uma alteração na estrutura da cidade, pois a partir daí forneceria condições para interligar por via terrestre as freguesias de Nossa Senhora da Campina com a Sé, o bairro da Cidade como era chamado, assim como ajudou a prolongar a cidade para além dos dois sítios, intensificando a construção de rocinhas, uma espécie de casa de campo que se edificaram nos arredores de Belém¹¹⁸. A partir das medidas de drenagem do Piri o governo passou a *convidar os moradores mais amoedados a fabricarem casas de recreio nas estradas do Piri*¹¹⁹.

Das três estradas que surgiram na cidade com a drenagem do alagado do Piri, a estrada das mongubeiras seria aquela que chamaria mais atenção dos viajantes que passaram por Belém nos primeiros decênios do século XIX. Foi construído em 1804, o Jardim das Caneleiras, uma extensa área tomada ao Piri para a produção de uma das mais valiosas especiarias¹²⁰.

¹¹⁶ BAENA, L. op.cit. 213.

¹¹⁷ Idem. p.215.

¹¹⁸ A respeito destas casas de campo no Rio de Janeiro colonial escreve Bicalho, *as chácaras e quintais situados no Campo de São Domingos, lugar escolhido para o lazer e o veraneio de privilegiados cidadãos e moradores daquela capital dos trópicos*. p. 215

¹¹⁹ BAENA, op.cit.

¹²⁰ SANJAD, N. diss. cit. p.72.

A estrada das mongubeiras (*hoje Travessa Almirante Tamandaré*) como seria conhecida, não passaria despercebida nos relatos dos viajantes que permaneceram em Belém durante a primeira metade do século XIX. Sobre esta estrada os viajantes Spix e Martius observaram em 1819, que *na parte da cidade, voltada a leste para o continente, acha-se o Passeio Público, instituído pela providência do falecido D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que adquiriu um terreno devoluto, que drenado por meio de covas, guarnecido com avenidas de belas árvores, é o único logradouro na cidade*, ressaltam ainda os naturalistas, que a plantação de mongubeira, samaumeira, mangueiras e outras árvores *enfeitam com seu viço e sobra a região aprazível, onde existem algumas chácaras*, através desta ação a cidade do Pará teria *lucrado muito em salubridade, pois não flagelam as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos*¹²¹. Concorrendo para reforçar as preocupações salubridade e o prazer que os lugares públicos pudessem causar os estrangeiros ressaltavam os efeitos benéficos da política urbana executada na cidade.

O americano Daniel Kidder que esteve em 1839, portanto dez anos depois dos germânicos, também não deixou de se impressionar com o que ele chamou de *a mais linda alameda que tivemos ocasião de apreciar no Brasil*¹²², é notório que o viajante estava se referindo a estrada das Mongubeiras, o seu relato registra agora uma via mais habitada, onde apresenta como ponto de referência alguns dos prédios públicos de destaque da cidade, diz ele: *a estrada das mangabeiras vai de perto do Arsenal de Marinha, a margem do rio, até o largo da Pólvora, na extremidade oriental da cidade. Cortam-na, avenidas que saem do Largo do Palácio e do Quartel. (...) junto a alameda esta o velho convento, hoje Hospital de São José, e, contíguo a ele, vê-se o recolhimento das órfãs*¹²³. Ao longo da via observava o estrangeiro que havia muitos jardins particulares abandonados, *tal descuido*, dizia ele, *se devia as revoluções e desordens que durante anos assolaram periodicamente a malfadada cidade*¹²⁴. Kidder esteve em Belém em 1839, quando os sinais dos cabanos ainda se faziam presente na cidade, seja nos relatos que o estrangeiro recorreu para *ver* o episódio, seja através dos sinais de projéteis nas moradias ou mesmo nas casas que ele percebia que estavam abandonadas como estas descritas acima.

No final da primeira metade do século XIX, o naturalista inglês Henry Bates, descrevia a Estrada das Mongubeiras, como uma via que cortava a cidade e era adornada de

¹²¹ SPIX, J. B. von, e MARTIUS, C. F. Von. op.cit., p-16.

¹²² KIDDER, Daniel. op.cit., p-184-85.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

árvores, porém ressaltava que *antes que ele deixasse o país, outros governantes dotados de espírito empreendedor haviam mandado abrir novas avenidas orladas de coqueiros, amendoeiras e outras árvores, em continuação da estrada das mongubeiras, as quais passavam pelas terras mais altas e mais secas a nordeste da cidade*¹²⁵.

Em 1839, o presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andrea informava que os 2:300\$000 réis era uma *quantia mesquinha para executar os trabalhos nas Estradas do Piri e São José, dizia ele, não chega nem para se darem as simples rações aos presos nelas empregados. Advertia ainda, que as últimas águas de março meteram tudo no fundo, e demonstraram que aquelas estradas devem levar um aterro de mais de quatro palmos, e que os donos dos terrenos correspondentes se devem se regular por este seu nível. Para executar tal serviço seria necessários pelo menos 100 homens, 4 feitores, e um administrador, além da quantia de 12:000\$000 para os jornais e ordenados e 6:000\$000 para máquinas animais seu sustento e materiais. Finalizava o governador, por este modo se poderá se fazer trabalho útil e visível*¹²⁶.

Ao demonstrar que mesmo executando os serviços com o número de trabalhadores que o poder público poderia dispor as inundações ainda eram freqüentes na área do Piri, ao que governador d'Andréa ressaltava que *para tal serviço seriam necessários mais homens e dinheiro. Este discurso revelava que os problemas de mão de obra da cidade poderiam ser sanados com a instituição dos Corpos de Trabalhadores, que consistia de uma estratégia para a formação de um grupo de operários que deveriam executar serviços de reconstrução da cidade após o movimento cabano. No Regulamento dos Corpos de Trabalhadores de 1839 é demonstrado que o fim da organização destes Corpos he, sobretudo evitar que hajão vagabundos e homens ociosos, e poder-se detalhar gente para os serviços públicos*¹²⁷.

Entretanto, a finalidade da formação deste Corpo, *passou a ser não propriamente a de suprir a província de mão-de-obra qualificada, mas a de arregimentar a massa dos libertos, sem terras e sem bens de raiz, que, após a Cabanagem, continuavam pululando ociosa,*

¹²⁵ BATES, Henry. op.cit., p-14.

¹²⁶ PARÁ, Presidência da Província. Fala do Exmº Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente da Província do Pará, a 1ª Sessão da Assembléia Legislativa, 15 de maio de 1838. Belém Typ. de Santos & menor, 1839. Documento digitalizado pela Universidade de Chicago – EUA, do programa [Brazilian Government Document Digitization Project](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm), no site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

¹²⁷ Idem. p.26.

*ameaçando reorganizar o desbaratado exército popular*¹²⁸. O papel desempenhado pelos Corpos de Trabalhadores na reconstrução da cidade na execução de serviços públicos escondia uma preocupação com as massas populares que mesmo dispersa ou convivendo na cidade representava uma constante ameaça, que deveria ser assistida.

O uso destes *braços dóceis* seria mais um recurso usado para construção e manutenção das vias públicas, assim como para o serviço privado como a construção de moradas particulares.

A partir deste documento é possível verificar, que o aterramento do Piry não conseguiu sanar completamente os problemas de alagamento das ruas, que então motivaram as obras iniciadas, em 1803 demonstrando que os problemas estruturais, como o alagamento das ruas ainda se fazia sentir, por outro lado, demonstra que um dos recursos utilizados para as obras públicas eram os presos, tema que será abordado no item a seguir.

Através da intervenção urbana com a drenagem do pântano do Piri foi possível demonstrar que a cidade de Belém na primeira metade do século XIX, ampliaria os seus limites de ocupação populacional, não mais se concentrando nos dois bairros principais, o bairro da Campina e o da Cidade, mas que estava avançando para as terras mais interiores, ampliando o *território* da cidade, isto foi possível perceber através das narrativas dos viajantes, que além de demonstrarem ao longo dos cinquenta anos dos oitocentos, o destaque que representava o passeio público, acabaram por nos revelar a *urbe* estava em transformação, na medida em que apresenta como as casas, seja aquelas de domínio público, cadeias, arsenal de marinha, hospitais e recolhimento, ou possivelmente aquelas de morada particular, especialmente as casas de campo, estavam seguindo o curso das vias, não é por acaso que a Assembléia Legislativa publicava no dia 4 de setembro de 1840, a Lei nº 65 que criava na Capital a freguesia da Santíssima Trindade¹²⁹, que se somava as já existente a freguesia da Sé e a da Campina, demonstrando que o espaço urbano estava se alargando.

¹²⁸ Sobre assunto ver, COSTA, Magda N. P. da. *O controle pela disciplina: os corpos de trabalhadores na província do Pará (1840-1850)*. (monografia final de curso de História), Belém: UFPA, 1998 e SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1988. p.169.

¹²⁹ BENJAMIN, André Curcino. *Índice Geral ou Repertório Geral das Leis da Assembléia Provincial do Grão-Pará (1838-1853)*, Pará: Typographia Commercial, 1854. Versão disponível na Internet, site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>, consultado em 01/2005.

Aspectos das edificações.

No final do século XVIII, o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira deixou no seu texto sobre Belém, intitulado *Miscelânea Histórica para servir de explicação ao Prospecto da Cidade 1783-1784*, um dos mais significativos registros sobre o processo de construção das moradias na capital da província do Grão-Pará. A sua narrativa será um ponto de partida para reconhecermos como os belemenses produziam o espaço que lhe serviria de domicílio. Os recursos técnicos e materiais que dispunham os construtores locais para executar as edificações que foram encontradas em Belém durante a primeira metade do século XIX.

Alexandre Ferreira assim demonstrava como procediam os belemenses para produzir suas moradas:

O comum das casas em hum e outro bairro (se refere aos bairros da Campina e da Cidade), he serem térreas, porque suposto se levantão algum pouco do nível da terra, poucas são assoalhadas, e muito poucas se guarnecem de paredes de pedra e cal. A maior parte das paredes he frontal, e o methodo de as levantar consiste em lenvatarem esteyos, que ordinário são de acapú, ou de sepipira, cujas extremidades ficão na terra com a cautela somente de os não aguçarem, em vez de pregarem os caibros que atravessão para fazerem engradamentos, atão-nos com o timbó-titica e sem adubarem o tijuco, nem (mais) vezes, fazerem uso da **colher**, e **trolha**, mesmo a mão vão embuçando o frontal. Cayan-se depois, ou com cal, a que reduzem a conxas que chamão de **sirnambis**, de que há minas dilatadas entre Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá, o canal do Limoeiro e a que podem reduzir, como já reduzem o Capitão **Luiz Pereira Cunha**, as ostras, e sirnambis, de que também há minas em Carutapera abaixo da costa do Caeté, ou com a tabatinga. E as mesmas conxas sirnambis, há as minas nos rios Canaticú na ilha de Joannes, e nos rios Maracanã, Marapany, abaixo do rio Curuçá.

Para resguardarem das chuvas o lugar imediato aos alicerces, que não tem, guarnecendo de uma sapata de pedra e cal revestida de tijolo¹³⁰.

O documento deixado por Rodrigues Ferreira demonstra que o processo de construção das moradias observado em Belém não diferia das condições existentes no restante do Brasil, onde as técnicas de edificação e os estilos construtivos se fizeram pela *resistência, a assimilação e o improvisado dos processos utilizados*¹³¹. O recurso e a adaptação às condições naturais se mostram com um sintoma deste processo *mestiço* da casa brasileira¹³².

¹³⁰ FERREIRA, op.cit.

¹³¹ BRUNO, Ernani. *Equipamentos, usos e Costumes da Casa Brasileira*. Vol.2 Construções, (Fichário). São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

¹³² Há vários estudos sobre a casa brasileira, em particular sobre a casa colonial, remetemos para a leitura de: BRUNO, Ernani. *Fichário. Equipamentos, usos e Costumes da Casa Brasileira*. op. cit.; REIS FILHO, Nestor

O olhar do viajante descrevendo o modelo exótico de construção da moradia de Belém, possivelmente, tomava como referencial um modelo de edificação formal, segundo os parâmetros de uma arquitetura européia. Porém o que assistiu foi um *methodo* que reflete a forma como *comumente* se apresentavam as moradias estabelecidas nos principais bairros da cidade, *serem casas predominantemente térreas*, esta característica arquitetônica das moradias é justificada pelas condições do solo, possivelmente, muito úmido por conta das frequentes águas que entravam na cidade pelos igarapés e pelo alagado do Piri, além das chuvas. Notava que poucos domicílios eram construídos de pedra e cal. Contribuindo para esta observação o engenheiro militar Theodósio Constantino Chermont procurava demonstrar que embora fosse raro estes materiais nas casas de morada, nos prédios das Igrejas e do governo já se fazia uso destes produtos no final do século XVIII, tanto que assinalava no seu *Plano Geral da Cidade do Pará*, um grupo de *edifícios lavados de carmim forte são de pedra e cal* (fig..

Porém o que predominava nas casas de moradas pobres era o improvisado, e a adaptação aos recursos naturais, o uso de madeiras resistentes como *acapu* e *sepipira* (sucupira), eram requisitadas para a feitura da *armação* da casa, que eram preenchidas com *engradados* de caibros atados com *cipós*, e posteriormente *adubada* com tijuco. Este método seria designado com *taipa de mão*, era um processo de execução mais rápido. Levantava-se primeiro o arcabouço da casa, composto de vigas e esteios; e em seguida preenchiam-se os vãos da estrutura com barro¹³³.

José Veríssimo analisando os usos e costumes da população tapuia amazônica no final do século XIX, registrava ao visitar uma habitação *a incúria e a miséria da população que as habita. Nada ali e vindo de terras estranhas, tudo, com exceção apenas da parca roupa que mal lhes cobre a nudez, proveio sem quase nenhum esforço, da natureza ao redor*¹³⁴. Segue ainda o literato apontado a profunda dependência do *povo incivilizado* aos rudimentos da natureza, através do *costume de edificar as suas moradas*. Diz ele: *o madeiramento para a casa, o cipó que faz às vezes de prego, a palha das paredes e o teto, tudo é fornecido pela mata vizinha*.

Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978; SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo, Perspectiva, 1995; LEMOS, Carlos A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira no século XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v.1, 1993; FARIA, Sheila. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia no Campo dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v.1, 1993.

¹³³ BRUNO, Ernani. op.cit.

¹³⁴ VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*, op.cit. p.72.

Em Belém com exceção dos engenheiros militares, temos poucas informações sobre a presença regular de arquitetos construtores trabalhando em casas de moradas. O arquiteto Antonio José Landi, importante produtor de projetos para os prédios das igrejas de Belém e do Palácio do governo no final do século XVIII, deixou poucas marcas nas edificações particulares, *ou talvez necessite de estudo sobre suas contribuições para estes tipos de construção na cidade de Belém neste período*. Contudo, o arquiteto italiano teria executado um projeto sob encomenda do coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, para a construção de um sobrado na Travessa do Passinho com a Rua Nova de Santana (hoje Campos Sales e Manuel Barata). Esta casa de morada era assim descrita:

A bela casa que vai até a esquina da atual Rua Manuel Barata é um sobrado luso-brasileiro típico, portas no térreo, janelas de sacada no segundo andar. Cimalha e beiral horizontalizam o remate da elevação. Os vãos embaixo são terminados em arco e, nas janelas da sacada, em pelo cintro, ambos se repetindo modulados. Fachada revestida de azulejo¹³⁵.

Por ser um estudo feito a partir da análise física do prédio, é provável que muitas intervenções sofridas, ao longo do tempo, tenham descaracterizado a arquitetura do prédio, porém esta nota, embora especulativa, se presta para indicar a produção de um importante arquiteto na construção de habitações particulares. Talvez tenham existido alguns destes modelos arquitetônicos na cidade na primeira metade do século XIX, como notaria o viajante inglês Wallace que o uso de *cores amarela e azul na decoração das pilastras, portas e janelas das casas e das igrejas, sendo estas construídas obedecendo a um adulterado e pitoresco estilo italiano*¹³⁶.

Porém, muito provável que a construção das moradias de Belém fosse executada por mestres carpinteiros, oficiais pedreiros, aprendizes e escravos, que habilitado nas técnicas tradicionais de edificação se prestavam a produzir as casas de moradas. No censo da freguesia da Sé de 1787, considerando os ofícios desempenhados pelos profissionais *cabeças de família* foi constatado que havia, entre outros: 12 carpinteiros, 4 marceneiros, 2 pintores, 2 fabricantes de madeira, 1 serralheiro, 1 mestre pedreiro¹³⁷. A facilidade de acesso à madeira como matéria prima na cidade, possivelmente justifique uma maior incidência de profissionais que lidavam com este produto, são carpinteiros, marceneiros e fabricantes de madeira, que somavam 18

¹³⁵ Apud: MELO JUNIOR, Donato. *Landi Redescoberto*. O Liberal. Belém: Delta Publicidade, 1988.

¹³⁶ WALLACE, op.cit. p.41.

¹³⁷ LIMA, André da Silva. *Hierarquia e Sociedade: trabalho na freguesia da Sé da cidade de Belém entre 1785-1787*. (monografia final de Curso de História). Belém: Universidade Federal do Pará, Laboratório de História, 2000.

trabalhadores. Isto refletia, possivelmente, numa quantidade de domicílios construídos com este tipo de material. Ainda recorrendo às informações do engenheiro Theodósio Constantino, que havia assinalado em seu mapa em 1791, que *os edifícios lavados amarelo de sombreados de carmim, são de madeira e terra*. A julgar pelo contraste entre aqueles que se utilizavam de pedra e cal é bem provável que uma maioria das construções fosse edificadas com madeira.

O naturalista inglês, Henry Bates, que esteve em Belém a partir de 1848, registrou a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, *da qual muitos negros são devotos*, anotava o viajante, que *nas duas semanas que passei no Pará, notei que uma fila de negros de ambos os sexos costumava desfilar tarde da noite pelas ruas, cantando em coro. Todos levavam na cabeça uma pequena quantidade de material de construção – pedras, tijolos, argamassa ou tábuas*¹³⁸. Material de construção que era adquirido pelos negros escravos para ajudar na construção da igreja do santo de sua devoção.

Neste fragmento, onde aparecem os negros ofertando materiais para a construção da Igreja, embora não fiquem evidentes, mas é presumível que os próprios negros tenham também executado os seus serviços da construção do prédio religioso. Segundo Reis Filho, *a produção e o uso da arquitetura e dos núcleos urbanos coloniais baseavam-se no trabalho escravo. Por isso mesmo, o seu nível tecnológico era dos mais precários*¹³⁹.

A primeira impressão que causava ao viajante quando avistava a cidade Belém da parte do rio era a cobertura das casas e dos prédios. Assim, para o viajante americano Kidder, a aparência geral do Pará (Belém), é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e *caracterizava-se por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos*¹⁴⁰. Não menos diferentes foi à percepção do inglês Bates, que viu vários *prédios brancos com seus telhados vermelhos*¹⁴¹. Este dois viajantes destacam aspectos relevantes sobre as moradias de Belém, qual seja a pintura das paredes das casas e o telhado.

A respeito da pintura externa das moradias vimos que no final do século XVIII, o naturalista Alexandre Rodrigues ressaltava que uma das características das casas de Belém para a pintura externa das paredes das casas era feita com uma cal, extraída de conchas ou ostras, da qual faziam o *sernambi*, ou eram feitas com extração das minas naturais de uma

¹³⁸ BATES, op. cit. p.47.

¹³⁹ REIS FILHO, op. cit. p.21.

¹⁴⁰ KIDDER, op.cit. 183.

¹⁴¹ BATES, p.12

argila que os nativos chamavam de *tabatinga*. Este processo de pintura das paredes das residências resistiu ao longo da primeira metade do século XIX, embora na lista de produtos importados, já constasse a aquisição de *Cal e Tintas*. Um exemplo desta situação está no testamento de Elias Caetano do Carmo, que faleceu em 1836, filho da crioula Clemência Maria de Santa Anna, não deixava descendentes diretos, pois declarou não ter casado. No rol de suas dívidas declarava que devia *ao Ilustríssimo Senhor Capitão João Pereira Ardasse 60\$000 réis em dinheiro que me emprestou 100 alqueires de cal de sernambi que por não saber o preço não declaro*, e a dívida que possuía com o *Senhor Capitão Joaquim Antonio da Silva 70\$000 réis em dinheiro que me emprestou e 21 alqueires de cal do Reino pelo preço de \$640 réis*¹⁴².

No rol de produtos importados listado por Baena em 1838, constavam entre outros artigos, a entrada de pedra de cal e tintas preparadas¹⁴³. Nos jornais que acompanhavam o movimento do porto, com listas de artigos que eram exportados e importados em Belém, destaca-se a carga que chegava a bordo do Brigue inglês City of Perth, contendo entre outros produtos 60 toneladas de pedra de cal¹⁴⁴. A partir dos anos 40 dos oitocentos a frequência destes produtos em Belém se torna mais intensa, reflexo do crescimento econômico que a cidade voltaria a sentir.

Já o uso de telhas nas construções de Belém não se mostrava uma característica estranha às condições locais, pois vimos que o mercado oleiro na fronteira da cidade era muito intenso, na rota aberta pelo aterramento do alagado do Piri foi possível observar que várias rocinhas ou mesmo em torno delas se fixavam famílias que se dedicavam a tal atividade. Sem contar com o fato de que o acesso à matéria prima básica para a indústria de cerâmica não representar um problema para aquela região da cidade. Listamos pelo menos 4 olarias que se estendiam pela estrada da Pedreira e no *contorno marítimo no rosto da cidade*¹⁴⁵.

Como observamos anteriormente uma das preocupações das autoridades era a falta de mão de obra especializada para atender as necessidades públicas e particulares. Para atuar neste sentido foi criado em 1839, pelo governador Francisco José de Sousa Soares d'Andrea, a organização de Corpos de Trabalhadores, que se revestiria desta responsabilidade de

¹⁴² Cartório de Fabiliano Lobato Arquivo do TJE, *Testamento de Elias Caetano do Carmo*, 17/10/1836.

¹⁴³ BAENA, op.cit. p.168.

¹⁴⁴ Jornal TREZE DE MAIO, 06/1840, p.43.

¹⁴⁵ BAENA, *ibid*, p. 214.

constituir para Belém a formação de mão-de-obra especializada para executar os serviços públicos e aqueles pertencentes a particulares, entre estes estava a edificação de casas de moradas. O propósito desta arregimentação de trabalhadores ia muito além de preparar mão-de-obra para os serviços urbanos, *era um instrumento político, muito hábil, que visava desarticular os cabanos, atraindo aqueles que vagavam sem profissão definida, destinando-os aos serviços da lavoura, do comércio e de obras públicas – e que seria composta de “índios, mestiços e pretos, que se não fosse escravo e não tivesse propriedade, os estabelecimentos a que se aplicasse constantemente”¹⁴⁶.*

É importante ressaltar que Soares Andréa falava de Belém poucos anos após os ataques dos cabanos a capital do Pará que ocorreu em 1835, e deixou os cofres província, segundo ainda o governador com dívidas que superavam as receitas da Província¹⁴⁷, daí o temor por obras que *acumulassem despesas cruzadas*, porém é alegação pela falta de mão de obra especializada que reforça um dos graves problemas enfrentados para as edificações das obras públicas que percorreram toda primeira metade do século XIX, e que é sintomática na fala de Soares d’Andréa, algumas saídas para tentar corrigir estes problemas foi a solicitação de técnicos que viessem da Europa para instruir os trabalhos em Belém, conforme executou em 1839, o agora Marechal Francisco José de Soares d’Andrea na passagem do seu cargo ao presidente da Província Bernardo de Souza Franco, onde informa que *tenho enviado para Portugal a encomenda de Mestres de diversos ofícios, para com eles, se formar a companhia de Obreiros que habilite o governo todas as obras de que precisa*¹⁴⁸.

Entretanto, o que se tornou mais comum foi o envio de filhos de alguns moradores de Belém para estudar na Europa pago com recursos do governo em cursos de preparação técnica voltada para as necessidades das obras urbanas, tal situação é possível perceber através do comunicado feito a Assembléia Provincial pelo governador João Antonio de Miranda, no qual *autorizava mandar à custa do Thesouro Provincial três jovens paraenses aplicar-se ao estudo das sciencias de engenharia civil, mineralogia e veterinária*¹⁴⁹.

¹⁴⁶ SALES, Vicente, op.cit. p.272.

¹⁴⁷ O orçamento de 1838-1839, apresentado pelo governador neste documento consta que a Província arrecadara 96:076\$509 réis, que havia se reduzido para 64:617\$900 réis contra as despesas que contabilizavam 104:731\$200 réis.

¹⁴⁸ PARÁ, Discurso de entrega da presidência da Província feito pelo governador *Francisco José de Souza Soares d’Andrea*, ao seu sucessor *Bernardo de Souza Franco*, 1839, Documento digitalizado pela Universidade de Chicago – EUA, do programa [Brazilian Government Document Digitization Project](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm), no site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

¹⁴⁹ Notícia publicada no Jornal TREZE DE MAIO em 1840.

Em 1841, informava o governador Bernardo de Souza Franco que a Lei nº 69 de 23 de Setembro de 1840, havia sido cumprida, *tendo sido escolhido os jovens paraenses Fernando Maximo Gonçalves Campos para estudar engenharia civil, Manoel Lourenço de Souza, mineralogia e Ignácio José Garcia, já todos seguiram viagem e há notícia de ter o 2º chegado á Inglaterra*¹⁵⁰.

A respeito da necessidade de mão de obra para a execução de serviços públicos fazia com que o governo se utilizasse dos *presidiários e dos vadios*, conforme já destacou Soares d'Andrea em 1839. Porém era a *Casa dos Educandos* que iria ganhar maior atenção do governo na formação de oficiais e aprendizes necessários para os serviços públicos e particulares. Em 1842, o vice-presidente Bernardo de Souza Franco, informava que a casa de educando artífices possuía 15 carpinteiros, 6 calafates 5 ferreiros, 3 polieiros, 11 funileiros e 3 tanoeiros trabalhando no Arsenal de Marinha; no Arsenal de Guerra estavam 6 carapinas, 4 sapateiros, 4 serralheiros e 6 funileiros. Na construção do cais estavam 11 pedreiros e no hospital 2 praticantes de cirurgia¹⁵¹.

Assim em meio a alegada escassez de mão de obra, a casa de formação de artífices se apresenta como uma fonte de trabalhadores para a execução de obras urbanas em Belém nos decênios finais da primeira metade do século XIX. Embora não possamos, através das fontes estudadas percorrer o caminho dos ofícios urbanos que estes ou outros trabalhadores se dedicassem na cidade, podemos observar que o discurso das autoridades, por vezes apontava os limites não em fatores econômico, mas especialmente na falta de braços especializados.

A legislação das moradias urbanas.

A debilidade das obras na cidade, não significou que Belém não possuísse uma legislação do espaço urbano. Retomando a medida prevista em 1804, sobre a obrigatoriedade do estabelecimento dos nomes das ruas e da numeração das moradias demonstra esta iniciativa do governo em definir e ordenar ainda que de forma limitada o espaço urbano da cidade.

¹⁵⁰ PARÁ, Discurso do presidente da Província *Bernardo de Souza Franco*, 1839, Documento digitalizado pela Universidade de Chicago – EUA, do programa [Brazilian Government Document Digitization Project](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm), no site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

¹⁵¹ Idem.

O estudo da legislação urbana¹⁵² constitui uma forma de investigação da cidade que já resultou trabalhos importantes para entender o ordenamento das cidades em especial no final do século XIX, quando foram implementadas as medidas que fortaleceram os Código de Posturas. Esta legislação, amparada nos princípios higiênicos e estéticos proporcionava ao Estado possibilidades legais para interferir na fisionomia urbana da cidade¹⁵³, o que implicava num ordenamento das moradias e seu processo de edificação, no asseio das vias públicas e na permanência e circulação das pessoas na cidade.

Contudo estes trabalhos, sua maioria focalizaram a cidade, de um modo geral em sua fase de crescimento econômico, seja as cidades que floresceram com a economia do café, ou com o chamado *boom* da borracha, ambos os casos no final do século XIX. O que nos interessa neste particular é perceber como se gestavam uma legislação para a cidade de Belém nesta primeira metade do século XIX, num tempo em que as condições sócio-econômicas são bastante distintas daquelas vividas no final deste mesmo século, assim como perceber de que forma isto repercutiu no meio social.

Consideramos que a legislação urbana não é própria do final do século XIX, mas já era implementada desde os tempos coloniais. A documentação que analisamos demonstra que a preocupação em regular as vilas e cidades, conforme vimos, apontam neste sentido. Como exemplos destas ações temos a criação das Décimas dos Prédios Urbanos em 1808 e particularmente o Código de Posturas criado em Belém entre 1829 e 1831, com veremos adiante.

Na primeira década do século XIX, é estabelecida pela *Autoridade Soberana a Décima sobre os prédios urbanos* de todas as cidades, vilas e povoações de *uma certa consistência do Estado do Brasil pelo Alvará com força de Lei de 7 de junho de 1808*¹⁵⁴. Conforme Baena, *a sua promulgação foi excitada pelas urgentes circunstâncias, que necessitaram de aumentar as rendas públicas a fim de sustentar com decoro a celsitude do*

¹⁵² A respeito das discussões sobre a legislação urbana destacamos os trabalhos de: ROLINK, Raquel, *A Cidade e a Lei*, legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 2003; LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999; BUENO, Beatriz P. Siqueira. Tecido Urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809, In. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: N. ser. v.13, p.59-97, jan-jun 2005.; SARGES, M^a de Nazaré. op.cit., 2000.

¹⁵³ DERENJI, Jussara da Silveira. A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará, In. D'INCAL, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel (org.) *A Amazônia e a Crise da Modernidade*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

¹⁵⁴ BAENA, op.cit., p.274.

*Trono, o esplendor da nova Corte, e muitos estabelecimentos públicos indispensáveis para o bem e a prosperidade nacional*¹⁵⁵.

Como podemos perceber o estabelecimento deste imposto urbano, no momento da chegada da Corte portuguesa ao Brasil, deixa evidente qual era o papel da Décima Urbana, qual seja *aumentar as rendas públicas*. Mas além de fomentar os cofres da Corte como funcionava este tributo?

A Décima Urbana, foi um imposto estabelecido pela Corte, *que seria pago a Fazenda Real, correspondente a 10% do rendimento liquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre os proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia*¹⁵⁶.

A respeito da aplicação de tal tributo em Belém, não foi possível localizar fontes mais esclarecedoras. O que pudemos verificar foi que através da imprensa o governo notificava a população alertando para a inadimplência da Décima Urbana, conforme a nota veiculada no Jornal Treze de Maio de 1842:

O coletor da Décima dos Prédios urbanos do Bairro da Campina, segunda vez, avisa aos coletados devedores, que não obstante, expirado o prazo marcado para a cobrança deste imposto, continua a receber em sua casa na Rua dos Martires nº 36 das 4 as 6 horas da tarde, e que passará a usar meios que as Leis lhe facultam, para obter o pagamento daqueles que devendo não compareceram para este fim¹⁵⁷.

No mesmo jornal seis meses depois na coluna de *Avisos*, novamente o coletor adverte:

O coletor da Décima dos Prédios urbanos do Bairro da Campina, outra vez, avisa aos colectados devedores deste imposto, que hajam de comparecer respectivo pagamento em sua casa nº 36 na Rua dos Mártires, se não quiserem fazer por meios executivos, pois nesta repartição se está extraíndo contas dos que têm sido omissos nos pagamentos para serem executivamente cobrados pelo Juiz competente.

Ainda neste mesmo ano o coletor da Décima Urbana do bairro da Cidade também se pronunciava a respeito dos inadimplentes:

O coletor da Décima dos prédios urbanos (do bairro) da Cidade, avisa a todos os respectivos colectados, que concorrerão ao pagamento do que devem de Décima na Casa de sua residência na Travessa do Carmo, até o dia 24 do corrente mês de dezembro, ficando certos os que assim o não fizerem, no referido prazo, que serão infalivelmente executados na forma da Lei (coletor Pedro José de Alcântara).

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ BUENO, Beatriz. op. cit. p. 61.

¹⁵⁷ Jornal Treze de Maio 21 de Maio de 1842.

A resistência ao pagamento do imposto contabilizava valores que já faziam sentir nas finanças da Província, conforme se pode observar no discurso feito a Assembléia legislativa do presidente da província João Antonio de Miranda em 1840:

Vós deveis, e haveis de tomar sem duvida em consideração todos os inconvenientes, que fazem baixar nossas rendas, seguramente achareis um remédio eficaz para compelir os devedores a cumprirem as suas obrigações. Só de décimas de prédios urbanos da capital ate o 1º semestre de 1837 se devem 9:730\$016 rs; de 1837 a 1839, 16:456\$633 rs; de 1839 a 1840, 12:183\$635 rs. Isto assim não vai bem. Eu otimamente conheço meio de fazer esses devedores remissos entrar em seus deveres; porém o negócio está todo afeito a vossa descrição, Vossas decisões serão por certo assinadas¹⁵⁸.

Embora não possamos identificar, estes *coletados* devedores que eram sumariamente cobrados pelos funcionários do governo, podemos inferir que não era fácil aplicar em Belém a cobrança da Décima Urbana. Havia uma resistência da população em comparecer nos locais destinados a cobranças dos referidos impostos. Quem seriam estes inadimplentes? Infelizmente nos falta documentação para aprofundarmos esta questão, contudo, o fato deste imposto ser insistentemente cobrado nos possibilita afirmar que Belém se inseria como uma cidade de *uma certa consistência*, capaz de contribuir para a Fazenda Real. Da mesma forma, nos proporciona indícios que demonstram que os imóveis urbanos estavam passando por um processo de valorização.

Apesar da *insistência das autoridades em legislar sobre a cidade*, estas ações tiveram limites para a sua execução, conforme vimos na cobrança da Décima dos Prédios Urbanos. Em outras cidades, *queixavam-se* (os clérigos) *pela falta de pagamento das cõngruas*¹⁵⁹.

Assim observamos que as iniciativas legais tiveram limites para a sua aplicação no espaço urbano, pois na cidade misturavam-se casas de famílias com maiores posses ao mesmo tempo em que era possível perceber além de terrenos baldios, assim como pequenas casinhas. Embora houvesse uma maior freqüência de habitações com melhores aspectos nas ruas centrais, e cada vez que se avançava para os *arredores* da cidade a presença de moradias de arquitetura mais modesta, não quer dizer que houvesse medidas segregacionistas para a edificação das moradias. Portanto, não sendo possível identificar que moradores, se das casas humildes ou das moradas de arquitetura mais elaborada, que deixavam de pagar tal tributo.

¹⁵⁸ PARÁ, Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. João Antonio de Miranda Presidente da Província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1840*. Belém, Typ.Santos, 1840. Versão disponível na Internet, site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>, consultado em 05/01/2005.

¹⁵⁹ ARAÚJO, op.cit., p. 42.

A respeito desta característica da cidade, os viajantes observavam com estranheza a configuração das habitações de Belém. Kidder em 1839 percebia *que as ruas centrais havia casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias*¹⁶⁰. Esta precisa observação do viajante americano seria reforçada pelas descrições de outro naturalista, o inglês, Henry Bates que viu que *as ruas próximas ao porto, era margeada por prédios altos e sombrios semelhando conventos (...)* porém quando *entrava numa rua estreita e comprida, observava o viajante, que era habitada pelas classes mais pobres, pois as casas tinham apenas de res-do-chão e sua aparência era humilde e desalinhada*¹⁶¹.

Se fossemos considerar as narrativas dos viajantes, certamente, concordaríamos com a idéia de que em Belém os bairros centrais eram ocupados por uma camada da sociedade com maiores posses, e as áreas periféricas seriam locais destinados às habitações das populações pobres, ainda que esta tendência tenha predominado ela se reveste de uma obviedade limitada para entender a dinâmica da disposição das habitações de Belém na primeira metade do século XIX, pois para esta época, especialmente após a drenagem feita nos pântanos do Piri, a cidade tendeu a se estender para as áreas mais continentais, de tal modo que isto impulsionou a construção de chácaras ao longo destas novas estradas, eram as chamadas Rocinhas. Edificações que, conforme vimos o governo estimulava a sua construção pelas *famílias mais amoedadas* da cidade.

Estas habitações nos arredores de Belém eram utilizadas pelos naturalistas, tanto que os germânicos Spix e Martius ficaram numa destas chácaras pertencente ao Sr. Ambrósio Henriques, na estrada que ia desembocar no igarapé do Una. Bates e Wallace, naturalistas ingleses, também ficaria hospedado nas rocinhas, numa delas pertencente ao Sr. Miller e mais tarde numa *chácara alugada em local mais conveniente para nós, por se achar situada no arraial de Nazaré, pouco mais de um quilômetro da cidade e nas proximidades da floresta*¹⁶².

Assim, a cidade comportava vizinhos imediatos que não eram classificados segundo critérios raciais ou mesmo de riqueza, o que não quer dizer que a cidade fosse destituída de um sentido de ordenamento urbanístico. As habitações, como as ruas desde as primeiras décadas do século XIX, obedeciam a requisitos e mecanismos institucionais que eram

¹⁶⁰ KIDDER, Daniel, op. cit p-183.

¹⁶¹ BATES, Henry, op. cit. p-12.

¹⁶² Idem.

previstos pela Câmara do Senado da Província, conforme podemos observar esta nota que foi publicada pelo Jornal Treze de Maio em 1840, em que previa:

Mande esta Câmara numerar todas as casas da Cidade, e designar as ruas, travessas, becos e largos com os nomes que já tiverem ou que parecerem à Câmara adequado. Recomendo que se conservem os nomes, porque alguns desses lugares forem de longa data conhecidos, com a única exceção de que uma das ruas principais se dará o nome de Rua de – Pedro Segundo, à outra a de – Rua Treze de Maio – em atenção ao dia em que as tropas da Legalidade se apoderaram da Capital, a outra o de – Rua do Andréa – por ser esse o Delegado Supremo que reduziu a Paz a Província.

Essa Câmara me dará conta das considerações, que lhe motivar esta ordem, ou dos obstáculos, que na execução dela encontrar. Deus Guarde V. S^a Palácio do Governo do Pará, 8 de maio de 1840 – João Antonio de Miranda – Srs Presidente e vereadores da Câmara Municipal¹⁶³.

Esta determinação enfática do presidente da província João Antonio de Miranda vem reforçar aquela feita em 1804 pelo Conde dos Arcos, a respeito da nomenclatura das ruas e da numeração das moradias não fosse um detalhe muito interessante, ela demarca as mudanças que sofreu a cidade logo após a expulsão dos cabanos e a *retomada* do poder pelas tropas legais do governo que tinha a frente o comando de Francisco José de Soares d’Andrea como mártir pacificador da Província, que seriam agora imortalizados cedendo os nomes para as ruas das cidade. Não sabemos ao certo se estes nomes permaneceram na cidade, com exceção da Rua Treze de Maio, mas o que nos possibilita pensar que a cidade de Belém, ao criar estes emblemas urbanos sugere uma necessidade imperiosa de apagar um tempo e instaurar uma nova cidade após a cabanagem, um lugar contado a partir dos nomes das tropas legalista vencedoras.

As posturas Municipais se afirmam como políticas fiscalizatórias empreendidas pelas Câmaras municipais, a quem cabia a gestão e ordenamento do espaço público nas cidades, desde a época colonial e depois da Independência apareciam iniciativas neste sentido.

Em Belém, no final do século XVIII, D. Francisco de Souza Coutinho estabelecia entre 1790-1803, medidas que visavam orientar a população para defumar as ruas com vapores de alcatrão e vinagre para “corrigir o ar”, numa técnica de desinfecção da época para se protegerem contra um surto de varíola que assolava a cidade¹⁶⁴. Embora nos pareçam estranhas, mas estas medidas se aplicavam como força de lei, que passariam a regular a vida das pessoas e sua relação com a cidade. Não menos diferente seria, por exemplo, a

¹⁶³ Jornal Treze de Maio 15/05/1840.

¹⁶⁴ SANJAD, Nelson. op.cit. p.70.

determinação efetuada pelo governador D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos que em 1804, determinaria ao Senado que mandasse *imediatamente assinalar as ruas com o seu próprio nome nas esquinas e, distinguir os domicílios pelo número inscrito na verga da porta principal, devendo-se marcar com letras cabidulas, e os números com algarismos da numeração atual, tudo alvo em campo negro*¹⁶⁵.

Este conjunto de determinações foram se aperfeiçoando ao longo do século XIX, pelos membros do parlamento municipal, não sem resistência da população local, e vieram a se configurar nos Códigos de Posturas Municipais, que municiava com o poder de polícia a administração pública da cidade.

Mas foram entre os anos de 1829 e 1831, transcorreram árduos debates na Câmara Municipal de Belém, que envolveram entre outros os seguintes Vereadores: Ambrozio Henriques da Silva Pombo Presidente, Manoel Sebastião de Mello Marinho Falcão, Lourenço Lucidoro da Motta, João Baptista Ledo, João Florenciano Mendes Cardoso, Joaquim Antonio da Silva, Antonio Manoel de Souza Trovão e José Baptista Camecran Vereadores da mesma Câmara Municipal¹⁶⁶, destas discussões seria gestada um dos primeiros Códigos de Posturas que abarcavam de forma mais completa legislação e fiscalização do espaço público da cidade. As seções da Câmara que discutiram a elaboração deste Código tiveram as atas destas reuniões posteriormente publicadas nos anais do Instituto Histórico do Pará, dessa forma, a feitura da legislação consumiu um longo período de discussão daquela Casa.

Na seção do dia 21 de agosto de 1829, presidida pelo vereador Ambrosio Henriques da Silva Pombo, seria aprovado o Artigo 9º do Projeto que estabelecia:

Art. 9º do projeto = Nenhuma pessoa poderá edificar n'esta cidade e suas imediações caza ou muro sem licença da Camara devendo primeiramente proceder a vistoria e arrumação pelas justiças ordinarias com assistencia do fiscal procurador e arrumador do conselho para lhe designar a linha de direção conveniente: o que contrario fizer será multado em des mil reis desmanchando e destorcendo o defeito do alinhamento, se o houver, no prazo de três dias; e quando não o faça proceder-se a demolição immediatamente á sua custa pelo procurador e fiscal; ficando entendido que as ruas e travessas deverão antes alargar /sendo possível / e não estreitar. Em todas as freguesias do termo não deverão fazer as ditas edificaçoins sem chamar o fiscal para designar o alinhamento; o qual poderá consentir que se edifique no centro, sem que primeiro estejam cheios os terrenos próximos á marinha; pena de quatro mil reis e ser demolida a obra a custa do dono = Aprovado.

¹⁶⁵ BAENA, Antonio Ladislau. Op. cit. p-260.

¹⁶⁶ Documentação compilada do IHGP, pela graduanda Michele Alvina, que estuda as políticas públicas municipais através da legislação dos Códigos de Posturas.

A preocupação com o alinhamento das vias públicas, se mostrava como uma das prerrogativas estabelecidas desde os *esquemas* de construção determinados pelos engenheiros militares, que assumiram nas cidades e vilas coloniais este papel, na ausência deste que a cidade possuísse pelos menos um arruador ou arrumador. Após a Independência, em Belém em 1828, portanto um ano antes da discussão deste projeto, seria discutido no Senado da Câmara e aprovado a contratação de um arrumador que pudesse coordenar o traçado da cidade, o nome escolhido para preencher o cargo era o cidadão italiano Galdêncio Poncioti, *em virtude dos seus conhecimentos de arquitetura civil*¹⁶⁷. Possivelmente a instituição desta legislação que se articulava em Belém viria reforçar a ação do arrumador que prescindia de um instrumento legal para conduzir o ordenamento urbano.

Este projeto do Código de Posturas de 1829-31 apareceria regularmente publicado nos jornais em circulação na cidade como é possível como veremos na coluna de *Avisos* publicada no Jornal Treze de Maio no dia 19 de maio de 1840, que destacava:

O Fiscal da Câmara Municipal d'esta cidade, pertencente a Freguesia da Campina adverte, que brevemente tem de sair em inspeção geral, e por isso faz público aos moradores do seu distrito que façam limpar a testada de suas residências para que não sofram a multa, que marca no artigo 19 das Posturas da mesma Câmara; e bem assim adverte aos proprietários de chãos de seu distrito, e estrada nova os façam limpar, e cercar; ultimamente os proprietários de armazéns, lojas e tabernas, cazas de talhos, botequins, quitandas, e todos os que vendem publicamente, tenham suas licenças e aferições; os mestres de ofícios com lojas abertas deverão apresentar tãobem licenças, e cartas de exame, para trabalharem publicamente, sob pena de incorrerem nas que lhe fulminam as Posturas. E para que chegue a notícia de todos mandei afixar o presente. Pará 19 de Maio de 1840 – Antonio Ricardo Carvalho de Penna¹⁶⁸.

Através desta advertência pública a população veiculada no jornal sobre limpeza da *testada da* residência, o que implicava na limpeza e no asseio da frente da morada de todos os habitantes da freguesia da Campina, baseada nas Posturas Municipais que fora estabelecida em 1829-31 o primeiro código anterior ao de 1848. Cruz comentando sobre os Códigos de Postura do Município de Belém informa que teve conhecimento de um Código com data de 1831, *que foi localizado no Arquivo Municipal de Belém, no original manuscrito*¹⁶⁹.

Com relação ao conteúdo da notícia, ela nos deixa perceber o papel desempenhado pelas políticas urbanas para regular as ações dos mais variados grupos da cidade, seja os

¹⁶⁷ CRUZ, Ernesto, *Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará, Belém/Pará: Imprensa Oficial* 1999. p.198.

¹⁶⁸ Jornal Treze de Maio de 30/05/1840. p.19.

¹⁶⁹ CRUZ, Ernesto. *Procissão dos Séculos*. op.cit. p.128.

moradores comuns, com o asseio da frente das suas moradas, os comerciantes e ambulantes que perambulavam pela cidade.

Essa política de disciplinarização do espaço público da cidade, embora tivesse limites para a sua aplicação não deixaram de constituir uma preocupação das autoridades, estas iniciativas se materializavam no apoio que era fornecido pelo governo as casas assistenciais como o hospital do Tucunduba, que servia de abrigo para os lazarentos, sobre estas ações apontava o presidente da província João Antonio de Miranda em 1840:

Um dos meus antecessores fez a compra da Fazenda Pinheiro (atual distrito de Icoaraci) com intuito de nela edificar um Hospital com proporções devidas, não só para receber os trinta indivíduos que se acham em Tucunduba (no atual bairro do Guamá), mas ainda acolher um maior número de desgraçados, que nesta cidade, e em alguns pontos da província se comunicam, à respeito dos quais se não tem da parte do governo expedido as mais positivas providências por falta de uma casa de socorro. O Hospital do Tucunduba fundado em um retiro, onde faltam os devidos cômodos, oferece mais a desvantagem das relações desses indivíduos com os habitantes da cidade, onde eles freqüentemente aparecem com o auxílio da noite, e mesmo de dia sendo encontrado a percorrer a estrada de Nazareth¹⁷⁰.

Uma das preocupações do governo em favorecer a construção dessa casa de assistência esta diretamente relacionada com o *zelo* pela Cidade, pois havia um grande número de *desgraçados*, que perambulam pelas ruas, especialmente à noite e que era preciso abrigá-los de preferência longe das *relações com os habitantes da cidade*. Por estas iniciativas, podemos notar que havia uma política de disciplina da cidade e que mais tarde se intensificariam nas letras do Código de Posturas Municipais de 1848.

As Posturas sobre o município de Belém se mostraram de forma mais aperfeiçoada no Código de Posturas Municipais de 1848, onde a regulamentação das edificações urbanas ganha no Título 2º das Posturas Especiais da Lei o capítulo “Do Município da Cidade de Belém”. Onde previa para as edificações urbanas entre outros artigos o seguinte:

Art. 148 – No Largo das Mercês, nas Ruas de Belém, do Império, dos Mercadores, da Boa Vista, e na Rua da Marinha se abriu para o futuro a Travessa das Mercês, do Passinho, de S. Matheus, do pelourinho, e da Companhia, desde a rua dos Mercadores até o rio e bem assim na Travessa do Seminário, e em todo o Largo do Palácio ninguém poderá edificar, ou reedificar casa senão de sobrado, nem consertar a parede da frente das casas baixas, que nas ditas ruas existirem, sob pena de incorrerem na multa de vinte mil reis, ou oito dias de prisão, sem do depois demolido o prédio.

Art. 149 – As casas dentro do limite da Cidade, cuja frente for de tábuas, serão demolidas por seus donos ou procuradores no prazo de seis meses peremptórios, sob

¹⁷⁰ PARÁ. *Discurso do Presidente da Província João Antonio de Miranda, 1840*, documento citado.

pena de incorrer o infrator na multa de vinte mil reis, ou oito dias de prisão, e de ser demolido a casa por ordem da Câmara à custa do dono.

Art. 150 – Os proprietários de chão dentro dos limites da Cidade, serão obrigados a tapá-los com cercados na direção do alinhamento da respectiva, para o que requirem à Câmara a competente arrumação. No prazo de seis meses prefixos, depois da publicação da presente Postura serão cercados os chãos compreendidos dentro da linha, que partindo do rio seja pela Travessa da Estrela, Praça Pedro Segundo, Rua dos Inocentes, Largo do Quartel, Rua de São João, e Atalaia e acabar no Rio; Dentro de doze meses os compreendidos na linha que tendo ponto de partida no rio seguem pela Rua da Princesa, Estrada de Nazareth, frente do Cemitério Velho, Rua da Cruz das Almas e São José, até a Travessa do Arsenal, dentro de dezoito meses os compreendidos no restante do espaço desde esta ultima linha até os limites da cidade. Os infratores serão multados em dois mil reis por braça de frente dos terrenos compreendidos dentro da primeira linha, em mil duzentos e oitenta reis para os da segunda e em oitenta reis para os de terceira, ou oito dias de prisão em qualquer dos casos e serão considerados em reincidentes seis meses depois de findos os referidos prazos, e assim sucessivamente¹⁷¹.

Neste conjunto de leis se apresenta de forma explicita ações normatizadoras da cidade. De um modo mais amplo, para todas as cidades, vilas e freguesias, há dispositivos que determinam o cuidado com *os Pântanos, águas infectas, limpeza de terrenos, ruas e empachamentos em geral (Cap.3º)*, da mesma forma que predispõem critérios para a construção no seu capítulo 8º *da Edificação e Alinhamento*, onde são estabelecidas as normas editadas pela Câmara prevendo, alinhamento, padrões estéticos para habitações que devem ser edificadas no espaço urbano das cidades, vilas e freguesias.

Porém, caberia destacar a respeito deste Código de Posturas de 1848, é que apesar dessas leis gerais se aplicarem *a todas as cidades, vilas e freguesias*, há no seu Título 2º um capítulo especial para o Município de Belém, com dispositivos bem particularizados, conforme podemos ler acima, nos seus artigos 148, 149,150. Estes determinam as ruas onde se deve apenas construir casas de sobrado, como no *Largo das Mercês, nas Ruas de Belém, do Império, dos Mercadores, da Boa Vista, e na Rua da Marinha se abriu para o futuro a Travessa das Mercês, do Passinho, de S. Matheus, do pelourinho, e da Companhia, desde a rua dos Mercadores até o rio e bem assim na Travessa do Seminário, e em todo o Largo do Palácio*¹⁷².

Da mesma forma os terrenos baldios existentes no centro da cidade deveriam obrigatoriamente ser *cercados em conformidade com alinhamento* determinado pela Câmara Municipal. São muitas as predisposições estabelecidas pelo poder público que a partir de

¹⁷¹ PARÁ, Coleção de Leis do. *Código de Posturas Municipal de 1848*, Belém: Typ. Santos & menor, 1851.

¹⁷² Idem.

então passaria a ponderar de forma mais expressiva sobre a cidade. Saber até que ponto a população se adequou a estas normas urbanas é uma tarefa não menos simples, no entanto o que caberia destacar que a partir da instituição desta legislação podemos notar o crescimento das intervenções do poder público na estrutura urbana, seja de forma ampla através de medidas sobre as ruas, praças e locais *públicos*, seja de forma mais pontual, quando trata das normas de habitação na cidade.

Estas medidas legais nos possibilitam demonstrar, portanto, que a busca pela produção de um espaço urbano *regularizado* tem suas raízes ainda dentro do quadro de Belém da primeira metade do século XIX, onde as políticas de *reconstrução* da cidade na pós-cabanagem se mostravam acesas, ainda que do ponto de vista das condições econômicas não houvesse grandes meios que estimulassem reformas de grande vulto, as políticas urbanas dão conta de que a vida cidadina estava se tornando importante em Belém.

1.2. Olhares estrangeiros e o exterior das casas.

Como funcionava a vida das populações na cidade? Que tipos de atividades se processavam nas ruas, especialmente aquelas que se aproximavam do convívio com as habitações? Estas e outras questões destacamos para perceber a relação que a cidade possuía com as moradias a partir de seus cenários urbanos, neste campo a descrição exterior das moradias indicam a percepção dos *olhares estranhos*, que rastreiam a vida das famílias a partir da dinâmica de seus habitantes. Neste tópico o diálogo com as impressões dos viajantes se mostrou um importante guia para as nossas análises sobre as moradias urbanas de Belém.

Cenários urbanos.

Que imagem faziam os viajantes naturalistas da cidade de Belém quando para cá se dirigiram? Até que ponto a idéia que faziam do lugar se aproximou das imagens por eles vistas? Neste jogo entre imaginação e realidade embora não seja algo tão fantástico para o século XIX, consideramos relevantes as primeiras impressões que alguns viajantes

naturalistas fizeram da cidade¹⁷³. Entre eles Spix e Martius em sua *Viagem pelo Brasil* de 1819; o americano Daniel Kidder em 1839 que deixou suas impressões em *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil* e o inglês Henry Bates, que chegou a Belém junto com outro naturalista Alfred Wallace e permaneceram entre 1848 até 1851 na cidade e depois se deslocaram para outras expedições na Amazônia.

O norte do Brasil em particular a província do Pará chega ao século XIX de certo modo conhecida do universo de estudiosos europeus, pois desde o século XVIII¹⁷⁴ já haviam produzido vários relatos sobre o grande rio das Amazonas e mesmos sobre o exotismo de seus povoados. Porém todos os viajantes que aqui tiveram no século XIX fizeram questão de registrar suas impressões sobre a cidade, que talvez já a conhecessem de outras leituras, mas que agora viam com os próprios olhos.



(Fig.9) Vista Panorâmica de Belém, por Spix e Martius.

Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. CD-ROM. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. 1999.

A visão panorâmica da cidade vista pelo mar foi registrada por grande parte destes estrangeiros. Spix e Martius perceberam que a cidade *apresenta-se ao espectador como constando somente de duas filas de casas, e a proximidade da gigantesca mata virgem, que lhe forma o fundo, evidencia como aqui a atividade construtora do homem, que só com esforço vence, detendo-a, a vegetação tropical*¹⁷⁵. A luta entre o mundo dos homens, a cidade com suas construções e a resistente floresta, também foi observado por Henry Bates que ao chegar a Belém 28 de maio de 1848, percebia que a cidade oferecia *uma visão em vários planos quando contemplada do rio. Os prédios brancos com seus telhados vermelhos e as*

¹⁷³ Cf. MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes, o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Obra em que a autora discute as Geografias Imaginativas, demonstrando que muito do que narravam os viajantes britânicos era parte de leituras e estratégias narrativas.

¹⁷⁴ Antes destes viajantes além dos religiosos que faziam as suas viagens pastorais pela província outras descrições de cunho científico são bastante relevantes para época, entre estas se destaca LA CONDAMINE, Charles Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas em 1743* e o luso-brasileiro Alexandre Rodrigues FERREIRA com sua *Viagem Filosófica 1783-1893*.

¹⁷⁵ SPIX e MARTIUS, op.cit., p- 15.

numerosas torres e cúpulas das igrejas e conventos, e o topo das palmeiras elevando-se por trás das casas são a cidade uma aparência de leveza e alegria altamente estimulante¹⁷⁶. Por se tratarem de naturalistas as suas impressões sobre o mundo natural ressaltam diante da arquitetura urbana da cidade. Miriam Moreira Leite observa que cada profissão a que pertença o viajante *ele privilegiará um instrumento de observação*¹⁷⁷.

A apresentação da cidade pelos viajantes pode em alguns casos ter se pautado na história do lugar, um esforço em reconhecer o espaço visitado antes mesmo de vir, daí a narrativa ser recheada de citações de outros cronistas e viajantes, o americano Daniel Kidder provavelmente leu *Viagens ao interior do Brasil* de John Mawe, citado em algumas situações, e se utilizou dos escritos de Antonio Ladislau Baena para narrar às origens do círio de Belém.¹⁷⁸ Porém são os aspectos físicos aqueles mais referidos para descrever a cidade. São valorizados entre outros aspectos a localização, o clima, e as condições dos prédios da cidade, conforme podemos notar na narrativa de Kidder:

A posição geográfica do Pará, ou melhor, da cidade de Belém, é de 1°21' de latitude Sul e 48°28' de latitude Oeste. Assenta-se sobre um elevado promotório, a margem do rio Pará que é o braço mais importante do delta amazônico. A cidade fica oito milhas do mar e é vista a grande distância, do rio.(...)

A aparência geral do Pará é mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras e caracteriza por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos. O traçado urbano não falta nem regularidade nem de gosto. Têm três praças públicas: a do Palácio, a do Quartel e a do Largo da Pólvora. Além dessas, existem diversos outros largos menores à frente da catedral e diversos dos conventos. As ruas centrais não são largas nem pavimentadas; nelas vêem-se numerosas casas de grande porte, mas as ruas mais afastadas estão repletas de casinhas insignificantes e feias¹⁷⁹.

Esta percepção da geografia da cidade nos possibilitar ter uma dimensão física do espaço urbano, o narrador está preocupado em nos deixar claro não só onde está situado o lugar visitado, mas tecer comentários acerca das características dos principais prédios, assim como das ruas e os tipos de habitações que estão dispostas ao longo das vias. Chama-nos a atenção para esta descrição de Kidder a sua capacidade de demonstrar que Belém em 1839 apresenta um centro mais povoado, com seus casarios e ruas alinhadas, porém aprofundando o

¹⁷⁶ BATES, Henry Walter. Op. Cit.

¹⁷⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livro de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

¹⁷⁸ Em certos momentos de sua narrativa Kidder procura relacionar os seus problemas de permanência em terras brasileiras aqueles sofridos por Mawe, que chegou inclusive a ser preso p.189. Para falar do Círio de Nazaré, Kidder começa assim sua narrativa: *Na opinião de Baena, o autor das "Eras do Pará", é a seguinte origem dessa festa.* p.201.

¹⁷⁹ KIDDER, Daniel P. op.cit., p.183.

olhar ele nos revela ruas mais afastadas, provavelmente, não alinhadas e ainda alagadas, que comportam pessoas de menores posses que habitam as *casinholas insignificantes e feias*.

Outras formas de perceber a cidade a primeira vista são extremante curiosas para os viajantes. Bates percebia que Belém era uma cidade com uma *expressão sonora da fervilhante e multifária Natureza*. Onde o chiado de cigarras, o estridular de uma imensa variedade de grilos e gafanhotos somava-se com a noite a várias espécies de sapos e rãs juntavam-se num coro. *Essa zoeira nunca chegava a cessar inteiramente, noite e dia, e com o passar do tempo acabei por me acostumar a ela, como os outros que aqui viviam. Ao voltar para a Inglaterra, a mortal tranqüilidade dos dias de verão no campo pareceu-me tão estranha quanto a zoeira da mata logo que cheguei ao Pará*¹⁸⁰.

Belém destes primeiros anos do século XIX, com seus sons peculiares¹⁸¹ também poderia ser qualificada como uma cidade que comportava áreas secas e mais povoadas com casas de feio que expressavam maior durabilidade, enquanto em outras partes ela se mostrava mais provisórias conforme destacaram os viajantes anteriormente.

Usos e atitudes.

A cidade não é somente um emaranhado de coisas sólidas que moldam o espaço, mas uma conjunção de usos sociais que implicam em definir e reinventar a todo instante as funções do espaço urbano. Partindo destas noções caberia perguntar como a cidade de Belém se apresentava nos primeiros anos do século XIX para a população mais humilde que nela habitava. Neste campo, nos deteremos em analisar os vários perfis sociais descrito pelos viajantes e a relação destes com a cidade.

Thompson analisando as tensões sociais geradas pelos protestos dos motins da fome na Inglaterra, define que: *o mercado não pode ser isolado e abstraído da rede de relações políticas, sociais e legais em que está situado*¹⁸². Considerando que as relações de troca compõem uma parte deste dinâmico campo das redes de relações urbanas, poderíamos

¹⁸⁰ BATES, op. cit. p-13.

¹⁸¹ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Particularmente o item *Normalizando os sons*, onde a autora procura perceber os sons na cidade de Belém no século XIX.

¹⁸² THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa. v.I, A árvore da Liberdade*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ampliar o nosso foco de observação e perceber como o espaço urbano era um lugar das relações políticas, econômicas, sociais e culturais, e como isto era descrito pelos viajantes.

O convívio no porto tornava Belém uma cidade bastante peculiar para o viajante estrangeiro. Henry Bates, que provavelmente notou ter chegado em um dia de festa, descrevia que o *porto estava cheio de canoas e outras embarcações, grandes e pequenas, e o repicar dos sinos, acompanhando o espocar dos foguetes*¹⁸³. Para Kidder o porto da cidade era mais do que o lugar onde os barcos ficavam ancorados, era lá que ficava *a rua que corre paralela ao rio e liga diversos pontos de desembarque, e é justamente aquela onde se transaciona quase todo o comércio local*¹⁸⁴. Neste campo em especial, em torno da Ponta das Pedras, o desembarcadouro principal, é que o viajante notou que existia uma característica típica para a cidade, *local onde há um grande número de canoas atracadas*. Era nela que se agrupavam os mais diversos tipos sociais que estabeleciam relações de comércio, uma cena que causou espanto ao curioso viajante, pois *era movimentada pela turba indígena que fala os mais variados dialetos amazônicos, é peculiar à cidade*¹⁸⁵.

Sua descrição do porto não se limita a falar da estranha forma de se comunicar dos nativos que comerciavam naquele local, ele observa uma familiaridade das populações locais com as águas do rio. Pois diz o naturalista americano, que

em certo ponto da cidade, onde se abatem as reses destinadas ao consumo, vêem-se inúmeros corvos pousando sobre as árvores ou descrevendo lentas evoluções no ar. Ao longo da margem do rio notam-se numerosas pessoas banhando-se, tanto pela manhã como à tarde. Não há cerimônia nessas abluções tão agradáveis quão necessárias. É comum verem-se homens, mulheres e crianças das classes mais humildes, nadando e mergulhando em direções diferentes, todos no mesmo tempo¹⁸⁶.

O banho nas águas do rio aqui descrito nos remete para pelo menos duas características da vida das pessoas das *classes mais humildes*¹⁸⁷, como prefere identificar o viajante americano. Em primeiro lugar a sensação de familiaridade e até uma certa *intimidade* dos homens amazônicos com o rio nos reporta para a tradição indígena. É possível que o hábito freqüente do banho, realmente possa ter causado espanto para o olhar de um estrangeiro, que em meados do século XIX vinha de sociedades que ainda possuíam uma

¹⁸³ BATES, op.cit. p.12.

¹⁸⁴ KIDDER, op. cit. p.187.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Termo utilizado pelo viajante americano Daniel Kidder para qualificar as pessoas de menos posses, que se banhavam nas águas do rio em frente à cidade.

repulsa às águas e brisas marinhas, consideradas portadoras de todo o tipo de corrupção. Sensibilidade esta que somente nos fins deste século com o advento das idéias científicas e higienistas iria sofrer lentas modificações em relação ao banho de mar¹⁸⁸.

Porém outro aspecto de grande relevância neste quadro são as regras de utilização do porto da cidade que os seus freqüentadores estabelecem, pois embora oficialmente possa ser considerado pelo poder instituído como espaço de descarregamento e de comércio de mercadoria, ele se presta a usos muito mais costumeiros, como o banho de rio. Atitude que para o olhar do estrangeiro representava uma ação humana que deveria ocorrer em espaços privados, para as pessoas humildes, sem *nenhuma cerimônia se dão a essas abluções de manhã e de tarde, são homens mulheres e crianças*¹⁸⁹, que se quer se importavam para com as normas prescritas na lei. Eles, assim como o camponês inglês consideravam um direito costumeiro aquele que lhe permitia coletar lenha em terras comunais, também demonstram estar firme nas suas convicções de posse das águas do rio¹⁹⁰.

Se o porto revela esse intrincado jogo de sentidos, não menos importante na cidade era o acesso ao uso da água para o consumo doméstico.

Em Belém, escreve Kidder em 1839, *não há nenhum chafariz em toda a cidade. O único manancial de água potável fica a leste da cidade. Para a conveniência das famílias que não dispõem de criados, encontram-se, pelas ruas, aguadeiros transportando, sobre o dorso de animais, pequenos barris de água potável. A água para serviços domésticos provém do rio e de alguns poços feitos nos arrebaldes*¹⁹¹.

O acesso à água potável em Belém em quase todo o século XIX tornava as tarefas domésticas não menos simples. Atividades como cozinhar, lavar, tomar banho e demais obrigações do lar que implicavam no uso de água requeria algumas prerrogativas, entre elas possuir escravos que pudessem fazer o transporte de água para casa. O próprio viajante americano dizia que *eram poucas as pessoas que acordavam de manhã, a passeio ou para*

¹⁸⁸ CORBIN, Alain. *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁸⁹ KIDDER, op.cit. p.187.

¹⁹⁰ O direito de uso da água, ao longo da história assume características sagradas, conforme anota Roche, op.cit. p.187.

¹⁹¹ Idem.

fazer exercício. As únicas pessoas que geralmente se encontram no Pará, pela manhã, são negros e índios com potes de barro à cabeça, a caminho da fonte¹⁹².

Ainda nos fins do século XVIII, o viajante Alexandre Rodrigues Ferreira autor da Viagem Filosófica, produziu um texto sobre da cidade de Belém denominado *Miscelânea histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará – 1784*. Nele o naturalista luso descreve um panorama geral do espaço urbano da cidade, destaca algumas considerações a respeito do acesso à água potável:

Fonte não há, he a agoa que bebem os moradores he a que recebem dentro de um barril enterrado na areia, no sitio que chamão de pão de agoa.

A agoa de um sabor amargo, e algumas vezes depõe no fundo dos vasos a ochra de ferro; nem podem deixar de o fazer sentir, pelo muito visto de que esta carregada a argila a que chamão de tijuco.

Os que bebem as dos rios, e dos igarapés visinhos de cada vez que a bebem, Poe no estomago um sedimento viscido da argila vitriolica, que indo entupir os orificios dos vasos produz as doenças que seguem destas causas. Em qualquer ponto que se cave a terra se descobre a agoa a mais e menos profundidade; o poço que tem da parte da terra o **Convento do S. Antonio**, que está sobre o rio, conta 29 palmos de fundo desde o nível da terra até o nível de agoa dentro do poço, tem 2 palmos de fundo e os mesmo 2 de agoa; o poço do **esminario (seminário)** que também está sobre o mar tem 31 palmos e ½ desde a superfície da terra até o fundo do poço; o **Poço do Parque**, que está pouco afastado da borda do mar, tem 40 palmos e ½ incluídos 7 palmos de agoa; o do **Palácio de S. Excia. Snr. General** tem 20 palmos e ½ até o nível da agoa, e 8 palmos della; o da **casa do dor. Ouvidor** que esta no sitio mais alto da cidade tem de fundo 41 palmos, incluídos os 5 palmos de agoa, que não tem seccado em tempo algum; e tanto nestes, como nos outros poços varia a altura da agoa para mais e menos segundo varião as estações de verão e inverno, nem deixão de agir mais ou menos sensivelmente as vicissitudes das mares, se he cheia ou vazia, se são as agoas mortas ou vivas etc.¹⁹³

Embora advertisse que não havia uma fonte pública para o acesso a água, ele demonstrava que em algumas residências ocorria de possuírem poços com uma certa profundidade o que permitia uma melhor qualidade da água para o consumo doméstico.

A sociabilidade do poço era forte, as mulheres, escravos e os vendedores de água se encontravam pelo menos duas vezes ao dia, era a primeira e a última tarefa do trabalho diário¹⁹⁴. No domicílio o poço constituía um bem valioso que por vezes era partilhado com os vizinhos. Esta situação foi possível observar no quarto de casas sito na Rua Água de Flores nº.

¹⁹² KIDDER, op.cit. p.204.

¹⁹³ FERREIRA, Alexandre Rodrigues, *Miscelânea Histórica*. op.cit.

¹⁹⁴ ROCHE, D. op.cit. p.199.

28 de propriedade de Elias Caetano do Carmo que dividia com seu vizinho Martinho Borges *metade de um poço*¹⁹⁵.

O esforço do governo para efetuar uma política de investimento no abastecimento urbano ficou registrado Baena ao publicar uma carta de 1801 recebida pelo governador D. Francisco de Souza Coutinho, com determinações de Portugal para que seja construído nesta cidade de Belém, em local escolhido por ele e pelo Bispo um Cemitério público em sítio fora da cidade. Assim como *manda construir na Travessa da Piedade perto do cruzamento desta com a Rua das Flores um chafariz enterrado de duas bicas de pedra, para as quis se desce por duas escadas de cinco degraus de ladrilho em uma e outra quadra*¹⁹⁶. Segue ele dizendo que com esta obra, julgava suprir a necessidade de chafarizes *não obstante as tentativas do Governo Municipal e dos Governadores para que houvesse um que adornando a cidade disparasse a mais pura água, e de tal sorte copiosa que constituísse desnecessário o uso de poços*¹⁹⁷.

Ainda que possamos perceber estas iniciativas, que ao certo não podemos nos certificar de sua execução e utilização pelas pessoas da cidade, o que foi possível perceber através dos relatos dos viajantes, é que a cidade nas manhãs bem cedo era acordada com os ruídos das carroças e o circular de escravos e índios perambulando de um lado a outro com seus potes de barro pela cidade.

Bates observava que era nestes locais da cidade que se concentravam as pessoas dos menores extratos sociais, que construía uma dinâmica para a cidade em torno do usufruto da água, conforme já assinalamos:

Nesse local (nas cisternas públicas) é lavada toda a roupa da cidade, trabalho esse que é feito por um bando de tagarelas escravas negras; aí também são enchidas as carroças de água, constituídas de pipas sobre rodas, puxadas por bois. De manhãzinha, quando a luz do sol tem de romper as vezes através de uma ligeira névoa e tudo goteja à umidade, essa parte da cidade se enche de animação. Grupo de vociferantes negros e quizilentos galegos – proprietários dos carros-pipas – discutem entre si continuamente, enquanto vão tomando seus tragos matinais nos sujos botequins da esquina¹⁹⁸.

¹⁹⁵ ATJPa. *Inventário do tenente Elias Caetano do Carmo*, 1837.

¹⁹⁶ BAENA, Antonio Ladislau. op.cit. 247.

¹⁹⁷ Idem.

¹⁹⁸ BATES, Henry. Op. cit.

Porém era durante as festas que a cidade se enchia de uma nova dinâmica, muitas vezes, invertendo *a ordem* social. Thompson, ao analisar o *rough music*¹⁹⁹ nos revela uma *relação festiva e moralista* do indivíduo com a cidade, onde as regras de convivência não mais aquelas estabelecidas pela ordem dominante, mas pelo movimento popular, que cria suas próprias regras morais, Thompson assim define o *rough music*:

1) as formas são dramáticas: uma espécie de teatro de rua. Nessa condição, são imediatamente adaptadas à função de divulgar o escândalo. Além disso, as formas são comumente processionais. Talvez se devesse dizer que elas são antiprocessionais, no sentido de que os cavaleiros, os tocadores de tambor, as bandeiras, os carregadores de lanternas, as efígies em carroças etc. parodiam, numa espécie de antifona consciente, o cerimonial das procissões do Estado, da lei, das cerimônias cívicas, da guilda e da Igreja.

Mas elas não apenas zombam. A relação entre as formas satíricas da *rough music* e as formas dignas da sociedade que as abrigam não é de modo algum simples. Num certo sentido, a procissão talvez procure afirmar a legitimidade da autoridade (...)²⁰⁰

Ao descreverem o espaço urbano de Belém, os viajantes se ocuparam em registrar certas práticas consideradas estranhas ao universo europeu. Entre estas práticas estavam às festas populares. De um modo geral as festas religiosas foram os principais eventos registrados pelos viajantes em Belém durante o século XIX. Nela além de descreverem o ritual, eles acabam revelando as praças, as ruas e especialmente as igrejas, e vários locais urbanos que se tornavam centro de concentração dos mais diversos grupos sociais.

Guardadas os distanciamentos históricos, a relação entre os ritos públicos da *rough music* inglês narrados por Thompson e aqueles descritos pelos viajantes, são utilizados apenas com intuito de perceber a imagem urbana através das ações festivas, pois ambos têm como cenário a cidade, com suas ruas, praças enfim, são nos locais *públicos*, onde a circulações dos diversos atores sociais ocorrem, e com isto se revela a cidade com seus casarios, além das relações sociais que ali se dão.

Durante o século XIX, Miriam Moreira Leite observou a partir da narrativa dos viajantes que a igreja constituía um dos principais centros da vida social, pois é para ir para as missas que as mulheres usavam as melhores roupas, nelas também é *possível ver as mulheres*

¹⁹⁹ Thompson classificou com *rough music* na Inglaterra, na França Natalie Davis chamou de *charivari* um passeio público punitivo, onde homens traídos, mulheres lascivas ou prostitutas eram submetidos a um ritual público pela cidade, que implicava em zombaria, humilhação e exposição pública da sua conduta moral.

²⁰⁰ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p-360.

*trocarem olhares compridos e doces com os jovens que passam de um lado para outro ou param mesmo para continuar melhor nesse jogo durante todo o ofício religioso*²⁰¹.

Os viajantes Daniel Kidder e Henry Bates acabaram registrando o círio de Senhora de Nazaré, aquela que viria se tornar a maior festa religiosa dos paraenses, revelando aspectos interessantes do rito e da participação das pessoas.

O americano Daniel Kidder, que era protestante baseou-se inicialmente nos escritos de Baena para construir um sentido para o culto da Santa, localizando em 3 de julho de 1793 a criação da festividade, ordenada pelo governador Sousa Coutinho. A procissão percorria o caminho que da cidade vai ter à igreja, atravessa uma floresta, durante quase todo o seu percurso, e por isso precisa ser anualmente capinado. A Igreja está situada a um canto da praça e esta constitui o único pedaço de chão limpo em toda a redondeza²⁰². Seguindo na sua forma avessa e descrente do rito, diz, que em volta da clareira onde estava a igreja, constroem-se barracas para acomodar as famílias que desejam instalar-se no recinto durante os festejos²⁰³.

Porém o que mais incomodava o protestante estrangeiro era a falta de respeito com que às pessoas se portavam diante dos rituais religiosos, diz ele: *é lamentável que um povo possa pensar que está servindo a Deus entregando-se a divertimentos e desatinos desta ordem*. Kidder está criticando a jogatina, a *prostituição*, e outros vícios que levassem a ruína das pessoas. Não menos espantoso era ver como as mulheres se vestiam:

Uma particularidade que observamos no povo, relativamente a outras aglomerações vistas pelo Brasil a fora, foi o grande número de mulheres de todas as nuances, desde o negro até ao amarelo, trajadas com muito exagero e exibindo vasta profusão de jóias. Várias delas levavam sobre a cabeça bandejas repletas de brinquedos de açúcar e, nas mãos, banquinhos sobre os quais de vez em quando descansavam, para vender sua mercadoria²⁰⁴.

A inversão do sentido da festa religiosa poderia ser melhor classificada pelo viajante, como um carnaval, se tivesse usado este termo, onde as pessoas se aglomeravam não para festejar o círio. Para o estrangeiro que queria ver um rito demarcado pela solenidade religiosa ficaria extremamente chocado com o universo *mundano* que o círio comportava. Esta tradição

²⁰¹ LEITE, Miriam L. Moreira. op. cit. p.84.

²⁰² KIDDER, Daniel. op. cit. p.201.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.

da participação popular foge as regras da religião e ganha uma moral popular que regula as festividades, com trajas, diálogos e sentidos próprios.

Não muito diferentes foram os registros do naturalista inglês Henry Bates, que fora *vizinho* da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, pois uma das casas onde ficou hospedado fazia frente para a dita ermida. Bates que passou vários anos no norte do Brasil e pelo menos três em Belém, acabou fazendo uma descrição de várias festas religiosas que ocorriam na cidade, inclusive demonstrando que no Brasil o governo se viu forçado a abolir alguns dias santos, pois senão o comércio e a indústria não funcionariam. Registrou festividades que concentravam um determinado grupo étnico, tais como: a festa de S. Tomé, padroeiro dos índios; a festa de Corpus Christi, cerimônias da Quaresma, a festa na irmandade dos homens pretos, onde descreve a participação dos negros edificando a igreja a Nossa Senhora do Rosário. Porém era a festa de Nossa Senhora de Nazaré a mais importante do Pará, assinala Bates.

A festa altera a ordem da cidade, Bates descreve como o movimento religioso modifica a ação dos habitantes:

À noite quando começam os festejos na praça de frente da igreja, nas redondezas da cidade, há realmente muito o que admirar. Muita coisa típica da terra e da vida dos seus habitantes pode ser apreciada nessas ocasiões. A igreja branca é festivamente iluminada, e a música, no demasiadamente solene brota suas janelas e portas escancaradas. Bandos de mulheres negras, vistosamente trajadas, enfileiram-se ao longo do caminho que vai desembocar na entrada da igreja. Perto dali ouvem-se o chocalhar dos dados e ruídos da roleta, nas barracas de jogos armadas ao ar livre. (...) Todo mundo vai para a rua em suas roupas de festas. Os membros das classes mais abastadas, desfrutando da doçura da noite e da alegria geral, acomodam-se em cadeiras, à porta das casas dos amigos²⁰⁵.

Bates mais familiarizado com espírito dos ritos no Brasil, demonstra como funciona a *lógica* da festa, onde é possível ver, segundo o viajante, *imagens carregadas nos ombros de respeitáveis chefes de famílias, que se oferecem para tal função, e muitas vezes o espectador vê um seu vizinho, ou o dono do armazém passar gemendo sob o peso da sua carga*²⁰⁶. Ora o que nos revela esta observação, é uma inversão de valores sociais, pois na ordem da vida na cidade as tarefas pesadas deveriam ficar para as pessoas dos extratos inferiores da sociedade, e o ritual festivo tinha a propriedade de inverter estes valores, o que nos leva a crer que o viajante tenha percebido como humilhante a atitude dos chefes de famílias respeitáveis que se

²⁰⁵ BATES, op. cit. p-45.

²⁰⁶ Idem.

submetiam a carregar tal peso, mas que dentro do contexto do ritual todos indistintamente se reduziam a devotos.

* * *

A cidade era, portanto, permeada por vivências, que se constituíam como um campo de interação ente a vida social, pública e a dinâmica do universo doméstico. Vimos que o governo colonial, através dos presidentes da província, procurou executar políticas voltadas para a regulamentação do espaço público, mas que refletiam sobre a organização da vida no domicílio, estabelecendo normas tributárias e fiscalizatórias sobre as edificações urbanas.

Por outro lado, percebemos que os habitantes da cidade, particularmente aqueles pertencentes aos extratos sociais de menores posses, estabeleciam uma relação baseada nos costumes, o que permitia que utilizassem às águas dos rios como suas propriedade, era onde banhavam-se. E o papel dos poços, como locais de sociabilidades e valorização do domicílio.

A viagem que até aqui fizemos nos possibilitou perceber como a cidade de Belém se mostrava nos primeiros decênios dos oitocentos, com suas ruas enlameadas pelas enchentes do alagado do Piri, e a pouca pavimentação que estas estreitas vias. Por outro lado vimos que através da drenagem do Piri, a cidade se interiorizou com a construção de novas estradas, como a Estrada das Mongubeiras, para estes serviços públicos, foi possível notar que a falta de mão de obra especializada era um dos problemas que a cidade enfrentava, segundo os reclamos dos presidentes da Província. E finalmente, vimos através da instituição da Décima dos Prédios Urbanos e dos Códigos de Posturas que a cidade passava a ser um espaço com maior intervenção das políticas públicas, assim a terra e os imóveis tornavam-se cada vez mais valorizados na cidade.

A partir deste ponto nos dedicaremos a escrutinar de forma mais pontual as habitações urbanas e a sua *prosopografia*²⁰⁷ no cenário urbano de Belém.

²⁰⁷ Prosopografia é a investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões (...). Os vários tipos de informações sobre os indivíduos (ou coisas) de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. De DECCA. Edgar Salvadori. *Apresentação* do livro de BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

1.3. As Moradias na Cidade, seus tipos e usos.

Que tipos de habitações existiam em Belém em meados do século XIX? Como estava disposto o tecido urbano da cidade a partir das duas habitações? Esta tarefa de analisar a cidade a partir da disposição de suas construções se apresenta como uma das etapas não menos simples, pois as notícias que possuímos nos permitem apenas indicar à descrição de uma casa, às vezes fazendo referências a vizinha imediata, a rua onde se localizava o imóvel. Estas informações nos possibilitam imaginar apenas parcialmente a imagem da cidade e de suas casas. Neste item procurando aprofundar a reflexão da interação entre a estrutura urbana da cidade e suas moradias, nos votaremos para análise dos aspectos externos das casas e os possíveis fins a que se prestavam na cidade. Para executar tal caminho, nos apoiaremos nos relatos de viajantes, narrativas dos cronistas, notícias de jornais e fontes cartoriais, assim como relacionar com as determinações institucionais que vigoraram na província do Pará entre 1800 e 1850.

Podemos indicar que em Belém existiam na primeira metade do século XIX várias edificações que se destacavam no cenário urbano da cidade, entre estes estavam os prédios das Igrejas, as edificações onde funcionavam os órgãos públicos pertencentes ao governo, as casas comerciais que na maioria das vezes possuíam funções mistas, pois, no mesmo local onde funcionava atividades comerciais ou de serviços se utilizava para a residência, as casas de aluguel, classificadas como quarto de casas, as casas de moradas com funções de residência familiar e as rocinhas. Embora estes não sejam os únicos tipos de habitações que tenham existido neste período em Belém, elegemos estes, pois foram os mais recorrentes na documentação que consultamos.

Nas ruas centrais da cidade predominavam um significativo número de prédios que se destacavam, muitas vezes pela imponência da sua arquitetura, neste conjunto estavam as edificações pertencentes à Igreja católica e os mais importantes prédios públicos do governo. Os relatos dos viajantes captaram esta disposição dos prédios na cidade, os naturalistas germânicos Spix e Martius avistaram do mar *perto da margem e que se no meio de filas de casas, a Praça do Comércio e a Alfândega, atrás da qual as duas torres da Igreja das Mercês. Mais dentro, eleva-se a cúpula da Igreja de Santa Ana, e na parte norte, termina a vista do Convento dos Capuchinhos, e de Santo Antonio, na parte do extremo sul, o olhar repousa no Castelo e no Hospital militar, a que se juntam o Seminário Episcopal e a Catedral, esta com duas torres. Mais para o interior das terras, destaca-se o palácio do*

*Governo*²⁰⁸. Esta descrição feita em 1820 quando estiveram estes naturalistas em Belém, demonstra que os prédios de maior destaque arquitetônico, se encontravam nas áreas mais próximas da faixa litorânea, que facilmente era avistada do rio, eram os prédios eclesiásticos e aqueles que possuíam funções públicas. Embora não seja o nosso objeto de análise, merecem ser destacados na medida em que a paisagem *urbana* da cidade não se completa sem estes edifícios.

O que nos interessa destacar, aproximando melhor o foco de percepção, são as narrativas sobre as moradias pertencentes às famílias e que possuíam finalidades domésticas, para isso nos deteremos em analisar os quatro últimos tipos de habitações urbanas de Belém que destacamos, qual seja as moradas mistas, aquelas destinadas a locação, as casas de morada e as rocinhas.

Casas de aluguel: mercado “rentista” de imóveis urbanos em Belém.

A Rua da Praia²⁰⁹, a Rua dos Mercadores²¹⁰, a Rua do Açougue²¹¹ e da Indústria, a Travessa das Gaivotas²¹², a Travessa das Mercês²¹³ e a Travessa dos Passinhos²¹⁴, estas, entre outras vias centrais da cidade eram margeadas por várias casas de comércio. Alfred Wallace ao percorrer as ruas de Belém em 1848 registrou que *a artéria principal* (da cidade) *é a Rua dos Mercadores onde se encontram quase todas as boas lojas da cidade*. Segue, ainda a sua consideração a respeito das edificações desta via, *as casas, na sua maioria, só tem um pavimento, e as lojas, como todas as suas portas abertas na frente, são conservadas limpas e esmeradamente arrumadas, tendo de preferência um variado sortimento de mercadorias*²¹⁵. Esta imagem do comércio da cidade se deve ao fato de que ao chegar a Belém junto com Bates, os naturalistas foram ao comércio da cidade, onde foram *apresentados aos ingleses e americanos que ali residiam, os quais são em pequeno número, mas dedicando-se todos ao comércio*²¹⁶.

²⁰⁸ SPIX, e MARTIUS. op. cit.

²⁰⁹ A Rua da Praia é atualmente a Rua 15 de novembro.

²¹⁰ A Rua dos Mercadores é hoje a Rua Conselheiro João Alfredo.

²¹¹ A Rua do Açougue e da Indústria é atualmente a Gaspar Viana.

²¹² A Travessa das Gaivotas é a Travessa 1º de Março.

²¹³ A Travessa das Mercês é hoje a Travessa Frutuoso Guimarães.

²¹⁴ A Travessa dos Passinhos corresponde à Travessa Campos Salles.

²¹⁵ WALLACE, Alfred. op.cit., p.41.

²¹⁶ Idem.

Talvez muito mais preocupados em não fornecer uma imagem negativa sobre os seus patrícios Wallace e Bates tenham se esmerado em valorizar os aspectos das casas comerciais pertencentes aos ingleses que ali estavam estabelecidos, do que apresentar um cenário mais dinâmico que era o comércio daquele período. Porém a contribuição que nos indica Wallace é sobre o aspecto físico das lojas que estavam no centro da cidade. Ele diz; quando de um pavimento possuíam portas que se mantinham abertas para as ruas.

As casas que se situavam na área central da cidade, na sua maioria são identificadas como sendo dedicadas às funções comerciais, entretanto não podemos crer que de forma exclusiva estavam voltadas para tal fim, pois durante a Colônia e mesmo durante a primeira metade do século XIX, a separação entre a vida da família e os negócios públicos não eram nitidamente distintos²¹⁷. Isto é possível perceber através dos inventários deixados pelo menos por três famílias que possuíam comércio em Belém, onde os bens que faziam parte da loja são descritos juntos aqueles que possivelmente pertenciam a moradia. Embora o crescimento das exigências do governo para constituição de firmas comerciais registradas não seja uma coisa estranha para a primeira metade do século XIX²¹⁸.

De um modo geral o comércio ou serviços que se destinavam ao atendimento público era praticado na frente da casa, quando de um pavimento, se fosse de dois pavimentos a parte térrea funcionava como loja e os altos a família residia. A respeito das especificações dos interiores das casas nos deteremos no capítulo seguinte.

As lojas que funcionavam no comércio faziam parte também de um mercado muito importante para a cidade que era a locação de imóveis, já era possível perceber na primeira metade do século XIX, que uma parcela da população se dedicava à exploração de aluguéis de prédios urbanos na cidade. Esta era uma prática bastante comum para as casas assistenciais, como a Santa Casa de Misericórdia, os asilos destinados aos lazarentos, e os recolhimentos dos desvalidos, como a casa das educandas. Estas instituições, estavam geralmente isentas de tributação da Décima dos prédios Urbanos, por exemplo, tinham como uma fonte de renda a locação de imóveis na cidade.

²¹⁷ Há uma vasta produção de obras que dão conta desta função mista das habitações. Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento*, fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. VIEIRA Jr. op. cit.2004; RIBCZYNSKI, op. cit., 2002, entre outros.

²¹⁸ No Jornal Treze de Maio de 1843, há uma nota as firmas que passariam a se estabelecer na Praça de Belém, onde constavam 28 firmas que *desejavam estabelecer e regular nesta praça conforme estilo de auto regular*. Câmara Legislativa Provincial.

O hospital de Caridade que abrigava os *Lázarus*, possuía como fonte de renda 28 pequenos prédios na cidade que lhe rendiam, segundo declarava o presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andrea em 1838, 1:200\$00 réis, que eram insuficientes para o sustento da instituição, sendo complementado os seus recursos com 400\$000 doados pela Câmara Municipal. Não muito diferentes eram os prédios que pertenciam a Santa Casa de Misericórdia, que lhes servia de renda, conforme podemos notar:

PRÉDIOS DA PROPRIEDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA		
Nº das casas	Onde Citas	Títulos
Nº s/n	Na Vila Chaves	Edificada pela Santa Casa em 1810, em 6 braças de chãos dados por Diogo d'Andrade, escritura de 20 de Dezembro de 1809.
Nº 57, 58	Calçada do Colégio	Idem os chãos pertencentes ao referido Templo, incorporados com ele a propriedade da Santa Casa de Misericórdia pelo aviso Régio de 8 de Novembro de 1797.
Nº 1,2,3,4,5 Nº 35,36 Nº 19	Travessa do Açougue Rua do Açougue Rua das Mercês	Por provisão do Real Erário de Lisboa de 8 de Outubro de 1808, entregues a Santa Casa por conta do valor da fazenda de Val de Caens, confisca aos padres Mercenários deixado por verba testamentária D. Maria de Mendonça, com remoção a Santa Casa em coso de extinção d'aqueles Padres.
Nº 55	Rua Formosa	A Santa Casa Comprou a Marcelino Herculano Perdigão, escritura de 20 de junho de 1807.
nº 27,28,29,30 127, 128 17 braças de chão; 9 braças e 2 palmos de chão.	Largo da Igreja da Misericórdia. Na Travessa da Misericórdia. Rua de Santo Antonio Trav de Santa Anna	40 braças de chãos em quadro concedidos a Santa Casa em 26 de Outubro de 1824, onde edificou a Igreja da Misericórdia, hoje demolida, e as casa, mencionadas em frente d'esta verba, título da mesma.
9 braças e 8 palmos. 7 braças	Rua dos Mártires Rua de Santo Antonio	No Arquivo não existe título, mas já em 1797 por termo deste ano a Santa Casa a foro a Manoel de Freitas Dantas.

(Tabela 2) Fonte. Quadro apresentado como anexo do discurso do Presidente da Província José Thomás Henriques em 1843.

Este quadro destaca o volumoso patrimônio imobiliário que a Santa Casa possuía, se nos detivermos em observar os locais onde ficavam estes prédios perceberemos que a grande maioria ficava situada nas áreas do comércio, com exceção dos terrenos. Como é o caso das casas de nº 1,2,3,4,5, o que parece ser um prédio onde estavam estabelecidos vários pontos de comércio, pois a edificação ficava situada na Travessa do Açougue²¹⁹, local onde ficavam pequenas lojas comerciais. Embora não seja indicado o valor do aluguel de cada um destes espaços, é possível indicar que eles representavam uma importante fonte de renda destas instituições, de tal modo que o governo dedicava uma parte de seu relatório a Assembléia Provincial, chamado *Caridade Pública*, para informar os investimentos feitos nestas Casas de Assistências e cobrar a fiscalização dos gastos destes recursos. Em 1839 o presidente Soares Andréa alertava a Assembléia para que fizesse examinar as contas do hospital dos Lázarus, *aonde segundo notícias vagas, nem sempre tem havido uma administração honesta*²²⁰.

²¹⁹ Atual Gaspar Viana.

²²⁰ PARA, *Relatório do Presidente da Província. Francisco José de Souza Soares d'Andrea*, 1838.

A locação de imóveis urbanos na primeira metade do século XIX em Belém, não era somente uma prática das casas assistenciais, voltada para a manutenção de asilos, hospitais ou da Santa Casa de Misericórdia, mas também compreendia um ramo de atividade crescente para famílias cidadinas. Um exemplo desta prática é a família de D. Lourença Justiniana do Amaral que faleceu em 29 de setembro de 1832 e teve o seu inventário lido dois anos mais tarde, pelos bens registrados no seu espólio, que constava dezenas de peças de tecido, linhas, caixas de anzóis entre outros.

É possível perceber que a família de D. Lourença vivia da prática do comércio, porém o que ressalta nesta listagem, são imóveis que a família possuía, era: uma morada de casas na Rua dos Mártires, avaliada em 1:200\$000 réis, possivelmente onde a família residia; quatro terrenos que somavam a quantia de 360\$000 réis; um quarto de casas na Rua do Açogue, avaliado em 500\$000 réis; outro quarto de casas na Rua da Estrella, que custava 300\$000 réis; uma rocinha avaliada em 460\$000 réis e o mais curioso de seu patrimônio imobiliário, D. Justiniana e seus herdeiros possuíam dez moradas de casas de sobrado na Rua dos Mercadores, que foram avaliadas por 4:000\$000 réis. O total do investimento em imóveis da família era de 6:820\$000 réis²²¹ o que representava uma soma considerável, se comparado com um dos mais valiosos investimentos da época que eram os escravos, era possível adquirir cerca 35 deles²²².

Porém, neste caso não é somente o valor dos imóveis que nos chamam a atenção, mas a possibilidade da família de D. Lourença se destacar como investidora do mercado imobiliário em Belém, além dos dois quartos de casas que possuía em ruas distintas da cidade, possivelmente para aluguel, já que possuía uma valiosa casa de morada avaliada em 1:200\$000 réis, o que se destaca são as suas dez moradas de casa de sobrado na Rua dos Mercadores. Se lembrarmos do viajante Wallace descrevendo esta via *onde se encontram quase todas as boas lojas da cidade*, perceberemos o significado econômico dado a esse conjunto de imóveis que foram avaliados em 4:000\$000 réis, os quais, provavelmente eram usados pela família para o funcionamento de seu comércio, o que não poderia consumir todos os dez espaços das moradas, o que significa dizer que boa parte ou todas estas moradas de casas de sobrado eram disponibilizadas para aluguel. Uma outra característica a ser destacada é o fato de estarem localizadas numa rua do comércio, a Rua dos Mercadores, e serem

²²¹ APEP, *Inventário de Lourença Justiniana do Amaral*, 1832.

²²² Considerando que a cotação média de um escravo em plena atividade produtiva era avaliado entre 180\$000 e 200\$000 réis.

moradas de sobrado, pois se adequam aos “*padrões das casas comerciais*” que caracterizaram o século XIX²²³, onde as famílias destinavam regularmente a parte térrea da casa para o seu negócio e os autos para o domicílio familiar.

Ainda considerando este aspecto das casas mistas, ou seja, aquelas que serviam tanto de casas de morada como local para estabelecimentos comerciais, destacam-se os 9 imóveis descritos no inventário de Jerônimo Antonio da Costa, dentre estes está:

uma propriedade de casas sitas na Rua do Açougue desta cidade número quinze, a qual tem de frente seis braças, cuja propriedade tem duas frentes, sendo a outra para a Rua de Belém, contendo os bachos (baixos) da Rua Açougue um armazém grande, um pequeno corredor, uma alcova, uma varandinha, e em cima uma sala, e duas alcovas pequenas, contém mais a parte da Rua de Belém os baixos com dois armazéns, duas alcovas, um corredor, e por cima uma sala, uma saleta, uma alcova, cozinha, e varanda; e por cima deste andar que vem a ser segundo andar, uma grande sala, uma alcova, cozinha, e sua varanda; partem de um lado com Joaquim Francisco Danin, e pelo outro com Estanislau José Monteiro com um chagão no centro, que a folhas vinte e oito deste inventário se acham descritas e avaliadas na quantia de 10:000\$000 réis²²⁴.

A característica arquitetônica desta propriedade de casas vem corroborar com a tipologia das casas mistas, pois ela destaca um imóvel com dois pavimentos, onde a parte baixa da casa é reservada para atividades comerciais enquanto os altos se aplica a casa de morada. No caso específico, a propriedade possui características muito particular, como duas frentes, uma para a Rua do Açougue, e outra para a Rua de Belém, logo se percebe que o terreno era totalmente construído, nela cabiam, portanto, duas casas de moradas e seus respectivos espaços de comércio. Porém, um destaque relevante podemos notar é a especificidade dos cômodos das casas de morada nos altos, em pelo menos uma delas, onde consta *uma grande sala, uma alcova, cozinha, e sua varanda*, demonstrando que o morador que se estabelecia nos altos mantinha um certa independência em relação a parte térrea, pois

²²³ Embora possamos situar esta característica para o século XIX, era muito anterior, na Europa Rybczynski, observa que nas *Casas Medievais* era comum às pessoas trabalharem e morarem no mesmo local, o autor destaca mudanças nesta prática na *casa burguesa* na Holanda, para o século XVII, onde gradativamente ocorre a separação entre a vida dos negócios e a vida domiciliar, dando margem para o nascimento de sentimentos de domesticidade e intimidade na casa. No Brasil, essas mudanças foram muito mais lentas, onde as casas de morada conviverem ainda por todo o século XVIII e XIX com as lojas e pequenos comércios familiares. Conforme NAZZARI, somente com a introdução das sociedades constituída por membros de famílias distintas em meados deste século é que gradativamente vai ocorrer esta separação entre negócios e vida familiar. Cf. RYBCZYNSKI, op.cit. p.67.; NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras 2001.

²²⁴ APEP, *Inventário de Jerônimo Antonio da Costa*, 1833.

possuía além de salas, cozinha, o que pode sugerir que a habitação pudesse ser locada para diferentes famílias²²⁵.

Nos jornais que circularam em Belém nas primeiras décadas do século XIX, especialmente, na década de 40 dos oitocentos os anúncios de imóveis para alugar não constitui um objeto estranho na vida dos habitantes da cidade. No jornal Treze de Maio do dia 29 de março de 1843, publicava a seguinte nota: *Antonio Joaquim de Matos está autorizado para alugar a Casa de Sobrado sito no canto que faz frente para a Rua de São Vicente e Travessa das Gaivotas, quem quiser alugar dirija-se ao anunciante*²²⁶.

O crescimento na cidade de uma faixa da sociedade que se dedicava ao mercado de imóveis para o aluguel, se mostra evidente em Belém na primeira metade do século XIX. Ao analisar as mudanças na prática do dote em São Paulo, Muriel Nazzari, discute o desenvolvimento de um mercado de aluguel de imóveis urbanos em São Paulo. Para isto, destaca que o surgimento de um *individualismo* crescente entre as famílias que moram na cidade para esta época, em contraposição as formas *coletivas* como se pensava a vida familiar nos séculos anteriores, onde os negócios, terras e outros bens eram predominantemente familiares.

Entretanto, é no século XIX que a autora localiza o surgimento de uma classe média urbana, com a constituição de negócios que extrapolam o núcleo familiar, assim como o aparecimento de uma camada da sociedade que se dedicava ao mercado de aluguel de prédio urbanos. A explicação para esta prática, nos informa a autora, *diferenciava nitidamente a primeira metade do século XIX do início do século XVIII. Nos séculos XVII e XVIII também havia casas que*²²⁷ *eram postas para alugar, mais algumas delas permaneciam desocupadas por longo período. No período colonial, a maioria das pessoas possuía casa própria e eram pouco os que tinham uma renda regular em dinheiro que lhes permitisse alugar uma casa. Em meados do século XIX, porém, já não havia mais terrenos sobre os quais construir e a possibilidade de emprego remunerados ou de negócios havia aumentado, de modo que cresceu o número de pessoas sem casa própria mas com capacidade de pagar aluguel*²²⁸.

²²⁵ ARAÚJO. op.cit. 1993.

²²⁶ Jornal TREZE DE MAIO, 29/03/1843.

²²⁷ NAZZARI, Muriel., op.cit.p.162.

²²⁸ Idem.

Para Belém em meados do século XIX, notamos que havia uma grande maioria de aluguéis para as áreas mais centrais da cidade, especialmente as ruas que compreendiam a parte comercial, como a Rua dos Mercadores, a Rua do Açougue, a Travessa São Mateus, e a Rua da Praia, onde ficavam estabelecimentos comerciais, e que por vezes também comportavam casas de moradas, como os sobrados de D. Lourença Justiniana na Rua dos Mercadores, para as áreas mais afastadas da cidade estavam localizadas, as casas de famílias mais humildes, como também estavam às rocinhas, chácaras que ficavam nos arredores da cidade, onde a especulação imobiliária era menos intensa.

Casas de Moradas e as casas de Campo ou as Rocinhas de Belém.

As casas de morada de Belém em meados do século XIX, aparecem de um modo geral, descritas como casas de vivenda, propriedade de casas, casas de sobrado e mais comumente como casas quarto. O aspecto arquitetônico das moradias era bastante regular, predominando as casas de um pavimento. Porém em algumas ruas mais centrais, onde era praticado o comércio, destacavam-se as casas de sobrado, conforme vimos anteriormente.

Durante as primeiras décadas do século XIX, os registros de compra e venda do cartório de notas trazem poucos detalhes a respeito das edificações que eram negociadas na cidade. Entre 1803 e 1810 observamos que ao descrever as casas que eram negociadas na cidade, há uma preocupação em indicar o local da cidade onde estava situada a moradia, o tamanho da área construída e a vizinhança imediata. Conforme podemos notar na escritura de venda que fez José Joaquim Guia e sua mulher Joana Thereza de um quarto de cazas nesta cidade a João Francisco de Madureira, onde o aspecto descrito do imóvel era:

um quarto de cazas na travessa da Rosa desta mesma cidade que confronta de um lado com o quarto de cazas pertencente aos órfãos do falecido Alexandre José Nunes e de outra parte com o quarto de cazas do dito comprador que tem de frente quatro braças e três palmos de fundos seis braças e seis palmos até o muro do quintal das cazas dos herdeiros de Silvestre Antonio Antunes de cujo quarto de cazas, assim do mesmo modo com que eles o possuíam, faziam dela venda ao dito comprador pela quantia de 450\$000²²⁹.

²²⁹ APEP. Livro de Notas do século XVIII e XIX dos tabeliões José Felix da Conceição, Manoel Gomes Monteiro e Marcelino Herculano Perdigão.

Embora não haja uma descrição mais detalhada do imóvel para que possamos verificar as suas características arquitetônicas, é possível perceber que o valor atribuído ao domicílio já representava uma soma estimável, se mostrava o equivalente a pelo menos dois escravos produtivos.

À medida que avança o tempo ao longo desta primeira metade dos oitocentos é possível notar um maior investimento na edificação das moradias urbanas de Belém, esta característica pode ser observada pelo tipo de material utilizado na construção das casas, assim como na descrição feita da divisão interna do domicílio e principalmente no valor em que eram avaliadas. Um exemplo desta situação é observado na descrição do imóvel que pertencia à família Antonio José da Costa que teve o seu inventário registrado no ano de 1839, que declarou *não possuir herdeiros ascendentes ou descendentes, porque tendo sido casado por duas vezes, não teve filho algum*, onde todos os seus bens que somavam a quantia de 962\$840 réis foram deixados para o seu único herdeiro Bernardo José de Antunes, inclusive o seu *quarto de casas n° 31 na Rua Nova que tinha de frente 4 braças e de fundo 15 e meia, com terreno, sala, alcova, corredor, copiar e três quartos interiores a parede da frente de pedra e cal as mais intijucadas, muito arruinadas, ladrilhadas e madeiramento de pernambucas caibros e ripas, confinam por um lado com casa de Manoel José Cardozo, e pelo outro com casas de Manoel Caetano Prestes e pelos fundos com a casa de Salvador Rodrigues da Costa e por isso avaliara o referido em a quantia de 900\$000 réis*²³⁰.

Este imóvel que representava quase toda a fortuna de Antonio José é bastante curioso, pois dos 962\$840 réis que declarou, 900\$000 réis era o valor da moradia o que demonstrava um grosso investimento de capital na sua casa, ainda mais, porque o inventariado não possuíam nenhum escravo ou outro bem de algum valor semelhante, reforçando a noção de que os domicílios passavam a sofrer uma maior valorização. Esta assertiva pode ser identificada pela quantidade de cômodos, bastante definidos e descritos, procurando evidenciar o *valor* do imóvel, assim como indicando os tipos de materiais de que era construído o imóvel, *a parede da frente de pedra e cal as mais intijucadas, muito arruinadas, ladrilhadas e madeiramento de pernambucas caibros e ripas*. A riqueza de detalhes aponta para uma maior valorização dos imóveis urbanos, que como foi mencionado anteriormente ao analisarmos as casas de aluguel, passavam a se tornar uma importante forma de investimento no século XIX. Apesar do estado das paredes estarem *arruinadas*, o que não representava

²³⁰ APEP, *Inventário de Antonio José da Costa*, 1839.

uma depreciação significativa da casa já que ela era ladrilhada, e isto constituía um aspecto muito importante e curioso na construção do imóvel na primeira metade do século XIX, pois o uso de ladrilhos nas edificações particulares somente se popularizariam no final deste século, muito mais por uma questão de higiene, especialmente nas paredes da cozinha, do que por um capricho arquitetônico²³¹.

Construção semelhante foi somente observada num dos quartos de casas do Tenente José Antonio Lopes, que faleceu em 1838, possuidor de quatro imóveis na Rua da Alfama, um dos quais possuía *um quarto de casa cita na Rua da Alfama n° 46, com uma porta, uma janela com duas braças e quatro palmos de frente e fundo vinte e duas braças e meia com uma sala, alcova, copiar, e um quarto interior, ladrilhado, caibrada e ripado, que confronta de um lado com a falecida Ângela Custódia e de outro com Josefa Pixana, e pelo fundo com o chão de Caridade, avaliado em 300\$000 réis*²³².

Embora o valor dado a este imóvel não represente uma soma significativa, ele destaca qualidades que revelam a preocupação com o investimento na habitação, tal como a existência de ladrilho num dos quartos, ainda que não fosse forrada, já que os caibros e as ripas estavam à mostra. Valorizar o imóvel parece uma tendência que demonstra uma mudança dos moradores de Belém no final da primeira metade do século XIX, isto aponta para a constituição de uma cidade que busca reconstruir a estrutura material urbana depois da cabanagem, e neste caso as moradias particulares, assim como, representa uma maior fixação dos moradores na cidade. Situação que não parece ter sido exclusiva de Belém, pois em outras capitais do Brasil²³³, a partir da década de 1840, as transformações no aspecto dos imóveis urbanos são observadas na introdução de novos estilos e materiais de construção, como o uso do vidro em substituição às gelosias²³⁴ das janelas.

No final desta primeira metade do século XIX, nos anúncios de jornais há uma preocupação em destacar além dos seus valores arquitetônicos e materiais, os sentidos de prazer que este ambiente pode proporcionar como é possível observar nesta nota do Jornal Treze de Maio de 1843: *Vende-se um terreno próprio, huma magnífica morada de casas de*

²³¹ DA SILVA, João Luiz Máximo. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930*. São Paulo, (Dissertação de Mestrado), FFLCH-USP. 2002.

²³² Arquivo do TJE. *Inventário do tenente José Antonio Lopes, 1838*.

²³³ Ver. VIEIRA Jr, op. cit., em relação as moradias a partir dos anos de 1840 no Ceará. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1968, entre outros.

²³⁴ Gelosia: grade de frasquinha de madeira, cruzadas intercaladamente e que ocupa o vão de uma janela, também chamada de rótula. In. BRUNO, Ernani *Equipamento Usos e Costumes da Casa Brasileira*. op. cit., v. 2. construção. Glossário.

*sobrado, muito arejada e da qual se desfruta belos golpes de vista, sito na Travessa da Mercês nº 68, quem quiser comprar dirija-se a mesma casa a tratar com D. Antonia Maria d'Assunção Ribeiro Milagre*²³⁵.

A indicação de que o morador poderia adquirir uma *magnífica* casa de sobrado *muito arejada* e de onde se pode *desfrutar de belos golpes de vista*, estas são algumas qualidades pouco comuns nas descrições das moradias, pois a exaltação da magnitude pode estar relacionada a um aperfeiçoamento dos anúncios de jornais que pretende chamar a atenção do leitor, porém a valorização das duas qualidades seguintes desta habitação, como o fato de ela ser arejada e proporcionar uma vista agradável. No primeiro caso, que destaca a ventilação da morada, podemos inferir é que o proprietário estava preocupado em demonstrar que a habitação não era totalmente fechada, nos levando a relacionar com as exigências médico-sanitária que serão amplamente reclamadas no final do século XIX sobre o “modelo” de moradia que deve prezar pela higiene e o arejamento.

Porém é a segunda observação que nos chama atenção para a sensibilidade de prazer que a habitação pode proporcionar, além de servir de moradia, é a visão panorâmica um dos atrativos que o magnífico sobrado possui. Aproximando da discussão de Vânia Carvalho a respeito da decoração dos interiores das moradias paulistas, embora no caso específico se trate do exterior, a autora demonstra que o domicílio no final do século XIX deveria primar por uma decoração que inspirasse um distanciamento do mundo do trabalho, e que a decoração da moradia deveria proporcionar a sensação de prazer daí presença de paisagens e objetos de decoração que forneça um *conforto visual*²³⁶. O que torna comum, apesar das distâncias cronológicas, é o fato de que nesta habitação a vista externa seja destacada como um atrativo para a venda, mais do que isto ela demonstrar que as casas poderiam valorizar o sentido de prazer e do conforto²³⁷ visual que as paisagens urbanas pudessem ser vista a partir das casas de morada.

Sensação de prazer que eram mais destacadas nas casas de campo, as chamadas *rocinhas*, moradias que se tornaram muito comuns em Belém com a abertura das estradas a

²³⁵ Jornal TREZE DE MAIO 6/05/1843.

²³⁶ CARVALHO, Vânia C. *Gênero e Artefato*. op. cit.247. Onde a autora procura discutir a sensibilidade de prazer produzida para os ambientes domésticos.

²³⁷ Um estudo sobre o conforto no espaço doméstico é realizado no trabalho de Witold Rybczynski, na sua obra: *Casa, pequena história de uma idéia*, op. cit.

partir do aterramento do alagado do Piri em 1803, quando o Câmara municipal estimulava *as famílias mais amoadadas* da cidade a se instalarem nestes recreios da cidade.

As rocinhas constituíam-se num tipo de construção feitas nos arredores da cidade, tornam-se notáveis por serem as residências preferidas pelos viajantes que passaram pela cidade, pois elas possuíam a qualidade de estarem em contato com o seu ambiente de pesquisa.

Spix e Martius; e Bates e Wallace quando estiveram em Belém ficaram hospedados nestas habitações, sobre as quais fizeram descrições bastante detalhadas destas chácaras. Os viajantes germânicos descreveram a casa onde estavam hospedados como *uma casa com um vasto quadrilátero, compreendia não só inúmeros aposentos, mas tinha nos fundos senzalas para diversas famílias de pretos e, pouco afastada da cidade, oferecia todos os encantos da solidão*²³⁸. Wallace e Bates estiveram em 1848, e ficaram hospedados em duas rocinhas da cidade, uma delas pertencentes ao sr. Muller onde passaram, apenas alguns dias e, depois alugaram uma outra na estrada de Nazaré. A respeito da primeira delas Wallace faz a seguinte consideração: *era uma casa situada a cerca de meia milha da cidade, em algumas ruas mais afastadas de Belém é possível notar uma, duas ou mais, em cada quarteirão, essas casas em geral são de um só pavimento, dispendo de várias salas e quartos, todos muito espaçosos, e uma grande varanda, que é utilizada como sala de jantar e é o cômodo mais apropriado para o descanso e o trabalho*²³⁹.

Beatriz Bueno constatou a partir da análise da Décima Urbana de São Paulo que *a elite tinha muitas vezes dupla morada, em geral gozando chácaras nos arredores da cidade*²⁴⁰. Esta particularidade não era estranha a capital paraense na primeira metade do século XIX, pois um número significativo destas chácaras estava em poder de famílias com posses suficientes para manter duas habitações na cidade, como estas que foram anteriormente descritas. A chacara onde ficaram hospedados em 1820 Spix e Martius pertencia ao Coronel Ambrósio Henriques da Silva Pombo, um importante militar que ocupou posto de Comandante de um Regimento Militar na Capital, e que lutou em 1795 na defesa contra a invasão das tropas francesas no norte do Brasil. Segundo Osvaldo Coimbra²⁴¹, este militar teria sido vizinho e amigo do grande arquiteto Antonio Landi, para o qual concederia um

²³⁸ SPIX e MARTIUS, op.cit. p.17.

²³⁹ WALLACE, Alfred. op.cit.,p.41.

²⁴⁰ BUENO, Beatriz. Op. cit, p.60.

²⁴¹ COIMBRA, Osvaldo, *Três décadas de Landi no Gram-Pará*, op.cit. p.179.

projeto de capela particular que seria levantada ao lado de sua residência na Rua dos Passinhos, que era descrita como uma casa de sobrado. Portanto, esta rocinha que fora descrita por Spix e Martius, reflete um pouco do poder econômico do Coronel Ambrósio Henriques.

A outra rocinha pertencente ao sr. Miller não temos muitas informações a seu respeito, mas o suficiente para demonstrar que ele o consignatário do navio que trouxe os viajantes. Já a segunda rocinha onde ficaram Bates e Wallace, pertencia a um importante comerciante da cidade, o sr. Danin, Joaquim Francisco Danin, *um velho português que morava numa fábrica de cerâmicas na foz do (igarapé) Una*. Foi um destacado comerciante possuidor de várias lojas no comércio da cidade, uma das quais ficava na Rua do Açougue ao lado da propriedade de Antonio José da Costa.

Nos Jornais, especialmente nas décadas finais da primeira metade do século XIX, há uma frequência de anúncios de rocinhas para venda, como no Jornal Treze de Maio de 1840, que anunciava a *venda uma Rocinha cita no Largo de S. José, tem uma boa e bem construída casa de vivenda, poço com boa água de beber, muitas árvores frutíferas, e bem cercada de pau a pique, tratar com Joaquim José de Souza Moreira*. Embora não seja referido o valor do imóvel é possível perceber pelas qualidades descritas que a habitação era bastante estruturada para época, pois possuía água boa para beber, uma comodidade rara numa cidade onde os serviços dos aguadeiros se mostravam indispensáveis²⁴².

Portanto, podemos observar em Belém em meados do século XIX, as casas de cidade na sua maioria eram térreas, o que não quer dizer que não existisse a edificação de casas de sobrados, já que identificamos na documentação famílias que habitassem estas moradias. Assim como foi possível perceber que as moradias de recreio, como eram denominadas as rocinhas funcionaram como um importante espaço de habitação na cidade, na sua maioria pertencendo a famílias de estratos sociais mais destacados, porém é o crescimento de um mercado de aluguel de prédios urbanos uma atividade que começa a se destacar no cenário da cidade.

* * *

²⁴² BATES, Henry. op.cit. o naturalista observava a importância dos serviços destes fornecedores de água para uso doméstico na cidade.

Casas de aluguel, moradas que destacam a utilização de recursos materiais mais duráveis, além das rocinhas estas são as fisionomias e alguns dos usos a que se destinavam as moradias de Belém na primeira metade do século XIX. Os olhares externos das habitações nos possibilitam visualizar a disposição e a configuração dos ambientes que serviam como moradia, que já é bastante simbólico para entender a dinâmica social de uma cidade, porém como se organizava o interior dessas moradias? Que usos sociais se fazia dos espaços internos das habitações urbanas de Belém? Estes temas serão discutidos no capítulo seguinte.

Capítulo 2.

SOCIABILIDADES DOMÉSTICAS: OS INTERIORES DAS CASAS.

2.1. Limites da pesquisa sobre a vida doméstica.

Até neste ponto a composição de uma imagem externa da moradia e sua relação com a cidade de Belém na primeira metade do século XIX, tem sido o nosso guia. A dinâmica urbana, marcada pelas intervenções dos engenheiros militares inicialmente, seguida pelas iniciativas reformistas que ficaram materializadas pelas medidas saneadoras de D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, que promoveu o aterramento do *pântano do Piri*.

Vimos que através destas iniciativas e outras medidas implementadas, o cenário urbano se modificava, e consigo as condições de morar na cidade, o que permitiu a ampliação dos locais de moradia, com a extensão do espaço urbanizado e a abertura de novas vias de circulação, como a Estrada das Mongubeiras, as ruas de São Matheus e a Estrada de São José, que proporcionavam um avanço da cidade para além dos limites que vigoraram até o final do século XVIII, levando ainda nesta primeira metade do século a criação do Terceiro Distrito da Capital, a freguesia da Trindade, conforme já demonstramos.

Entretanto, em que medida estas mudanças que estavam ocorrendo na cidade se projetaram nas formas de morar em Belém? Considerando não apenas os aspectos arquitetônicos, mais principalmente o uso social das habitações, e a configuração interior das moradias. De que maneira nos primeiros anos do século XIX os habitantes que viviam na cidade de Belém conviviam no interior dos seus domicílios? Esta e outras questões serão capitais na nossa análise a partir deste ponto.

O estudo das habitações pelo seu interior tem sido um campo de investigação promissor para a pesquisa da vida material. Nele a casa não é somente uma estrutura armada de taipa, madeira, barro, telhas, mas um espaço demarcado por significações sociais que são construídas pelos habitantes de cada local²⁴³ de residência ao longo do processo histórico. A morfologia interna da habitação reflete as necessidades e o processo de adaptação que sofre o domicílio ao longo do tempo. Esta dinâmica é fruto do desenvolvimento técnico, da oferta de materiais, mas principalmente demonstram as transformações das atitudes das populações diante do *hábito* de morar, que ultrapassa a mera satisfação da necessidade de abrigo para a construção de novos sentidos relacionados a habitação, tais como *privacidade, intimidade,*

²⁴³ LEMOS, Carlos. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. In. *Anais do Museu Paulista*, N. Série. nº 1, 1993.

*conforto*²⁴⁴, hoje considerado inerentes à vida em domicílio, entretanto, o estudo das moradias tem demonstrado que este foi um longo processo que se deu nas sociedades dos diversos locais do mundo e do Brasil em particular, não sendo possível precisar o momento em que essas mudanças de atitudes se deram, e nem caberia nesta pesquisa, contudo a busca por indícios que demonstre como as relações dos belemenses nas habitações urbanas representaram estes valores através dos usos sociais que faziam do espaço interior dos seus domicílios serão idéias norteadoras da análise sobre a vida nas casas de Belém na primeira metade do século XIX.

O domicílio visto pelo seu interior é um campo fértil para inferências, pois dificilmente tivemos acesso a informações de uma casa descrita com todos os seus cômodos, mas instantes pontuais de partes de domicílios. Foram estes indícios que nos permitiram articular para compor uma *imagem* do interior da casa belemense. Diferente da fachada externa das moradias descrita nos relatos dos viajantes naturalistas que registravam a forma das habitações, anotando o processo de edificação, os tipos de materiais empregados, as características arquitetônicas enfim, aspectos mais facilmente observáveis externamente, os interiores são espaços mais restritos de difícil visualização através da documentação escrita.

A vida doméstica que corria no interior dos domicílios, especialmente das moradias de Belém na primeira metade do século XIX, constitui um cenário que passava despercebida das narrativas destes cronistas que visitaram a capital paraense neste período, sendo poucos os momentos em que estas narrativas apontam as tramas da vida doméstica.

A documentação oficial, como aquelas pertencentes ao Cartório de Notas da Capital da Província do Pará, conseguimos visualizar em alguns casos, informações sobre a estrutura dos domicílios presentes nos registros de compra e venda, onde imóveis urbanos por vezes eram negociados entre os moradores, o que nos permitiu vislumbrar a composição da casa e a descrição dos cômodos, aspecto relevante para a nossa análise. Entretanto, foram os

²⁴⁴ As noções de privacidade, intimidade e conforto, modernamente associadas a objetos e também às habitações, nem sempre foram sensações que estavam diretamente relacionadas para coisas ou lugares. O desenvolvimento destas sensibilidades está ligado ao fortalecimento da *vida burguesa*, neste sentido da casa burguesa, particularmente, nas sociedades industrializadas. Na Europa, a partir do século XIX, com o crescimento da industrialização e o incremento da vida urbana. Embora alguns autores, como Rybczynski demonstre que ainda no século XVII na Holanda, a vida burguesa, o domicílio burguês tenha se desenvolvido precocemente se comparado com o restante da Europa. No Brasil, é localizado pela historiografia, a partir de meados do século XIX, mas particularmente, no final deste século e início do século XX, com o crescimento econômico de algumas cidades em virtude de atividades como a exportação do café no sudeste e da borracha no norte, por exemplo. Contudo, a reflexão que nos propomos visa perceber como os moradores de algumas residências de Belém ainda no início do século XIX, representaram através dos espaços e objetos estas sensações ou a ausência delas.

inventários *post mortem*, que nos permitiram maiores evidências sobre a compartimentação interna das casas, informação esta, que articulada com outras fontes nos ajudou a refletir sobre a configuração e uso do espaço doméstico.

Isto nos mostrou que adentrar neste espaço doméstico das habitações belemenses não é uma tarefa das mais fáceis, pois a percepção que possuímos das moradias são indícios fragmentados de uso de parte das casas de moradas urbanas de Belém nos primeiros decênios dos oitocentos, através destes recortes pontuais da vida doméstica nas moradas, articulando imaginação e a memória²⁴⁵, procuramos num esforço narrativo demonstrar como os belemenses desta época produziam e (re)produziam o seu espaço de habitação, através dos uso social que eram por eles estabelecidos.

Enquanto componente de um sistema social mais amplo, o domicílio, *está necessariamente vinculado a complexas redes de relações e, conseqüentemente, submetido a tensões e pressões que atuam sobre esses sistemas como um todo*²⁴⁶. A casa como parte do corpo social de uma cidade é ao mesmo tempo campo de absorção e de geração de influências que impulsionam as transformações da sociedade mais geral. Não sendo possível, portanto, no estudo da vida material doméstica, distanciar os “avanços” e “recuos” que a sociedade sofre na economia, na vida social, na expressão cultural neste campo mais amplo sem considerar aquele que se processa no interior dos domicílios.

A capital da Província do Grão-Pará na primeira metade do século XIX, como vimos, passou por momentos bastante diferenciados. Até por volta dos anos 20 à cidade foi palco de atração econômica e populacional, seja inicialmente em função da dinâmica econômica que alcançou no mercado internacional o comércio do cacau desde os fins do século XVIII até a primeira década do século XIX, seja mais adiante, pelas repercussões da mudança da Corte para o Brasil, o que institucionalmente elevava a colônia à condição de Reino de Portugal e Algarves e com isto se processaram a abertura dos Portos as Nações Amigas de Portugal. Neste campo Belém, assim como outras capitais do país passaram a intensificar as suas relações com os mercados ingleses, além do forte comércio entre a Praça de Belém com Portugal, que poderia ser notada pela franca presença na Capital paraense de comerciantes

²⁴⁵ GAY, Peter. *Estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras. 1990. Particularmente a introdução, *o estilo, da maneira à matéria*, onde o autor faz uma análise da aproximação entre história e ficção como elementos significativos na escrita da história.

²⁴⁶ ANDRADE LIMA. Tânia. Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In: *Anais do Museu Paulista*: São Paulo, N. Série. V.3. p.129-91, jan-dez. 1995.

estrangeiros. Isto proporcionou não somente a circulação de produtos materiais, mas também de idéias que se materializavam de várias formas, e neste caso, no aspecto e nos usos sociais dos espaços domiciliares.

A cidade que já possuía uma forte atividade comercial, particularmente exercida pelos portugueses que mantinham intensas relações de comércio com Portugal, na época muito maior do que com a capital – o Rio de Janeiro. O porto da Belém veria crescer o fluxo de navios vindos de todas as partes do mundo, abastecendo a cidade com os mais variados produtos, assim como carregava, especialmente para a Europa, América do Norte e Ásia, os produtos naturais extraídos na Amazônia²⁴⁷.

Paralelo a esta dinâmica da economia, questões diplomáticas, políticas e os movimentos populares sacudiram neste período a capital paraense, repercutindo em fortes tensões sociais que motivaram os graves conflitos no cenário político durante os debates em torno da Independência, e posteriormente com a Cabanagem. Ao que se sabe a respeito destes episódios cruciais para a vida política da província do Grão Pará na primeira metade do século XIX, em relação a dinâmica da vida material na cidade e particularmente nos domicílios, observamos que as discussões travadas neste campo, se fizeram nas disputas de poder, não produzindo repercussões de tenham atuado de forma decisiva na estruturação da vida doméstica das famílias belemenses.

Nos anos de 1820, quando ocorreram os debates sobre a Independência e os conflitos que se seguiram na década seguinte na capital paraense culminando com a Cabanagem em 1835, foram marcados por uma retração na economia de Belém, situação que pode ser atestada pela diminuição nas cotas de exportação²⁴⁸, que seriam retomado a partir da década de 1840²⁴⁹, por outro lado os excessos dos combates levaram a uma quebra da população, seja

²⁴⁷ O cronista BAENA, em seu *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, compilou dos documentos da Alfândega uma lista dos principais artigos que circulavam no Porto de Belém. Quadro citado na página 112 do capítulo 3 desta dissertação. Além disso, o *Jornal Treze de Maio*, era recorrente na coluna *Movimento do Porto*, a publicação dos produtos que entravam pelo Porto na Capital paraense, assim como aqueles artigos que eram levados por navios norte-americanos, ingleses, portugueses enfim de vários países que negociavam com Belém neste período.

²⁴⁸ Roberto Santos informa que *os conflitos deflagrados em 1835, contribuíram profundamente para o enfraquecimento de uma economia já de si deprimida*, situação em que caracterizava as condições econômicas do Pará.

²⁴⁹ A respeito da retomada econômica a partir deste período ver o trabalho de BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortuna e hierarquias no Grão-Pará.c.1850-c.1870*. (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Onde a autora retoma a análise das transformações econômicas que se deram na década anterior a 1850 para perceber como se formaram os grupos familiares que se destacaram na política e econômica na região após a Cabanagem.

pelas mortes durante o conflito, seja mais tarde pela fuga dos cabanos que se evadiram para outras regiões da Amazônia ou mesmo do Brasil. Esses fenômenos, possivelmente tenham concorrido para limitar a circulação e produção de bens materiais em Belém naqueles tempos, contudo, ainda assim, é muito pouco para promoverem mudanças mais perenes nas estruturas e usos dos domicílios urbanos, local onde as sensibilidades são dadas de formas mais lentas e as mudanças não podem ser medidas pelas ações episódicas.

Neste sentido, investigar a história das habitações belemenses nos leva a refletir sobre uma temporalidade onde as ações humanas caminham no ritmo bem distinto daqueles estabelecidos pelos episódios. Braudel, exageradamente chegou a afirmar que *os interiores não mudam*²⁵⁰, ao contrário das fachadas das habitações mais factíveis as influências dos estilos arquitetônicos, estes espaços são profundamente marcados por tradições que atravessam gerações, neste caso o historiador estava se referindo mais pontualmente às moradias orientais. Por outro lado, *é só o Ocidente que se alinha pelo signo da ininterrupta mudança*²⁵¹.

É, portanto por estes cômodos obscurecidos pelo registro histórico que procuremos adentrar, procurando visualizar como o espaço do domicílio se organizava através dos usos sociais que os mais diversos personagens produziam.

A divisão social dos cômodos do domicílio.

A história das habitações a partir de seus interiores constitui um capítulo a parte, assim observa o historiador francês Fernand Braudel, *as casas vistas do seu exterior são um primeiro espetáculo; vistas do interior, um outro. Ninguém poderá dizer que este é mais simples do que aquele. Com efeito, todos os problemas de classificação, de explicação, de visão global à escala do mundo se levantam de novo*²⁵².

Esta assertiva nos convida a desvendar o que seria este campo que se apresenta no interior dos domicílios, escondido dos olhares dos espectadores que passam ao largo, mas não desconexo das interferências da sociedade mais geral. No dizer de Andrade Lima, *Enquanto*

²⁵⁰ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – séculos XV-XVIII: v.I Estruturas do Cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.254.

²⁵¹ Ibidem.

²⁵² Idem.

*componente de um sistema social muito mais amplo, (a casa) está necessariamente vinculada a complexas redes de relações e conseqüentemente submetida às tensões e pressões que atuam sobre esse sistema como um todo*²⁵³. É neste espaço reservado ao convívio de indivíduos que se ligam por motivações diversas, *laços de parentesco ou vínculos de outras natureza (agregados, hóspedes, empregados etc.)* é que nos ocupamos para em perceber os sentidos sociais da convivência dos indivíduos nas habitações belemenses.

A existência de casas com seus cômodos definidos não era uma característica comum das habitações brasileiras durante a época colonial²⁵⁴, de um modo geral, apenas nas moradias das famílias mais abastadas é que se apresentavam edificações com a separação de espaços, o mais freqüente nas casas das populações pobres era a existência de habitações com espaços *multifunções*, ou seja, as casas possuíam poucos compartimentos que se aplicavam aos múltiplos usos e necessidades dos grupos que ali residiam. Num mesmo espaço que durante o dia servia de local para a preparação dos alimentos e jantar durante a noite poderia ser instalada uma rede e servir de dormitório, isto se constituiu como uma característica muito comum para as habitações brasileiras.

O desenvolvimento da arquitetura interna das habitações não foi um processo que se deu de forma mais evidente como as intervenções que se faziam sentir nas fachadas, mais suscetíveis à introdução de novos estilos, este foi um processo que estava relacionado às transformações e as necessidades dos usos sociais que os moradores de cada região e momento histórico estabelecem para com o espaço do domicílio. Neste sentido, nos reportamos para as casas de moradas de Belém na primeira metade do século XIX. Que tipo de habitação podemos encontrar em Belém nesta época segundo a sua disposição interna? Que usos sociais do espaço se aplicavam para as casas de morada na capital paraense neste período?

Nas descrições que tivemos acesso das moradias de Belém nos primeiros decênios do século XIX constam aquelas registradas nos Livros de Notas do século XVIII e XIX dos tabeliões José Félix da Conceição, Manoel Gomes Monteiro e Marcelino Herculano Perdigão. Nesta documentação nos debruçamos sobre os registros de compra e venda de imóveis da capital onde constatamos que entre 1803 e 1808, a grande maioria das negociações de imóveis estabelecidos em Belém neste período não apresenta uma detalhada informação das moradias,

²⁵³ LIMA ANDRADE, Tânia. op.cit. p.p. 133-34.

²⁵⁴ ALGRANTI, Leila Mezan, A Família e a vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. I, 1997.

os escrivães se preocupam em reforçar a legitimidade do vendedor do bem, assim como fornecer informações sobre a localização da casa de morada ou quarto de casa em negociação e o seu respectivo valor, conforme assinala a escritura abaixo:

Escritura de venda que fez José Joaquim Guia e sua mulher Joana Thereza de um quarto de cazas nesta cidade a João Francisco de Madureira.

“possuidor portentulho herança por falecimento de Roza Maria da Conceição, avó dela vendedora, mulher de um quarto de cazas na travessa da Rosa desta mesma cidade que confronta de um lado com o quarto de cazas pertencente aos órfãos do falecido Alexandre José Nunes e de outra parte com o quarto de cazas do dito comprador que tem de frente quatro braças e três palmos de fundos seis braças e seis palmos até o muro do quintal das cazas dos herdeiros de Silvestre Antonio Antunes de cujo quarto de cazas, assim do mesmo modo com que eles o possuíam, faziam dela venda ao dito comprador pela quantia de 450\$000²⁵⁵.

A escritura da negociação deste imóvel pertencente a José Joaquim Guia, como outras lavradas em 1803 e 1808, silenciam sobre os espaços interiores do domicílio, isto nos leva a pensar que a formalidade da documentação desconsiderasse a necessidade da descrição interna da moradia e fosse de menor importância para efeito da transação comercial os pormenores dos cômodos da casa. Entretanto, pelo tamanho do imóvel, que possuía de *frente quatro braças e três palmos de fundos seis braças e seis palmos*, podemos destacar que se tratava de um tamanho considerável para época, o equivalente a cerca de 120m² da mesma forma que o valor não era dos menos desprezíveis para um quarto de casas que estava sendo vendida a casa 450\$000 réis, soma que representava dois escravos produtivos, ou pelo menos o equivalente a 37 bois de carro era, portanto uma quantia considerável.

O quarto de casas pertencente aos herdeiros de dona Maria Rosa da Conceição, os seus netos Joaquim Guia e sua mulher Joana Thereza não era diferente de outros que investigamos neste primeiro decênio do século XIX, embora não possamos constituir como uma regra geral para as habitações urbanas, consideramos relevante o fato de não haver uma descrição dos cômodos internos das moradias, pois o caso que descrevemos não se tratava de uma casa pequena e de pouco valor, mas revela uma possível característica para as moradias que se edificavam na Belém do início do século XIX, onde os espaços internos se não existiam pelo menos possuíam pouco valor para a distinção do imóvel.

²⁵⁵ APEP. *Livro de Notas do Século XVIII e XIX dos Tabeliões José Felix da Conceição, Manoel Gomes Monteiro e Marcelino Herculano Perdigão. 1803-1808*. Documentação Cartorial Manuscrita.

Casas com um número reduzido de cômodos, particularmente entre as famílias com menores posses foram identificadas em varias regiões do Brasil²⁵⁶ durante o período colonial, esta situação caracterizava uma *superposição de funções* dos espaços interiores do domicílio, o que contribuía para um limite do sentido de privacidade da família. Pois os membros da família compartilhavam os cômodos da casa entre si, e em alguns casos com seus escravos e às vezes com pessoas estranhas ao convívio familiar.

Esta situação foi notada no final do século XIX pelo escritor José Veríssimo quando de sua visita aos arredores da capital. Preocupado em observar os usos e costumes das populações mestiças nos arredores de Belém, o intelectual nortista observava que *a maioria das vezes, as casas compõem-se de um único compartimento onde vive, na promiscuidade mais imoral, toda uma família, não raro numerosa*²⁵⁷. Pois segundo o escritor *quem viaja no interior da província nota sempre o mau gosto das construções das casas, sem nenhuma comodidade, tudo isto, é possível que se devesse a influência dos indígenas por serem selvagens e nômades não sabiam o valor do conforto e da comodidade.*²⁵⁸

A divisão interna das moradias aguçava profundamente a atenção de Veríssimo onde indicava que nessas casas se vive promiscuamente, pois na maioria das vezes, são caracterizadas por apresentar *um único compartimento* onde no seu *acanhado âmbito vivem, numa mistura repugnante, homens e mulheres, moços e velhos, pais e filhos*. Se não bastasse esta promiscuidade familiar, segundo o escritor paraense, ficava mais evidente o descaso moral em que vivem, quando *chega um forasteiro e lhes pede um agasalho, isto é, um lugar para atar sua rede, dão-lho ali mesmo, com uma hospitalidade fácil, sem cuidarem na mulher ou filhas.*²⁵⁹

A atribuição dos atos degenerados da família que habita um lar sem divisão interna, apontados por Veríssimo é pontual para exemplificar que mesmo no final do século XIX esta era/e é uma situação marcante na estrutura interna das moradias paraenses, pois a *primitiva forma de morar* registrada pelo escritor não se aplicava apenas às cercanias de Belém, mas possivelmente se mantinham *no mais adiantado centro da região, na cidade do Pará* nesta última fase do século XIX.

²⁵⁶ Ver: SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995; também apontando aspectos da Casa colonial, ALGRANTI, Leila. *Famílias e Vida Doméstica*. In. NOVAIS, Fernando. (org) *História da Vida Privada no Brasil*, v. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

²⁵⁷ VERÍSSIMO, José. op.cit. p.71.

²⁵⁸ Idem p-224.

²⁵⁹ Idem p-72.

O destaque para esta narrativa deslocada no tempo da análise que nos propusemos neste estudo, serve para verificarmos que construção de habitações com seus espaços segmentados não se estabeleceram como uma regra para todos os tempos, mas percorreu e ainda se mostra presente nas moradias pobres dos centros urbanos.

Contudo, as condições econômicas geradas pelo cacau no final do século XVIII e princípios do século XIX em função das trocas comerciais e o freqüente contato dos moradores belemenses com diversas nações e mesmo famílias que se estabeleciam de um lado e outro do Atlântico, fazia de Belém um ponto de circulação de mercadorias, pessoas e suas idéias, que se materializavam de várias formas na cidade. Possivelmente a estrutura domiciliar não estava ausente destas intervenções, que proporcionaram a incorporação de estilos, objetos e usos que se faziam no ambiente doméstico.

Assim, ao lado das moradias sem cômodos definidos observamos que em Belém nos primeiros cinquenta anos dos oitocentos já apresentava uma grande variedade de habitações com compartimentos segmentados, eram particularmente casas de morada, sobrados e as rocinhas – as casas de recreio que pertenciam a famílias mais destacadas da sociedade que usavam essas habitações como casas de campo para passeio, descanso e locais que serviam ainda como fonte de abastecimento para suas casas na cidade, com frutas e outros gêneros alimentícios que eram produzidos nos arredores destas chácaras²⁶⁰.

A casa com seus cômodos distintos representa não somente uma *evolução* dos estilos arquitetônicos que as habitações começaram a conhecer em meados do século XIX, mas o desenvolvimento de novas sensibilidades diante das formas de morar, representado pelos usos distintos dos espaços da moradia. As divisões da casa em varanda, sala, quarto, alcova, cozinha e corredores, são muito mais do que estruturas físicas que se armam de madeira e barro, são imposições sociais que demarcam os limites de convivência entre os membros da família entre si e destes com outros. Estas *barreiras reais ou simbólicas foram erguidas, reforçando limites sociais e legais, liberando ou controlando acessos*²⁶¹. Estabelecendo, locais de sociabilidades do domicílio, ou seja, aqueles espaços onde o acesso é permitido e compartilhado com o elemento estranho ao convívio familiar, onde esses espaços são

²⁶⁰ FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*, uma história fundiária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999. p.21.

²⁶¹ LIMA ANDRADE, Tânia. op.cit. p.134.

considerados áreas *públicas* da casa²⁶². E outros mais restritos aos membros da família, constituindo os sentidos de privacidade²⁶³ no espaço doméstico. É importante observar que estes limites, dicotômicos, entre espaços “públicos” e “privados” na casa belemenses não se mostravam de forma clara mais acabavam se cruzando, como se verá adiante.

Um exemplo desta compartimentação nas casas de Belém é possível notar no inventário *post mortem* do tenente José Antonio Lopes que foi registrado em 1838, onde deixava uma fortuna avaliada em 850\$000 réis fora às dívidas do casal que somavam 270\$940 réis comparada com outros moradores que tiveram seus bens inventariados neste período, não era das maiores. O que se destacava entre os seus bens eram as quatro propriedades que possuía na Rua da Alfama, importante trecho do bairro da Cidade, sendo 2 quartos de casa e 1 sobrado arruinado e 1 chão, o que totalizava toda a sua fortuna. Uma de suas propriedades era

um quarto de casa cito na Rua da Alfama nº 46, com uma porta, uma janela com duas braças e quatro palmos de frente e fundo vinte e duas braças e meia com uma sala, alcova, copiar, e um quarto interior, **ladrihado**, caibrada e ripado, que confronta de um lado com a falecida Ângela Custódia e de outro com Josefa Pixana, e pelo fundo com o chão de Caridade, avaliado em 300\$000 réis²⁶⁴.

Ao contrário dos registros do Livro de Notas, neste inventário a descrição das partes da moradia se mostra mais detalhadas, pois além de demonstrar o tamanho do imóvel, o valor e sua vizinhança imediata, há uma preocupação em destacar os vários cômodos da casa com seus respectivos fins e os materiais utilizados na construção como podemos notar: *uma sala, alcova, copiar, e um quarto interior, ladrihado, caibrada e ripada*.

Nesta descrição mais detalhada do domicílio é possível verificar que já existiam moradias em Belém construídas com materiais mais sólidos e refinados como os ladrilhos, pouco comuns nas casas particulares, já utilizados em prédio público e de religiosos, mas nas

²⁶² A discussão entre público e privado ou sociabilidades e privacidade são conceitos caros para a pesquisa da história do domicílio, pois remetem para a análise de questões inerentes a vida doméstica. Esta aparente dicotomia entre o mundo da rua como sendo o universo do público e a vida familiar como o espaço da privacidade, tem sido extremamente discutida por historiadores no sentido de refutar essas idéias conclusivas a respeito destes limites impostos para a vida no domicílio. Nem sempre estas esferas se mostram claras, mas se interpenetram, onde a casa nem sempre pode ser considerada como um ambiente eminentemente familiar e privado, mas propenso para as relações de sociabilidades.

²⁶³ A discussão sobre a relação no domicílio entre público e privado tem ocupado vários estudos que apontam vários limites dos usos destas categorias, entre estes destacamos NOVAIS, Fernando. Condições de Privacidade na Colônia. IN. NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura M. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, v.I, 1997. p.14-39.; VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *A Família na Seara dos Sentidos: domicílio e violência no Ceará (1750-1850)*. (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. Particularmente o trecho *Uso corrente das palavras Público e Privado no Ceará*.

²⁶⁴ APEP. *Inventário do Tenente José Antonio Lopes*, 1838.

casas de moradas eram raros. Assim como, a distinção entre sala, alcova, copiar – *era uma espécie de varanda ou alpendre* – e quarto interior são relevantes porque, embora não se trate de uma casa com um valor expressivo se comparada, a casa de morada dos herdeiros de D. Rosa da Conceição, descrita no Cartório de Notas, que custava 450\$000 réis, esta foi avaliada em 300\$000 réis, a família do tenente José Antonio Lopes possuía uma residência bem semelhante aos padrões atuais.

Um outro imóvel que nos permite verificar a existência de cômodos definidos, foi descrito no inventário de D. Francisca Rosa em 1826, onde deixava duas propriedades de casas, que somadas foram avaliadas em 450\$000 réis. Um dos quais era *um quarto de casas sitas em a Rua de São Vicente número 31, que tem de frente 3 braças e 4 palmos e meio de frente ao fundo 15 braças e 4 palmos e tem na frente uma casa e seu corredor e interiores, copiar, cozinha e quintal, pega de um lado com Anna Maria do Espírito Santo, e pelo outro lado o Cardim, e pelos fundos com D. Antonia, que foi avaliada em a quantia de 250\$000 réis*²⁶⁵. Apesar da segmentação interna do domicílio, verificamos que os imóveis pertencentes ao tenente José Antonio Lopes e D. Francisca Rosa, eram moradas modestas, pois não possuíam um valor pecuniário destacado.

Na permanência tiveram em Belém em 1848, os naturalista Henry Bates e Alfred Wallace, forneceram informações das casas de moradas onde ficaram hospedados, revelando traços internos das rocinhas, uma espécie de chácara mais afastadas do centro urbano da cidade. Na rocinha pertencente ao Sr. Miller, Bates descreve que *a casa em que habitavamos, um vasto quadrado, compreendia não só inúmeros aposentos, mas tinha nos fundos senzalas para diversas famílias de pretos. Segue ainda, na parte posterior da casa, estavam a espaçosa cozinha e o pomar*²⁶⁶.

Dois ambientes, se destacam nesta nota do naturalista Bates, a existência da senzala como um espaço deslocado do corpo da residência, situado nos fundos e a cozinha que fica na parte posterior das casas. O viajante revela uma característica comum nas residências construídas no Brasil no século XIX, que era a tendência de separar do corpo da casa as cozinhas, geralmente estabelecidas em uma *puxada*, um anexo que servia para o trabalho

²⁶⁵ APEP. *Inventário de D. Francisca Rosa*, 1826.

²⁶⁶ BATES, Henry. op. cit. p.14.

doméstico restrito aos serviçais e escravos, não esqueçamos que o naturalista havia contratado *um negro livre chamado Isidoro, como cozinheiro e factótum*²⁶⁷.

Estudando os impactos do gás e da eletricidade na casa paulistana, João Máximo da Silva recupera a estrutura da cozinha na casa badeirantista, em geral deslocada do corpo da casa, *era um ambiente que sugeria o trabalho pesado e sujo, desenvolvido longe das áreas de estar*²⁶⁸. Possivelmente não diferente do local onde o cozinheiro dos naturalistas desenvolvia suas atividades domésticas.

Nos jornais que circulavam em Belém na primeira metade do século XIX, alguns anúncios de alugueis e venda de casas, nos revelam a composição dos cômodos das residências aqui descritas como forma de valorizar essas moradias, assim em 1840, noticiava na coluna de avisos do Jornal Treze de Maio a seguinte nota. *Hum quarto de Cazas na travessa das Mercês n° 33 tem de frente 3 braças e 3 palmos, de fundo 15 braças avaliadas em 350\$000 réis, procurar José da Costa de Castilho*. Semelhante nota publicava o mesmo periódico informando que *a partir do dia 19 de maio de 1840, passão as educandas em que rezidião, para o edifício do Cidadão Salvador Rodrigues do Couto na Rua da Princeza, o qual m'o alugou por duzentos e quarenta mil réis annuaes, possuindo elle, além dos cômodos convenientes, um Oratório plenamente preparado*²⁶⁹.

Os anos finais da primeira metade do século XIX registram uma maior produção de domicílios com uma arquitetura interior mais elaborado, com suas dependências valorizadas, como podemos notar nos anúncios de jornais da época.

D. Joana Antonia, moradora de Belém que faleceu em 1815, deixaria registrado em seu inventário *hum quarto e Cazas sito na Rua do Alsougue (açougue) entre as casas de seus herdeiros Francisco Pedreira Campos e de Jose Ignácio, com duas braças e nove palmos de frente e de fundos dezessete braças e dois palmos, tem na frente hum corredor, hum quarto, hum quarto interior e copiar, hum pequeno soto (sótão) por cima do corredor avaliada em 450\$000 réis*²⁷⁰. A estrutura interna da casa de D. Joana apresenta cômodos bem definidos,

²⁶⁷ Mini Aurélio. Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Factótum: *sm*. Pessoa incumbida de todos os negócios de outrem. É importante destacar que o negro Isidoro, além dos ofícios domésticos se prestou como guia dos naturalistas Bates e Wallace na exploração das matas nos arredores de Belém.

²⁶⁸ SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do Gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. (Estudos de cultura material no espaço doméstico) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. (dissertação de mestrado). P.87.

²⁶⁹ Jornal Treze de Maio, 1840.

²⁷⁰ APEP. *Inventário de D. Joana Antonia*, 1815.

destacando-se além do quarto que serve de dormitório, uma alcova, que recebe o nome de quarto interior e copiar. Uma certa sofisticação da arquitetura é demonstrada com a existência de um pavimento superior que é evidenciado com a descrição de um soto (sótão) que passa por sobre um corredor. Estes cômodos não eram tão comuns nas descrições das moradias, era *um pavimento situado imediatamente abaixo da cobertura do edifício, e caracterizado pelo pé-direito reduzido ou pela disposição espacial que permite adaptá-lo ao desvão do telhado*²⁷¹. Revelam uma flexibilidade na estrutura do domicílio.

O Inventário dos bens do Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega lido em 1810, comporta na lista de bens *hum Quarto de Casas, sito na Rua das Flores com número dezenove com hum quarto na frente, dois interiores e cozinha coberta de telhas, com paredes de taipa de mão avaliada em 320\$000 réis*²⁷². A disposição dos domicílios internos, aponta que dentre os quartos dois são alcovas, descritos como quartos internos. Estes cômodos, eram muito frequentes nas casas do século XIX, construídos no interior do domicílio, não possuíam janelas, o seu acesso geralmente implicava em passar por um outro cômodo, segundo José Guerra, *este tipo de compartimento protegia seus proprietários da iluminação direta e da insolação, o que afetava principalmente os europeus que não estavam acostumados com tanto calor*²⁷³.

Ainda sobre este cômodo da casa é possível afirmar que na maioria das vezes esteve associado à noção de intimidade, recato e castidade feminina, muito embora nem sempre tenha sido utilizado para tal fim, sendo aproveitado para a instalação de capelas ou dispensas. As alcovas foram perdendo sentido em meio às políticas de higienização que marcaram os fins do século XIX e o início do XX, quando luz, claridade e ventilação, não eram apenas sinais de beleza na moradia, mas estava associada à idéia de um espaço salubre.

Tânia Lima justifica que com o *progressivo fortalecimento da burguesia foi intensificado a concepção de público, e, por conseguinte, o seu correlato, o privado. Os novos valores, ao adotarem o pudor a reserva, e, por consequência a defesa cerrada da intimidade, foram incorporados à arquitetura, influenciando fortemente a compartimentação dos espaços domésticos. Funções antes comunitárias, exercidas pública e coletivamente,*

²⁷¹ BRUNO, Ernani. *Equipamento usos e Costumes da Casa Brasileira*. op.cit. Ver: *Glossário*: p.203.

²⁷² APEP. *Inventário do Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega*, 1810.

²⁷³ BRUNO, Ernani. *Equipamentos, Usos e Costumes da Casa Brasileira*. Ver. GUERRA, José Wilton *Introdução do Vol. 2 Construção*. op. cit. p. 22.

*individualizaram-se, passando para domínios reservados, privatizando-se e requerendo ambientações adequadas*²⁷⁴.

A distinção interna entre os cômodos das moradias constitui um elemento importante para perceber que a sociedade estava passando por um processo de mudança nas suas formas de morar, adquirindo valores que apontavam para uma separação entre o que poderíamos chamar de vida pública, daquele que se restringia ao espaço doméstico. Embora a linha que separe estes dois pontos sejam, para esta época muito tênues, consideramos relevante constatar uma significativa demonstração no traçado arquitetônico das habitações belemenses a existência de espaços destinados a funções específicas.

A identificação da estrutura arquitetônica, mesmo de forma lacônica, revela que nas casas de quartos, e mais comuns nas chácaras e nos sobrados de Belém as famílias já começavam a produzir suas residências com uma distinção entre os compartimentos internos do imóvel, o que demonstra que seus moradores não se relacionavam da mesma forma dentro de casa.

O que significava socialmente estas divisões internas da casa? De que forma esta compartimentação também significava uma divisão de locais destinados a ações coletivas e outras restritas a ações individualizadas? Como entre os belemenses se apresentava o uso social dos cômodos das moradias urbanas? Partindo destas e outras questões, nos remetemos ao tópico seguinte para adentrar nos espaços das casas e perceber como se davam as tramas sociais no interior das moradias.

2.2. Sociabilidades domésticas: o uso social das casas.

Recuperar as interações que se davam no interior das moradias belemenses não representa uma tarefa das mais simples, este esforço exigiu a capacidade de entrelaçar fontes que nos sugerem indícios e possibilidades a respeito das relações travadas pelos mais variados indivíduos nos espaços dos domicílios.

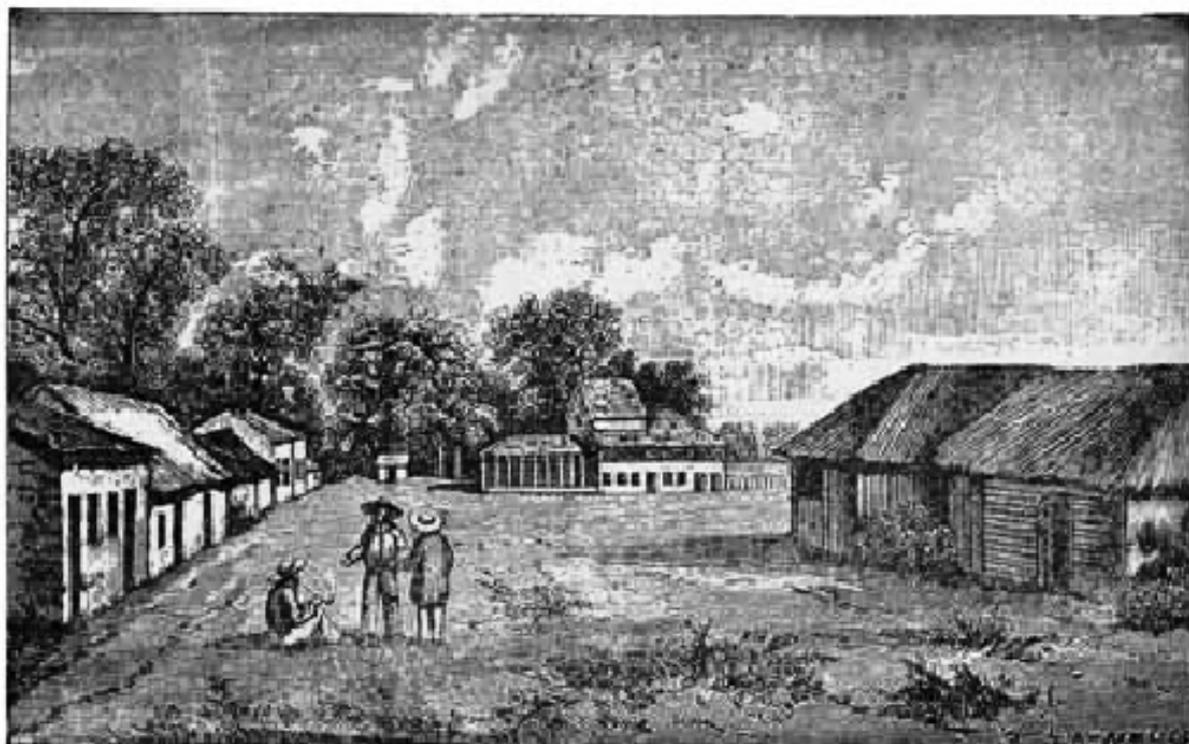
Os relatos, discursos, e registros sobre estes ambientes nos primeiros anos dos oitocentos sobre as moradias da capital paraense são, na sua maioria, quase sempre parciais, o

²⁷⁴ ANDRADE LIMA, op.cit. p.134.

que impõem vários limites para a compreensão da dinâmica da vida no interior dos domicílios. Contudo as análises propostas resultam deste esforço de ultrapassar a soleira das moradias e discutir as sociabilidades domésticas nas moradias de Belém, através dos seus vários cômodos.

Varanda e Copiar: extensões do corpo da casa

Entre estes espaços facilmente freqüentados por estranhos está à varanda das casas belemenses. Este compartimento da casa se mostrava tão importante nas habitações desta capital do norte que em 1839 o viajante americano Daniel Kidder de forma exagerada sentenciava *todas as moradias apresentam larga varanda em volta, às vezes contornando quase todo o prédio*²⁷⁵. Embora seja uma observação significativa sobre as habitações belemenses, consideramos ampla demais para qualificar a diversidade dos formatos das moradias urbanas, pois nem todas as casas de morada possivelmente se enquadrassem nesta característica arquitetônica. Um exemplo diferente da observação deste viajante é uma imagem registrada pelo viajante Alfred Wallace de 1848, onde se nota:



(Fig.10) Capela de Nazaré, situada as proximidades de Belém do Pará. In. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* de Alfred Wallace 1848.

²⁷⁵ KIDDER, Daniel P. op.cit. p.184.

A gravura acima é feita das proximidades da Capela de Nazaré, local onde ficaram hospedados os viajantes Wallace e Henry Bates em 1848, na rocinha do *português* Francisco Danin, importante comerciante no Pará. A imagem mostra o início de uma larga rua em perspectiva, no primeiro plano três homens dialogam um dos quais está sentado ao chão e contempla a conversa dos outros dois que estão de pé. Na lateral esquerda, seguindo alinhamento da rua, várias casas de morada são apresentadas, porém não é possível identificar nelas a existência de varandas, alpendres, pátios ou qualquer saliência exterior ao corpo da morada. Olhando de frente ao fundo, a primeira casa é a que apresenta duas portas e duas janelas, possivelmente nela habitava mais de uma família. Outras não apresentam uma janela ou somente porta.

Focalizando ao fundo a gravura, aparece uma casa mais destacada, com 5 janelas e três portas, bem maior do que aquelas que se apresentam na lateral esquerda. Ao lado da casa há uma possível extensão da residência, coberta, com vários esteios a mostra, o que possivelmente possa ser usada como varanda, mas não se aproxima da descrição do viajante americano.

Do lado oposto da rua, duas casas possivelmente construídas de material rústico, madeira, taipa de mão e coberta de palha, não apresentam uma extensão contíguo ao corpo da casa.

Embora o conteúdo da imagem apresente limites na representação do *real*, o que nos chamou a atenção foi o fato de haver discordâncias entre o relato do viajante e a imagem acima descrita, o que não implica em restringir o sentido que possuía este local das casas de Belém, porém bem longe de afirmar que *todas* as casas possuíam esta configuração.

A varanda era um local destinado para os alheios à família, um local público da casa, poderia demarcar a tênue fronteira entre o mundo exterior e a incipiente intimidade familiar²⁷⁶.

Nas regiões Nordeste e Norte marcado por largas temporadas do ano de forte calor a construção de varandas ou copiar se mostravam muito freqüentes, neste caso elas serviam para proporcionar o refrigério da casa. Por conta do frescor proporcionado pelas varandas nos dias quentes elas se mostravam locais preferidos pelos viajantes que, de um modo geral, vinham de regiões mais frias e tinham que enfrentar altas temperaturas nas regiões tropicais.

²⁷⁶ VIEIRA Jr. A. Otaviano. op.cit.p-88.

O naturalista Henry Bates costumava se divertir *quando descansava na varanda de sua casa durante as horas mais quentes do dia*²⁷⁷. O seu companheiro de viagem e pesquisa o inglês Wallace informava que nos dias em que o termômetro registrava à sombra 29° a 32° C as varandas eram locais preferidos, pois era *o cômodo mais apropriado para o descanso ou para o trabalho*²⁷⁸, o que estranhava este viajante era que nos dias de calor tenha visto transitando na cidade *homens brancos trajando casacas pretas e gravatas*, segundo observava o naturalista, eles pareciam *incomodadamente vestidos*²⁷⁹.

A sorte de desfrutar do refrigério de uma varanda não teve o viajante francês Paul Marcoy, que passou por Belém 1846, e durante a sua caminhada para alcançar a estrada de Nazaré sofreu com o forte calor da cidade.

Depois de uma caminhada de vinte minutos eu não agüentava mais o movimento contínuo daquela multidão colorida. A temperatura era a de um forno e eu ofegava no ar parado. Se não lembrasse que era um francês e que era meu dever representar a respeitabilidade de meu país no estrangeiro, eu teria me aventurado a tirar o casaco, chapéu e gravata e teria deixado a mostra um palmo de língua. Não havia cafés nem restaurantes à vista onde eu pudesse descansar nesse lugar primitivamente desprovido de conforto, nada além de esquálidas lojas e armazéns de onde saiam lufadas quentes de ar cheirando a bacalhau, couro, aguardente, toucinho e queijo que teria dado enjôo a uma habitante dos montes de Cantal.

Dobrando a esquina, a igreja de Nossa Senhora das Mercês, da qual tinha algumas notícias; pareceu-me tão bem vinda quanto um oásis sombreado para um árabe no deserto²⁸⁰.

Paul Marcoy, embora não fale das moradias demonstra a sensação de calor e *mal estar* que passavam os estrangeiros nos períodos considerados quentes na cidade, esta busca por locais mais frescos, mostrava que a cidade era desprovida de espaços públicos confortáveis, como os cafés ou restaurantes, já bastante comuns no seu país de origem. A sensação de incomodo climático somente foi aplacada quando o viajante pode desfrutar do descanso no interior da Igreja das Mercês, o que lhe pareceu como *um oásis sombreado*.

Nas varandas poucos móveis são descritos, o mais comum era a existência de ganchos para as redes, um importante objeto na mobília da casa do belemense. Daniel Kidder informava que *havia casas que dispõem de acomodações para cinquenta ou sessenta redes*

²⁷⁷ BATES. op.cit. p.16.

²⁷⁸ WALLACE. op.cit. p.41.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, SÉC/Edua, 2001. p.293.

*sem as atulhar*²⁸¹, nestes locais valorizados para o descanso, conforme vimos anteriormente. Não muito diferente seria notado pelo viajante francês Marcoy, ao chegar à casa do tenente Bernardino Maciel que *nos pilares da varanda, ao longo da fachada, estavam suspensas a intervalos regulares redes de algodão cortinadas que as senhoras do Pará e suas escravas negras tecem juntas no segredo do harém*²⁸².

Essas extensões do corpo da casa constavam tanto para frente da casa, eram as varandas ou alpendres, onde cumpriam uma função social de cortesia aos estranhos à família ou mesmo para o descanso e o refrigério dos moradores que ali residiam. Porém, às vezes, estas varandas também poderiam aparecer nos fundos da casa, contíguo a cozinha, que servia como uma espécie de *cozinha suja*²⁸³, local destinado ao fabrico de alimentos, onde ficava instalado o fogão a lenha, era um espaço, como vimos, destinado a tarefas pesadas em geral executado pelos criados e escravos domésticos, longe dos cômodos propriamente destinados às refeições, seu aspecto justificava a impressão que causava aos viajantes estrangeiros que as registravam, *era um compartimento imundo com chão lamacento, desnivelado e cheio de poças d'água,(...)um lugar cheio de fumaça, que, por falta de chaminé, atravessa a porta e se espalha por outros compartimentos*²⁸⁴. Ao contrário daquele que se situava na frente da casa, que possuía uma função de recebimento dos estranhos na casa, estas extensões das cozinhas, constituíam um local restrito aos membros da família e aos trabalhadores domésticos.

Assim, as varandas, embora não fosse uma regra nas habitações belemenses, se constituíam num espaço aprazível da moradia, *um espaço de sociabilidades por excelência*²⁸⁵, era o local de interação da família como o mundo do alheio, aqui também é o lugar por onde começamos o nosso percurso, sigamos adiante.

A Sala: espaço para sociabilidades.

Um segundo e importante cômodo das sociabilidades domésticas era a sala. Este compartimento da casa era facilmente constatado na estrutura dos domicílios descritos nos inventários nesta primeira metade do século XIX. Invariavelmente apareciam casas com *sua*

²⁸¹ KIDDER, op.cit. p.184.

²⁸² MARCOY. op.cit. p.229.

²⁸³ DA SILVA, João Luiz, op.cit.

²⁸⁴ SILVA, João Luiz Máximo. Op.cit. p.87.

²⁸⁵ ANDRADE LIMA, Tânia. Op.cit. p.135.

sala, as vezes eram registrados mais de um destes cômodos, como na propriedade de casas pertencente a Jerônimo Antonio da Costa, descrita no seu inventário em 1833, que ficava na Rua Açougue, era composta entre outros compartimentos por *uma sala e uma saleta*²⁸⁶.

A sala correspondia na estrutura do domicílio a um espaço onde permeavam as relações de sociabilidades entre os membros da família e os visitantes do lar. No conjunto da arquitetura da casa, em geral, a sala ficava logo após a varanda, através deste cômodo era possível adentrar ao interior do domicílio. Este local se aplicava as situações bastante diversas, por constituir a tênue fronteira entre o “público” e o “privado”, foi possível encontrar na morada belemense usos que permeavam condições de *formalidades destinados ao lazer, e, por conseguinte, à representação social*²⁸⁷.

As cerimônias domésticas, as conversas, os jogos e a distração eram ações que poderiam ocorrer nos espaços da sala. Paul Marcoy, este viajante francês que teve uma rápida passagem pela capital paraense em 1846, deixou o seguinte relato de uma casa das margens da Estrada de Nazaré quando saiu em busca da casa do Sr. Bernardino Maciel, sobre o qual possuía uma vaga referência de que morava nesta via, nas cercanias de Belém, e dizia ser amigo de seu genro, por isso queria conhecê-lo. Durante o seu percurso,

Ao dobrar uma curva da trilha, uma música alcançou-me os ouvidos. Parei para escutar. O som era melodioso, embora penetrante como o vento de Argenteuil e parecia vir de um arvoredo a minha direita. Segui adiante e descobri, atrás de uma fileira de laranjeiras, uma casa quadrada e branca com persianas pintadas de cinza. Todas as janelas estavam fechadas, exceto uma, que a distância parecia um buraco negro na fachada. Ela parecia estar renovando o ar da casa, saturado pelos sons discordes de um piano desafinado. Os tons do instrumento, quebrados e trêmulos nos graves, eram marcados nos agudos por súbitas inflexões metálicas que produziam nos tímpanos efeitos análogos aos da uva azeda no paladar. Um par de mãos, que pela delicadeza de dedilhar conclui serem de mulher, batiam nas teclas tentando deixar do instrumento algumas variações da velha ária francesa – *Fleuve du temps, je fuis tes bords heureux*, etc. Mas a única resposta do abominável instrumento às suas solicitações era uma mistura de soluços e sons ásperos como o raspar de um metal²⁸⁸.

Este relato que revela o temperamento do viajante francês, que na verdade chamava-se Laurent Saint-Cricq, que usava o pseudônimo de Paul Marcoy, mostra um homem que se dedicou ao jornalismo e à crítica de arte, e por isso mesmo sensível ao som de um velho piano quando andava pela Estrada de Nazaré. O que torna singular neste relato deixado por Marcoy,

²⁸⁶ APEP, *Inventário de Jerônimo Antonio da Costa*, 1833.

²⁸⁷ ANDRADE LIMA. Tânia. Op.cit. p.135.

²⁸⁸ MARCOY, Paul. Op.cit. p.296.

para além dos aspectos relacionados à sensibilidade musical, é o registro de um piano em uma casa de morada de Belém nesta época. Através dos sons desacordes e da forma como era tocado o fez inferir de que se tratava de um piano *desafinado*, dedilhado por uma mulher. Descontado os detalhes da suposição do viajante, a existência de um instrumento musical com este demarcava extremo refinamento nos lares, e que ficaria conhecido o seu uso doméstico nas casas brasileiras somente a partir de 1850²⁸⁹, por isso, este objeto se mostra bastante destacado nesta morada belemense.

Os pianos, por seu significado de mercadoria-fetiche, apresentavam-se como um objeto de desejo dos lares patriarcais²⁹⁰. Este móvel musical viria reinar nas salas das mais elegantes e abastadas moradas brasileiras nos finais do século XIX, símbolo de distinção social e bom gosto artístico. Aqui em Belém, logo seria reconhecido pelo viajante francês, aquele marcante instrumento que simbolizava os requintes europeus, vindos do interior de uma chácara dos arredores da capital paraense, notado por uma das janelas, *que mais parecia um buraco negro na fachada*, era possivelmente que o instrumento musical estivesse instalado na sala da moradia, local de sociabilidade onde era permitido o acesso dos convidados e pessoas estranhas ao lar para ouvir, mesmo desafinado, o suntuoso piano.

Neste sentido, a sala como um espaço de sociabilidade, cumpria um dos aspectos possíveis de seus usos sociais. Porém, era no uso das funções cotidianas, como o descanso, o trabalho e as refeições que este cômodo da casa se prestava. Considerando estes aspectos, o viajante norte-americano Daniel Kidder apontou as seguintes considerações sobre uma casa visitada em Belém em 1839.

Segundo ele, no interior do mesmo (domicílio) existe construção semelhante pelo menos em três lados do espaçoso pátio. Uma parte da varanda interna, ou pelo menos uma sala a ela ligada, serve de refeitório e é invariavelmente bem arejada e agradável. Somente os cômodos da frente são forrados, salvo nos edifícios mais altos e caros²⁹¹.

Aqui percebemos que além da varanda externa com a sua função de anteparo para o calor e recepção dos visitantes, o viajante americano destaca, uma ligação existente entre a varanda e a sala. Isto desmonstra uma superposição de uso dos cômodos que podem ser observados na extensão da varanda para a sala sem paredes que possam estabelecer limite

²⁸⁹ ALENCASTRO. Luiz Felipe. *Vida Privada e ordem privada no Império*. In: NOVAIS. Fernando A. & ALENCASTRO. Luiz F. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 2. p.45.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ KIDDER, D. op. cit. p. 184.

físico, pois o hóspede que adentre esta varanda interna, por conseguinte, já se encontra na sala.

Além desta ligação interna entre a varanda e a sala, Kidder, destaca a utilização daquela parte da casa para as refeições. Esta característica lembra um traço do ritual do jantar americano²⁹², que ainda no século XVIII tendeu a retirar a mesa da cozinha para um cômodo destinado para o exercício das práticas alimentares, longe do calor e da fumaça dos fogões, essas refeições se apresentavam cada vez mais elaboradas, é neste momento que surgem as salas de jantar. No caso específico, as varandas, ou uma extensão da sala cumpria esta função que foi apreciada para as refeições.

Ainda considerando a nota do viajante americano, observamos um outro aspecto da sala, elas representavam um espaço *formal, destinado ao entretenimento e ao lazer, e, por conseguinte a representação social, que tinha o acesso permitido aos de fora*²⁹³. A sala também era este cenário de representação social, o seu aspecto causava uma primeira impressão no visitante, sendo importante à valorização do espaço físico da sala.

Situação que seria notada por Kidder, ainda neste nota citada acima, apontando uma característica sutil nos domicílios de Belém, ao perceber que *somente os cômodos da frente são forrados, salvo nos edifícios mais altos e caros*. Esta sua observação nos leva a avaliar que a existência de forros nas habitações acabava demarcando indícios de distinção social de seus moradores, já que ele sugeria que *salvo nos prédios altos e caros é que os forros se mostravam mais comuns, neste caso em especial o morador procurava melhorar a aparência do domicílio justamente nos cômodos da frente, possivelmente na sala, que era um local de sociabilidades acessível para pessoas estranhas ao convívio familiar como Kidder, e talvez nas dependências internas, menos acessíveis aos olhares estranhos, estes requintes não fossem tão recorrentes. Sendo muito frequentes o cômodos com telhado aparente, também chamada de telhas vãs, ou seja, a ausência de forro.*

Embora alguns estrangeiros, como o naturalista inglês Wallace, considerasse que as *matas virgens (do Pará) possuíam madeira de lei em tão inexauríveis quantidades e de uma variedade tal, que, ao que parece, não haverá nenhum propósito para o qual a madeira não*

²⁹² VISSER. Margaret. *O Ritual do Jantar: as origens, evolução, excentricidades e significados das boas maneiras à mesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

²⁹³ ANDRADE LIMA. Tânia. op.cit. p.135.

possa ter aplicação²⁹⁴, contudo, o seu beneficiamento ainda era limitado, posto que *os negociantes locais eram obrigados a importar pinho dos Estados Unidos para seus encaixotamentos*²⁹⁵, apesar do naturalista inglês ter observado na serraria pertencente ao americano Sr. Leavens o corte de algumas *toras* de madeira, era na natureza que se via árvores úteis para vários ofícios, como a *quarooba* (quaruba), que fornecia *boa madeira para a construção de casas e para forros*²⁹⁶, segundo o negro Isidoro, cozinheiro dos naturalistas, que naquele momento apresentava as possibilidades de aproveitamento das árvores.

Assim, uma sala forrada demonstrava a valorização do ambiente de recepção dos visitantes, coisa ainda pouco vulgarizado entre as moradias urbanas de Belém, menos pela possibilidade de acesso a natureza, do que pela oferta de madeira beneficiada para tal fim no mercado local.

Nas casas mais pobres nas salas poderia comportar redes e serem utilizadas como dormitório. Bates ao visitar uma casa nos arredores de Belém, *assistia junto a família anfitriã sentados nas cadeiras da sala os macacos entrelaçarem-se em suas pernas*²⁹⁷, esses bichos eram criados como animais domésticos.

2.3. Quartos e cozinhas: em busca da privacidade.

Na primeira metade do século XIX a separação entre a vida doméstica e o mundo exterior compunha uma fronteira tênue²⁹⁸. Os espaços da residência por vezes assumiam funções múltiplas, eram varandas que serviam como locais para jantar ou como dormitório,

²⁹⁴ WALLACE. Alfred R. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. op. cit. p.83.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ BATES. Op.cit. p.48.

²⁹⁸ Há vários trabalhos que procuram discutir a noção de *público e privado*. RYBCZYNSKI, Witold, *Casa, a pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record. 2002, em seu estudo sobre o conforto nas habitações na Europa, destaca o século XVII como um período em que a burguesia holandesa começa a dar sinais de separação entre os negócios da vida pública e uma vida doméstica, com indícios de privacidade e intimidade. No Brasil, os trabalhos da coleção *História da Vida Privada*, trouxeram á tona discussão a respeito da privacidade nos ambientes domésticos. Nos trabalhos de ALGRANTI, Leila Mezan, *A Família e a vida doméstica*. In: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. I, 1997, procura evidenciar os limites que existiam no mundo colonial de uma vida privada; MARINS, Paulo C. Garcez. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENCO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. 3, 1998, aponta para uma gradativa mudança no sentido que habitação vai ganhar entre os fins do século XIX e início do século XX, onde os usos de público e privado já se mostram mais delineados, a moradia se mostra como local da família. Nesta fase do final do século XVIII e início do XIX, não os usos das terminologias público e privado, como as relações internas no domicílio se mostravam pouco definidos.

salas que serviam como cômodos para a recepção dos estranhos à família, mas que também poderia comportar as redes para desfrute de uma noite de sono. É neste cenário em processo de transformação dos sentidos de seus cômodos que pretendemos adentrar, para notar como em algumas moradias de Belém se davam as relações entre a separação da vida tida como pública e aquela que se restringia ao mundo familiar.

Durante a primeira metade do século XIX, não era incomum o funcionamento dos ofícios que davam o sustento da família muito próximo ou mesmo ligado ao corpo da residência. Em Belém em 1848 o naturalista inglês Bates registrou esta característica quando visitou a casa do senhor Danin. Joaquim Francisco Danin era um português que se destacava entre os negociantes da capital paraense, chegou inclusive a receber uma concessão de navegação fluvial do governo. O viajante inglês visitaria a sua casa de morada as margens do Una, um pequeno rio nas proximidades de Belém, o aspecto da habitação era registrada como *um prédio grande, de paredes caiadas e coberto com telhas vermelhas, como de costume, construído sobre pilastras de madeira em cima de chão úmido*²⁹⁹. Porém o que ressaltava no olhar do naturalista era o uso dos espaços da residência, ele notou que *o segundo pavimento era ocupado pela família, ao longo dele havia uma varanda aberta, onde trabalhavam várias pessoas de ambos os sexos*³⁰⁰. Mais adiante observava que *em baixo, vários negros se ocupavam em transportar argila na cabeça*³⁰¹.

Esta narrativa de Bates nos demonstra como o mundo do trabalho e da vida familiar não se mostravam em campos opostos, mas que acabavam se misturando. Embora a casa tivesse dois pavimentos, onde o primeiro era dedicado para a execução de serviços pelos *negros*. Mesmo na parte de cima da casa, onde a família residia uma área da casa, a varanda, se destinava aos ofícios *de pessoas de ambos os sexos*.

Os limites entre o mundo dos negócios e a vida familiar se mostram como uma das características das casas de moradas ao longo do período colonial se estendendo pelo século XIX³⁰², a circulação de pessoas dentro do convívio familiar limitavam a construção de um sentido de privacidade. Os trabalhos domésticos acabavam se misturando com os ofícios que se voltava para o atendimento do público.

²⁹⁹ BATES, op.cit.p.30.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Idem.

³⁰² Ver. ALGRANTI, op.cit.; FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras 2001.

Se esta cena se mostrava nas moradias mais afastadas do centro da cidade, nas áreas de comércio elas eram mais comuns. A existência de lojas de comércio nas casas ligadas aos espaços de residência era algo muito freqüente, por vezes quando as moradias possuíam apenas um pavimento, a frente era destinada para os negócios e quando possuía mais de um pavimento, de um modo geral, a parte baixa da casa era reservada para os ofícios públicos.

Esta configuração nas moradias que se situavam no comércio é possível identificar no inventário de Jerônimo Antonio da Costa, que foi registrado em 1833, onde deixava registrado entre seus bens

uma propriedade de casas sitas na Rua do Açogue desta cidade número quinze, a qual tem de frente seis braças, cuja propriedade tem duas frentes, sendo a outra para a Rua de Belém, contendo os bacos (baixos) da Rua Açogue um armazém grande, um pequeno corredor, uma alcova, uma varandinha, e em cima uma sala, e duas alcovas pequenas, contém mais a parte da Rua de Belém os baixos com dois armazéns, duas alcovas, um corredor, e por cima uma sala, uma saleta, uma alcova, cozinha, e varanda; e por cima deste andar que vem a ser segundo andar, uma grande sala, uma alcova, cozinha, e sua varanda; partem de um lado com Joaquim Francisco Danin, e pelo outro com Estanislau José Monteiro com um chagão no centro, que a folhas vinte e oito deste inventário se acham descritas e avaliadas na quantia de 10:000\$000 réis³⁰³.

Os pavimentos inferiores da propriedade de casa são destinados para armazéns, lojas que atendem o comércio de Belém, na parte de cima, comporta os cômodos onde possivelmente reside a família. Nazzari demonstra que as aproximações entre os negócios e vida familiar tenderam a ficar mais flexíveis em São Paulo a partir da segunda metade do século XIX, com o aparecimento cada vez maior de firmas compostas por associação de sócios de famílias diferentes³⁰⁴. Esta composição de negócios extra-familiar acabou por gradativamente, separar o trabalho formal do *locus* doméstico.

O que podemos constatar que em Belém nos primeiros anos dos oitocentos é que estes limites ainda não se mostravam muito presentes, os negócios e os ofícios ainda tinham a casa como um campo de entrelaçamento que limitavam o espaço de domesticidade.

Entre os cômodos mais restritos da casa estavam o quarto, a alcova e a cozinha, locais em circulavam a família. Os limites de privacidade que se impunham nestes cômodos esta na própria estrutura da família, composta de agregados, escravos e hóspedes que transitavam fortuitamente no interior da moradia.

³⁰³ APEP. *Inventário de Jerônimo Antonio da Costa*, 1833.

³⁰⁴ NAZZARI, Muriel. Particularmente no capítulo *a separação entre negócios e família*, p.171-188.

Conforme vimos anteriormente o escritor paraense, José Veríssimo destacava no final do século XIX como características da *primitiva forma de morar* por ele encontrada nas moradas entre os tapuios nos arredores de Belém, onde a ausência de conforto e privacidade era francamente criticada, pois:

A casa revela a constituição da família que a habita. No exterior, como no recinto desta, despida de qualquer conforto, sem os objetos indispensáveis à gente civilizada, faltam os aconchegos da vida da família organizada. No seu acanhado âmbito vivem, numa mistura repugnante, homens e mulheres, moços e velhos, filhos e pais. Se chega um forasteiro e lhes pede agasalho, isto é, lugar para atar sua rede, dão-lho ali mesmo, com uma hospitalidade fácil, sem cuidarem da mulher ou das filhas. Em uma daquelas barracas de Juçarateua, vi onze redes amarradas umas quase que por cima de outras, por não caberem de melhor modo em tão pequeno espaço, mas dormiram, segundo informou-me, outras tantas pessoas, de sexos e famílias diferentes³⁰⁵.

O escritor paraense pautou todos os atributos da família pelo ambiente onde ela residia, *a casa revela a constituição da família que habita*. Neste sentido, dois aspectos ressaltam aquele domicílio, a ausência da noção de conforto e de privacidade, temas importantes para o estudo da vida doméstica. Embora estejamos falando de uma narrativa produzida por volta de 1880, ela traduz um modo de vida comum das moradias pobres que, possivelmente, habitavam o belemense de poucas posses em meados do século XIX, assim num recurso *referencial* pensamos que descrição de Veríssimo nos possibilita atestar as condições de um domicílio com uma arquitetura simples e provisória, que ainda que o tempo tenha ajudado a modificar o seu aspecto físico, o uso e as relações domésticas persistiram, conforme notou ainda no final daquele século o ilustre escritor.

Veríssimo observava que a ausência de conforto no exterior casa como no seu único cômodo, era o responsável pelo desregramento da família descrita. Pois a ausência de cômodos da casa possibilitava uma mistura de homens e mulheres num mesmo espaço do domicílio, assim como dos estrangeiros que sem nenhuma familiaridade com os moradores era permitido que instalasse sua rede junto com os membros da família, onde estavam suas mulheres e filhas.

A noção de conforto³⁰⁶ através dos espaços domésticos e dos seus mobiliários constitui uma importante fase na *evolução* das formas de morar. No sugestivo trecho de Veríssimo do

³⁰⁵ VERÍSSIMO, José. op.cit. p.72.

³⁰⁶ RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002. Esta obra onde o autor dedicou-se investigar o sentido do conforto nas habitações é um importante referencial para iniciar uma reflexão em torno do tema.

final do século XIX o termo conforto é usado para designar sensações *que são indispensáveis à gente civilizadas* ao mesmo tempo em que, sem o conforto *faltam os aconchegos da vida da família regularmente organizada*. Aqui o sentido de conforto se mostra associado às idéias de civilização e vida familiar organizada, isto não era uma visão isolada para aquele final do século XIX, pois estes valores eminentemente burgueses já estavam muito mais estabelecidos, fruto da forte penetração econômica que Belém conheceria aqueles tempos, que impeliram uma forte intervenção na concepção de vida doméstica³⁰⁷.

Contudo ao retratar as moradas em meados do século XIX, as impressões sobre espaços confortáveis ou cômodos, no sentido de comodidade, não eram tão presentes na documentação analisada. Em alguns casos foram os viajantes estrangeiros que se referiram a sensação de conforto, conforme podemos notar na descrição de quartos feita pelo viajante inglês Wallace da rocinha que ficou hospedado em Belém em 1848, o naturalista evidenciava os aspectos climáticos da região e a relação com este cômodo da casa. Dizia *os quartos espaçosos e altos, com poucos móveis, tendo cada um meia dúzia de portas e janelas, a princípio poderão parecer pouco confortáveis, porém são muito bem apropriados para o clima tropical*. Observava ainda que *os quartos com tapetes, cortinas e almofadas seriam aqui intoleráveis*³⁰⁸.

O sentido de conforto para os padrões ingleses de meados do século XIX, onde certamente o investimento em móveis, objetos decorativos, tapetes, cortinas e tantos outros mobiliários que adornassem o cômodo causando a sensação de riqueza e possivelmente de calor para aquele país de clima frio eram associados à noção de conforto, o que frontalmente contrastava com o vazio daquele quarto alto e destituído de móveis e utensílios em que ficara hospedado o naturalista, porém esta ausência de objetos se mostrava perfeitamente adequada ao clima de Belém.

A adequação ao clima, como sensação de conforto, constituía-se um dos grandes investimentos das moradias européias, particularmente nas regiões de clima frio, onde o

³⁰⁷ SARGES, Maria de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000. Ver também CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920*, São Paulo: FFLCH/USP, 2001. (Tese de Doutorado); MARINS, Paulo C. Garcez. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, Fernando & SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.; DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984. entre outros estudos que discutem a construção dos valores burgueses na sociedade da brasileira.

³⁰⁸ WALLACE, Alfred. op.cit. p.42.

controle do calor implicou numa modernização dos sistemas de aquecimento³⁰⁹. No Brasil e particularmente em Belém, onde as altas temperaturas eram mais constantes este modelo europeu não possuía qualquer sentido, apesar das casas não serem tão arejadas, dada à presença dos quartos interiores ou alcovas, muito recorrentes na arquitetura dos domicílios neste período, que eram cômodos que não apresentavam qualquer abertura para o exterior, o que contrastava com as condições climáticas. Contudo, eram as varandas e alpendres, como vimos que constituíam estes lugares aprazíveis da moradia.

Retornando aos argumentos de Veríssimo anteriormente citados, ele considerava que a existência de um único cômodo pouco confortável, contribuía para a mistura de todos os membros da família que se agrupava de forma promíscua num mesmo lugar, inclusive permitindo a presença dos forasteiros próximos de suas mulheres e filhas. A noção de privacidade é aqui um tema que está associado à falta de limites físicos na moradia.

Como vimos, a divisão interna da moradia representa não somente um limite físico que se impõe pelo estilo arquitetônico da moradia, mas simboliza o desenvolvimento dos valores morais, sexuais, religiosos, e tantos outros que foram simplificados no sentido de privacidade³¹⁰, a este distanciamento entre os espaços do domicílio que ficariam restritos aos convívios dos membros da família e aqueles pertencentes ao público.

A privacidade tem no domicílio o seu espaço de excelência, porém não de forma exclusiva e aplicada para todos os tempos. O sentido de privacidade nas casas belemenses nos primeiros decênios do século XIX, constituía um limite muito tênue, pois não raramente os domicílios eram espaços de abrigos para estranhos, como os viajantes naturalistas que se estabeleciam em cômodos das residências ou dividiam com os moradores seus compartimentos, sem contar com os agregados e escravos que nas moradias urbanas, possivelmente ocupavam cômodos das habitações.

Sobre este tema convém relatar a experiência de Sheila Faria a respeito das moradias no Campo dos Goytacazes, onde não foram encontradas senzalas como parte das dependências das habitações, mas famílias eram possuidoras de escravos. A autora sugere três possibilidades para não ocorrerem à descrição das dependências destinadas aos escravos nos

³⁰⁹ ROCHE. Daniel. *História das coisas banais*, o nascimento do consumo séc. XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, especialmente o capítulo V, *A iluminação e o aquecimento*. p.147-182.

³¹⁰ VAINFAS. Ronaldo. História da Vida Privada: dilemas, paradigmas, escalas. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. v. 4. p.201-8. jan.-dez. 1996.

inventários. A primeira delas diz respeito ao pouco valor que as senzalas pudessem ser avaliadas que não *mereciam* destaque entre os bens arrolados; outra hipótese é a de que os próprios escravos construíssem seus espaços de habitação e por isso não deveriam ser arrolados entre os bens das famílias. Por fim, segundo a autora, o mais provável é *que o local onde dormiam os escravos se localizasse dentro das casas de morada do proprietário, sendo, mais uma vez, a designação plural “casa de morada” que definia não só o complexo de moradia e beneficiamento como também o lugar onde dormiam pessoas diferenciadas*³¹¹.

Esta possibilidade nos remete para as habitações urbanas de Belém nos decênios iniciais do século XIX, onde a posse de escravos se mostrava comum entre os bens dos moradores urbanos. Entretanto, a estrutura dos imóveis, nos registros dos inventários, não discrimina dependências adjacentes à casa de morada de seus proprietários destinada para o abrigo destes e muito menos ocorrendo denominação de senzalas ou quaisquer outros cômodos para este fim, o que leva supor que, nos imóveis urbanos os escravos residissem no interior das moradias. É provável que o porão, ou nas casas de dois pavimentos a parte baixa fosse reservada para o abrigo dos escravos domésticos.

Os quartos como as alcovas eram locais destinados ao descanso, ao sono, mas também assumiam a função de resguardo da intimidade eram espaços de refúgio. Esta situação foi registrada na propriedade de D. Joana Guerreiro de Moraes e seu marido Manuel Ferreira de Moraes, moradores dos arredores de Belém que fora invadida por *um grupo de homens armados que lhe intimaram a entregar o marido ou declaração do lugar onde ele achava-se escondido*. Em se negando a colaborar, *os revoltosos sem o menor respeito e consideração cercam então a casa e a varejam por todos os seus quartos e lugares*. Não conseguindo o seu intento o chefe do grupo *mandou dar palmatoadas em Joana até arrebear-lhe as mãos*. Joana receando *qualquer ofensa a castidade de sua filha mais velha de nome Antonia, que já havia atingido a puberdade*. Joana teve uma fortuita lembrança de que o marido lhe confiara a guarda de um resto de arsênio. A mãe considerava tal lembrança *uma inspiração divina*. O desfecho do episódio é assim narrado por Raiol.

Buscar e tomar o veneno repartindo-o com a filha foi obra de um momento!... E abraçadas, esperaram ambas pela morte no mesmo leito. No quarto a que se recolheram, havia o silêncio tumular apenas interrompido por soluços que nem sempre as duas infelizes podiam sufocar. Não demoraram os efeitos do envenenamento. Antonio sente-os, estorce-se, acode-a de pronto, dá-lhe vomitivo e consegue salvá-la!

³¹¹ FARIA. Sheila S. de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. nº 1, 1993.

Joana, porém, persiste no seu intento de suicídio, resiste a todo o antídoto que lhe quer dar a família, e morre desesperada no meio da consternação geral³¹².

A casa de D. Joana era composta de mais de um quarto, que foram *desrespeitosamente invadidos pelos revoltosos*. Recolhidas em seu quarto, um local restrito, possivelmente, menos acessível, com algum tipo de tranca permitiria que elas se deixassem ceifar a vida. Neste o quarto, retorna o seu sentido de proteção da honra feminina, pois diante da terrível ameaça da desonra era preferível a morte no seu leito de proteção.

As cozinhas

Finalmente as cozinhas, estes locais como os quartos remetem a uma região da casa pouco acessível para os estranhos. Na arquitetura da moradia, geralmente, ocupava o último cômodo da casa, sendo ainda possível identificar uma extensão que era reservada para os serviços pesados. O piso era, normalmente, a terra batida, que por vezes ficava exposta às chuvas e estava frequentemente molhado pelos serviços domésticos nele executados, por seu aspecto, esta “puxada”, foi chamada de *cozinha suja* por viajantes estrangeiros que visitando o Brasil puderam tecer comentários sobre estes locais. Os mobiliários mais comuns nas cozinhas, era o jirau e o fogão a lenha, poucos objetos podiam ser encontrados como, bacias de arame, ou de cerâmica.

A cozinha foi um dos locais da moradia que sofreu ainda no século XIX, fortes intervenções, seja no seu aspecto arquitetônico com a inclusão de materiais que proporcionasse asseio, como o ladrilho nos pisos e paredes, seja pela introdução de mobiliários e fontes de energia que causariam impactos significativos na vida doméstica, como foi o caso do uso do fogão a gás e a eletricidade³¹³.

Os viajantes naturalistas que passaram por Belém nos primeiros decênios do século XIX, fizeram poucas considerações sobre este cômodo. Wallace e Bates que residiram juntos, primeiro na casa do Sr. Muller, o consignatário do navio no qual viajaram e mais tarde na rocinha pertencente ao comerciante português Francisco Danin, em 1848, consideraram os seguintes comentários relativos à cozinha: logo após a nossa chegada *contratamos, para o serviço de cozinha e outros mistérios caseiros, um negro velho, de nome Isidoro, com a ajuda*

³¹² RAIOL, Domingos A. op.cit. p.924.

³¹³ SILVA, João Luiz M. op. cit.

do qual iniciamos os arranjos da casa, a aprendizagem da língua portuguesa e as primeiras explorações naturais na região³¹⁴. Henry Bates registrou que após se instalarem na casa de Sr. Muller, *fizemos nossas primeiras tentativas no setor da administração doméstica. Compramos redes de algodão, louças e utensílios de cozinha, e contratamos um negro livre, chamado Isidoro, como cozinheiro e factótum*³¹⁵.

Se não fosse pela referência aos *serviços de cozinha*, ou *utensílios de cozinha*, os registros produzidos pelos naturalistas ingleses pouco revelariam sobre este espaço doméstico, que oportunamente foi considerado por Wallace como parte dos *mistérios caseiros*. Este aparente silêncio sobre este cômodo das casas demonstram que as cozinhas constituíam um *locus* restrito, dominado por ofícios que, caberia aos trabalhadores domésticos e as mulheres. Não havendo descrições sobre o aspecto arquitetônico das cozinhas.

Embora, seja considerado um território de domínio feminino, contraditoriamente em Belém, os trabalhadores domésticos que foram vistos pelos viajantes não eram mulheres, mas homens, como é caso de Isidoro, negro velho que fora contratado por Wallace e Bates. Paul Marcoy, também encontrou trabalhando na casa de Bernardino Maciel, o negro Valério, que mesmo depois de ser esbofeteado pelo senhor ao anunciar a presença do estrangeiro em sua porta, recebeu ordens para convidar Marcoy a *entrar no salão e tomar um copo de cachaça, de açaí ou de limonada*³¹⁶, oferta que não foi aceita pelo viajante.

Ainda que sejam poucas as informações nos relatos de viajantes sobre as cozinhas elas eram cômodos que facilmente se mostravam nos inventários *post mortem*, listada entre os compartimentos das casas de algumas famílias de maiores posses, como é possível notar no imóvel deixado pelo capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega que foi registrado em 1809, situado na Rua das Flores nº 19, possuía os seguintes cômodos *um quarto na frente e dois interiores e cozinha coberta de telhas, com paredes de taipa de mão*³¹⁷.

A referência à cobertura de telhas na cozinha da casa do capitão Jerônimo da Nóbrega, talvez sirva para demarcar uma distinção entre aquele compartimento beneficiado pelo telhado em oposição a tantas outras que tivessem tipos de coberturas mais precárias, possivelmente palha. Contudo, os inventários constituem uma documentação que nos

³¹⁴ WALLACE. Alfred R. op.cit. p.20.

³¹⁵ BATES. Henry. op.cit. p.14.

³¹⁶ MARCOY. Paul. op. cit. p.300.

³¹⁷ APEP. *Inventário do capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega*, 1809.

possibilita minimamente visualizar os aspectos arquitetônicos das cozinhas, já que estes documentos são pouco detalhistas em relação às disposições interiores dos cômodos das moradias, em geral, citam apenas *com sua cozinha*, ou *cozinha*. Entretanto, são os objetos listados nos espólios deixados nestes inventários que nos possibilitam investigar mais detidamente as condições da vida doméstica a partir de suas cozinhas.

São bacias de arame, talheres, de metais finos ou de latão, almofarizes, fogões de ferro, jarros, tigelas, pratos e tantos outros objetos que eram listados nestes inventários que nos possibilitam observar que as cozinhas de algumas moradas belemenses começavam a conhecer intervenções significativas no uso e requinte das atividades domésticas ainda nos primeiros decênios do século XIX. Mas este será o tema do próximo capítulo.

Capítulo 3

AS COISAS DA CASA: POR UMA HISTÓRIA DA VIDA MATERIAL.

3.1. A dimensão social dos objetos

Após percorremos os cômodos das moradas, observando suas dependências e como os indivíduos residentes se relacionam no interior da casa, vamos nos ater aos utensílios domésticos, *as coisas da casa*. Verificar que tipos de objetos são mais característicos nos domicílios belemenses desta época, como os moradores tem acesso às mobílias de seus lares, nos ajudarão a entender a dinâmica da economia e as preferências de consumo, assim como, os usos sociais destes mobiliários.

A possibilidade de entrever a dinâmica social da casa através dos objetos, não se mostrou uma tarefa das mais fáceis, pois considerando a época, muito raramente poderíamos ter acesso a habitações fisicamente preservadas com seus móveis e utensílios de época³¹⁸ e, , e ainda que pudesse estaríamos em outra temporalidade e aquela ordem ganharia outras ressignificações que não se adequariam ao propósito desta pesquisa³¹⁹. Para construir o cotidiano das pessoas que viveram em Belém naquele momento nos utilizaremos de fontes do universo da *vida material* das casas dos belemenses, isto de um modo muito particular, pois não trabalharemos com *o objeto em si*, mas com a notícia de uso deste através dos relatos dos viajantes que estiveram na cidade durante os anos de 1800 a 1850, os registros nos inventários *post mortem* especialmente do Juizado de Órfãos da Capital³²⁰, as colunas dos jornais que descrevem a venda ou compra de bens com fins domésticos, além daquelas que notificam a realização de leilões de penhoras ou liquidação de bens³²¹.

³¹⁸ Belém conheceu durante o final do século XIX e durante todo o século XX profundas transformações na sua estrutura urbana da cidade, resguardando muito pouco das habitações da colônia, com exceção do que poderíamos chamar de “centro velho”, que é o bairro da Cidade Velha com a fachada de seus casarios em alguns locais restaurados, porém os seus interiores completamente modificados.

³¹⁹ MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público, In. *Revista de Estudos Históricos da FGV*, vol. 15, 1998, apresenta-nos a tendência dos objetos materiais ganharem sentidos novos. Apesar dessa ambigüidade e flexibilidade de escala entre o pessoal e o público, é verdade que os contextos institucionais típicos – em particular a exposição museológica – ressemantizam o objeto profundamente, depositando crostas de significados que se cristalizam em estratos privilegiados, em detrimento dos demais.

³²⁰ Os inventários *post mortem*, especialmente do Juizado de Órfãos nos possibilitam acessar informações que revelam com grande minúcia objetos da vida material de famílias dos mais variados estratos da sociedade, pois neste juizado inventariados e inventariantes estavam obrigados a declararem todos os bens.

³²¹ O jornal TREZE DE MAIO, um dos jornais que circulou em Belém entre os anos de 1840 e 50, impresso na Tipografia de Santos & Menor na Rua da Alfama, possuía uma coluna chamada AVIZOS, onde noticiava a venda de objetos, alugueis de imóveis, fuga de escravos e entre outros. A coluna de divulgação de Leilões que ocorriam na cidade e outra que regularmente noticiava um balanço de exportação e importação de produtos que circulavam pelo porto de Belém, chamada de MOVIMENTO DO PORTO.

O estudo da vida material nas casas belemenses se constitui uma possibilidade nova no campo historiográfico regional, pelo menos por dois aspectos, um de caráter temporal e outro mais relacionado a sua proposta metodológica.

Em primeiro lugar pela métrica cronológica que balizam este estudo, qual seja o início do século XIX, uma época demarcada por uma série de tensões, que provocaram sensíveis mudanças na vida da capital paraense. Entre as quais caberia ressaltar a abertura dos Portos em 1808 as Nações Amigas de Portugal, que provocariam a entrada de *vários negociantes ingleses para Belém*³²². Ainda neste mesmo período o Pará seria envolvido na invasão da Guiana Francesa em 1809³²³, operação esta ocorrida em resposta a invasão francesa à Portugal, o episódio envolveria centenas de homens que seriam destacados para compor as forças expedicionárias por determinação de D. João VI. Porém seriam os anos e 20 e 30 que sacudiriam a *ordem* da Província do Grão-Pará. Primeiro, pela chamada *revolução liberal e constitucional portuguesa de 1820*, este movimento que também ficou conhecido como Vintista³²⁴, *estendia para os portugueses europeus e aos portugueses americanos os mesmos direitos, arcabouço jurídico que haveria de conferir legitimidade ao exercício da liberdade de imprensa no Brasil*, segundo Geraldo Coelho, *tanto a imprensa como a literatura que chegaram com o Vintismo a algumas províncias brasileira e, neste caso Belém, representaram importantes instrumentos de ideologização de suas camadas letradas*³²⁵, e proporcionaram combustível para os movimentos políticos que ganharam as letras da imprensa e mais tarde as ruas da capital paraense, e que ficaram ilustrados na adesão do Pará a independência em 15 de agosto de 1823, um ano após o restante do Brasil.

A efervescência política e ideológica da primeira metade do século XIX não terminava aí, pelo contrário, ganhava mais força e culminariam numa das mais importantes revoltas populares da história brasileira que foi a Cabanagem³²⁶, a tomada do poder por lideranças

³²² SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p-27.

³²³ Este episódio deslocou a população local para as frentes de batalha contribuindo, segundo Roberto Santos, para acentuar a crise econômica paraense, já que dada a escassez de mão de obra este evento contribuiria através do recrutamento inicial de mais de 600 homens para as frentes de batalha.

³²⁴ A Revolução Constitucional do Porto, aqui no Pará ganharia fortes cores no que foi denominado de Movimento Vintista. Além deste tema, o surgimento da imprensa no Pará em meio ao Movimento Vintista, amplamente estudado por Geraldo Mártires COELHO, nas obras *Letras e Baionetas*, publicada pela Cejup em 1989 e *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa Liberal no Pará de 1822*, publicada em 1993 pela mesma editora..

³²⁵ COELHO, Geraldo M. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, Belém/Pa: Cejup, 1993. p-20.

³²⁶ O período que compreende a primeira metade do século XIX na historiografia paraense tem destaque especial para a Cabanagem, são várias obras produzidas sobre esta temática, desde os clássicos até os recentes trabalhos acadêmicos. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o anos de 1821 até 1835*, 3v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1979; HURLEY,

populares que invadiram a capital paraense no ano de 1835 e chegaria até os anos de 1840 em outras cidades da província. Este episódio que teve como epicentro a cidade de Belém provocou sensíveis abalos na estrutura da cidade e da província como um todo, seja porque promoveram saques e destruição dos prédios públicos e a invasão das casas preferencialmente dos setores mais abastados da cidade, tais como comerciantes e portugueses, seja porque a cidade conheceu uma retração econômica, demonstrada pelo decréscimo tanto na exportação de produtos locais com uma limitação na entrada de produtos estrangeiros. Portanto é em meio a esta dinâmica de acontecimentos que nos ocuparemos de investigar a circulação de objetos materiais nas habitações de Belém. Perceber se a abertura dos Portos de Belém interferiu na vida doméstica das populações urbanas e em que medida. De que forma o movimento cabano que teve na capital paraense o centro de suas ações a partir de 1835 mexeu com a dinâmica das moradias, especialmente daquelas famílias que residiam na cidade? e, finalmente que ações foram praticadas em Belém logo após estes episódios, de que maneira a morada belemense pode ser um campo de investigação dessas tensões que abalaram os primeiros anos do século XIX?

Num segundo e relevante aspecto é da perspectiva teórico-metodológico, trata-se de descortinar este cenário interior dos domicílios, muito para além das discussões arquitetônicas das moradias, mas ler as representações que os objetos materiais podem nos fornecer para entender a dinâmica da vida dos habitantes daquela época. *Pois o universo material não se situa fora do fenômeno social, emoldurando-o, sustentando-o. Ao contrário, faz parte dele como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as idéias, as relações sociais, as instituições*³²⁷. Considerando esta premissa, da vida material, como coisas que dizem muito a respeito da vida dos moradores do domicílio, pois são objetos que demarcam uma historicidade e ganham significação no uso social que os indivíduos fazem dos móveis e utensílios domésticos, seja a transitoriedade da família dada a provisoriedade de seus bens, seja a riqueza e a valorização da vida doméstica, seja os valores, o poder, dentre outras potencialidades que a análise da cultura material dos lares belemenses pode nos fornecer.

Jorge. *Traços Cabanos*. Belém: Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936. SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem* – esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992. RAMOS, Eliana Ferreira. *Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX*, (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo: PUC/SP, 1999.

³²⁷ Ver REDE, Marcelo. História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material; In. *Anais do Museu Paulista*, nova série V. 4. 1996. p-274.

Embora não seja novidade o estudo da vida material na historiografia brasileira, pois muitos dos trabalhos de historiadores como, Alcântara Machado, Gilberto Freyre³²⁸, entre outros, já faziam desde o final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX estudos cuja narrativa se baseava em cenário da vida cotidiana, seja ela da vida doméstica como fez Gilberto Freyre, ou com a vida do trabalhador bandeirante de Alcântara Machado. Porém, o que torna nova as propostas recentes de estudo é a forma sistemática e metodologicamente elaborada com que os trabalhos de história têm sido produzidos nos últimos anos na academia. A produção historiográfica dialogando com arqueologia, com a antropologia, a sociologia, com a arquitetura enfim, com os vários campos de pesquisa, tem gerado vários níveis de reflexões que tem procurado retomar a discussão sobre as fontes de pesquisa, ampliando o leque de possibilidades. Entre estes está a leitura da vida material a partir de fontes textuais, uma estratégia que não elimina um estudo da materialidade a partir da investigação arqueológica, porém tem culminado em valiosas pesquisas, grande parte dos trabalhos de história tem se utilizado dos levantamentos de documentos cartoriais, como: inventários *post mortem*, testamentos, leilões, hipotecas e autos de querelas e outros documentos que registram notícias dos objetos da vida material. Nesta linha se inserem os trabalhos de Marcelo Rede, Ulpiano Meneses, Leila Algranti, Sheila de Castro Faria, Antonio Otaviano Vieira Junior, Muriel Nazzari³²⁹, entre outros. Portanto é dentro desta perspectiva que se insere o nosso estudo, qual seja o de analisar as moradias de Belém durante a primeira metade do século XIX, tendo como foco a vida doméstica.

³²⁸ Somente para fornecer alguns exemplos dos vários trabalhos que poderiam ser localizados com estudos da vida material podemos destacar, MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte de um bandeirante*. 2^o ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930; FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mucambos*, Introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, 10^a ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

³²⁹ A historiografia brasileira dos fins dos anos 1980 tem produzido trabalhos cuja proposta metodológica busca a valorização da cultura material, embora não de forma exclusiva, mas de maneira destacada em propostas inovadoras de pesquisas, entre estes está a de REDE, Marcelo. História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material; In. *Anais do Museu Paulista*, v. 4. p-274.; MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In. *Revista de História da FGV* nº 13, 1998; ALGRANTI, Leila Mezan, A Família e a vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. I, 1997.; FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colônial* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780 -1850)*, Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004 e NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras 2001.

Família e vida material em Belém.

Ainda que não possamos tomar a vida doméstica como o exclusivo recinto da vida familiar³³⁰, consideramos relevante partirmos de uma reflexão acerca das famílias belemenses que moravam na capital para que possamos dialogar com a dinâmica da vida doméstica que marcava a sociedade dos primeiros anos do século XIX, na medida em que é neste campo que se cruzam domicílio e vida material, onde se mostram de forma mais clara, embora de maneira não exclusiva, já que lançaremos olhares sobre a rua, o comércio, e a cidade para entrever a dinâmica da casa.

Num levantamento de trinta inventários *post mortem*, de famílias moradoras de Belém, que tiveram seus bens registrados no Cartório de Órfãos da Capital APEP e no Cartório Municipal de Belém ATJPa, constatamos uma série de informações importantes para as nossas reflexões, conforme fica exposto no quadro abaixo:

QUADRO DE FAMÍLIAS DOS INVENTARIADOS

Nº	INVENTARIADOS	Nº DE HERDEIROS	Nº DE IMÓVEIS	Nº DE ESCRAVOS
1	Ana Joaquina F. de Góes	1 sobrinha	<i>Não há imóveis</i>	1
2	Antonio da Cunha	2 filhos	2	5
3	Antonio José da Costa	-	1	<i>Não possui</i>
4	Antonio José de Carvalho	3 filhos	<i>Não há imóveis</i>	7
5	Elias Caetano do Carmo	2 -comadre e amigo	3	Não possui
6	Constâncio Guelf	<i>casou duas vezes.</i>	<i>Não informa</i>	6
7	Feliz José de Aquino	1º cas. 5 filhos e 1 neto 2º cas. 2 filhos	<i>Não há imóveis</i>	9
8	Francisca Rosa	9 filhos	5	22
9	Francisco Batista de Carvalho	1 filho	1	19
10	Francisco de Assis P. Néri	5 filhos	<i>Não há imóveis</i>	5
11	Hilário de Moraes Bitencourt	8 filhos	3	11
12	Jerônimo Antonio da Costa	2 filhos	9	12
13	Joana de Assumpção	2 filhos	4	2
14	Joana Antonia	<i>Não identificados</i>	Uma casa e um sítio	15
15	João de Oliveira Cardoso	3 filhos	4	12
16	João Gomes de O. Cavallero	5 filhos	3	22
17	João Pereira Vianna	1 sobrinha	1	26
18	Joaquim Pedro Borralho	2 filhos	6	64
19	José Antonio Lopes	3 filhos	4	<i>Não possui</i>
20	José de Sousa	1 filho	2	1
21	Juliano José do Carmo	7 filhos	2	<i>Não possui</i>
22	Lourença J. do Amaral	4 filhos	11	7
23	Manoel Caetano Prestes	7 filhos e netos	7	7
24	Manoel Pereira Gomes	8 - 3 filhos e 5 netos	2	1
25	Marcos José da Costa	11 filhos e netos	<i>Não há imóveis</i>	7
26	Maria Josefa de Siqueira	1 não há registro	<i>Não há imóveis</i>	6
27	Serafim José de Vilhena	5 filhos 12 netos	2	11
28	Thomé Pinheiro Lobo	3 filhos e 4 legatários	2	20
29	Vicente José de Moura	5 filhos	3	3
30	Manoel Joaquim de Faria Maciel	3 filhos	3	32
31	Manoel Lopes	Não informa	2	15

(Tabela 3) Fonte: Tabela construída a partir de inventários pesquisados no APEP. e ATJEPa.

³³⁰ A noção de que vida familiar e vida doméstica constituem faces de uma mesma moeda é profundamente refutado na obra de VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes*: op. cit., 2004. Onde procura demonstrar que a casa nem sempre era signo de espaço exclusivamente de relações familiares. Essas representações fundamentavam-se em momentos específicos do cotidiano do domicílio e da vida familiar, p-120.

A nossa amostra foi composta a partir de inventários de famílias residentes em Belém. Todas as famílias listadas possuíam domicílio ou negócios na capital, em alguns casos, além da casa de morada na cidade há registro de sítios ou posses de terras nas localidades próximas à cidade, como é o caso do tenente-coronel Francisco Pedro Borralho que teve seu inventário registrado em 1817, que residia numa *morada de casas na Rua dos Cavalheiros fazendo canto, para a rua que vai para o Palácio*, além deste imóvel possuía *um sítio de vivenda, três roçados de arroz e mandioca e uma sorte de terras no rio Bujaru*³³¹, localidade do mesmo nome. Outras abastadas, entretanto, podiam desfrutar de casas no centro urbano e nos arredores da cidade, normalmente qualificadas de *chãos, sítios ou mesmo rocinha*, uma espécie chácara nas proximidades da cidade.

A nossa preferência por famílias que residiam na cidade acabou por revelar uma característica muito peculiar a respeito da configuração dos grupos familiares que moravam em Belém na primeira metade do século XIX. Ao contrário do modelo patriarcal de família extensa apresentada na obra de Gilberto Freyre³³², em Belém nesta época é possível crer, analisando o grupo de inventários, que uma parcela das famílias era composta por um núcleo familiar bastante reduzido. Um exemplo dessa configuração era a família do negociante Francisco Batista Carvalho que registrou em seu inventário como herdeiro seu único filho menor de 15 anos Manoel Batista de Carvalho.

A existência de número de agregados e especialmente escravos também se mostrou muito pequena. Do grupo investigado 18 possuíam menos de 10 escravos, dos quais pelo menos 4 das famílias demonstraram não possuir nenhum escravo, já 7 das famílias registraram a posse de 1 a 5 escravos; entre 6 e 10 escravos 7 inventários registraram, somente em 12 dos inventários das famílias demonstraram possuir mais que 10 trabalhadores escravos. Geralmente aqueles demonstraram possuir mais de 10 escravos, utilizavam estes em atividades agrícolas e não diretamente vinculadas aos trabalhos domésticos.

Embora tenhamos limites para formular conclusões sobre a constituição familiar de Belém para primeira metade do século XIX, é interessante notar que estas informações revelam que as famílias que moravam na cidade possuíam um número pouco expressivo de

³³¹ APEP, *Inventário do tenente-coronel Joaquim Pedro Borralho 1817*.

³³² Particularmente no seu livro *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre, dá ênfase ao modelo de família patriarcal extensiva, isto se tornou nos anos 20, 30, 40 as matrizes ideológicas de um pensamento que iria vigorar por décadas acerca da natureza, estrutura, importância, função e conceito da “família brasileira”, e que mais tarde seria alvo de muitas críticas nos estudos acadêmicos recentes, sobre este debate ver: SAMARA, Eni Mesquita, *Família, Mulheres e Povoamento*: São Paulo, século XVII, Bauru/SP: EDUSC, 2003.

habitante por domicílio, isto incluindo os membros ligados por laços de consangüinidade e aqueles por afinidade, além daqueles que transitavam dentro do espaço familiar e que por vezes também eram considerados parte da família, como os escravos³³³.

Uma demonstração desta redução dos grupos familiares é a existência de três famílias que não registraram possuir escravos, uma delas, a família de Antonio José da Costa, que alegou *não possui herdeiros ascendentes ou descendentes apesar de ter sido casado por duas vezes, não teve filho algum*. O que não o impedia de possuir um quarto de casas na Rua Nova n° 31 com quatro braças de frente e de fundo quinze e meia, com terreno, sala, alcova, corredor, copiar e três quartos interiores a parede da frente de pedra e cal as mais intijucadas, muito arruinadas, ladrilhadas, avaliada em 900\$000 réis³³⁴. Não era por falta de espaço para abrigar seus parentes que Antonio da Costa sofria, pois a sua casa com vários cômodos contrasta com o reduzido do número de moradores.

No outro extremo há famílias que possuem um número maior de herdeiros como membros da família, porém nem sempre demonstram possuir um número expressivo de escravos, ou mesmo imóvel. Como é o caso de Marcos José da Costa e sua mulher Dona Joana de Nazareth Gonçalves que possuíam 11 herdeiros que eram formados por filhos, netos e bisnetos, porém não possuíam imóvel algum, provavelmente morava em casa alugada, e registrava a posse de 7 escravos³³⁵. Outros possuíam um número significativo de escravos, porém com um grupo familiar bastante reduzido, como era a família de tenente-coronel Joaquim Pedro Borralho, que deixava como herdeiros a sua mulher D. Josefa Simplicia de Oliveira e os seus filhos João Damazo Borralho, Dona Anna Joaquina Borralho, que dividiram os seus 64 escravos e mais 5 propriedades de terras fora de Belém.

O destaque para a grande quantidade de escravos desta família se deve ao fato de possuir propriedades agrícolas fora de Belém, e ao contrário das demais famílias que tinham menos escravos, acreditamos que estes se dedicavam a serviços domésticos e/ou trabalhos urbanos como escravos de aluguel.

³³³ A família, no século XIX transcendia o núcleo consangüíneo, e transformava escravos como parte integrante da família, capaz de ser incluído nos inventários recebendo por gratidão parte dos bens de seus proprietários, como fez o tenente Elias Caetano do Carmo, que instituía por seu um de seus herdeiros universais *ao meu prezadíssimo amigo Antonio Manoel Caetano Lourenço preto criado de sua procedência reverendíssima pelos muitos serviços que tem feito*. Arquivo do TJE/Pa – inventários e Testamento do Tenente Elias Caetano do Carmo.

³³⁴ ATJE/Pa, Inventário e Testamento de Antonio José da Costa 1839.

³³⁵ APEP, Inventário de Marcos José da Costa e sua mulher D. Joana de Nazareth Gonçalves 1833.

Sem querer ir adiante neste debate,³³⁶ podemos afirmar que nos primeiros cinquenta anos do século XIX, as famílias que habitavam o centro urbano de Belém, de acordo com a amostra, apresentavam características cada vez mais distantes do modelo patriarcal de família extensa, com domicílios que se mostram com abrigo de um número reduzido de pessoas, onde mesmo, necessitando de escravos, pelo número registrado é possível crer que acabavam se incorporando as atividades domésticas da casa, ou no mais das vezes, como escravos de ganho, escravos que executavam atividades nas ruas da cidade e que proporcionavam meio de renda para seus proprietários, o que se mostrava uma tendência forte nas famílias belemenses.

As coisas da casa.

O investimento em mobiliário doméstico não representava uma das principais formas de realização financeira das famílias de Belém, isto se faz presente quando comparamos a fortuna deixada pelos inventariados e a somatória dos valores que recebiam os bens da casa, de um modo geral, eram muito baixos. De alguma forma esta tendência se assemelhava às características das moradias brasileiras na primeira metade do século XIX³³⁷ onde os espaços das casas eram preenchidos, com muito poucos e toscos *trastes* domésticos, às vezes os móveis se reduziam, a um baú, uma rede, uma mesa velha com mocho, tudo muito rústico, de tal modo, que ao olhar do viajante estrangeiro, parecia não perceber diferença entre a casa de uma família abastada, para a de uma com menos posses³³⁸.

³³⁶ Os estudos sobre família constituem um tema de debate bastante explorado na historiografia Brasileira. Desde os clássicos de FREYRE, Gilberto Casa Grande e Senzala e *Sobrados e Mucambos* que consagraram a noção de família patriarcal, passando por HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. São várias obras que a historiadora Eni Mesquita SAMARA, em sua obra *Famílias, mulheres e povoamento em São Paulo, século XVII*, Bauru, SP: EDUSC, 2003, dedica pelo menos dois capítulos do seu texto para demonstrar um balanço dos estudos sobre família no Brasil. Da mesma autora ainda tem *A Família Brasileira*, Ed. Brasiliense, 1986. Recentemente na coletânea *História da Vida Privada no Brasil*, o tema da Família brasileira foi sem dúvida um campo de discussão bastante valorizado, especialmente no volume 1, através do artigo de ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*, onde a autora propõe uma relação entre vida familiar e domicílio. Outro trabalho de destaque é SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Se há uma demanda de estudos sobre família, há por outro lado uma concentração de estudos sobre a região, sudeste e sul do Brasil. Fora deste campo podemos destacar VIEIRA Jr, Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes, história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004, que discute o domicílio e violência no nordeste e tem como alvo de análise a família fora do contexto do Sul e Sudeste do Brasil. Portanto, é um tema que tem suscitado importantes discussões no cenário acadêmico que, porém carece de estudos para região norte do Brasil.

³³⁷ A ausência de móveis e utensílios domésticos nas moradias brasileiras durante o período colonial é narrada com muita frequência, embora não possamos tomar esta tendência como regra, ela está geralmente associada à noção de mobilidade e de constante migração a que as famílias estavam sujeitas durante este primeiro momento de ocupação do território brasileiro.

³³⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. 91.

Na medida em que o final da primeira metade do século XIX vai se aproximando, o investimento em mobiliários se mostra muito mais freqüente nas casas, não somente em quantidade, mas também em diversidade de objetos com diversas utilidades domésticas³³⁹. Ora até que ponto esta situação foi uma característica das casas belemenses? Como poderemos verificar o norte do Brasil, e neste caso a capital paraense, a dinâmica social nas habitações através de seu mobiliário?

Nas famílias investigadas foi possível perceber como havia um investimento em pelos menos quatro itens presentes no domicílio, conforme fica explicitado no quadro abaixo:

QUADRO DE INVESTIMENTO EM MÓVEIS E OBJETOS DOMÉSTICOS

INVENTARIADOS	MÓVEIS		OBJETOS SACROS		OBJETOS DO DESCANSO		OBJETOS DE COZINHA		TOTAL DA FORTUNA
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	
Ana Joaquina F. de Góes	9	1\$800	-	-	11	1\$260	35	4\$550	375\$370
Antonio da Cunha	25	45\$860	5	8\$240	24	59\$560	78	33\$560	1:623\$425
Antonio José da Costa	16	21\$040	2	60\$000	4	7\$080	-	-	962\$840
Antonio José de Carvalho	-	-	3	6\$600	-	-	-	-	596\$760
Constácio Guelf		80\$200		-	-	-	-	-	5:610\$000
Elias Caetano do Carmo	-	-		-	7	6\$200	82	12\$240	1:238\$000
Feliz José de Aquino	-	-	2	4\$160	11	5\$800	38	4\$770	1:100\$730
Francisca Rosa	1	1\$000	-	-		-	2	65\$000	4:395\$500
Francisco Batista de Carvalho	52	301\$500	1	21\$120	30	37\$340	553	253\$190	
Francisco de Assis P. Néri	11	24\$080	5	16\$000	7	8\$140	16	29\$510	831\$630
Hilário de Moraes Bitencourt	-	-	-	-	2	20\$000	-	-	4:270\$000
Jerônimo Antonio da Costa	7	24\$400	1	8\$000	1	8\$000	1	9\$060	22:883\$220
Joana de Assumpção	10	12\$600	17	121\$900	-	-	29	102\$360	4:564\$270
João de Oliveira Cardoso	12	9\$380	2	24\$600	1	\$320	20	30\$800	3:246\$880
João Gomes de O. Cavallero	-	-	-	-	-	-	-	-	10:800\$040
João Pereira Vianna	-	-	-	-	-	-	-	-	4:330\$000
Joaquim Pedro Borrhalho	16	22\$680	1	20\$000	-	-	67	191\$150	15:892\$220
José Antonio Lopes	-	-	-	-	-	-	-	-	
José de Sousa	6	8\$720	1	9\$800	6	5\$800	-	-	1:614\$240
Juliano José do Carmo	13	11\$240	2	6\$400	-	-	11	13\$550	682\$310
Lourença J. do Amaral	41	90\$760	8	64\$710	4	13\$800	71	175\$200	13:958\$970
D. Felipa Thereza das Neves	45	74\$760	20	49\$380	-	-	91	55\$000	4:219\$800
Manoel Joaquim de F. Maciel	5	9\$160	1	6\$400	-	-	3	1\$000	6: 308\$320
Manoel Lopes	13	29\$320	1	5\$710	-	-	21	62\$390	
Manoel Pereira Gomes	2	1\$600	-	-	-	-	-	-	346\$380
Marcos José da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-	772\$000
D. Maria Josefa de Siqueira	7	18\$600	2	1\$280	14	12\$780	53	54\$710	1: 109\$580
Serafim José de Vilhena	2	7\$000	2	4\$400	-	-	5	7\$180	2:052\$720
Thomé Pinheiro Lobo	12	10\$120	5	10\$400	1	\$400	574	25\$550	2:151\$760
Vicente José de Moura	17	27\$440	2	48\$240	-	-	-	-	3:173\$800

(Tabela 4) Fonte: quadro elaborado a partir dos inventários compilados do APEP e do ATJPa.

³³⁹ Em pelo menos dois estudos recentes feitos sobre domicílios no final do século XIX, ambos em São Paulo, a dissertação de mestrado de SILVA, João Luiz Máximo, *O impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930*, FFLCH-USP, 2002 e a tese de doutorado de CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*, FFLCH-USP, 2001, há uma demonstração de fluxo muito intenso de modificações que terá como foco o espaço doméstico, seja pela introdução de novas tecnologias como o gás e a eletricidade ou por novas sensibilidades cultivadas diante da moradia com padrões de higiene e conforto do lar, questões novas que implicaram na introdução de móveis e utensílios que se adequavam a esses novos padrões de habitação que caracterizaram o final do século XIX.

Comparando alguns investimentos feitos em móveis e objetos domésticos constante nos inventários dos bens de trinta famílias que residiram em Belém na primeira metade do século XIX, observamos que a frequência de gastos com objetos para fins domésticos não ocupava um valor significativo de suas posses. Seja entre aqueles que deixaram legados pouco expressivo ou mesmo entre aquelas famílias que possuíam uma fortuna considerável.

Como exemplo desta situação é o caso da família de D. Ana Joaquina Ferreira Góes³⁴⁰, que faleceu em abril de 1817 e teve o seu inventário registrado em agosto de 1817, no Juizado de Órfão da Capital, não tinha filhos possivelmente residia na casa de seus familiares, pois não declarou possuir qualquer imóvel, seus singelos bens foram distribuídos para sua sobrinha D. Ângela Joaquina Ferreira de Góes de 20 anos, para o seu irmão Antonio Manoel Ferreira Góes como inventariante e o restante foi deixado para o pagamento de dívidas com uma certa D. Roza Lina Espinoza Talkeman. O total do seu legado somava 375\$370 réis, deste valor e ainda incluíam uma escrava de 10 anos avaliada em 130\$000, o restante em bens diversos que somados todos os seus móveis e objetos de casa, chegavam à quantia de 10\$530 réis, o que representava uma pequena parte de sua modesta fortuna.

Não muito distinto era o valor dos móveis de famílias que possuíam legados bastante expressivos. O tenente-coronel Joaquim Pedro Borralho, que possuía sua residência na rua *que ia para o palácio do governo*, avaliada em 4:800\$000, deixou registrado em 1817 uma fortuna que somavam os seus bens que possuía na capital e mais 5 propriedades de terras produtivas na localidade de Bujaru, a quantia de 15:892\$220, um valor considerável, porém, analisando os móveis e utensílios domésticos que constavam no espólio da família, que incluíam tanto os bens da casa da capital como aqueles que existiam nas *casas de vivenda* de suas fazendas somavam a quantia de 511\$310 réis, o que representava muito pouco se comparado como os seus 64 escravos que possuía, que eram avaliados em 7:206\$000, ainda caberia uma ressalva sobre o item dos utensílios domésticos, que estão relacionados os seus *objetos de ofícios*, que constam instrumentos de trabalho que talvez fossem utilizados nas suas propriedades e não no espaço doméstico, que foram avaliados em 239\$480 réis.

Há razões, para supor que a realização financeira de homens e mulheres ainda não se fazia a partir da ostentação de objetos materiais³⁴¹ presentes nas suas casas de Belém na

³⁴⁰ APEP, *Inventário dos Bens de Ana Joaquina Ferreira Góes 1817*.

³⁴¹ WEBER, Max. *Estamentos e Classes*. In. *Economia e Sociedade*. V. 1. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991. Para uma análise da distinção social através do consumo de bens, além da análise entre classe proprietária, classe aquisitiva e classe social.

primeira metade do século XIX, como foi acima demonstrado, o que não significa dizer que não haja entre os espólios de famílias objetos que demonstre um certo refinamento e sofisticação dos móveis e utensílios domésticos nos lares da capital paraense neste período, ainda que possuam um valor pouco significativo em comparação, com outras formas de investimento da época, tal como eram os escravos. Contudo, o que observamos que esta situação apontava algumas tendências para mudanças nesta primeira metade do século XIX, na dinâmica doméstica das moradias belemenses. Pelo menos por dois aspectos, um deles diz respeito ao fato de Belém ser uma cidade portuária e de fácil contato com centros de maior dinâmica econômica³⁴², tais como a Europa e Estados Unidos³⁴³, o que possibilitava uma certa intensidade de relações econômicas, que ficaram mais estreitas a partir de 1808 com a chamada abertura dos portos, embora nos anos do conflito cabano tenha havido uma queda drástica nas relações comerciais de Belém com estes centros, não significa que elas tenham desaparecido, ainda que este mercado do norte não tivesse grande peso na economia nacional por esta época, o que proporcionava ao comércio e aos habitantes de um modo geral, um constante contato com produtos importados.

Um outro e relevante aspecto, está relacionado com a tendência da fixação das famílias em suas moradias, não há indícios de uma frequência migratória que tenha levado as populações da capital paraense a serem obrigadas a se deslocarem de forma muito intensa na primeira metade do século XIX. Existia uma forte presença de portugueses que possuíam residência em Portugal e no Brasil, e mais pontualmente no Brasil, situação que pode ser demonstrada numa das preocupações da chamada Revolução Constitucionalista do Porto, *em estender os direitos dos portugueses da Europa para os portugueses americanos*³⁴⁴ o que levou a garantir entre outros em 1820 o surgimento da imprensa no Pará. Antes disso, porém, ocorre em 1809 a ocupação da Guiana Francesa, utilizando as tropas paraense, o que não quer dizer que tenha havido um processo, migratório definitivo, mas possivelmente saídas por razões circunstanciais, mas não em uma mudança que tenha obrigado estas pessoas a deixarem para trás suas habitações. Tudo leva a crer que os primeiros anos do século XIX, apontavam para uma tendência em Belém de uma maior permanência das famílias em suas moradias, daí elas aparecerem como edificações mais sólidas, construídas de material durável,

³⁴² Ver: FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura*. op.cit., sobre a criação no Brasil de uma *Acumulação Endógena*, e a produção de um estamento social capitalizado. De modo particular sobre o Pará ver: BATISTA, Luciana M. *Muito Além dos Seringais*. op.cit., entre outros que apresentam um incremento financeiro de negociantes na primeira metade do século XIX.

³⁴³ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. op. cit. p.27.

³⁴⁴ COELHO, Geraldo Mártires. *Letras e Baionetas*, Belém: CEJUP, 1989. p-21.

revestida de pintura e outros acabamentos, assim como marcadas por um investimento, embora financeiramente pouco expressivo, mas cada vez mais permanente, são objetos pesados que dividem espaços com aqueles de fácil mobilidade, armários, mesas, catres, camas, estantes de livros e outros aparecem ao lado de redes, baús e outros móveis que sugerem possibilidades de movimento, entretanto, são os primeiros que se mostram com maior frequência.

Partindo destas condições, podemos notar que havia em Belém já nesta primeira metade do século XIX, novas sensibilidades diante do ambiente de habitação, ainda que pouco intensas, mas que já seriam possíveis observar pelos objetos que a casa passa a apresentar. As noções de conforto³⁴⁵, relacionado a um certo refinamento de utensílios, e praticidade³⁴⁶, entre outras proporcionadas pelo uso de objetos materiais, são atitudes que serão valorizadas de forma mais intensa no final do século XIX, no entanto elas não são de todo desprezíveis para Belém do início deste mesmo século.

Dois exemplos que espelham esta tendência de sortimento e refinamento de materiais domésticos nas habitações de Belém da primeira metade do século XIX, estão registradas nos inventários de duas famílias destacadas na cidade. O primeiro caso é a família de um importante comerciante da cidade Francisco Batista Carvalho, era um homem engajado no meio social da época. Foi um dos negociantes que colaboraram durante os festejos públicos organizados pelo governador para receber as tropas paraenses que lutaram na Guiana Francesa, coube-lhe mandar executar a reforma do Teatro da cidade mandando instalar *decorações scenicas, entre as quais teve lugar a fronte da Cidade do Pará fielmente retratada no segundo plano do Proscênio, e com investimento de custos nos comediantes, e no externo da iluminação no frontispício ornada de busto e figuras alusivas e animada de vários emblemas, inscrições e symbolos da Guerra, que fazia um aparato assás vistoso, mas discreto porque na sumidade do centro sotopozirão a estátua do Gênio Portuguez à estátua equestre do governador*³⁴⁷. Para além dos detalhes desta pomposa festa da qual tenha sido um dos anfitriões Francisco Batista Carvalho que faleceu em 19 de fevereiro de 1819, deixava em seu espólio para o seu único herdeiro, o órfão Manoel Baptista de Carvalho que na época tinha 15 anos, uma quantidade considerável de bens que ficaram registrada no seu inventário;

³⁴⁵ RYBCZYNSKI, Witold. *A Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

³⁴⁶ ALGRANTI, Leila Mezan, *A Família e a vida doméstica*. In: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. I, 1997.

³⁴⁷ Ver. BAENA, Antonio Ladislau, op. cit p-280.

eram 15 escravos, 7 bois de carro, 1 garrote, um invejável aparelho de louças da Índia pintado com flores e dourado pela beira, que constava de 84 pratos de guardanapo, 18 pires grandes, 12 pires da Índia menores, 26 pires com suas competentes xícaras, 10 pratos travessas sortidos da Índia, 2 saladeiras de louça, 1 prato fundo redondo, 1 terrina, 1 manteigueira de louça, 1 leiteira; de outras nacionalidades constava: 2 terrinas pequenas de louça fina de chinês, 1 terrina grande com seu prato pintado com flores inglesa, 1 aparelho de chá, menos duas xícaras de louça Inglesa, 2 garrafinhas de louça fina de chinês, 1 caneca e 1 copo de louça fina de chinês, 8 pratos travessas sortidas brancos de pó de pedra inglesa, 12 pratos travessas brancos de pó de pedra inglesa sortidas, 4 pratos travessa menos brancos de pó de pedra inglesa, 2 saladeiras com tampa de pó de pedra inglesa, 2 dúzias de pratos de guardanapo de pó de pedra inglesa, 4 dúzias e meia de pratos ingleses, 1 dúzia de pratos pintados brancos ingleses, 12 pratos redondos brancos ingleses, 7 tigelas grandes brancas de pó de pedra inglesa, 1 terrina grande branca de pó de pedra inglesa, 1 saladeira de pó de pedra grande branca de gomos inglesa, 4 saladeiras pequenas lisas brancas de pó de pedra inglesa, 1 bacia grande de pó de pedra inglesa, 2 bacias de pó de pedra inglesa. Além destes possuía vários móveis, entre os quais estavam: 14 cadeiras borradas de verde, 3 mesas, 1 baú, 1 caixa, 1 caixa de pinho, 2 armários, 3 marquesas, 9 cadeiras de palinha, 12 cadeiras com estojo, 5 bancas³⁴⁸, entre outros bens listados no rol das posses desta família³⁴⁹.

Esta mobília doméstica deixada entre os bens do tenente Francisco Carvalho, contrasta com as condições materiais da grande maioria das famílias daqueles primeiros decênios do século XIX, particularmente em relação ao mobiliário utilizado para as refeições, pois o mais comum entre as famílias, sejam elas distintas ou não, era a existência de um limitado e rústico conjunto de louças, em geral composta de pratos de estanho, e em alguns casos o uso de objetos rústicos, como as cuias. Segundo Algranti em algumas regiões do Brasil *era costume comer com as mãos, mesmo se os convidados fossem finos*³⁵⁰. Os talheres quando eram arrolados entre os bens da família possuíam o sentido de herança do que serviam para os ofícios das refeições, pois comumente eram de prata.

Entretanto, o conjunto de jantar que localizamos em Belém entre os pertences do tenente Francisco Batista Carvalho é uma excepcionalidade para época. Esta faiança formada por louças importadas da Índia, China e da Inglaterra, destacam o raro acesso aos objetos que chegavam ao Brasil, principalmente, após a abertura dos Portos brasileiros aos ingleses, eram objetos pouco vulgarizados, pois não localizamos neste período outro domicílio que comportasse tais utensílios antes de 1850 em Belém.

A existência de uma variedade de louças como: *84 pratos de guardanapo, 18 pires grandes, 12 pires da Índia menores, 26 pires com suas competentes xícaras, 10 pratos travessas sortidos da Índia, 2 saladeiras de louça, 1 prato fundo redondo, 1 terrina, 1*

³⁴⁸ APEP, *Inventário do Francisco Batista de Carvalho* 1819.

³⁴⁹ Idem.

³⁵⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. op.cit. p.122.

manteigueira de louça, 1 leiteira, sugere as etapas do ritual do jantar³⁵¹ que exigia para cada momento das refeições um tipo de louça à mesa, da mesma forma como uso destes diversos utensílios domésticos implicavam numa assimilação de regras de comportamentos cada vez mais rigidamente elaboradas para os ofícios das refeições, que para isto desde século XVII e XVIII surgiram na Europa manuais de boas maneiras, estabelecendo regras de civilidade³⁵² e hábitos à mesa.

Guardando os limites da fonte, consideramos relevante constatar a existência desta mobília que representa distinção social, refinamentos dos costumes e regras de civilidade à mesa, numa das moradias de Belém na primeira metade do século XIX, ainda que nos falte documentação para aprofundar tal análise.

Um outro exemplo de moradia com significativos bens era a família de Dona Felippa Thereza das Neves mulher do tenente coronel Manoel Caetano Prestes. Este último foi um importante colaborador do governo central, compunha as forças que se opunham aos críticos do governo entre eles ao Cônego Batista Campos, destacado crítico do governo legalista através do jornal *O Paraense*. Sendo acusado de Motim em 7 de agosto de 1834, o tenente-coronel Manoel Caetano Prestes foi preso junto com vários outros importantes líderes das tropas paraenses, entre os quais estava José de Araújo Rozo, todos foram ouvidos em processo e absolvidos pelo imperador³⁵³.

O que torna, entretanto, esta família importante para a nossa análise são os bens deixados no espólio de Dona Felippa Thereza das Neves mulher do tenente coronel Manoel Caetano Prestes em 1833, quando do falecimento da primeira, uma fortuna destacada não apenas pelo valor, mas pela especificidade que foram avaliados em 4:219\$800 réis, um capital considerável que ficaria para os seus sete herdeiros, D. Bárbara Izabel Maria Raiol, D. Maria Izabel das Neves, Alexandre José Prestes, José Prestes, Antonio Fernandes Prestes, Manoel Caetano Prestes e D. Felipa Thereza das Neves, onde constavam os seguintes mobiliários: 4 mesas, das quais uma de jantar, 1 baú, 6 cadeiras de palinha e 6 cadeiras de pau, 2 caixas, 7 quadros pequenos, 2 bancas de cedro redondo e banca de jantar novamente, 4 bancos, sendo

³⁵¹ VISSER, Margaret. *O Ritual do jantar*. As origens, evolução, excentricidades e significado das boas maneiras à mesa. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

³⁵² ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1994.

³⁵³ RAIOL. Domingos A. op.cit. p.301.

um deles para pote, 1 marquesa, 1 armário grande, 1 escrivaninha de latão e 1 estante de livros onde constavam as seguintes obras:

02 dicionários de Moraes.	3\$200
01 livro de Camões comentado.	\$800
01 arte impressa de Cavalaria.	1\$000
05 volumes de História Universal.	1\$280
04 volumes de História de Portugal.	1\$280
12 volumes de obras de Dom Frei Caetano Brandão.	1\$200
01 volume que trata das Inquisições.	\$320
01 volume que trata da vida de Christo.	\$320
01 livro de Orthographia de Madureira.	\$320
01 livro- Malaca Conquistada.	\$200
02 volumes de Retiro Espiritual.	\$400
04 Cathecismos de Montpellier.	\$960
03 livros de obra do Feliz Independente.	\$900
04 volumes de História de Gil Blar.	1\$600
04 volumes de História de Portugal.	\$640
04 volumes de uma obra que contém a correspondência de uma mãe a seus filhos.	\$640
04 volumes do Bacharel de Salamanca.	\$500
05 volumes de obras de Camões.	1\$280
08 volumes de Dom Quixote.	\$800
02 volumes das Norte de Ing.	\$200
03 volumes da obra de Telêmaco.	\$300
02 volumes – Costumes de Christão.	\$200
02 volumes das Cartas de Ganganely.	\$200
02 volumes de Diabo Couxo.	\$200
04 volumes de leituras úteis.	\$320
06 volumes de Lances de Aventuras.	\$480
03 volumes das Aventuras de Estevão Gonçalves.	\$240
03 volumes das obras de João Xavier de Mattos.	\$240
02 volumes das obras de Nicolau Tolentino.	\$160
04 volumes das obras de Leandro.	\$400
04 volumes das obras dos – Irmãos – já usados.	\$320
02 volumes das obras de Paulino Cabral.	\$160
03 volumes das Cartas do Marques de Pombal.	\$300 ³⁵⁴

Este mobiliário pouco comum entre os pertences dos moradores de Belém nos chamou a atenção pelo significativo número de livros que se encontravam arrolados no inventário de D. Felipa Thereza das Neves, eram 109 obras dos mais diversos títulos, formando uma espécie de pequena biblioteca particular. A apropriação de livros constituía uma virtude cultivada que representava certa distinção social. Esses acervos particulares constituíam na Europa em *locais onde as pessoas ‘entesouram o que tem de mais precioso’, livros úteis ou raros, naturalmente, sobretudo, a si mesmas*³⁵⁵.

³⁵⁴ APEP, *Inventário do D. Felippa Thereza das Neves 1810*.

³⁵⁵ CHARTIER, Roger. *As Práticas da Escrita*. In: ARIËS, Philippe & CHARTIER, Roger. *História da Vida Privada. V.3. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p139.

A produção e a circulação de livros em Portugal foram marcadas pelos limites da censura inquisitorial³⁵⁶, no Brasil e particularmente na província do Pará estas ações foram mais severas, pois o regime imposto pela condição de colônia limitava o acesso à produção de livros e impressos. Somente a partir de 1820, através da Revolução Constitucional do Porto é que foi garantida a extensão dos direitos aos portugueses de além mar permitindo a circulação de obras literárias e a criação de uma imprensa na América³⁵⁷. Mostra-se significativo neste inventário é que 11 anos depois destes acontecimentos uma residência reunisse várias obras da literatura portuguesa e mundial, assim como livros que tratavam de temas bastante diversos em posse de uma família residente em Belém.

Esta lista de livros encontrados entre os pertences de D. Felipa e Manoel Prestes, nos possibilita supor que estas obras eram lidas no âmbito da familiar ou mesmo revelam as preferências de leitura destes moradores de Belém. O acervo reunia textos com temas religiosos, mas nenhuma Bíblia constava: *12 volumes de obras de Dom Frei Caetano Brandão, 01 volume que trata das Inquisições, 01 volume que trata da vida de Christo, 02 volumes de Retiro Espiritual, 02 volumes dos Costumes de Christão*. Embora o caráter religioso seja o tema destas obras, elas apontam para um leitor *ilustrado*, preocupado com assuntos, que contradiziam os preceitos religiosos, como as obras sobre as Inquisições. Temática que é reforçada pelos volumes como as *Cartas de Ganganelli*, possivelmente tratava-se de Giovanni Lorenzo Vincenzo Antonio Ganganelli³⁵⁸, o Papa Clemente XIV, que se envolveu nas contendas da expulsão dos jesuítas da América. Mas seriam nos outros títulos que observamos o caráter humanista deste acervo.

Num primeiro aspecto destaca-se o interesse pela história, representado pelos volumes *arte impressa de Cavalaria, volumes de História Universal e os 04 volumes de História de Portugal*. Os grandes feitos heróicos dos portugueses estavam presentes no *livro de Camões comentado e Malaca Conquistada*, de autoria de Francisco de Sá Meneses (1600-1664), obra que narra os acontecimentos feitos por João de Barros, sendo Afonso de Albuquerque o herói principal, foi publicada pela primeira vez em 1634 e reeditada em 1658 e 1779³⁵⁹.

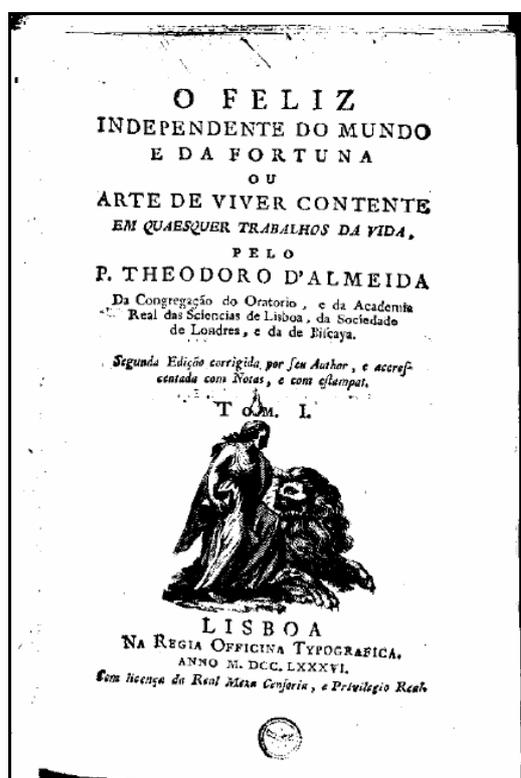
³⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁵⁷ COELHO, Geraldo M. op. cit. p.23.

³⁵⁸ A respeito deste tema ver o site: www.jewishencyclopedia.com/view.jsp?artid=62&letter=G.

³⁵⁹ Há um vasto registro das obras de Francisco de Sá Meneses, sobre o poema *Malaca Conquistada* consultar o site: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/meneses.htm>.

Uma literatura ilustrada se mostra nos três *livros de obra do Feliz Independente*, do oratoriano Teodoro de Almeida uma das mais expressivas figuras do iluminismo português, sendo porventura o que mais repercussão alcançou além fronteiras, não só com a *Recreação Filosófica* (10 volumes), mas, sobretudo, com *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna*, *sua vasta obra tem o interesse de percorrer toda a segunda metade do século XVIII, verificando-se nesse longo percurso o permanente anseio de conciliar a filosofia com o cristianismo*³⁶⁰ e os três volumes das *Cartas do Marques de Pombal*, que foi considerado o grande representante da ilustração portuguesa durante o reinado de D. José I.



(Fig.11) Capa do livro *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* de autoria de Teodoro de Almeida séc. XVII

Também havia obras consideradas de literatura satírica, com as obras de Nicolau Tolentino (1740-1811), funcionário público português que passou à história da literatura como grande poeta satírico, escrevia em tom de grande humor, sobre os costumes tolos e o comportamento de aparências³⁶¹; os volumes de *Diabo Couxo* (coxo), era uma obra assim qualificada:

Escrito por Luis Vélez de Guevara (1579-1644) é um texto cômico à primeira vista. Parece uma grande sátira contra a sociedade da época. Na verdade, pode até sê-lo, mas é antes de tudo uma crítica irônica e mordaz contra os costumes sedimentados e estagnados pela falsidade e hipocrisia de uma sociedade que não admite aberturas, que

³⁶⁰ As publicações de Teodoro de Almeida foram encontradas disponíveis no site: <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/ilu13.html>.

³⁶¹ Sobre as obras de Nicolau Tolentino ver o site: www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=2_415.

cerceia novas experiências e saltos pioneiros para formas inovadoras, com relação ao comportamento moral e social³⁶².

Em resumo, as abras registradas no inventário de D. Felipa e Manoel Prestes, revelam uma casa com uma literatura ilustrada, alguns livros que possivelmente eram lidos num espaço familiar, como aqueles de caráter religiosos, outros eram livros para *ler sozinho, em silêncio e segredo*³⁶³, muito mais pelo conteúdo que possuíam, do que pela valorização de novos hábitos de leitura.

Embora nos falte mais informações a respeito da constituição e uso destes livros, pois segundo Chartier, *os inventários, geralmente elaborados após falecimentos, se apresentam com limitações para avaliar os usos destes objetos nos lares, em nada implica que os livros possuídos foram lidos ou mesmo comprados pelo falecido; ignora os impressos sem valor que podiam constituir suas leituras mais freqüentes; omite os livros preciosos ou perigosos, subtraídos à sucessão antes do inventário*³⁶⁴, ainda assim, consideramos relevante este pequeno acervo particular de livros, uma rara demonstração da valorização de um bem que traduzia significado bastante distinto no hábito de morar em Belém nesta primeira metade do século XIX. A riqueza material ganha o suporte do investimento em objetos do conhecimento.

Enquanto parte do mobiliário de uma casa elas vêm demonstrar, uma rara a tendência de aprimoramento do espaço doméstico, através da riqueza e dos investimentos em objetos que apontam para outros sentidos além da mobilidade, qual seja o do deleite das leituras, que pode nos indicar a noção de prazer que o ambiente doméstico passava a oferecer.

De onde vinham estes objetos que compunham a vida material da casa dos belemenses? Como ter acesso aos móveis e utensílios que compunham a vida material doméstica?

A Dinâmica do Porto de Belém, os móveis e utensílios importados.

A abertura dos portos nacionais às nações amigas de Portugal em 1808, iria atrair ao Pará vários negociantes ingleses, que uma vez, estabelecidos em Belém, passavam a operar com a Europa, sendo mais tarde a área de comércio ampliada para abranger os Estados Unidos

³⁶² As obras Diabo Coxo são encontradas na sua versão original, em espanhol, disponíveis no site: www.geomundos.com/tecnologia/el Diablo Cojuelo/.

³⁶³ CHARTIER, Roger. op. cit. p.126.

³⁶⁴ Idem. p.129.

e as Antilhas³⁶⁵. Este fluxo de comércio nos portos de Belém são percebidos através da imprensa que divulgava as lista do produtos que eram exportados regularmente para vários países, assim como, demonstra os produtos que entravam na capital paraense. O que nos interessa neste momento é perceber até que ponto o Porto de Belém serviu de entrada de bens materiais que se destinasse para fins domésticos.

Antes porém um curioso episódio que se deu no Porto de Belém merece ser destacado. Era 16 julho de 1801, num ofício endereçado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro comunica o *apresamento de dois navios de guerra vindos do porto de Caiena, que se encontravam fundeados nas proximidades do Forte da Ilha dos Periquitos, por suspeita da prática de contrabando no litoral daquele Estado*³⁶⁶. Dez dias depois o governador do Estado do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho, remete através de outro ofício o *resumo dos inventários e autos de interrogatórios feitos a tripulação das duas embarcações oriundas da America Inglesa*.

Sem querer seguir o percurso que se estendeu ao apresamento dos barcos americanos em águas paraenses e o debate internacional, nos reportaremos em analisar os bens materiais descritos nos inventários feitos pelas autoridades paraenses e o destino dado para alguns destes objetos.

Constava no inventário de uma das embarcações, a escuna *Quatro Irmans*, que é caracterizada como *tendo 68 pés comprimento e 18 de boca*, entre outros objetos materiais em seu carregamento todos registrados em caixas, caixões (caixas maiores), baús e fardos o seguinte: num primeiro momento é descrito várias caixas e baús contendo tecidos e objetos de rouparia, todos devidamente numerados, entre estes estão: baú número 11, 53 peças de chita sortida, avaliada em 483\$360; caixa nº 7 com várias peças de rouparia de chita sortidas, caixão nº 18, 4 peças de tafetá preto avaliada em 97\$200; 8 dúzias de luvas de camurça amarela para homem, nº 1, avaliadas no valor de 16\$000, 9 peças de pano inglesas de diferentes cores, avaliada em 763\$800 réis. Na caixa de número 14 foram registrado os seguintes bens: 02 pares de castiças de metal prateado, no valor de 6\$400 réis; 04 jogos de gamão, somam 4\$600 réis. Em outra caixa com o número 34 constava: 12 peças de casemira sortida. Na caixa número 8, 9 e 12 estavam abarrotadas de chapéus de *meio pêlo* de números

³⁶⁵ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. op. cit.p.27.

³⁶⁶ APEP. Projeto Resgate, CD-ROM, nº 8. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Pará, (1800-1803). *Ofício comunicando o apresamento de navios americanos, de 16 Julho de 1801*.

diversos. Outra caixa comportava várias peças de cetim preto de Florência (Florênc̃a), de sarja de lã preta, e outras volumes de tecidos.

Segue o detalhado inventário demonstrando várias caixas e caixões com tecidos e objetos de rouparia, porém o que mais nos chamou a atenção foram os objetos destinados a construção ou ornamentação de casas que estavam relacionados no carregamento do brigue Aurora, a outra embarcação aprisionada. Eram várias caixas contendo espelhos e objetos de vidro, tais como: 04 espelhos para toucadores de senhora; 02 espelhos com mesas avariados, talher com seis vidros entre outros, garrafas de vidro empalhadas, copos de caliz. E mais uma rica biblioteca flutuante, eram os seguintes livros, dicionários de espanhol, francês e inglês, História da Espanha em três tomos; História da França em dois tomos; Dom Quixote; Le Veille du Chateau; Tratados de Navegação em inglês; Obras poéticas; Elementos da Navegação; Tábuas de Matemática, Bíblia em Inglês, História da Navegação d'África, Gramática espanhola, Regras de desenho, entre outros.

São vários objetos que faziam parte do carregamento das duas embarcações aprisionadas no Porto de Belém, que tornaria por demasiado cansativo descrevê-los aqui e desvirtuaria a nosso propósito inicial. Esta demonstração é para termos uma idéia do volume da carga que estava retida pelo governo português em Belém, pois de acordo com a legislação prevista no Auto de Apresamento estabelecida pelas autoridades a penalidade era *reter a carga para a Real Serviço depois que se apresentem em Praça para se arrematarem como for mais vantajoso para Real Fazenda*³⁶⁷.

E assim se procedeu em Belém, ainda no dia 27 do mês de julho daquele ano de 1801, no Armazem Real, onde estavam recolhidas as cargas das embarcações, um leilão do produtos apreendidos, conforme relatava o Auto remetido a Portugal dando conta do processo de arrematação dos bens.

É importante notar que a arrematação dos bens foram feitas na praça de Belém, e foram adquiridos um volume de objetos vindos de vários países e que iriam encher as casas comerciais da cidade ou do interior do Pará, assim como, pessoas com algumas posses que tenham participado da liquidação dos bens, tais como: o Sr. João Florêncio Henriquez, que arrematou, terçados *com talafortes*, 4 castiças por 9\$800 réis; o mestre de lampiões Bernardo Cardoso arrematou 2 espelhos de número 4 por 50\$900 réis; o alferes Antonio Pinto

³⁶⁷ PR. *Auto de Apresamento, CD-ROM, Projeto resgate.*

arrematou 13 pares de sapatos por 10\$200 réis; O Sr. Afonso de Pinho de Castilho, que mostrou ser uma pessoa abastada comprou um lote considerável de bens, entre estes estavam: um maço de meias de algodão de número 9 e outro de número 20, 2 peças de lenços número 4 e outra de lenços número 3, todos estes volumes foram avaliados em 51\$500. Outros mais modestos adquiriram volumes menos significativos, como Francisco Pereira de Souza, que arrematou 3 talheres por 7\$100 réis.

E dessa forma este episódio, que foi noticiado pelo cronista Antonio Ladislau Baena no seu *Compêndio da Eras do Pará*³⁶⁸, parece ter rendido a Belém, e não a cidade, mas a seus moradores uma quantidade de bens que iriam, podemos supor, preencher o comercio e por conseguinte as casas de gente abastada, que adquiriram vários volumes como o Sr. José Manoel Martins que arrematou 2 peças de lenços de Cambraia, outra peça com lenços brancos, 12 chapéus pretos, 2 dúzias de pares de meias de algodão e 1 dúzia de meias de seda pela quantia de 138\$400 réis, valor que significa um investimento razoável para época. Da mesma forma o fez o capitão Joaquim Pedro Borrvalho que adquiriu duas armas de dois canos, caixas e pentes por 129\$000 réis. Um móvel mais sofisticado foi adquirido pelo Sr. José Leocádio Rodrigues Carmello, tratava-se de um toucador, além deste, arrematou 1 peça de lenços encarnado número 1, 1 dúzia de par de meias de cor e 1 dúzia de par de meias de linho crú tudo por 32\$610 réis. Outras pessoas como menos posses, como Francisco Pereira de Souza, que arrematou 3 talheres, poderiam levar para dentro de casa objetos que facilitasse a vida doméstica.

Embora não possamos seguir os rastros dos objetos domésticos adquiridos pelas pessoas que participaram do leilão de produtos apreendidos em 1801, acreditamos que esta pode ter sido uma das formas que possibilitavam o acesso a bens com uma certa sofisticação para a vida local, e que por vezes constam nos seus inventários *post mortem*. Um caso deste é possível ver através de duas Armas de dois canos arrematadas pelo capitão Joaquim Pedro Borrvalho no Leilão das mercadorias apreendidas nas embarcações americanas, pela qual pagou a importância de 129\$000 réis. Em seu inventário registrado em 1817, constava entre outro bens deixado pelo capitão 4 armas, das quais uma delas era de dois canos possivelmente

³⁶⁸ Baena registra assim este aprisionamento dos barcos. (O Governador) *confisca uma Escuna e um Patacho do commercio Inglês Americano. Prende em São José os Mestres e a marinha. Manda arrematar parcialmente em hasta pública com solenidade de Lei e estilo parte das mercadorias contidas no volume da carga; e dar outra parte em pagamento de soldos e ordenados a alguns Officiais Militares e pessoas das repartições administrativas; e remete para Lisboa os ditos mestres e tripulações com o processo respectivo a esta confiscação.* BAENA, Antonio Ladislau. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. p- 248.

a que comprou durante a liquidação das mercadorias, contudo, o valor em que foi avaliada estava bem longe de quanto custou, pois valia apenas 16\$000 réis. Outros bens menos duráveis, como meias, lenços foram aquisições mais comuns e possivelmente não tenhamos notícias sobre estes.

O que nos leva a considerar a importância que teve Porto de Belém na análise do fluxo de mercadorias que serviam a todos os fins, especialmente para atender as necessidades domésticas. Na medida em que os gêneros naturais ganharam intensidade no mercado estrangeiro nos primeiros anos do século XIX, tais como o cacau, o arroz, o algodão e o café³⁶⁹. Do outro ponto, a entrada de mercadorias de diversos lugares são mais facilmente percebidos no comércio e em circulação nas casas dos moradores de Belém. Baena aponta, se utilizando de registros da Alfandega do Pará do período de 1789-1827, que circulavam pelo porto diversos tipos de produtos, tal como podemos verificar no quadro abaixo:

**QUADRO DE PRODUTOS QUE CIRCULAVAM
NO PORTO DE BELÉM NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX**

GÊNEROS E EFEITOS QUE SÃO OBJETOS DE EXPORTAÇÃO		GÊNEROS E EFEITOS QUE SÃO OBJETOS DE IMPORTAÇÃO		
Algodão,	Maqueiras,	Aguardente	Palitos	Sabão
Canela	Samaúma	Alfazema	Fateixas	Louça
Arroz grosso,	Milho,	Azeite	Pesos de bronze	Tintas
Chifres	Sebo	Arcos de ferro	Farinha de trigo	Legumes
Arroz miúdo,	Óleo de cupaíba,	Alhos	Pomada	Terebentina
Carrapato	Tapioca	Água de colônia	Figos	Licores
Azeite de andiroba,	Puxiri,	Alcatrão	Pedra de amolar	Terçados
Cumaru	Toros de madeira	Aduelas	Ferraduras	Lambiques
Aguardente de cana,	Piassaba em rama,	Aço	Pimenta	Tabaco em pó
Cuias pintadas	Taboado	Bacalhau	Ferragens de toda a	Massas
Aguardente de anis,	Piassaba em amarras,	Azeitonas	qualidade	Taboado de Pinho
Cavalos	Tabaco de fumo	Bolacha	Queijos	Manteiga
Borracha,	Peças de madeira,	Açúcar	Quinquilharias	Toucinho
Doces	Tauá	Brochas de pintor	Ferro em barra	Móveis de casa
Bacias pintadas,	Pranchas de espinheiro,	Breu	Relógios	Tintas preparadas
Farinha da terra	Tacuaris	Charutos	Folhas de cobre	Molhos de conserva
Cacau,	Pranchas de madeira,	Bonetes	Rapé	Vinho
Farinha seca	Tabocas	Cabos de linho	Ferro coado em obras	Marmelada
Cravo,	Pós,	Bolachinha	Sal	Vinagre
Grude de peixe	Urucu	Chumbo	Genebra	Óleo de linhaça
Café,	Rodas de cipó,	Carnes de porco	Sementes de flores	Violas
Guaraná	Vaquetas	ensacadas	Guitarras	Obras de ouro e
Crajuru,	Ripas,	Presuntos	Sebo	prata
Gomma	Varas para latadas	Calçado	Girofe	Vidros
Couros de boi,	Remos	Crivos	Sardinhas	Obras de cobre
Gergelim	Redes de algodão	Chá	Graxa	Vergalhão
Castanha,	Louça de Camutá,	Selins e arreios	Cerveja	Fazendas de lã, de
doce Guariuba	Rolos de pano de	Chapéus	Erva doce	seda, de algodão e
Jutai-issica,	algodão	Ciminhos	Caximbos	de linho
Mel,		Cera em pão	Condeças	Pedermeiras
Salsaparrilha		Cobre	Drogas	Espelhos
		Cera em velas	Doces	Pedra de cal
		Chumbo em grão	Orchata	Passas
		Cebolas	Drogas de botica	Espermacete
		Espadas	Oratórios	Papel

(Tabela 5) Fonte: BAENA, Antonio. Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão Pará

³⁶⁹ SANTOS, Roberto. Op. cit p-37

O requinte por produtos mais refinados para atender as demandas de uma certa camada da sociedade, são cada vez mais facilmente encontrados nas décadas de 40 e 50 do oitocentos. No Movimento do Porto, uma coluna publicada regularmente pelo jornal Treze de Maio, podemos notar no manifesto da carga do Brigue Inglês City of Pert, que aportou em Belém em 1840 trazendo alguns volumes de produtos muito significativos, no rol publicado estavam: 1759 caixas com sabão de 60360 libras, 3 caixas com roupas, possivelmente já prontas, 59 volumes com louça e 300 panelas de ferro. Destacando-se aqui a entrada de sabão já pronto para o consumo, embora nas próprias casas não fosse estranho a fabricação caseira de sabão. Já as panelas de ferro, se mostram como um produto novo na cozinha belemense, elas serão mais constantes durante quase todo o século XIX, quando produtos mais leves, alumínio e estanho, disputarão o espaço doméstico, além de toda uma série de inovações a que será alvo na cozinha nos fins do século XIX e início do século XX, construindo uma nova noção de higiene, praticidade e eficiência, com a introdução do fogão a gás³⁷⁰.

Um outro exemplo, ainda em 1840, nesta mesma coluna do jornal no manifesto do Pataxo Leader, constavam na relação de mercadorias importadas 2 cadeiras de balanço, 2 fogões para cozinha e 1 refrigerador, contrariando, a noção de aperfeiçoamento da cozinha nos fins do XIX, encontramos uma notícia de dois *estranhos* objetos destinados a vida doméstica. Estranhos porque estão situados dentre uma outra lógica da vida doméstica, o fogão de ferro para cozinha e o refrigerador, são artefatos domésticos portáteis, embora não possamos acessar a sua forma, podemos inferir, que pelo fato de eles chegarem pronto para serem usados, eram de uma dimensão muito menor do que aqueles que tradicionalmente ocupavam espaço da cozinha.

Sem falar do refrigerador, que compõe uma outra lógica da conservação de alimentos na cozinha, para este nos faltam fontes para perceber os impactos causados por este produto doméstico, numa cidade como Belém, que teve e tem ainda a prática de conservar alimentos utilizando o sal.

* * *

Ao discutir na vida material das casas de Belém, de certa forma nos pusemos a fazer um longo caminho até aqui. Analisando a circulação de produtos importados procuramos dar sentido para objetos materiais que estranhamente compunham o cenário dos domicílios

³⁷⁰ DA SILVA, João Luiz Máximo. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930*. São Paulo, FFLCH-USP. 2002.

belemense, embora nem todos os moradores possam ser enquadrados neste conjunto. Pois somente alguns habitantes mais abastados poderiam usufruir deste tipo de mercadoria, contudo, pensamos que a partir do contraste entre a ausência de objetos domésticos em alguns lares e a inusitada presença de uma rica e variada mobília demonstrada em alguns casos nos ajude a escrutinar os espaços da moradia belemense nestes primeiros 50 anos do século XIX.

3.2. Entre a vida doméstica e a vida do trabalho.

A vida doméstica na primeira metade do século XIX, ainda esta profundamente ligada a vida do trabalho, não dá para estabelecermos uma fronteira nestes dois campos. Se isto pode ser percebido pela disposição da arquitetura das casas, que de um modo geral, quando de um pavimento moravam nos fundos das habitações e deixavam a frente para a execução de serviços. Quando possuíam mais de um pavimento, a primeiro deles, era dedicado para os serviços de acesso as pessoas estranhas a casa. Como identificar esta relação através dos objetos presentes no domicílio? Que atividades eram desenvolvidas nas moradias?

As atividades domésticas nem sempre se voltavam para fins comerciais, na maioria das vezes eram trabalhos que serviam para complementar as necessidades do lar. O preparo de alimentos nas casas de Belém representava antes de tudo um trabalho árduo.

Para o preparo dos condimentos era muito comum se utilizarem os almofarizes³⁷¹. Pelo menos quatro inventariados deixaram registrados no rol de seus bens almofariz. D. Maria Josefa de Siqueira deixou em seu inventário um almofariz de bronze em bom uso, que valia \$800 réis. D. Joana Antonia possuía um feito de bronze avaliado em 1\$280 réis.

Outro ofício que se mostrava presente nos lares da capital paraense era a confecção de roupas, que conhece uma fase de grandes transformações e permanências no século XIX.

A oferta de tecido elaborado se apresenta no início do século XIX, com uma certa freqüência nas casas dos moradores de Belém, seja em forma de peças de tecido ou mesmo através de roupas prontas. Isto é possível notar no inventário do tenente Serafim dos Anjos Teixeira Alves, possivelmente um comerciante belemense que teve os seus bens inventariados no ano de 1810, e deixava entre outros, *34 peças de riscado ordinário, 12 retalhos de riscado,*

³⁷¹ Almofariz *sm. Recipiente semelhante a um pilão, em que se trituram substâncias sólidas.* Dicionário Aurélio, São Paulo, Nova Fronteira, 2003.

*3 peças de riscado mais fino, 104 peças de chita, 8 peças de chita de matiz mais ordinária, 20 peças de Chita de matiz mais largo, 04 peças de chita azul, 01 retalho de zuarte, 08 peças de chita amarela, 01 retalho de droguete preto, 01 retalho de droguete, 16 peças de musselina de cor, 06 retalhos de riscado e linho, 01 retalho de pano encarnado ordinário*³⁷², e mais objetos de rouparia que somavam aproximadamente 2:390\$675 réis, o que significava um grosso capital investido neste tipo de mercadoria.

Já em 1801 no inventário das mercadorias apreendidas nos barcos americanos, constava grande parte do carregamento de objetos de rouparia e tecidos³⁷³.

Além dos tecidos registrados nos bens do tenente Serafim Teixeira Alves, encontramos roupas prontas como as 17 pernas de calças finas de lista, 14 peças de cama, 06 lenços. Embora não seja uma grande quantidade, mas já nos revela o comércio de roupas feitas. Nos registros de bens deixados por outros inventariados se apresentam roupas prontas, ainda que usadas, tal como no inventário de Francisco Batista Carvalho, que deixava 3 camisas de paninho de cordão lisa em bom uso, 35 camisas de paninho lisa, em bom uso, 3 camisas de paninho bordado, 1 camisa da Bretanha, 3 pares de meias d'algodão novas finas, 6 coletes de fustão acolchoados, 3 coletes de cetim branco, 3 coletes em paninho bordado em bom uso, 2 pares de calças de ganga amarelas usadas.

De alguma forma os efeitos da industrialização europeia se faziam sentir através de mercadorias com estas rouparias, que aos poucos se tornavam freqüentes no comércio local e nos armários de moradores como o comerciante Serafim Alves e Francisco Carvalho.

Porém o mais comum ainda neste período nas casas de Belém era a convivência dos dois tipos de produtos, ou seja, o de origem industrial e os tecidos feitos artesanalmente. Em grande parte dos inventários consultados a presença da roda de fiar era uma constante, seja em lares mais abastados ou de pessoas que demonstravam ter menos posses. D. Ana Joaquina Ferreira Góes, possuía 3 rodas de fiar algodão, 1 tear de fazer franja com seu banquinho e 1 escarossador³⁷⁴. Aqui o processo produção do tecido de algodão era feito desde o tratamento da matéria prima, até a confecção do tecido.

³⁷² APEP, *Inventário do tenente Serafim dos Anjos Teixeira Alves* 1810.

³⁷³ PR. Projeto Resgate, *documento citado*.

³⁷⁴ APEP, *Inventário de Ana Joaquina Ferreira Góes*, 1817.

Dona Maria Josefa Siqueira³⁷⁵, que faleceu em 1815, deixava 2 rodas de fiar algodão, em bom uso e aparelhadas e um escaroçador, tudo avaliado em 2\$400 réis. No inventário de João de Oliveira Cardoso³⁷⁶ de 1817, constavam 2 rodas de fiar e um escaroçador. Manoel Pereira Gomes³⁷⁷ deixava em 1820, 1 roda de fiar algodão em bom uso avaliada em 1\$280 réis. Já o tenente Coronel Joaquim Pedro Borrvalho³⁷⁸ que possuía uma propriedade em Bujaru e 65 escravos, constava em seu inventário feito em 1817, 6 rodas de fiar, 20 escaroçadores e a mulata Luzia crioula da Bahia de 38 anos que era qualificada como costureira e rendeira. Antonio Cunha que teve seu inventário descrito em 1833, deixava além de 2 teares de *tear pano*, 1 tear de *tear rede* e 1 escaroçador pequeno e velho.

A atividade de costura e tecelagem era uma função especialmente desenvolvida pelas mulheres. Leila Algranti observa que nos ‘domicílios coloniais’ os tecidos eram produzidos para atender uma necessidade doméstica, somente em algumas regiões do Brasil é que se aplicaram à exportação³⁷⁹. No caso de Belém dado o volume e a técnica empregada, acreditamos que se enquadre no primeiro caso.

Ainda na casa colonial, o processo de tecelagem se utilizou de vários tipos de fibras para a produção de tecidos grosseiros, geralmente eram destinados para a confecção de vestuários dos escravos. *Os tecidos importados devido ao seu alto preço eram reservados para as vestes especiais, para os ‘vestidos de missa’.* O algodão era a fibra mais empregada, e as mulheres brancas se ocupavam com o fuso e a roca, forma predominante de trabalhar³⁸⁰.

Em Belém, a utilização de tecidos importados era muito freqüente nas roupas dos chefes de família, predominava o cetim, a bretanha, musselina, a casimira e chita, esta observação nos leva a crer que o tecido de algodão, devido a sua rusticidade, tenha sido destinado para o uso dos grupos sociais de menores posses, incluindo aqui os escravos. Para a confecção dos primeiros já é possível notar as atividades nas casas de modistas.

Em 1839, durante o discurso de passagem do cargo de presidência da Província do Pará, que fez o Marechal Francisco José de Souza Soares D’Andrea a Bernardo de Souza Franco. Andréa informava que havia remetido a Assembléia provincial a Lei Nº 2 sobre o

³⁷⁵ APEP, *Inventário de Maria Josefa Siqueira*, 1815.

³⁷⁶ APEP, *Inventário de João de Oliveira Cardoso*, 1817.

³⁷⁷ APEP, *Inventário de Manoel Pereira Gomes*, 1820.

³⁷⁸ APEP, *Inventário do tenente Joaquim Pedro Borrvalho*, 1817.

³⁷⁹ ALGRANTI, Leila Mezan. *Família e Vida Doméstica*, In. História da Vida Privada no Brasil Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

³⁸⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. op. cit. p- 148.

Corpo de Trabalhadores, cujo objetivo era taxar alguns ofícios executados na cidade. No capítulo 2º Tit. 1º § 8º, estabelecia o seguinte em relação a ao trabalho das costureiras: “O imposto de \$060 réis sobre cazas de modas deve ser modificado, para deixar livre à industria de algumas mulheres que possam melhorar a sua sorte dando-se ao labor e mais trabalhos próprios de seu sexo. Faça-se muito embora huma excepção para as estrangeiras; e muito embora se iluda as Brasileiras de donas de casa”³⁸¹.

Neste preciso trecho da Lei podemos perceber algumas considerações a respeito do ofício das costureiras em Belém. Num primeiro momento, ele nos revela a existência das casas de modas, acreditamos que elas sejam uma extensão das suas residências, e não funcione fora do espaço de moradia, pois isto era considerada uma tarefa complementar a outras atividades. Por outro, considera o ofício das modistas como um trabalho *próprio do sexo feminino*, ainda que não aceite a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, pois a elas, especialmente as brasileiras, o título de *dona de casa não caberia* bem, por mais que esta atividade fosse uma das formas para que pudessem *melhorar a sua sorte*. Com exceção das estrangeiras, que além de serem obrigadas ao imposto, provavelmente não se enquadravam no conceito de dona de casa.

Maria Izilda analisando o trabalho domiciliar, com destaque para o *trabalho da agulha* nos fins do século XIX, demonstra que *essas instâncias de organização de produção* (a costura) *configuram-se como alternativas de emprego particularmente importantes para as mulheres de setores populares, por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado*³⁸².

A preocupação das autoridades com o “desvio das funções naturais das mulheres”, qual seja o cuidado com o lar, na medida em que se dedicavam a tarefas que atendem as demandas “públicas”, antecipa, ainda na metade do século XIX, um debate que se aprofundaria 50 anos mais tarde com o crescimento do trabalho industrial.

Além dos trabalhos de fiação e a confecção de roupas, outros ofícios eram possíveis identificar nas moradias de Belém, entre eles está a produção de sabão. No Inventário de Feliz José de Aquino e Dona Bernardina Rosa que tiveram seus bens registrados em 1817,

³⁸¹ PARÁ. *Exposição do Estado e Andamento dos Negócios da Província do Pará*, no ato de entrega que fez da Presidência o Exmo. Marechal Francisco José de Souza Soares d’Andrea ao Exmo. Doutor Bernardo de Souza Franco. Dia 8 de Abril de 1839. Versão disponível na Internet, site <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>, consultado em 05/01/2005.

³⁸² MATOS, Maria Izilda. *Cultura e Cotidiano: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

constavam 10 formas de barro para sabão³⁸³, que foram avaliadas em \$800 réis. A casa possuía esta função de fabricação de produtos que o mercado não supria ou mesmo que as distâncias limitavam o acesso a estes bens. O mundo doméstico representava uma oficina de produtos que seriam utilizados cotidianamente, como os condimentos da cozinha que eram cultivados no quintal, o pilão para moer o milho, o arroz, os alimentos de um modo geral e a fabricação de sabão, um produto que apesar de já ser comercializado, muitos deles trazidos em embarcações chegavam ao porto de Belém, como o Pataxo 28 de Julho, que aportou em Belém em 1840 com 400 caixas de sabão, entretanto não deixava de se fabricar em casa este produto.

D. Joana de Assupção deixava em seu inventário executado em 1830, *ferramenta e folio pertencente tudo ao ofício de ourives*. Analisando o montante de bens de ouro e prata registrado no seu documento *post mortem*, percebemos que boa parte de sua *fortuna* havia sido investida objetos preciosos, somavam nada menos do que 584\$520 réis, em 3 rosários de ouro, 5 cordões de ouro sortidos, 2 colares de ouro, 6 crucifixos de ouro, 3 pares de escudo (de ouro), 2 laços de ouro, uma porção de contas de ouro, 1 bandeja de prata, uma porção de prata de vela, 1 coroa do Espírito Santo e mais peças, que somadas davam mais de meio conto de réis.

Outras tarefas que eram executadas em casa e não eram feitos pelas mulheres, demonstrando que o espaço doméstico era o lugar para trabalhos masculino. Feliz José de Aquino e Dona Bernardina Rosa, deixaram registrado em seu inventário, que possuíam um preto chamado Veríssimo, natural de Pernambuco de 60 anos mais ou menos, que era oficial de sapateiro e outro escravo de nome João da Nação Angola, de cerca de 35 anos que *demonstrou ser aprendiz de sapateiro*³⁸⁴. Já D. Maria Josefa de Siqueira, possuía dois escravos um por nome Lourenço Justiniano e o crioulo José Valério, oficiais de carpinteiro. É provável que esses escravos desenvolvessem atividades no próprio espaço da residência, principalmente aqueles que trabalhavam com sapatos, que necessitavam de um local para desenvolver tais atividades.

³⁸³ APEPA, *Inventário de Feliz José de Aquino e Dona Bernardina Rosa*, 1817.

³⁸⁴ APEP, *Inventário de Feliz José de Aquino e Dona Bernardina Rosa*. 1817

Móveis e utensílios domésticos na casa belemense.

A existência de móveis mais *pesados*, com especificidade definida constitui um longo capítulo das formas de habitar. As funções *multiuso* das casas, pouco contribuíram para construir uma noção de domesticidade e muito menos para a sofisticação do mobiliário doméstico. Em varias regiões do Brasil colonial, a transitoriedade das famílias que mudavam de regiões para outras por motivações das mais diversas, seja a fuga seca³⁸⁵, a aventura bandeirantismo, ou a vinda de Portugal para o Brasil em busca de riqueza, demonstram a fugacidade de seus bens materiais domésticos. Normalmente qualificados como *trastes*, os objetos materiais domésticos, pouco diferenciam, no mundo colonial, a casa de um indivíduo de grandes posses para outro com menos expressão financeira.

Em Belém, este movimento ganharia contornos peculiares, pois assim como temos famílias que possuíam residências de um lado e outro do Atlântico, especialmente de as portuguesas, além de negócios e propriedades no interior da Província, temos uma população que constitui maior fixação na cidade, esta situação é possível perceber na edificação de moradias urbanas, sendo cada vez mais durável, com seus espaços interiores definidos e com uma mobília mais pesada.

No século XIX, as moradias já começam a revelar indícios de uma maior segmentação dos seus espaços interiores, como bem é demonstrada no Livro de Notas a escritura de venda da casa de *Manoel e sua mulher Luzia Maria do Nascimento* que negociava em maio de 1808 com o reverendo Antonio Duarte parte de uma morada de Cazas na Rua do Espírito Santo “que tem de frente cinco braças e sete palmos e de fundos dezesseis braças e dois palmos com *duas casa de frente e um corredor e dois quartos interiores*, o qual vendia a sua parte pela quantia de 224\$000”. Ao mesmo tempo em que as casas se mostravam com maior compartimentação, gradativamente a especificação de móveis voltados para um determinado setor na casa tende a se mostrar mais freqüente.

No inventário de dona Felippa Thereza das Neves mulher do tenente coronel Manoel Caetano Pestes, que registrou os seus bens em 1833, destacava de forma específica a presença de *uma banca de jantar e uma mesa de jantar*³⁸⁶. Embora, mesas e bancas tenham sido muito comuns no rol dos mobiliários de inventários neste período, o destaque para a especificidade

³⁸⁵ Ver Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão 1780-1850, especialmente o item a *casa e o mundo alheio: mobília, trabalho e escravos, jogos e hospedagens*. p.120.

³⁸⁶ APEP, *Inventário de Felippa Thereza das Neves mulher do tenente coronel Manoel Caetano Pestes* 1833.

do móvel é absolutamente relevante, pois o ritual do jantar³⁸⁷ nos é apresentado como tendo um móvel que identifica um uso especial. O jantar, em torno da mesa é uma característica da cultura ocidental, segundo Margaret Visser, somente no século XIX, é que aparadores e mesas terão esta finalidade, pois o mais comum, devido à sobreposição de usos dos espaços da casa era também que os objetos das casas possuíssem múltiplas utilidades, como as redes para algumas famílias no Ceará que serviam como leito, sofá e cadeiras³⁸⁸.

É possível que a mesa de dona Felipa, embora se destinasse as refeições, pudesse ser o local de trabalho, para a costura ou mesmo destinada ao cumprimento do ritual funerário. Porém a assertiva de que no grupo de bens de seu inventário coubessem objetos com funções definidas como o jantar, nos leva a crer que as habitações de Belém passavam por um processo de organização espacial doméstica pelo tipo de mobiliário que passavam a ser distribuídos no interior da morada.

Baús, armários e cômodas: mobílias leves e pesadas.

O uso de baús nas casas de Belém na primeira metade do século XIX era muito comum. Em vinte inventários analisados entre 1810 e 1833, apenas quatro pessoas inventariadas não possuíam baús. Destes, três possivelmente teriam substituído os baús por outros móveis, como o Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega que no seu inventário de 1810 constava a existência de 01 armário velho de marupaúba com 09 palmos de comprimento com ferragens e chave em suas portas, no valor de \$800³⁸⁹; Francisca Rosa em 1826, registrava apenas 01 caixa grande usada como móvel desta natureza avaliada em 1\$000; e Joana de Assunção que teve o seu inventário registrado no ano de 1830 destacava um toucador de pau amarelo com três gavetas que foi avaliado em 1\$600 réis. Somente Marcos José da Costa e sua mulher Dona Joana de Nazareth Gonçalves não registraram nenhum baú, ou outro móvel com esta característica.

A existência de mais de um baú parece ter sido muito constante entre as famílias de Belém. D Joana Antonia, possuía 03 baús de tamanhos diversos todos construídos em pau amarelo com suas *competentes ferragens*, os três somavam um valor de 9\$800 réis. No inventário de Thomé Pinheiro Lobo de 1826³⁹⁰, destaca a existência de 04 baús velhos

³⁸⁷ VISSER, Margaret. *O Ritual do jantar*. As origens, evolução, excentricidades e significado das boas maneiras à mesa. Rio de Janeiro, Campus, 1998: p.150-1.

³⁸⁸ Ver Entre Paredes e Bacamartes. op.cit. p-127.

³⁸⁹ APEP, *Inventário do Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega* 1810.

³⁹⁰ APEP, *Inventário do Thomé Pinheiro Lobo*, 1826.

construídos de pau-rosa, uma espécie de madeira nobre da Amazônia. Baús forrados com couro são menos comuns nos inventários. Este tipo de mobília foi identificado no inventário do tenente Serafim dos Anjos Alves, que possuía 04 baús cobertos de couro que foram avaliados cada um em 4\$000 reis³⁹¹.

Os baús enquanto mobílias domésticas podem ser considerados muito *ecléticos* nos seus usos, normalmente serviam para guardas roupas ou objetos de uso pessoal, daí permanecerem guardados nos quartos ou em partes restritas das casas, quando esta existia. Também poderiam guardar louças, documentos, até alimentos.

O uso do baú como mesa, em alguns casos revela uma de suas utilidades ou mesmo assentos, como observou Rybczynski, nas casas medievais³⁹². Porém, é na mobilidade de famílias que os baús se prestavam. A constante necessidade de mudar de um lugar a outro é que baús e caixas se tornavam objetos extremamente úteis, pois facilitavam o transporte de objetos, demarcando a transitoriedade das famílias, especialmente durante a época colonial, para os anos de 1830 e 1840, os baús passariam a conviver cada vez mais com uma mobília mais pesada na casa, como armários e cômodas.

Nos inventários analisados da primeira metade do século XIX, alguns dos inventariados destacaram na relação de seus bens, móveis de madeira mais pesados, o que sugere uma maior permanência de família, assim como um maior investimento em mobílias domésticas. Atitude pouco valorizada para uma época em que as casas possuíam um valor pouco significativo se comparado com escravos que representavam um bem que merecia maior atenção financeira. D. Francisca Rosa, por exemplo, deixava registrado em seu inventário em 1826, posse de 8 escravos, que variavam os valores entre 190\$000 a 60\$000 réis o quanto foi avaliado o moleque Bernardo da nação Angola; contrastando com esta situação estava o quarto de casas que possuía na rua do Aljube nº 15, tendo de frente 02 braças e 05 palmos e meio e da frente ao fundo 10 braças e 3 palmos, tem na sua frente uma casa e seu corredor interior, duas, cozinha e quintal, o que foi avaliado em 200\$000 réis, quase o equivalente ao valor de um único de seus escravos. Entre os móveis domésticos destacava a existência apenas de uma caixa grande de madeira.

Embora não possamos demonstrar de forma mais ampla o crescimento do investimento em móveis para as casas de Belém deste período, já seria possível observar

³⁹¹ APEP, *Inventário do tenente Serafim dos Anjos Alves*, 1810.

³⁹² RYBCZYNSKI, Witold. op. cit.p.57.

através de alguns inventários, que ao lado de objetos de menor valor e mesmo da preferência por escravos, a existência de móveis de madeira como, o armário *velho de marupauba com 09 palmos de comprido com ferragens e chave em suas portas que possuía o Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega*. Também o *toucador*³⁹³ *de pau amarelo com três gavetas* pertencente a D. Joana de Assumpção de 1830. D. Lourença Justiniana do Amaral que teve o seu inventário registrado em 1834, deixava um *cômoda avaliada em 10\$000 réis*, o que representa um valor significativo para a época.

Refinamento de móveis e uso de objetos locais.

Em Belém, ao longo da primeira metade do século XIX, especialmente nas décadas de 30 e 40 dos oitocentos, notamos uma efetiva presença de objetos materiais voltados para fins domésticos, especialmente móveis de madeira, tais como baús, mesas, cadeiras, armários e outros, divulgados nos periódicos locais. Estes objetos por vezes acabavam descritos em inventários de moradores de Belém, muito embora não possamos estabelecer uma relação direta entre os produtos importados, consumidores destes bens e os listados nos inventários, ressaltam a frequência de móveis que chegam aos portos de Belém nesta época. É em meio as décadas após o movimento cabano que marcaram os anos 30, e possivelmente ao longo do processo de reconstrução das moradias, encontramos um certo nexos para este fluxo de mercadorias, porém é muito pouco para explicar esta dinâmica da vida econômica dos moradores da capital do Pará, o que acreditamos merecer uma maior investigação para que possamos estabelecer qualquer análise conclusiva.

Contudo neste primeiro contato gostaríamos de demonstrar como existe uma frequência de bens com um certo grau de *sofisticação* chegando em Belém na primeira metade do século XIX e que possivelmente possuíam consumidores que mobiliavam suas casas com estes móveis.

Na lista de importação publicados na seção sobre a movimentação do Porto de Belém no jornal *Treze de Maio*, no ano de 1840 e 1841, percebemos entre outros a notícia da chegada ao porto de Belém do Brigue Português General Rego, vindo da cidade do Porto, trazendo no seu carregamento *1 sofa; 24 mezas; 2 cômodos; e 228 cadeiras*.³⁹⁴ Estes produtos já vinham sob encomenda de comerciantes da cidade, como faziam frequentemente a

³⁹³ Toucador, (dic. Aurélio) Móvel encimado por um espelho, e que serve a quem se penteia.

³⁹⁴ *Jornal Treze de Maio*. Coluna Movimento do Porto. 05/1841.

firma importadora A. Campbel & C^a, que entre outros adquiria produtos importados, e neste caso móveis, para serem vendidas no comércio de Belém.

A circulação de produtos importados no Porto de Belém, de alguma forma, está relacionada com a composição da vida material doméstica das moradias da capital do Pará nesta primeira metade do século XIX. Embora não possamos generalizar esta afirmativa, a de que as casas das famílias belemenses valorizavam móveis importados na mobília de seus lares, é possível destacar um certo refinamento já a partir das décadas de 1830 e 1840, de uma parte média da população que indica na relação de bens nos seus inventários a origem desses objetos: são franceses, indianos, ingleses, chineses etc. A respeito destes objetos importados, mais freqüentemente apareciam, porcelanas, tecidos e raramente móveis.

Porém o comum, nos inventários era a presença de *trastes* sem identificação de fabricação, no mais das vezes apontando para o seu estado de conservação, *se novo, em bom estado, velho, muito velho, quebrado* e assim por diante. Os móveis de madeira, possivelmente fabricados no Brasil, e particularmente na própria cidade de Belém dominavam na lista de objetos relacionados nos inventários consultados. Ainda que não tenhamos tido acesso a documentação de lojas de fabricação de móveis de madeira em Belém nesta época, para percebermos se marceneiros e carpinteiros tiveram tanto destaque por suas habilidades como aqueles *ébéniste* franceses possuíam nos século XVI – XVII, mas não é menos importante, destacar como através dos móveis das casas – para além do estilo ou dos modelos, que são difíceis de ler através das notas dos inventários – é possível perceber a freqüência da valorização do tipo de madeira com o qual eram construídos os móveis que faziam parte da mobília doméstica.

O tipo de madeira com a qual eram construídos os móveis revela a nobreza do mobiliário, o que implicava no valor e a durabilidade que poderia alcançar. Enquanto na Europa destacava-se o Carvalho. No Brasil, e em particular na Província do Pará nesta época, encontravam-se diversos tipos de árvores, das quais se extraíam madeira que eram aplicadas em várias atividades da vida cotidiana. Os naturalistas que estiveram em Belém observaram a utilização de madeiras para a fabricação de barcos no Arsenal de Marinha. Os britânicos Bates e Wallace visitando a serraria pertencente ao sr. Levens, nos arredores da cidade, descrevem o

beneficiamento de um árvore de maçaranduba ou árvore leiteira, que era qualificada como *muito dura, de fina grã, muito durável, e própria para trabalhos expostos às intempéries*³⁹⁵.

Entre os tipos de madeira mais comuns utilizados na fabricação de móveis descritos nos inventários estão: o cedro; dos vinte inventários estudados, pelos menos 9 possuíam móveis feitos de cedro; D. Joaquina Ferreira Góes, deixava no seu inventário *2 cadeiras de sedro em bom uso*; Thomé Pinheiro Lobo, registrava *03 cadeiras poltronas velhas de sedro*; Julião José do Carmo, em 1834, deixava descrito em seu inventário *06 cadeiras de sedro em bom uso*, avaliadas cada uma em \$600 réis cada. Outras madeiras usadas na fabricação de móveis são: marupaúba, acapú, louro (amarelo e vermelho), pau amarelo, macacaúba, moraquiatiara, tamanqueira e pau-rosa.

Pensamos que a partir dos tipos de madeira, que embora possam ser comuns nos móveis de qualquer cidade brasileira, em Belém apresentam uma relação de proximidade com a aquilo que a região fornecia com maior abundância, que era a madeira. O que nos dias de hoje é escassa ou mesmo em extinção, no século XIX fartamente povoavam as habitações através de seus móveis.

Poucos desses móveis são descritos como sendo pintados, nos vinte inventários estudados apenas Francisco Batista de Carvalho deixava registrado que possuía *14 cadeiras de sedro borradas de verde em bom uso, 01 mesa de sedro de 04 palmos borrada com uma gaveta em bom uso e dois armários, um grande e um pequeno pintados e em bom uso*.

* * *

Através do estudo dos móveis de madeira das moradias de Belém, foi possível perceber o nível de proximidade que os moradores possuíam com o seu espaço natural, pois, ainda que a documentação revele mobiliários com certo refinamento, eram os móveis rústicos, os trastes improvisados com aquilo que a natureza lhes oferecia que comumente eram utilizados pela grande maioria dos moradores em suas residências. Por outro lado, ressaltava uma tendência da entrada de objetos importados, como os móveis que chegavam pelo porto da cidade, e que passava a fazer parte da mobília de família com maiores posses.

O consumo, o refinamento e um maior enraizamento de algumas famílias pode também ser observado através dos mobiliários mais pesados e de menor mobilidade, que

³⁹⁵ WALLACE, Alfred. op.cit. p.64.

dividiam espaço ao lado daqueles objetos mais leves o que acentuava que em Belém, mantinham ainda um intenso fluxo de movimento, sejam as famílias que mesmo residindo no Pará mantinham constante relacionamento com Portugal, ou aqueles que possuindo casas na cidade mantinham propriedades nos *arredores da cidade*, admitindo, portanto, possíveis mobilidades.

É em torno desta diversidade de objetos que podemos notar as transformações econômicas que se davam nos centros mais dinâmicos davam sinais nesta cidade nortista nos primeiros anos do século XIX. A introdução de móveis e utensílios nos lares implicava, também num caráter pedagógico das funções domésticas, a leitura destes usos e sentidos gerados por estes objetos é o tema da discussão a seguir.

3.3. Sensibilidades domésticas através dos objetos

Analisando inventários *post mortem*, notícias de leilões, anúncios de venda de produtos que circulavam no comércio e que eram publicados nos jornais do início século XIX³⁹⁶ e relatos de viajantes conseguimos observar uma série de objetos materiais que, de um modo geral, compunham os *trastes* pertencentes a algumas famílias moradoras de Belém naquele período. São objetos dos mais diversos, que vão desde grande quantidade de tecidos que constituíam o estoque de algum comércio da cidade, ou simplesmente roupas novas ou como eram comumente registradas nos inventários, *velhas, em bom uso, e ainda sem valor*.

Além destes existiam um rol de vários tipos de produtos. Eram móveis, utensílios domésticos, adereços para o lar, enfim um conjunto de objetos que olhando a primeira vista ressalta o valor pecuniário que eles representavam para cada família, o que poderia denunciar aspectos de uma *pobreza* ou *riqueza* material, o que seria muito pouco para qualificar traços da vida dos moradores de Belém. Estes objetos representam muito mais do que apenas um elemento monetário no conjunto do rol de bens de uma família, eles compõem o universo da vida material de parte do conjunto da sociedade e dizem muito a respeito de sua identidade de grupo, de seus valores, de seus ideais políticos, de suas tradições e costumes, das suas atividades e ofícios enfim, a análise da cultura material, mesmo que de forma indireta, através das fontes textuais, representam mais uma janela para discutir as relações sociais da cidade.

³⁹⁶ Entre os Jornais pesquisados estão o Treze de Maio nos anos de 1840 a 1850 e o Publicador Paraense, são números avulsos da seção de Microfilmes do arquivo do CENTUR e do Arquivo da Biblioteca do Grêmio Literário Português.

Dessa forma o estudo do domicílio belemense a partir de seus mobiliários doméstico, se insere neste esforço de enxergar o cotidiano de pessoas dos mais diversos estratos da sociedade que habitavam a capital paraense durante os primeiros cinquenta anos do século XIX.

Orações e devoções domésticas através dos objetos.

A casa de moradia era o locus privilegiado para o exercício da religiosidade privada dos católicos, Luiz Mott assim qualifica um dos papéis das casas de morada no Brasil. A inserção da habitação como um espaço permeado pelas crenças é algo muito intenso nas tradições religiosas das populações brasileiras, que pode ser identificado nos ritos que acompanham a construção da casa³⁹⁷ e seguem nos mais variados emblemas religiosos que compõem o espaço doméstico depois de pronta. Pareceu-nos significativa esta característica para casa de algumas famílias que moraram em Belém durante o a primeira metade do século XIX. Embora o ritual da construção da casa não nos interesse neste momento nos ateremos a discutir os emblemas sacros que foram registrados entre os bens das famílias moradoras da cidade.

O século XIX inicia tendo o catolicismo ainda como a religião oficial do país, esta é uma realidade inescapável para a capital paraense, um exemplo disso é a disposição da cidade em freguesias que tem como centro Igrejas – a Sé e a outra da Senhora Santa Anna da Campina. Embora predomine o catolicismo como religião oficial em Belém, isto não queria dizer que outros cultos não fossem encontrados entre os seus habitantes, dentre eles os ritos afros, pajelanças já tão condenados desde os tempos coloniais e os mais novos grupos religiosos judeus e protestantes. Estes últimos foram notados pelo viajante protestante Daniel Kidder quando de sua passagem pela cidade em 1839, diz ter *tido a oportunidade de dirigir diversos cultos em domingos sucessivos, sendo uma vez a bordo de um navio norte-americano no porto e as demais na residência de um amigo*³⁹⁸.

Porém o que era comum na cidade eram os ritos do catolicismo, festas religiosas que faziam parte do calendário oficial da Igreja, assim como aquelas festas de caráter popular.

³⁹⁷ MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In SOUZA, Laura de Melo. *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Aponta a prática nas casas abastadas de lançar a pedra fundamental da casa com a presença do padre para aspergir água benta no alicerce. P-164

³⁹⁸ KIDDER, Daniel. op.cit. p-183.

Henry Bates, naturalista inglês que esteve em Belém em 1848, observou uma profusão de festas religiosas que eram realizadas na cidade por aquela época, dentre elas estava o Círio de Nossa Senhora de Nazaré de maior destaque, e outras que foram relacionadas a grupos étnicos, como a festa de S. Tomé da qual participavam os *índios catequizados*; Festa de Nossa Senhora do Rosário, onde os negros participavam. Para além destes ritos públicos, ou seja, aqueles que aconteciam nos espaços mais amplos cidade, nas ruas, na praça, o que nos interessa neste momento é analisar aqueles que se circunscreviam nas casas, num espaço mais restrito.

São vários os emblemas religiosos que se mostravam presentes nas casas das famílias belemenses, porém nenhum deles era tão marcante quanto a presença dos oratórios particulares. Este móvel sacro ocupava um espaço de destaque na casa, geralmente a sala era um campo destinado para a instalação dos oratórios, porém o quarto ou cômodos específicos também foram destinados em moradias para estes móveis. Os oratórios *funcionavam como uma espécie de relicário, onde eram conservados, além de eventuais relíquias, (...) a palha benta do Domingo de Ramos, medalhinhas das festas, os escapulários*³⁹⁹ e os santos de devoção do proprietário da casa.

Analisando trinta inventários de famílias moradoras de Belém na primeira metade do século XIX, observamos que metade das famílias possuía, pelo menos, um oratório em casa, em alguns casos mais de um destes móveis foram descritos no espólio dos inventariados, como era o caso de Antonio Cunha que teve seu inventário descrito em 1833, era morador de um quarto de casas da travessa da Misericórdia nº 31, além deste imóvel, também possuía um *chão na Rua de São Mateus, onde registrou a posse de dois oratórios de madeira pintados com portas, que foram avaliados em 4\$000 réis*⁴⁰⁰, como parte de seu móvel sacro, constava entre os bens 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição de madeira, 1 imagem de Nossa Senhora do Carmo com coroa de prata e um crucifixo de prata, tudo isto avaliado no valor de 4\$240 réis⁴⁰¹. Os valores que oratórios eram avaliados não eram tão expressivos dentro do conjunto dos bens dos inventariados, pois somados os dois que possuía Antonio Cunha, ainda assim eram inferiores as imagens que constavam em sua casa.

Outras famílias possuíam oratórios de maior destaque financeiro, tal como os que pertenceram a Antonio José da Costa morador da Rua Nova, que constava em seu inventário

³⁹⁹ MOTT, Luiz. op. cit. p.167.

⁴⁰⁰ APEP. *Inventário de Antonio Cunha*, 1833.

⁴⁰¹ APEP. *Inventário de Antonio Cunha* 1833.

de 1839 a existência de *1 oratório com imagens e com a guarnição toda quebrada*, porém seria avaliado em 30\$000 réis, é um dos valores de maior destaque entre os móveis do mesmo grupo consultado, o que mostrava estar em consonância com seu imóvel, que apesar de se mostrar *muito arruinado*, possuía sala, corredor, copiar e três quartos interiores e ladrilhada, uma das poucas da época, que foi avaliada em 900\$000 réis. Com semelhante valor era o oratório pertencente à família de Vicente José de Moura e D. Francisca da Chagas Paz, que foi avaliado em 20\$000 réis.

Entre oratórios mais custosos ou de menores valores estamos diante de uma tendência que nascera na Colônia, qual seja o de construir recantos particulares de oração, e que se mostrava presente nas casa belemenses. Esses espaços domésticos de oração se afirmariam como parte das moradas. Sheila de Faria citando Couto Reis demonstra que *senhores de engenhos para ostentar poder e riqueza solicitavam licença para levantar altar no seu oratório particular*⁴⁰².

Ainda que os oratórios não signifiquem ostentação de poder para as famílias belemenses, eles acabavam demonstrando uma apropriação familiar de ritos religiosos, na medida em que o controle e a prática devocional estavam diretamente vinculadas ao lar. Os santos cultuados de um modo geral estão ligados aos moradores da casa e frutos das promessas que seus proprietários fazem de forma direta a estes santos. No inventário de Thomé Pinheiro Lobo, constava uma imagem de São Thomé, além do ‘santo do seu nome’ possivelmente era também o seu santo de devoção. Além da imagem de Cristo Crucificado, Santo Antonio era uma das imagens preferidas das casas, um exemplar estava entre os pertences do tenente Joaquim Pedro Borrvalho, que possuía um *oratório de madeira, pau cedro pintado, com duas imagens do Senhor Crucificado e um Santo Antonio de madeira*⁴⁰³.

Entretanto as casas se mostravam mais valorizadas quando possuíam espaço destinado para Oratório. A respeito desta característica das habitações trataria D. Romualdo Coelho bispo da Diocese escrevendo ao governador João Antonio de Miranda informando que *passavam as Educandas da caza em que residiam para o edifício do cidadão Salvador Rodrigues Couto na Rua da Princeza, a qual m’o alugou por 240\$000 réis anuais, possuindo ele, além dos cômodos convenientes, um oratório plenamente preparado*⁴⁰⁴. Como se tratavam de moças que ficariam reclusas para receber educação era mais que um requisito a

⁴⁰² FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento*, op.cit. p-361.

⁴⁰³ APEP. *Inventário do tenente Coronel Joaquim Pedro Borrvalho*. 1819.

⁴⁰⁴ Nota publicada no Jornal TREZE DE MAIO p-18 06/1840.

existência de um oratório, já que era a Igreja junto com Estado que custeavam as ações e as orações era parte integrante da formação das educandas.

Objetos do descanso e o sono.

Além de se mostrar um espaço doméstico de oração com seus oratórios e santos o domicílio belemenses também era um lugar onde o descanso e o sono possuía características que revelavam esta maior permanência das famílias em seus lares.

O viajante inglês Alfred Wallace ao chegar a Belém no ano de 1848 escreveria de forma categórica: *Não há aqui camas, nem colchões, usando-se em seu lugar as redes, trançadas de fio de algodão, que oferecem bom **cômodo** para se dormir e são mesmo muito convenientes, por causa de sua **portabilidade***⁴⁰⁵.

Esta observação pontual do viajante é muito provocadora para se pensar em alguns elementos da vida doméstica em Belém a respeito dos locais de descanso e como os moradores dormiam em suas casas na primeira metade do século XIX. Embora convicto de suas afirmações, o viajante inglês talvez tenha observado apenas uma parte dos costumes da população de Belém no que diz respeito aos objetos que utilizavam para dormir, que eram as redes.

As redes constituíam um objeto muito utilizado nas moradias de família dos mais diversos estratos da sociedade. Porém, esta popularidade da rede não era uma particularidade de Belém, no nordeste⁴⁰⁶ e sudeste ela se mostrava como uma mobília que se adequava à mobilidade de uma população que estava, na maioria das vezes, mudando de um lugar para o outro em busca de riqueza ou fugindo de adversidades naturais. A rede *era extremamente útil, tendo várias funções, como leito, sofá, cadeira; e ainda servia como meio de transporte pelas ruas e estradas de vilas e seus termos*⁴⁰⁷.

Considerando estes aspectos talvez o naturalista estivesse certo ao afirmar que uma das propriedades da rede era o fato de ser *cômoda* no sentido de proporcionar conforto para dormir, esta sensação nova para qualificar utensílios domésticos, pois o mais comum na época

⁴⁰⁵ WALLACE, op. cit. p-38.

⁴⁰⁶ VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes*. op. cit. p.127.

⁴⁰⁷ Idem.

era que a sua função predominassem para além dos sentidos que estes objetos se prestassem. Daí que além se considerar cômoda este mesmo objeto seja valorizado por sua característica de *portabilidade*, que vem de *portátil*, num sentido moderno do termo tem a ver com o que se pode facilmente transportar, também é uma percepção bastante interessante para qualificar mobílias do início do século XIX, porém como são apontadas por um europeu que vem de uma sociedade onde o conforto e objetos portáteis já começam a se destacar na vida doméstica isto não nos causa tanta estranheza, embora o sentido de conforto e de portabilidade fossem sensações que estavam se destacando no uso dos objetos domésticos em Belém, mas que através deles seja possível demonstrar que as moradias estavam em processo de mudança.

As redes talvez predominassem na cidade entre os utensílios utilizados para dormir ou descansar nas casas de Belém, e o seu estivesse relacionado às tradições locais, advinda das heranças indígenas, porém eles não reinavam de forma hegemônica no campo doméstico. Então neste sentido o naturalista inglês estava equivocado, pois, o uso de catres, camas ou simplesmente colchões não se mostravam objetos estranhos nas mobílias dos moradores da cidade.

Nos inventários consultados a família de João de Oliveira Cardoso⁴⁰⁸ que deixou em 1815 ao falecer, como seus herdeiros três filhos, dos quais duas eram mulheres e já haviam casado e o filho menor de 15 anos Manoel de Oliveira Cardoso, além da viúva, D. Anna Damiana da Costa. Entre seus bens constava *uma cama*, a respeito do qual não há grandes informações apenas que fora avaliada em \$320 réis, um valor muito baixo se comparado com a somatória dos seus bens que totalizavam 4:483\$280 réis. Uma outra família que deixava um leito entre os seus pertences foi a de D. Maria Josefa de Siqueira, embora não possuísse imóveis na cidade ela deixava além de *um leito com armação de pau amarelo* avaliado em 4\$000 réis, três redes, das quais uma era qualificada como *de tapuirana com varandas de baeta em bom uso*, no valor de 5\$000 réis e, ainda um *colchão grande cheio de samaúma com um travesseiro, duas fronhas e uma almofadinha*, pelo valor de \$800 réis⁴⁰⁹. D. Josefa que possuía como única herdeira e legatária Thomasia Maria das Mercês, *casada e emancipada*, além desta, mais 6 escravos. Provavelmente D. Josefa utilizasse a cama de pau amarelo, com seu colchão sendo que os escravos dividiam o restante das redes ou dormissem no chão.

⁴⁰⁸ APEP. *Inventário de João de Oliveira Cardoso*, 1815.

⁴⁰⁹ APEP. *Inventários de D. Maria Josefa Siqueira*, 1815.

Com mais frequência dos que as camas, apareciam nos inventários os catres entre os bens das famílias moradoras de Belém deste período, cerca de 9 dos inventariados registravam este mobiliário em casa. O catre, segundo o dicionário Aurélio, poderia ser *uma cama de viagem, dobrável ou um leito tosco e pobre*⁴¹⁰. Entre os espólios das famílias encontramos alguns que os valores não eram tanto modestos. Um exemplo desta tendência é o inventário do senhor Antonio Cunha, o mesmo que possuía em casa dois oratórios, também era registrado a presença de *dois catres*, entre o seus bens, *um deles de macacaúba* avaliado em 10\$000 réis e outro de *pau amarelo* por um pouco menos 8\$800 réis, com o valor de um deles era o equivalente ao preço de 5 novilhas, que custavam 2\$000 réis valor que foram avaliadas na fazenda de D. Francisca Rosa que teve os seus bens registrados na mesma época.

Embora, pudessem ser utilizados como cama de viagem, observamos que a maioria das famílias que mostraram ter catres em casa não possuía propriedades fora de Belém, com exceção do tenente-coronel Joaquim Pedro Borralho, morador da rua que vai para o Palácio (do governo), também tinha propriedades de terras em Bujaru, listava entre seus pertences *um catre de pau amarelo com seus embutidos* de 6\$000, possivelmente o transportasse quando viajasse de Belém para suas terras, esta, entretanto, é uma possibilidade remota na medida em que as redes se adequavam muito mais facilmente ao transporte do que este mobiliário. O que nos leva a crer que Belém se mostrava uma cidade onde os fluxos de saída eram menos intensos do que em outras regiões do país para a mesma época, assim como as casas tornavam-se cada vez mais um espaço de ocupação mais duradoura e por isso o investimento em mobiliários se mostravam como uma preocupação muito mais recorrente nas casas das famílias que habitavam a cidade.

Até mesmo a rede descrita equivocadamente pelo viajante inglês Wallace, como o único objeto utilizado para dormir em Belém, mereciam destaque entre os mobiliários da família da cidade seja pelos adornos ou pelo valor em que foram avaliadas. Antonio Cunha, além de seus já citados catres, possuía 5 redes em casa, uma delas, entretanto bastante requintada, *era uma rede de taiporana com varanda bordada e cordas de fio novo* avaliada em 18\$000 réis⁴¹¹, um valor bastante superior ao dado as suas camas portáteis. Note-se que o dito senhor possuía em casa um tear de tecer rede, talvez isto justifique o fato de aperfeiçoar os adornos da mobília.

⁴¹⁰ BUARQUE, Aurélio. *Mini Aurélio século XXI*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, PNLD/FNDE, 2004.

⁴¹¹ APEP. *Inventário de Antonio Cunha*, 1833.

Por conta dos valores expressivos a que chegavam as redes, elas passavam a ser alvos de furtos que ocorriam na cidade. Assim noticiava o jornal Treze de Maio na coluna de avizos que a *caza do guarda d'Alfandega Joaquim Evaristo, foi roubada na noite do dia 25 para o dia 26 do corrente mez*, (abril 1841) *ele roga a todas as pessoas que tiverem notícia da vendas de Rebeca envernizada de vermelho ou cor de gema d'ovo, com a caixa ou sem ela, guitarra envernizada de vermelho, relojo sem ponteiro no mostrador, com vidro e caixa dourada, Rede de tapourana sem baranda, com pouco uso, coroas de prata de imagens que indaguem circunstanciadamente quem he o vendedor, e avizem em sua caza n° 7 cita na Travessa de S. Mateus, que se forem alguns dos trastes roubados, e que se descubra o ladrão, elle dará boas alviçaras*⁴¹². Embora não se possa saber quanto valia a rede entre os bens, podemos crer, comparando com as que vimos anteriormente ela possuía um valor não desprezível entre todos os que foram noticiados no jornal.

O calor talvez fosse um das justificativas para a preferência pelas redes em Belém, o que não justifica a inexistência de outras mobílias para época, conforme observamos. Embora, para os cronistas a rede tenha sido muito mais familiar nesta região de clima quente, como assinalou o viajante americano Daniel Kidder, que ao invés de *alcovas acanhadas, escuras e sem ventilação e quentíssimas camas, existem ganchos dispostos pelos cantos de todos os espaçosos quartos bem como ao longo de todas as varandas. Há casas que dispõem de acomodações para cinqüenta ou sessenta redes sem as atulhar*⁴¹³. Fora o exagero como descreveu o uso desta mobília em Belém, fica evidenciado como eram comuns às redes nas moradias, por outro lado observamos a preferência dos naturalistas que estiveram na cidade pela mobília. Bates, outro viajante naturalista que esteve em Belém em 1848, junto com Wallace, dormiam em redes de algodão compradas na cidade, e se refugiavam do calor nas varandas da rocinha do senhor Müller nos dias de calor, onde permaneceram hospedados.

Contudo, embora as redes fossem muito populares entre os moradores de Belém, não cremos que ela possuísse aqui o mesmo sentido que acabou predominando em outros locais do país, possivelmente o fato de serem *cômodas* eram muito mais valorizadas pelos moradores do que por serem *portáteis*, pois acreditamos que as moradias estavam passando por transformações, estas se mostravam cada vez mais elaboradas com suas divisões internas bastante definidas e construídas de modo que permitia uma maior durabilidade, isto apenas para ressaltar o aspecto arquitetônico das moradias, por outro lado e em consonância com esta

⁴¹² Jornal Treze Maio, 04/1841.

⁴¹³ KIDDER, op. cit. p-184

característica das moradias é presença de móveis de maior proporção e de difícil transporte, que são as camas e catres, o que reforça essa fixação de uma população que se deslocava com menor intensidade para outras regiões, com maior destaque em Belém para a existência de inúmeras famílias de portugueses que se mantinham de um lado e de outro do Atlântico, possivelmente.

Portanto, casas duráveis e móveis duráveis começavam a se mostrar mais comuns nas residências de Belém na primeira metade do século XIX. Outros móveis e utensílios reforçam esta característica.

Talheres, pratos e fogões objetos de uma cozinha.

A cozinha se mostrava um dos espaços bastante resguardado da casa, *era um espaço privilegiado das relações íntimas da casa, área de acesso restrito para os moradores*⁴¹⁴. Embora estejamos tratando das coisas domésticas gostaríamos de inferir como se organizava este recanto das moradias belemenses, ainda que não tenhamos descrições específicas destes lugares, posto que os viajantes, nossos interlocutores geralmente não eram *convidados para entrarem nas cozinhas*, e outras formas de narrativas demonstram muito pouco deste ambiente.

Bates e Wallace, naturalistas ingleses que estiveram em Belém a partir 1848, fizeram questão de contratar o negro Isidoro como cozinheiro para cuidar dos seus serviços domésticos da cozinha que ficaram hospedados, não fazendo nenhuma menção as tarefas deste escravo, que naquele momento, surpreendentemente, supria o lugar que, geralmente era ocupado pelas mulheres, qual seja o exercício das tarefas do lar. Talvez o trabalho doméstico para os homens não fosse tão diferente do que outras tarefas na Inglaterra, embora aqui no Brasil, a cozinha era tratada como sinônimo de lugar de mulher e nesta época sinônimo de um lugar sujo e pouco arejado, por conta destas condições no final do século XIX sofreria grandes mudanças e inovações provocadas pela introdução de novas tecnologias tais como o gás e a eletricidade⁴¹⁵.

⁴¹⁴ LEMOS, Carls. op. cit p-14.

⁴¹⁵ SILVA, João L. M. *O impacto do gás e da eletricidade*. op. cit.

Entretanto, são os mobiliários, possivelmente destinados para esta parte da casa que nos interessa neste momento. Para isto o esforço para inferir possibilidades e a intenção de formular pequenas biografias de objetos se constitui como instrumento indispensável nas nossas reflexões.

A cozinha já se distinguia entre os cômodos das casas de Belém na primeira metade do século XIX, basta para isso, observarmos que já havia uma certa frequência da descrição desta parte da casa em alguns inventários. O capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega teve registrado em seu inventário em 1809, *um quarto de Casas, na Rua das Flores número 19 com um quarto na frente, dois interiores e cozinha coberta de telhas, com paredes de taipa demão*⁴¹⁶. Esta é uma casa do início do século XIX, na medida em que nos aproximamos do fim da primeira metade deste século há uma maior intensidade de registros de cozinhas.

Mas que mobiliários eram usados neste espaço das casas de Belém durante os primeiros cinquenta anos do século XIX? Esta é uma tarefa que não é muito simples de responder, pois ainda que a casa estivesse se modificando do ponto de vista de sua arquitetura, no que diz respeito a seus mobiliários ainda haveria de percorrer um longo espaço de tempo para aperfeiçoar instrumentos, assim como especificá-los com sendo de uso exclusivo daquele recinto da casa. Poderíamos partir da idéia de que existiam objetos de cozinha comuns, isto não quer dizer fossem objetos tão vulgarizados pois havia família que não declaravam nenhum, e outros os declaravam como pertences muito valiosos, mas que facilmente eram encontrados nas moradias das famílias dos mais variados estratos da sociedade e outros objetos se mostravam excepcionais para as casa daquele período e que por vezes poderiam ser notados nos espólios de algumas famílias ou mesmo em anúncios de casas comerciais.

Sobre este primeiro grupo os talheres e pratos poderiam ser enquadrados como objetos que comumente se encontravam nas moradias de Belém, embora nem sempre em número suficiente para os moradores da casa. A família de D. Francisca Rosa que teve seu inventário descrito em 1826, era composta por 9 filhos e além da inventariada e o seu esposo Paulino José Monteiro o que somavam um total de 11 pessoas da família, sem contar o seu mais de 15 escravos, seus talheres, no entanto, contavam em 6 colheres de prata e 3 garfos também de prata, os pratos da casa não eram descritos.

⁴¹⁶ APEP. *Inventário do Capitão Jerônimo Pereira da Nóbrega*, 1809.

É interessante notar ainda que os talheres feitos de metal valioso possivelmente não fossem utilizados cotidianamente na casa, assim poderíamos crer que, pelo tamanho da família na casa de D. Francisca Rosa, o ritual do jantar⁴¹⁷ era feito através de louça de pouco valor que nem sequer seriam levados ao conhecimento dos avaliadores e as mãos, provavelmente substituíam os talheres. Outros porém, apresentavam listas de talheres e louças bastante expressivas, como era o caso do negociante Francisco Batista Carvalho, que em 1819 apresentava um respeitável aparelho de jantar, com uma característica comum *serem da Índia, pintados com flores e douradas pela beira*, pelo menos 117 pratos, diversas saladeiras inglesas e vindas da Índia, cerca de 69 talheres, e outros utensílios de cozinha⁴¹⁸.

Como se tratava de um comerciante, provavelmente pouco destes objetos poderiam ser utilizados na sua cozinha, talvez parte destes bens fizessem parte do estoque de sua casa comercial. Porém mostra como Belém por ser uma cidade portuária tinha acesso a muitas mercadorias de vários lugares do mundo, o que fazia que pessoas como Francisco Batista um negociante destacado na cidade naquele época, segundo Baena, fora o responsável pela reforma do teatro *mandando colocar novas decorações scenicas, entre as quais teve lugar a frente da cidade do Pará fielmente retratada no segundo plano do proscênio*⁴¹⁹ pudesse desfrutar de requintes de tal monta na mesa, conforme já observamos anteriormente.

Outros utensílios chamam a atenção pela singularidade, em dois inventários foram encontrados entre os objetos da casa o uso de cuias, embora comuns na região raramente elas são descritas entre os bens das famílias belemenses. D. Ana Joaquina Ferreira Góes possuía 7 *cuias sortidas, umas pintadas e outras lisas avaliadas* em \$280 réis, e Feliz José de Aquino, possuía 3 *cuias pintadas* e mais 7 *cuias pretas* somavam \$310 réis, ambos tiveram os seus inventários registrados no anos de 1817. É possível que as cuias fossem utilizadas na falta de pratos ou outros utensílios domésticos, para além das especulações sobre o objeto que nos revela é um traço regional, fica patente o papel do Juizado de Órfãos da Capital não deixava de descrever todos os bens por mais *insignificantes* que eles parecessem ser, seria objeto de disputa entre os herdeiros⁴²⁰.

As chocolateiras são descritas muito facilmente entre os pertences das famílias belemenses, as vezes muito mais do que as cafeteiras, entre as famílias consultadas pelos

⁴¹⁷ VISSER, Margaret. *O Ritual do jantar. op. cit.*

⁴¹⁸ APEP, *Inventário de Francisco Batista Carvalho* 1819.

⁴¹⁹ BAENA, Antonio L. *op.cit.* p-280.

⁴²⁰ MACHADO, Alcântara, *op. cit.* 28.

menos 4 delas apresentavam utensílios com a descrição de *chocolateira*, contra outros 3 que descreveram *cafeteiras*, o restante não declarou qualquer utensílio. Entretanto, mesmo que o objeto chamado de chocolateira seja feito café ou outra bebida, pois não temos como verificar estas informações, penso que o fato de existir utensílios domésticos com este fim, qual seja o de preparar chocolate em Belém, demonstra que durante a primeira metade do século XIX, um produto de grande destaque na exportação do Pará durante final do século XVIII e início do XIX, que era o cacau⁴²¹, também servia no mercado local, talvez muito mais do que o café, produto que não teve grande destaque na produção em Belém nesta época.

A partir da década de 40 dos oitocentos os jornais⁴²² destacam a chegada para o comércio da cidade de produtos para fins domésticos que ressaltam um certo requinte para as cozinhas, embora não tenhamos encontrado poucos deles nos inventários das famílias consultadas, o fato de estarem desembarcando no comércio local é uma possibilidade de que fossem consumidos pela população belemense, ainda que nem todos pudessem pagar por estes utensílios. Dentre estes estão 300 *panelas de ferro*, que chegaram a bordo do *Brigue Inglês City of Perth*, em 1840. Tão significativo como as panelas de ferro eram 2 fogões de ferro para cozinhar que estavam no carregamento do pataxo Lander, possivelmente de 1841.

O aperfeiçoamento do fogão implicou numa mudança significativa da vida doméstica⁴²³, é muito surpreendente notar em Belém ainda na primeira metade do século XIX a presença de tal utensílio doméstico, pois este era um período, em que não só em Belém, como no restante do Brasil, dominavam os grandes fogões a lenha, que geralmente eram feitos de barro, e ocupavam um grande espaço da casa, para isso era destinada uma cozinha estendida, o *copiar*, uma varanda na parte de trás da casa que abrigava as tarefas mais pesadas da moradia, era também chamada de *cozinha suja*, apesar do distanciamento, o fogão a lenha, jogava para dentro das casas grande quantidade de fumaça e fuligem, isto tornava o aspecto da casa detestável pelos viajantes, daí ser considerada a cozinha um espaço da casa isalubre.

Assim a presença de fogões portáteis nas cozinhas de Belém na primeira metade do século XIX, aponta para algumas mudanças muito sutis no aspecto do domicílio, qual seja, a construção de uma cozinha com tendência a praticidade e higiênica⁴²⁴, pois estas entre outras

⁴²¹ SANTOS, Roberto. op. cit. p-18-19.

⁴²² Uma coluna do Jornal TREZE DE MAIO, chama Movimentação do Porto apresentava regularmente o registro de entrada e saída de produtos na capital paraense, os dados são possíveis ver a partir da década de 1840.

⁴²³ SILVA, João Luiz Máximo. op. cit.

⁴²⁴ Idem

era função do fogão portátil, embora, para época os combustíveis predominante seja a lenha e carvão, o que não altera significativamente o volume de fumaça na casa, mas o preparo das refeições, é possível supor, ocorressem num ambiente interno da casa.

Entre os inventários analisados foi possível perceber em 1817, que entre os bens deixados por Feliz José de Aquino e D. Bernardina Rosa, que moravam de aluguel, pois não havia registro de imóveis no seu inventário, a existência de um *fogareiro de latão* que recebeu o valor de \$640 réis. Este singelo objeto *portátil* de preparo de alimento nos chama a atenção pelo menos por dois aspectos, primeiro pelo fato de ser um fogareiro, possivelmente pequeno, ele possa demonstrar que a família de Feliz de Aquino por não possuir residência própria, pudesse mudar de moradia, e para isso levavam consigo o fogão, uma outra e interessante possibilidade, que vem corroborar com esta tendência de mudança porque estava passando a casa belemense, a entrada de objetos como um fogão para o interior do espaço da residência, se somando e/ou dividindo lugar com o tradicional fogão a lenha fixo.

* * *

A partir das mobílias domésticas foi possível adentrar no espaço interior das habitações, perceber o quanto diversificadas eram os mobiliários domésticos presentes em algumas casas de Belém. Ao lado objetos que favoreciam a mobilidade como as redes, amplamente utilizado em regiões de clima quente, e profundamente relacionada com os costumes locais, vimos o investimento num mobiliário mais pesado e requintado, como os catres e camas, estes objetos sugerem indícios de uma cidade que estava acessível a um mercado de produtos que não se mostravam em outras regiões do Brasil.

A vida cotidiana das famílias belemenses, se mostra também através do recolhimento em torno dos oratórios para os cultos domésticos, revelando os santos de devoção e práticas religiosas que os objetos sacros permitem investigar.

O estudo das moradas através das *coisas domésticas* constitui a possibilidade de analisar através da difusão e o usos de objetos que traduziam um certo requinte e sofisticação que a sociedade belemense não estava afeita ao desenvolvimento econômico e principalmente aos valores que já se faziam sentir nos países europeus e que aqui se faziam presentes com a introdução de mobiliários que produziam usos e necessidade que, embora, não possam ser

generalizadas como uma característica amplamente difundida, consideramos relevante encontrar nos domicílios objetos como os fogões de ferro, que somente no final do século XIX se tornariam conhecidos nas cozinhas brasileiras, e significativo notar a existência deste mobiliário no comércio paraense em meados do século XIX.

São aspectos como estes que fazem dos estudos de vida material uma análise da sociedade a partir do *possível e o impossível*⁴²⁵, pois os a circulação e os usos dos mobiliários domésticos permitem ver as relações da sociedade a partir de pontos que sugerem indícios fortes para repensar as noções de consumo, conforto e vida doméstica numa sociedade ainda que convive com a escassez de objetos materiais.

⁴²⁵ BRAUDEL, Fernand. op.cit. 1997.

Considerações finais

O estudo sobre as habitações de Belém na primeira metade do século XIX não se fez sem um longo percurso, para efetuar o cruzamento entre a vida nos domicílios urbanos da capital da província nortista nos deparamos no curso da pesquisa com questões delicadas. A primeira delas foi identificação do espaço urbano de Belém no limiar da época colonial com o estabelecimento do Império brasileiro.

Ao contrário do que se possa pressupor a respeito da improvisação dos núcleos de colonização estabelecidos pelos portugueses, à pesquisa nos possibilitou perceber que as vilas e cidades coloniais possuíam, se não um modelo, mas um método de construção. Isto foi possível observar através dos trabalhos desenvolvidos pelos engenheiros militares, que tiveram participação ativa no planejamento dos núcleos urbano coloniais. O que se revelou na capital da província do Pará nos trabalhos dos engenheiros-militares Geraldo Gronsfeld e Constantino Chermont.

A evidencia significativa observada através da análise destes trabalhos foi a preocupação com o planejamento urbano no final do século XVIII e início do século XIX, contrapondo as expectativas da cidade normatizada e higienizada do final do século XIX. Belém nos primeiros decênios do século XIX apresenta um traçado urbano deixado pelo riscado dos engenheiros militares com o alinhamento vias e estratégias para ocupação habitacional previsível. Estas ações ficaram demonstradas no processo que levou ao aterramento do alagado do Piri, que inicia no começo do século XIX, antes mesmo deste período, já havia iniciativas para solucionar o problema de aterramento do alagado do centro da cidade, mas somente através das ações empreendidas pelo Conde dos Arcos em 1803 é que a área pantanosa do centro da cidade passaria a ser aterrada. Junto com esta política saneadora, aparecem as primeiras iniciativas que regulamentação das habitações urbanas, através da numeração obrigatória dos imóveis e o estabelecimento de nomes para as ruas da cidade.

A identificação de uma legislação urbana para o início do século XIX em Belém e particularmente uma normatização imobiliária se constitui com um dos aspectos relevantes desta pesquisa. É bastante estudado o ordenamento urbano no final do século XIX, porém o mesmo não ocorre nos primeiros anos dos oitocentos, particularmente nas cidades nortistas.

Neste sentido, em busca de regimentos para as habitações urbanas de Belém foi possível identificar como os governos da capital da província do Pará ainda no período colonial procuraram estabelecer políticas urbanas, seja através da numeração das casas, seja por meio de políticas que se estabeleceram em todo o território brasileiro, como as Décimas dos Prédios Urbanos e depois os Códigos de Posturas Municipais.

A respeito destas duas últimas, consideramos relevante a identificação destas ações em Belém, embora não possamos averiguar a aplicação destas políticas na sua exatidão, elas se mostraram significativas, pois apontam para uma possibilidade de repensar as políticas urbanas como executadas no século XIX, pois mesmo antes do processo desenvolvimento econômico que se deu no final do século XIX com a produção da borracha e que foi chamado de belle époque, Belém já conhecia intervenções no seu espaço urbano, pois as Décimas dos prédios urbanos começaram a ser aplicadas nas cidades a partir de 1808 e se estenderam por toda a primeira metade deste século, eram obrigações tributárias que incidiam sobre o valor do imóvel, o que permitia ao Estado regular estabelecer cotas de obrigações as habitações urbanas, com exceção daqueles pertencentes à Santa Casas de Misericórdia.

Porém, a mais pontual das legislações urbanas foram os Códigos de Posturas Municipais, estas políticas foram elaboradas ainda durante a primeira metade do século XIX nos possibilitam observar uma preocupação com a estrutura e os limites urbanos. Em 1829-1832 a Câmara Municipal em Belém discutiria e aprovaria um Código de Posturas, que estabeleceria critérios gerais para a organização dos espaços de convivência pública, mas também a preocupação com a regulamentação dos domicílios que passassem a ser edificado ou já construído na cidade. Contrariando os pressupostos sobre uma cidade alheia a um planejamento urbano e destituída de uma legislação cidadina, a pesquisa nos possibilitou reconhecer que, mesmo sem grandes projetos reformistas para o espaço urbano de Belém e em meio ao que foi considerado como uma fase de decadência econômica a primeira metade do século XIX, as políticas urbanas não deixaram de existir.

Num segundo momento da pesquisa verificamos de forma mais pontual a estruturação dos domicílios urbanos. A casa construída na cidade, nos seus vários tipos: casas de aluguel, casas de moradia, as rocinhas eram espaços para o abrigo familiar, mas também eram locais onde inúmeras pessoas conviviam, de forma contínua ou apenas de *passagem*, eram os agregados, os escravos e os visitantes. Neste sentido os limites entre a vida familiar restrita, e a casa como um espaço de relações sociais extra familiar formavam uma linha tênue. As

distâncias entre vida pública e privada nos domicílios de Belém constituíam características limitadas para entender as relações estabelecidas no espaço doméstico.

Apesar destes limites percebidos na convivência nos domicílios de Belém, a estrutura arquitetônica de algumas residências apresentava divisão dos seus cômodos. Esta característica é bastante significativa para as casas época, pois a segmentação dos espaços interiores indicava que um conjunto da sociedade começava a distinguir os usos sociais dos ambientes domésticos, separando em locais públicos do domicílio e outros de maior restrição para os estranhos.

Neste sentido, as varandas e as salas de alguns domicílios eram comumente observadas como locais que se destinavam para a recepção dos estranhos, nestes espaços eram correntes as interações de sociabilidades. Era possível a recepção para as conversas entre os membros da família com o mundo do alheio, e mais comumente as varandas serviam como locais de descanso. Os naturalistas freqüentemente descreviam estes cômodos dos domicílios pelo conforto causado em épocas quentes do ano, pois eram locais mais arejados. Esta característica arquitetônica das moradias nortistas também se fazia nas habitações nordestinas, possivelmente eram valorizadas porque se tratavam de regiões muito quentes.

Os quartos, alcovas e as cozinhas forma ambientes das residências menos descritas na documentação pesquisada. Na documentação cartorial e registros de compra e venda de imóveis era freqüentes o registro destes cômodos, mas as interações nestes locais da casa eram menos observadas. Este aparente silêncio da documentação sobre estes compartimentos das moradas reforça a uma possibilidade sobre os usos sociais dos cômodos dos domicílios em Belém, a separação entre as áreas da casa e aqueles espaços restritos ao convívio familiar. Embora haja limites na documentação para precisar estas afirmações, consideramos que este processo de distinção entre as áreas das moradias urbanas em Belém nos possibilita entrever uma sociedade que não estava alheia as mudanças que se davam nos grandes centros urbanos do Brasil e do Europa.

Não esqueçamos que a separação entre “público” e “privado”, é uma característica própria das sociedades burguesas do final do século XIX. Entretanto, não é possível desconsiderar este aspecto em algumas habitações urbanas de Belém nesta primeira metade do século XIX, que apresentavam seus cômodos distintos, refletindo uma sociedade que incorporava facilmente as novas perspectivas das moradas que traduziam a necessidade de

separação entre a vida doméstica e a vida pública, ou seja, aponta para a introdução de valores sociais, mesmo de forma limitada despontavam na sociedade belemense.

Consideramos precoce uma afirmação conclusiva sobre uma “configuração burguesa” das habitações da capital da província da Pará entre 1800 e 1850, porém acreditamos que a investigação das relações sociais no ambiente doméstico possa contribuir para o debate sobre a dinâmica das relações sociais no espaço urbano antes das intervenções econômicas produzidas no final do século XIX, pois a historiografia regional tendeu a ignorar a vida na cidade nestes períodos considerados de crise econômica.

Não menos significativa, neste sentido, foram às informações proporcionadas pela pesquisa sobre os utensílios de uso doméstico que foram encontrados entre os pertences de algumas famílias que residiam em Belém neste período. Embora comumente predomine uma rarefação de investimento em mobiliários nos lares, comparados com outros bens de maiores valores pecuniários preferidos como gastos das famílias, como os escravos. Foi possível encontrar nos inventários de alguns moradores de Belém uma considerável fortuna em objetos de suas casas. Camas, armários, mesas de jantar e até fogões de ferro foram entre outros utensílios registrados entre as mobílias domésticas, apontando para uma sofisticação e refinamento que algumas residências estavam conhecendo nesta primeira metade do século XIX.

Os tipos de mobílias que freqüentavam o rol dos bens das famílias pesquisadas, assim como aqueles que chegavam aos portos de Belém para abastecer o comércio nos fornecem uma dimensão das características de consumidores que habitavam na cidade. A utilização de objetos com funções específicas foi possível reforçar a noção de segmentação do espaço doméstico, questão já apontamos anteriormente. Assim como móveis de maior dimensão, como as camas e oposição às redes, armários em vez do baú é que sugerem uma população com maior fixação, embora a mobilidade seja uma marca imperativa entre os habitantes na época colonial e ainda na fase Imperial, consideramos relevante a existência de domicílios que apresentavam mobiliários que possam sugerir uma maior fixação.

Finalmente, através da leitura destes fragmentos do passado, tentamos perceber como residiam os moradores que constituíram residência em Belém na primeira metade do século XIX, apresentando traços de um cotidiano demarcado pelo consumo e uso de objetos que identificam a rusticidade do caráter regional, mas que nos proporcionam indícios de uma

sociedade, que apesar de penetrada pelas repercussões do processo Independência Política do Brasil e principalmente da Cabanagem, nos aponta para uma dinâmica bastante rica do ponto de vista histórico, que ultrapassa essa percepção macro estrutural, revelando relações sociais cotidianas, grandemente ignoradas pela historiografia, que pintou estes tempos como *decadentes e de profunda crise*⁴²⁶. Esperamos que através destas reflexões tenhamos contribuído para repensar o estudo da vida urbana na Belém dos primeiros decênios do século XIX.

⁴²⁶ SANTOS, Roberto. op. cit.

REFERÊNCIAS

FONTES

- Impressas.

Obra de Referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. Rio de Janeiro: CD-ROM, Defini, Brasil 500 anos, 2000.

BELÉM DO PARÁ, álbum sobre a História de Belém, produzido pela Alunorte, em comemoração a instalação da Empresa de mineração em Barcarena, sem data.

PERIÓDICOS:

Depositados na Biblioteca Pública Artur Vianna. Seção de Microfilmagem da Fundação cultural “Tancredo Neves” CENTUR

“O Teo-Teo”, Nº 37, de 18.05.1848 — Pp. 4.

“O Paraense” nº 14, de 17/06/1833.

“Jornal Treze de Maio” nº 10, de 02/05/1840 p. 5.

“Jornal Treze de Maio” nº 15, de 14/05/1840 p.12.

“Jornal Treze de Maio” nº 15, de 21/05/1840 p.18.

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 25/05/1840 p.19.

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 06/06/1840 p.43.

“Jornal Treze de Maio” nº 15, de 22/07/1840 p.97

“Jornal Treze de Maio” nº 15, de 20/08/1840 p.134

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 01/09/1840 p.198.

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 13/02/1841 p.485.

“Jornal Treze de Maio” nº 387, de 17/02/1844 (capa).

“Jornal Treze de Maio” nº 71, de 23/01/1841 (capa).

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 20/04/1841 p.566.

“Jornal Treze de Maio” s/n, de 26/04/1841 p.587.

Arquivo da Biblioteca do Grêmio Literário Português

- Jornal Treze de Maio 1840-50.

- O Publicador Paraense 1841-45.

LEGISLAÇÃO

Atas da Seção da Câmara Municipal de Belém, 1829-1831. Documentação compilada do IHGP, pela graduanda Michele Alvina, que tratam da elaboração do Código de Posturas de 1829-1831.

PARÁ, Coleção de Leis do. *Código de Posturas Municipal de 1848*, Belém: Typ. Santos & menor, 1851.

Relatórios de Presidentes da Província e outros documentos de natureza administrativa

BENJAMIN, André Curcino. *Índice Geral ou Repertório Geral das Leis da Assembléia Provincial do Grão-Pará (1838-1853)*, Pará: Typographia Commercial, 1854. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará na 1ª Sessão pelo Presidente da Província Exmo Dr. Francisco José de Souza Soares d'Andrea, em 2 de março de 1838.* Belém, Typ.Santos, 1839 Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidente da Província do Pará. *Falla com que o Exmo Marechal Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da Província do Pará encerrou a 1ª Sessão da Assembléia Legislativa da mesma Província, em 15 de maio de 1838.* Belém Typ. Santos & menor, 1839. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará pelo Presidente da Província Exmo Sr.Dr. Bernardo de Souza Francos, em 15 de agosto de 1839.* Belém, Typ.Santos, 1839. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Exposição apresentada à Assembléia Legislativa Provincial do Pará no Ato de Entrega que fez da Presidência pelo Exmº Marechal Francisco Joze de Souza Soares d'Andrea ao Exmo Dr. Bernardo de Souza Franco, em 8 de abril de 1839.* Belém, Typ.Santos, 1839. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ, Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. João Antonio de Miranda Presidente da Província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1840.* Belém, Typ.Santos, 1840. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. João Antonio de Miranda no Acto de dar posse da Prezidencia desta Província ao Exmo Sr. Vice Almirante Tristão Pio dos Santos, em 4 de novembro de 1840.* Belém, Typ.Santos, 1840. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco Vice Presidente da Província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa*

Provincial, em 14 de abril de 1841. Belém, Typ.Santos, 1841. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. Bernardo de Souza Franco Vice Presidente da Província do Pará na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 14 de abril de 1842.* Belém, Typ.Santos, 1842. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Coronel Jozé Thomaz Henriques Presidente da Província do Pará na abertura da 2ª Sessão da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1843.* Belém, Typ.Santos, 1843. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo Presidente da Província do Pará na abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislativa da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1844.* Belém, Typ.Santos, 1844. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. João Maria de Moraes Vice Presidente da Província do Pará na abertura da 1ª Sessão da 5ª Legislativa da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1846.* Belém, Typ.Santos, 1846. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARÁ. Presidência da Província. *Discurso recitado pelo Exmo Sr. Dr. João Maria de Moraes Vice Presidente da Província do Pará na abertura da 2ª Sessão da 5ª Legislativa da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1847.* Belém, Typ.Santos, 1847. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PARA. Presidente da Província., *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial pelo Presidente da Província Jerônimo Francisco Coelho em 1º de Outubro de 1848.* Belém: Typ. de Santos e Filhos, 1848. Versão disponível em <<http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>> Acesso em 01/05/2005.

PROJETOS MULTIMÍDIA E DOCUMENTAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO.

CD- ROM - Projeto Resgate de Documentação Histórica (disco 11) 1801-1805.

- Ofício comunicando o apresamento de navios americanos, de 16 Julho de 1801.
- Resumo dos inventários e autos de interrogatório da tripulação das embarcações americanas presas no porto de Belém.
- Auto de Apresamento
- Documentos avulsos.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens das Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* CD-ROM, 1999.

Arquivo Público do Pará – APEP. Lista de Inventários do Juizado de Órfãos da Capital

Ref.	Inventariado	Ano
1.	Ana Joaquina F. de Góes	1817
2.	Antonio da Cunha	1833
3.	Antonio José da Costa	1839
4.	Antonio José de Carvalho	1833
5.	Feliz José de Aquino	1817
6.	Francisca Rosa	1830
7.	Francisco Batista de Carvalho	1819
8.	Francisco de Assis P. Néri	1833
9.	Hilário de Moraes Bitencourt	1834
10.	Jerônimo Antonio da Costa	1833
11.	Joana de Assumpção	1830
12.	João de Oliveira Cardoso	1817
13.	João Gomes de O. Cavallero	1838
14.	João Pereira Vianna	1840
15.	Joaquim Pedro Bortalho	1817
16.	José Antonio Lopes	1838
17.	José de Sousa	1834
18.	Julião José do Carmo	1834
19.	Lourença Justiniana do Amaral	1834
20.	Manoel Caetano Prestes	1833
21.	Manoel Joaquim de Faria Maciel	1810
22.	Manoel Lopes	1810
23.	Manoel Pereira Gomes	1820
24.	Marcos José da Costa	1833
25.	Maria Josefa de Siqueira	1816
26.	Serafim José de Vilhena	1838
27.	Thomé Pinheiro Lobo	1826
28.	Vicente José de Moura	1830
29.	Constâncio Guelf *	1836
30.	Elias Caetano do Carmo *	1836

* Inventários do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

CRONISTAS E VIAJANTES

ALMEIDA, Teodoro. *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna*, três tomos, Lisboa, 1779, disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/ilu13.html>> Acesso em 26/07/2006.

BAENA, Antonio Ladislau M. *Compêndio das Eras da Província do Grão-Pará*, Belém: UFPa. 1969.

_____. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

BATES, Henry Walter. *O Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1985.

DE GUEVARA, Luis Vélez. (1579-1644). *O Diabo Coxo (El Diablo Cojuelo)*, datado de 1641, disponível em: <<http://www.geomundos.com/tecnologia/el Diablo Cojuelo/>> Acesso em 26/07/2006.

DE LA CONDAMINE, Charles Marie. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas em 1743*. Edições do Senado Federal, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Miscelânea Histórica: para servir de explicação ao prospecto da Cidade do Pará 1783-1784*, (texto datilografado) faz parte do acervo de obras raras do CENTUR, Belém-Pará.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix, EDUSP, 1977.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência nas províncias do norte do Brasil*, Belo Horizonte: ed. Itatiaia. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas e Ed. da Universidade do Amazonas, 2001.

MENESES, Francisco de Sá, (1600-1664). *Malaca Conquistada e outros poemas*, disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/meneses.htm>> Acesso em 26/07/2006.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o anos de 1821 até 1835*, 3v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1979;

SPIX, J. B. von, e MARTIUS, C. F. Von. *Viagem pelo Brasil*, 3 vols. Ed. Melhoramentos, 2ª Ed. São Paulo, 1961.

TOLENTINO, Nicolau (1740-1811). *Dados Biográficos e Trechos das suas Obras*, disponível em: <http://www.universal.pt/scripts/hlp/hlp.exe/artigo?cod=2_415> Acesso em 26/07/2006.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pela Amazônia e Rio Negro*. Brasília: Edições do Senado Federal, Vol. 17, 2004.

TEXTOS E ARTIGOS.

ANDRADE LIMA. Tânia. Prato e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. In; *Anais do Museu Paulista*: São Paulo, N. Série. V.3. p.129-91, jan-dez. 1995.

BELTRÃO, Jane Felipe. Belém de outrora, em tempo de cólera, sob olhares impertinentes e disciplinadores. In. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém, v. 3. 215-241, 1997.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Tecido Urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809, In. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: N. ser. v.13, p.59-97, jan-jun 2005.

DERENJI, Jussara da Silveira. *A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará*, In. D'INCAL, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel (org.) *A Amazônia e a Crise da Modernidade*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DUARTE, Cristóvão F. São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período Filipino. In. *Revista Oceanos*. Portugal: v. 41, p. 152-170. Jan.-Mar. 2000.

FARIA, Sheila de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia no Campo dos Goitacazes, sécs. XVIII e XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v.1, 1993.

LEMONS, Carlos A. C. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira no século XIX. In *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, v.1, 1993.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto de História*. São Paulo: PUC, nº17, p.63-201, nov./ 1998.

MENESES. Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In. *Revista de História*, São Paulo: CPDOC/FGV-IEB/USP/SP, 1997. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/238.pdf>. > Acesso em 15/03/2005.

REDE, Marcelo. História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material; In. *Anais do Museu Paulista*, nova série V. 4. 1996.

REIS FILHO, Nestor Goulart, As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial. In *revista Oceanos*, Portugal: v. 41, p.60-69. jan.-mar. 2000.

RICCI, Magda. História Amotinada: Memórias da Cabanagem. In: *Cadernos do CFCH*, Belém: v. 12, n. 1/2, p. 13-28, jan.-dez. 1993.

VAINFAS. Ronaldo. História da Vida Privada: dilemas, paradigmas, escalas. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N. Sér. v. 4. p.201-8. jan.-dez. 1996.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO. Luiz Felipe. Vida Privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS. Fernando A. & ALENCASTRO. Luiz F. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan, A Família e a vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando & SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, vol. I, 1997.

ARAÚJO, Emanuel, 1940. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998;

AZEVEDO, João Lúcio d'. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: Secult, 1999.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Obras reunidas, Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BAUDRILLARD, Jean. *Os Sistemas dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio Marco Antonio (orgs.). *Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia*. Belém: Paka-tatu, 2002.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império*. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*. As Estruturas do Cotidiano, o possível e o impossível. Vol. 1, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRUNO, Ernani. *Equipamentos, usos e Costumes da Casa Brasileira*. Vol.2 Construções, (Fichário). São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

_____. *Equipamentos, usos e Costumes da Casa Brasileira*. Vol.4 Objetos, (Fichário). São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

_____. *Equipamentos, usos e Costumes da Casa Brasileira*. Vol.5 Equipamentos, (Fichário). São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

BUARQUE, Aurélio. *Mini Aurélio século XXI*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, PNLD/FNDE, 2004

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. Um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COELHO, Geraldo M. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes*, Belém/Pa: Cejup, 1993.

_____. *Letras e Baionetas*, Belém/Pa: Cejup, 1989.

COIMBRA, Osvaldo. *A Saga dos primeiros construtores de Belém*, Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. *Engenharia militar na Amazônia do século XVIII. As três décadas de Landi no Gram-Pará*, (uma pesquisa jornalística). Belém: Prefeitura de Belém, 2003.

CORBIN, Alain. *Território do Vazio*, a praia no imaginário ocidental, São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CHARTIER, Roger. *As Práticas da Escrita*. In. ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger. História da Vida Privada. V.3. *Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CRUZ, Ernesto, *Procissão dos Séculos: vultos e episódios da História do Pará*, Belém/Pará: Imprensa Oficial 1999.

_____. *Das Casas da Câmara ao Palácio Antonio Lemos*. Belém-Pará: Grafisa, 1973.

_____. *As Ruas de Belém: significados históricos e suas denominações*, Belém: Conselho de Cultura, 1970.

_____. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

_____. *Edificações de Belém (1783-1911)*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *Ilusão do Fausto*, Manaus 1890-1920, Manaus: Editora Valer, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis – 1763-1808*, Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 1, 1994.

FARIA, Sheila de Castro. *Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial – Rio de Janeiro: Nova Fronteira*, 1998.

FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Casa Grande & Senzala*, 34ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HURLEY, Jorge. *Traços Cabanos*. Belém: Officina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936.

LEITE, Miriam Moreira. *Livros de Viagens: 1803-1900*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

- LEMOS, Carlos A. C. *A República ensina morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999;
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte de um bandeirante. 2º ed.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1930.
- MARINS, Paulo C. Garcez. *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: NOVAIS, Fernando & SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes, o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MATOS, Maria Izilda. *Cultura e Cotidiano: história, cidade e trabalho*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará. Fundação e história*. Belém: Grafisa, 1976.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Rio de Janeiro – Petrópolis: Vozes, 1988.
- MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. In *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Cejup, 1989 v.I.
- MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In SOUZA, Laura de Melo. *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- NAZZARI, Muriel. *O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Cia. das Letras 2001.
- PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém – estudo de geografia urbana*. Belém: UFPa, 1968.
- PESEZ, Jean-Marie. *História da Cultura Material*. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 177-213.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: Secult. 1993.
- _____. *Síntese de História do Pará, Belém-Pará*: AMADA, 1972.
- ROCHE, Daniel. *História das coisas banais, o nascimento do consumo séc. XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 2003.
- RYBCZYNSKI, Witold. *A Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo, Perspectiva, 1995.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem* – esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: CEJUP, 1992.

_____. *O Negro no Pará*. Sob o regime da escravidão. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

SAMARA, Eni Mesquita. *Família, Mulheres e Povoamento*: São Paulo, século XVII, Bauru/SP: EDUSC, 2003.

_____. *A Família Brasileira*, Ed. Brasiliense, 1986.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2001.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré, *Riquezas Produzindo a Belle Époque* – 1870-1912, Belém: Pakatatu, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da Família no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SYMANSKI, Luis Cláudio P. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, *A Formação da Classe Operária Inglesa, Vol I.*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia – Homem, Natureza e Tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro da. *Produção do Espaço e uso do solo Urbano em Belém*, Belém: UFPa/NAEA/PLADES, 1997.

VERISSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *Entre Paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780 -1850)*, Fortaleza/CE: Ed. Demócrito Rocha; São Paulo: Ed. HUCITEC, 2004.

_____. *Entre o Futuro e o Passado, aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

VISSER, Margaret. *O Ritual do jantar*. As origens, evolução, excentricidades e significado das boas maneiras à mesa. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

WEBER, Max. *Estamentos e Classes*. In. Economia e Sociedade. V. 1. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920*, São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

DISSERTAÇÕES/TESES/MONOGRÁFIAS

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha. *O termo insultuoso: ofensas verbais, história e sensibilidades na Belém do Grão Pará (1850-1900)*. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: elites, fortuna e hierarquias no Grão-Pará.c.1850-c.1870*. (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *Gênero e Artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material São Paulo, 1870-1920*, (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

COSTA, Magda N. P. da. *O controle pela disciplina: os corpos de trabalhadores na província do Pará (1840-1850)*. (monografia final de curso de História), Belém: UFPA, 1998.

DA SILVA, João Luiz Máximo. *O Impacto do gás e da eletricidade na Casa Paulistana 1870-1930*. (Mestrado em História), Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: FFLCH/USP, 2002.

LIMA, André da Silva. *Hierarquia e Sociedade: trabalho na freguesia da Sé da cidade de Belém entre 1785-1787*. (monografia final de Curso de História). Belém: Universidade Federal do Pará, Laboratório de História, 2000.

RAMOS, Eliana Ferreira. *Em tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará Imperial – primeira metade do século XIX*, (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo: PUC/SP, 1999.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará, 1796-1873*. (Mestrado em Geociências). São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2001.

VIEIRA Jr. Antonio Otaviano. *A Família na Seara dos Sentidos: domicílio e violência no Ceará (1750-1850)*. (Doutorado em História), São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2002.